



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 156 – QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2014 – BRASÍLIA-DF

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

EXPEDIENTE

<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2014..... 4

1.1.2 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2014 28

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 71

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2014 95

1.1.3 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2014..... 145

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e quatorze minutos, do dia dezesseis de julho de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Registra a presença o Senador Ricardo Ferraço. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, a Presidência comunica o recebimento dos Avisos nº(s) 628 e 754, ambos do TCU, que encaminha, para ciência e providências cabíveis, respectivamente: Relatório sobre conclusão do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados; e Auditoria Operacional, em mídia eletrônica, no Programa de Atenção aos Pacientes com Coagulopatias. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República. *Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.* **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2003 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Altera a Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a correção dos benefícios previdenciários.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). *Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.* **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2003. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. *Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de longo prazo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019; altera a Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.* **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. *Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.* **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, da Emenda nº 1-CI e da Subemenda nº 1-CE, com a Emenda e as 3 (três) Subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011 – Terminativo – Autoria do Projeto:** Senador Blairo Maggi. **Ementa do Projeto:** *Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.* **Relatoria do Projeto:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do relatório. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.* **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.* **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a Lei nº 8.742, de*

07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para permitir o exercício de atividade profissional remunerada às pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2014, e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Gim. *Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão.* **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senadora Ana Rita. *Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.* **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 1993 – Não Terminativo – Autoria:** Senadora Marluce Pinto. *Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e dá outras providências.* **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993. **Observações:** A CAS aprova extra-pauta RAS nº 35, de 2014, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, de urgência regimental à matéria. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2014 – Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. *Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993.* **Observações:** Requerimento de urgência ao SCD nº 41, de 1993. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2014 – Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, perante esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir Políticas Públicas de Controle ao Câncer do Colo do útero e Mama, com a participação dos seguintes convidados: – Representante do Ministério da Saúde; – Dr. Luiz Antonio Santini – Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca); – Representante do Tribunal de Contas da União (TCU); – Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira – Subprocurador-Geral da República; – Dr. Ruffo de Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda e Ricardo Ferraço, as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata, e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Ata aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento dos Avisos nºs 628 e 754, ambos do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para ciência e providências cabíveis, respectivamente, relatório sobre a conclusão do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados e auditoria operacional em mídia eletrônica no programa de atenção aos pacientes com coagulopatias.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

O primeiro item da nossa pauta é uma decisão não terminativa:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013.

Observações:

– Em 29.04.2014, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto.

– Votação Simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Consulto se em seguida nós poderemos votar o item 11 da pauta, do qual a Senadora Vanessa Grazziotin é Relatora, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e dá outras providências.

Também não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto o Plenário a respeito do pedido de inversão de pauta do Senador Rodrigo Rollemberg, para que o item 11, a ser relatado pela Senadora Vanessa Grazziotin, seja o segundo item, se é o que entendi, logo após a votação do item 1 da pauta. Certo, Senador Rodrigo?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa) (Pausa.)*

Aprovado.

Então, logo após a leitura e a votação do relatório do Senador Humberto Costa, nós vamos fazer a inversão de pauta.

Só quero registrar, Senador Rodrigo Rollemberg, por um dever até de justiça, que o Senador Humberto Costa chegou aqui e me fez o mesmo pedido que V. Ex^a oficializou.

Então, Senador Humberto Costa é o Relator, e eu lhe concedo a palavra para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 22, de 2013, do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 5.896, de 2009, na Câmara dos Deputados), pretende regulamentar a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para as militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

A justificação da proposição esclarece que o art. 7º, inciso XVIII, da Constituição federal prevê a licença à gestante, mas a falta de regulamentação infraconstitucional sobre o exercício desse direito por militares impede o exercício desse relevante direito social, pois as mães militares só têm direito regulamentado à licença por motivo de doença, na eventualidade de ocorrer complicações de saúde durante a gestação ou no parto.

A lei resultante da aprovação dessa proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLC nº 22, de 2013, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que o aprovou, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Não foram recebidas emendas.

Conforme previsto no art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho e outros assuntos correlatos.

Nesse sentido, a apreciação da matéria ora examinada, que dispõe sobre direitos sociais consagrados na Constituição Federal, cujo exercício é impedido pela carência de regulamentação, é perfeitamente regimental.

Convém mencionar que a iniciativa da matéria é do Poder Executivo, ao qual compete, constitucionalmente, apresentar as proposições que versam sobre os servidores e a organização daquele Poder. Aqui nos ateremos ao exame do mérito.

Os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal preveem a licença à gestante e a licença-paternidade, enquanto o art. 142, §3º, inciso VIII, da Constituição estende expressamente esses direitos aos servidores militares. Falta somente a regulamentação infraconstitucional para o exercício desses direitos, pois as carreiras militares são regidas por normas específicas.

É comum associar a carreira militar a sacrifícios, esperando-se desses servidores que enfrentem quaisquer dificuldades com estoicismo e abnegação. São valores tradicionalmente associados à carreira militar que

pretendem conferir dignidade e honra a essas pessoas, mas não podem, perversamente, fundamentar a negação de seus direitos fundamentais. Não há sentido nem, salientamos, necessidade de recusar aos militares um direito social básico como a licença à gestante e a licença-paternidade, que beneficiam tanto os pais e mães quanto os seus filhos e, conjuntamente, as famílias que eles constituem.

Reconhecemos, portanto, os fundamentos de mérito que sustentam a proposição.

Voto.

Em razão do que foi exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que o projeto, de fato, vem atender a uma demanda enorme desse setor e que a Presidenta teve essa sensibilidade. O relatório do Líder Humberto Costa é perfeito e só posso dizer da minha alegria em votar esta matéria nesse momento, antes de encerrarmos o ano legislativo, porque tudo caminha nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, permita-me, é até uma atualização, Senador. Há algum tempo, nós não teríamos essa situação.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Humberto Costa permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prosseguimento da sua tramitação.

Informo aos Srs. Senadores que chegaram recentemente que houve um pedido de inversão de pauta já aprovado pelo Plenário. Vamos agora ao item 11 da pauta, que passará a ser o segundo item:

ITEM 11

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 1993

– Não terminativo –

Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marluce Pinto

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993.

A Relatora é a ilustre Senadora farmacêutica bioquímica Vanessa Grazziotin, para o meu orgulho e honra, nossa 1ª Vice-Presidente da Comissão.

A votação será simbólica.

Quero, ao cumprimentar o Dr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, cumprimentar todos os farmacêuticos aqui presentes.

É uma alegria, uma honra tê-los aqui. *(Palmas.)*

Muito obrigado pela presença.

Eu concedo a palavra, então, à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a leitura do relatório, quero aqui fazer um agradecimento a todos os nossos companheiros, Parlamentares, Senadores e Senadoras, em especial a V. Exª, Senador Moka, primeiro agradecendo as palavras extremamente gentis; V. Exª é uma pessoa muito gentil com todos os seus companheiros, respeitosa, trata todos da mesma forma, independente da opinião que cada um apresente. Então, muito obrigada, fico muito honrada porque sei que isso é muito sincero de sua parte.

E quero dizer que quem orgulha esta Comissão é V. Exª, Senador. E também há um motivo porque a mãe de suas filhas era farmacêutica. E isso é muito importante. *(Palmas.)*

V. Exª, que é um médico, um profissional da área de saúde, sabe que, na cadeia da saúde, no segmento saúde, nós precisamos de todos os profissionais, nós precisamos do médico – e aqui temos vários médicos, Senador Davim, Senador Humberto e V. Exª, temos três médicos aqui – mas o médico sem o farmacêutico, sem o enfermeiro, sem o psicólogo, sem a dentista, a cirurgiã-dentista não chega a lugar algum.

Então a gente tem feito, nesses anos, um grande esforço, e o Senado tem procurado dar essa contribuição, para melhorar a saúde do País. E melhorar a saúde passa também pela valorização do profissional e pelo estabelecimento de políticas corretas.

A assistência farmacêutica, sem dúvida nenhuma, é algo fundamental, essencial, porque de nada adianta as pessoas procurarem um médico, terem um atendimento médico se depois não têm acesso ao medicamento ou se depois não têm acesso à assistência farmacêutica correta.

O Senador Humberto Costa, que foi Ministro da Saúde, foi quem iniciou o Programa Farmácia Popular. Hoje é um programa que ninguém mais acaba, é como o Programa Bolsa Família, todo mundo quer a paternidade, todo mundo quer a maternidade, porque é fundamental. Mas o Farmácia Popular é apenas o início, porque o acesso ao medicamento deve ser um direito de todos, e é isso que estamos perseguindo.

Então, hoje, Presidente, agradeço muito por relatar esse projeto, V. Exª me passou a relatoria assim que o projeto foi votado na Câmara – e repare, não há nenhum erro de digitação: o projeto de lei é de origem do Senado, de 1993. São 20 anos, mais de 20 anos, nós já estamos em 2014, lá se vão quase 21 anos que o projeto tramita, passou por esta Casa e chegou à Câmara.

O projeto inicial era muito diferente desse que nós estamos aprovando porque o inicial era um projeto muito ruim, cujo objetivo principal era liberar aquilo que a lei que já prevê há muito tempo no País, que é a obrigatoriedade do profissional técnico qualificado, que é o farmacêutico, nos estabelecimentos que comercializem e/ou manipulem medicamentos, que é o profissional farmacêutico.

O projeto teve um substitutivo de Ivan Valente, a quem faço também uma homenagem. Ivan Valente é Deputado até hoje, um grande Deputado, foi nosso colega. O substitutivo é dele e tramitou muito. Eu, não como só Deputada à época, mas como farmacêutica, participei de muitos movimentos com todos eles, estudantes, aqui em Brasília – foram vários –, pedindo o apoio, pedindo a aprovação do projeto.

E, para resumir, para não demorar, chegamos a este ano, 2014.

Está aqui um jornalzinho que todos devem ter recebido, que foi produzido por várias entidades, mas eu cito três. V. Exª já citou a presença do nosso Presidente Walter, do Conselho Federal de Farmácia; está presente o Alexandre, que é Presidente da Feifar, e o Ronald, que está representando a Fenafar. São as entidades.

Mas esse projeto não tem apenas o apoio dos farmacêuticos – aqui estão todos os segmentos de representatividade dessa categoria –, mas tem o apoio de todos os profissionais da saúde, inclusive dos médicos.

Era um projeto complicado, um projeto, a princípio, ruim; depois, um projeto difícil, mas um projeto que se tornou muito simples e em torno do qual foi feito um acordo.

Creio que a maior importância dele seja a conceituação porque, na prática, não vai aumentar o salário dos profissionais de farmácia. Nós não vamos ter um ganho – nós, os profissionais –, não vamos ter um centavo a mais no salário; na prática, não tem efeito imediato, mas o efeito teórico, o efeito conceitual é muito grande, Sr. Presidente, porque ele insere o estabelecimento que comercializa medicamentos como estabelecimento de saúde.

Isso é muito importante. Porque nós não podemos continuar tratando ou permitir que sejam tratadas farmácias, mesmo drogarias, porque se mantêm as drogarias a pedido das grandes redes, não podemos continuar tratando isso como se fosse uma sapataria, como se fosse uma boutique de vender roupa. Não é! Lá está sendo comercializado algo importante. A gente costuma dizer: o medicamento restabelece a saúde, mas ele pode também acabar com a saúde, até com a vida, inclusive, se não for bem conduzido.

Então, fico muito feliz de poder viver este momento, e a minha felicidade não é como Senadora, é como farmacêutica.

Eu entrei na profissão, quando entrei na universidade, e achei que nunca ia sair do curso, que não ia ter a capacidade porque era tanta química! E V. Exª foi professor de química. Era tanta química, que eu achei que não teria a capacidade. Mas, no decorrer do curso, aprendi as químicas, mas aprendi uma coisa principal: a farmácia é estratégica para o país, o farmacêutico é estratégico porque o país que não tem uma política de desenvolvimento de produção de medicamentos não é um país independente, é um país que depende dos outros. V. Exª, como médico, sabe isso. Olha quantas guerras o Senador Humberto Costa, como Ministro, travou; olha o custo de medicamentos, medicamentos essenciais para doenças raras ou para doenças como Aids e outras. Tivemos que quebrar patentes, o País, para poder ter acesso e garantir a vida.

Então, Sr. Presidente, acho que é um passo importante que a gente dá com a aprovação desse projeto.

Vou passar a ler o relatório de uma forma bem resumida.

V. Exª já destacou, o projeto vem à apreciação desta Comissão, é um Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de autoria da ex-Senadora Marluce Pinto.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados classifica as farmácias, segundo a sua natureza, em dois tipos – farmácia sem manipulação (ou drogaria), é mantido isso, e farmácia com manipulação –, sendo que somente as últimas poderão manipular fórmulas magistrais e oficinais. Além de medicamentos, poderão dispor de vacinas e soros para atendimento imediato à população. Importante, isso.

Além de autorização de funcionamento e licenciamento da autoridade competente, as farmácias devem ter localização adequada sob o aspecto sanitário, dispor dos equipamentos necessários à conservação de imunobiológicos, ademais de outros equipamentos e acessórios exigidos pela vigilância sanitária. Às farmácias privativas de unidades hospitalares ou similares aplicam-se as mesmas exigências.

Também deverão contar com a assistência técnica de farmacêutico responsável, habilitado na forma da lei, presente durante todo o horário de funcionamento.

Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a notificar os profissionais de saúde, os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial, dos efeitos colaterais, das reações adversas, das intoxicações, voluntárias ou não, e da farmacodependência, observados e registrados na prática da farmacovigilância; organizar e manter cadastro atualizado com dados técnico-científicos das drogas, fármacos e medicamentos disponíveis na farmácia; proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais, de natureza pública ou privada; estabelecer protocolos de vigilância farmacológica de medicamentos, produtos farmacêuticos e correlatos, visando assegurar o seu uso racionalizado, segurança e eficácia terapêutica; estabelecer o perfil farmacoterapêutico no acompanhamento sistemático do paciente, mediante elaboração, preenchimento e interpretação de fichas farmacoterapêuticas; e prestar orientação farmacêutica, com vistas a esclarecer ao paciente a relação benefício e risco, a conservação e utilização de fármacos e medicamentos inerentes à terapia, às interações medicamentosas e à importância do seu correto manuseio.

E, aí, Sr. Presidente, quero abrir mais um parêntese para dizer que nós aprovamos recentemente, e a Anvisa já regulamentou, outra lei; aprovamos um projeto de lei que é lei regulamentada, que trata do acompanhamento do medicamento, do rastreamento do medicamento, porque o medicamento, diferentemente de outras mercadorias, não tinha nada que pudesse ser rastreado.

Os animais, os bois, o gado, no Brasil, são rastreados, porque têm esse dispositivo. Os medicamentos não tinham, mas agora têm. E a lei aprovada, Presidente, é bem importante porque vai permitir o acompanhamento, em tempo real, de toda essa cadeia. Então, esse projeto, somado àquele, é um avanço significativo que estamos dando rumo ao uso racional do medicamento. É um projeto que – não vou continuar lendo o relatório, acho que já fiz as observações – considero de fundamental importância, Sr. Presidente.

Ele observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das relações das leis. O substitutivo está tecnicamente dentro de todas essas regras, e o relatório é, portanto, favorável. Não há nenhuma modificação apresentada, nenhuma, porque esse acordo foi feito de forma ampla, com a participação de todos os segmentos. Acho que, daqui para frente, temos, Presidente, que tentar, votando na Comissão hoje, dirimir qualquer dúvida que qualquer Senador possa ter e tentar ainda... Ontem, tivemos uma reunião importante dentro do Colégio de Líderes, daqui dos presentes estava lá o Senador Humberto Costa, que nos ajudou muito; a Senadora Ana Amélia, que acaba de chegar; V. Ex^a, que depois conversou com outros Líderes, com o próprio Presidente, e ficou uma pendência em relação a esse item.

Havendo a possibilidade de entrar – não há uma decisão de que chegue na pauta ainda, mas há possibilidade –, se houver unanimidade de todas as Lideranças e de todos os Senadores e Senadoras, há essa possibilidade.

Estão aqui meus companheiros queridos todos, farmacêuticos, a quem cumprimento e dedico todo o mérito da aprovação desse projeto. Dedico a vocês. A vocês, claro; é nossa responsabilidade, nosso compromisso com a saúde, com a valorização dos profissionais, mas a vocês, que tanto lutaram a vida inteira para ver esse projeto aprovado. Há essa possibilidade de votarmos hoje, não queremos aqui garantir para não frustrar expectativas futuras, como diz V. Ex^a, Senador Moka, mas, votando hoje nesta Comissão, daremos um passo importante, e é importante que os senhores também, tecnicamente, possam conversar com os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, para ver se, antes do início do recesso, conseguimos votar também essa matéria tão importante.

Diante do exposto, Sr. Presidente, é o relatório que apresenta pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993.

Muito obrigada, e desculpe pela delonga, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Parabenizando a Senadora Vanessa Grazziotin pelo relatório, pelo esclarecimento.

Está em discussão o relatório.

Inscrito aqui o Senador Cyro Miranda; logo em seguida, Senador Paulo Davim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, por isso que digo sempre, Senador, que é prazeroso participar desta Comissão. Esta é uma Comissão que traz sempre projetos inteligentes, práticos e exequíveis. Esse é um dos projetos nos enchem os olhos.

Quero, antes de tudo, parabenizar a autora e, principalmente, o substitutivo da Senadora Vanessa Grazziotin, não só pela perfeição, pela acuidade e pelo grande conhecimento que tem, pois é da área.

Quero parabenizar a todos da área farmacêutica, na pessoa do seu Presidente, o Alexandre Correia dos Santos, e do Dr. Walter da Silva Jorge João.

A gente vem preencher uma lacuna na área farmacêutica. Primeiro: quantas e quantas vezes deparamos com situações de pessoas extremamente necessitando de uma orientação e o farmacêutico não está presente naquele horário?

Segundo: a ideia aqui é muito mais ampla, é de transformar a farmácia num quase posto de saúde, aliviando, assim, muitas coisas primárias. E V. Ex^a, como médico, sabe avaliar muito melhor do que qualquer um de nós, como também o Senador Humberto Costa, que algumas atitudes primárias serão desocupadas dos postos grandes de saúde, do sistema SUS, de maneira que estão todos de parabéns.

Realmente, nós temos que, com a urgência urgentíssima, fazer o possível para não frustrá-los e ver se nós conseguimos aprovar esse projeto, se pudermos, fazer uma surpresa ainda hoje.

Parabéns a todos. Sinto-me orgulhoso de participar. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu li atentamente esta matéria. Acho que é uma matéria de grande relevância. Acho que esta matéria está regulamentando o que já deveria ter sido regulamentado há muito tempo.

A Senadora Vanessa Grazziotin fez um relatório brilhante. Realmente, não dá para tratar a farmácia como um mero estabelecimento comercial. A farmácia tem que ser tratada como estabelecimento de saúde. Portanto, faz parte da rede de assistência.

Eu, que sou profissional médico, todos sabem disso, entendo que o tratamento exitoso de uma patologia começa por um diagnóstico correto, depois pela orientação e a terapêutica não farmacológica, seguido da terapêutica farmacológica. E aí entra a prescrição, que é a escolha do princípio ativo correto, na sua posologia adequada, e a última etapa, que é fundamental e determinante, a dispensação do medicamento.

V. Ex^a, como médico, também sabe muito bem disto: muitas vezes, o que é prescrito nos consultórios não é aviado corretamente lá na ponta.

Existe uma figura chamada bonificação, medicamentos bonificados. Muitos desses estabelecimentos, de uma forma eu diria até irresponsável, promovem a troca de receitas, não orientam corretamente o paciente, não orientam, inclusive, a forma de acondicionamento desse medicamento. E aí a presença do profissional farmacêutico no estabelecimento é de fundamental importância.

Eu acho, sim, que é correto. As farmácias são e devem ser tratadas como estabelecimento de saúde. Elas fazem parte da cadeia de assistência à saúde. É importante, portanto, que sejam tratadas por legislação específica, fortalecendo esse setor.

Então, eu só tenho a elogiar a iniciativa e o relatório. E, mais do que isso, este projeto dá um prazo de três anos para que os dispensários e os postos de medicamentos se transformem, verdadeiramente, em farmácias.

Eu acho importante porque, sobretudo no interior do Brasil, e lá no meu Estado acontece isso, há Municípios que têm postos, e não farmácias. São dispensários e não contam com a presença do profissional farmacêutico. E aí se evidencia a gravidade da dispensação equivocada, a substituição inadequada e indevida do receituário médico.

Esse prazo de três anos é fundamental, até porque é uma forma também de garantir e assegurar a ampliação de mercado de trabalho para os profissionais de farmácia.

Então, não podem ser as farmácias tratadas apenas como um estabelecimento comercial que venda, dentre outras coisas, medicamentos. Não, tem que vender medicamentos com responsabilidade, segurança para o paciente. Mesmo que esse estabelecimento possa comercializar outros produtos, o principal papel da farmácia é o aviamento correto e seguro da medicação para que a população seja beneficiada.

Tem o meu voto, o meu aplauso e quero parabenizar o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Eu vou ler aqui os inscritos: Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Cícero Lucena.

O Senador Paim está dizendo que já... Então, eu faço a inscrição aqui.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Waldemir Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, eu queria, antes de mais nada, saudar a representação do meu Estado, o Rio Grande

do Sul, Everton Borges, Assessor de Relações Institucionais do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, e Maurício Schuler Nin, Secretário-Geral do Conselho.

Depois do que o nosso médico, colega, cardiologista Paulo Davim falou, do ponto de vista médico não há nada que acrescentar quanto à relevância em defesa do paciente. Mas eu queria fazer um registro a todas as Lideranças que ontem participaram da reunião do Colégio de Líderes do Senado Federal com o Presidente Renan Calheiros. Foi naquele momento em que as lideranças... Estavam lá o Senador Humberto Costa, pelo Partido dos Trabalhadores. Representei o Partido Progressista. O Senador Aloysio Nunes Ferreira estava pelo PSDB; a Senadora Vanessa, pelo PCdoB; a Senadora Lídice da Mata, pelo PSB. E havia outros Senadores. Uma decisão dessa natureza, mesmo que ela tenha tido um consenso, tem que passar por um rito. O que aconteceu ontem? Pela argumentação da Relatora Senadora Vanessa, pelo apoio que todos os Líderes manifestaram, entendendo a relevância da matéria e aproveitando esse momento em que estamos aqui – praticamente 72 dos 81 Senadores, ontem, assinaram a presença na votação –, com a cobertura muito importante do nosso Presidente Waldemir Moka, que entendeu da mesma forma a relevância desse tema, e com uma boa articulação para a matéria, foi possível, hoje, chegarmos a esse entendimento de votarmos aqui em caráter terminativo e encaminhar ao Plenário do Senado para, ainda hoje, deliberarmos definitivamente sobre esse assunto. *(Palmas.)*

Então, cabe este registro em reconhecimento da relevância que teve o papel de todos os Senadores, de todos os Líderes e em especial do nosso Presidente Waldemir Moka, que é um habilidoso articulador.

Quero cumprimentar, evidentemente, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, porque essa é uma matéria que vem há vários anos sendo tratada.

Da mesma forma e para não me estender, quero dizer também que um bom desfecho de qualquer matéria legislativa, de qualquer natureza depende necessariamente de uma boa articulação política, para acomodar, às vezes, divergências e encontrar a convergência.

Então, da mesma forma, também entendo, quanto à categoria dos aeronautas aqui presentes, já que houve um avanço significativo sobre a questão da jornada de trabalho, que o melhor de todos é fazer o melhor projeto, que, se preciso for mais dois dias, mais uma semana, é melhor esperar mais uma semana, dois dias, para que o final seja um final de acomodar os interesses a fim de que o desfecho seja bom para todos, para a categoria e para todos os agentes envolvidos.

Então, também, dessa forma, o que aconteceu em relação aos aeronautas foi uma saída, Presidente Moka, da melhor qualidade legislativa.

Estão todos de parabéns.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, representantes aqui da categoria dos farmacêuticos, eu queria aqui registrar a presença do Presidente do Conselho Regional de Farmácia da Seção de Pernambuco, Dr. Bráulio, que representa 6 mil farmacêuticos no nosso Estado; o Presidente do Conselho Federal, Walter da Silva Jorge João, e dizer também da minha satisfação em poder debater este projeto.

Na verdade, o tema da assistência farmacêutica é muito importante para a saúde de um modo geral, especialmente aqui no nosso País. É importante tanto do ponto de vista de nós termos uma adequada regulação econômica, mas, acima de tudo, uma adequada regulação no que diz respeito ao acesso aos medicamentos, à vigilância farmacológica que precisa ser feita. Portanto, este projeto vem exatamente ao encontro de uma dessas preocupações.

Eu entendo que a assistência farmacêutica é algo essencial no processo de restabelecimento da saúde do ponto de vista também da prevenção e da reabilitação da saúde e exerce um papel fundamental para que nós possamos manter uma população hígida, em condições de exercer plenamente as suas atividades produtivas e as demais atividades que compõem a existência humana.

Esse projeto vai na linha de fortalecer a assistência farmacêutica. Ele coloca, de forma absolutamente clara, a farmácia como um estabelecimento de saúde e não um estabelecimento comercial.

Nós já tivemos avanços significativos a partir do trabalho brilhante que a Anvisa faz em termos de regulação desse mercado e que já estabeleceu uma série de limites – Sr. Presidente, há um pouco de ruído aqui –, por exemplo, a conceituação de que farmácia não é uma loja de conveniência. Diferentemente de outros países como o próprio Estados Unidos onde as farmácias são verdadeiros supermercados, às vezes, até vendem acessórios para automóveis e tantas coisas, no Brasil, conseguimos que prevalecesse a ideia de que a farmácia é um estabelecimento comercial, mas é um estabelecimento de saúde.

Estabelecemos também várias ações para desestimular a automedicação, que sabemos ser um problema gravíssimo em nosso País, definindo inclusive restrições àqueles medicamentos que são considerados medicamentos que não carecem de receita médica ou que não teriam, em princípio, o potencial de gerar efeitos colaterais ou problemas outros.

Com esse projeto aprovado hoje, nós vamos também sepultar, definitivamente, aquilo que o Senador Paulo Davim chamou de medicamentos com bonificação, e que a gente conhece popularmente pela chamada “empurroterapia”. Nós vamos reduzir bastante também esse tipo de atividade que, em verdade, termina se transformando em uma relação corrupta entre as empresas de medicamentos e as farmácias existentes e, ao mesmo tempo, um grande estímulo à automedicação.

Enfim, entendo que o projeto é muito importante. Ele deve ser aprovado e deve ser mais um passo em outras regulações que temos que fazer na área da assistência farmacêutica. Por exemplo, eu não consigo entender, no Brasil, como em alguns lugares nós temos carência de farmácia e, em outros, temos uma quantidade absurda de farmácia, às vezes, na mesma rua. Essas grandes redes nacionais, algumas até com vínculos internacionais, às vezes, colocam a farmácia na rua, na outra porque é contramão elas colocam outra farmácia também, mas na outra esquina tem outra farmácia também. Quer dizer, isso é uma coisa ditada meramente pelo mercado e que tem o papel de influenciar essa busca das pessoas às farmácias para ou automedicação ou mesmo para estabelecer quase que um consumo compulsivo. Em algum momento, vamos ter que parar para discutir isso aí: qual o critério para se abrir uma farmácia? É onde se quer? É onde há necessidade? É de qualquer jeito? Eu acho que isso vai precisar, em algum momento, discutirmos.

Eu teria só uma preocupação em relação a esse projeto, quando ele fala na questão da fiscalização e diz que as atividades de fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos devem ser exercidas pelo fiscal farmacêutico. Eu tenho uma certa preocupação para que não criemos, em algum momento, alguma duplicidade de ação, porque é função da Anvisa, das Apevisas também desenvolver esse papel, inclusive de forma mais abrangente para identificação de medicamentos falsos, de medicamentos roubados, pirateados, de práticas inadequadas, mas eu creio que o mérito que o projeto tem, em muito, supera essa potencial dificuldade. E se essa dificuldade em algum momento vier a se concretizar, eu acho que o Parlamento também pode discutir de que maneira essa ação de fiscalização possa ser algo simbiótico e não algo que venha a concorrer ou promover conflitos.

Então, eu votarei por essa proposta, acho que ela representa um grande avanço.

Reafirmo aqui o meu compromisso com a visão de que a assistência farmacêutica é algo fundamental. Tive oportunidade, como Ministro da Saúde, de haver ampliado consideravelmente a dispensação de medicamentos pelo sistema público de saúde; a criação desse grande programa que é o Farmácia Popular. Desse modo, tenho certeza de que o governo da Presidenta Dilma continuará nessa linha de entender que a assistência farmacêutica é algo fundamental na atenção à saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs e Srs. Senadores, senhoras e senhores farmacêuticos que nos honram com as suas presenças na manhã de hoje, quero cumprimentar o Sr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, bem como o Dr. Osório Paiva Filho, Presidente do Conselho Regional de Farmácia, e a Srª Gilcilene Maria dos Santos, Conselheira.

Serei muito breve, Sr. Presidente, para manifestar o apoio a esse projeto. Fui procurado ontem pelos farmacêuticos do Distrito Federal em meu gabinete; afirmei que estaria aqui hoje para votar favoravelmente a essa matéria, pela sua importância e pela segurança que traz às pessoas que precisam utilizar medicamentos.

Eu me somo às palavras do Senador Paulo Davim, que foi bastante minucioso ao detalhar a importância desse projeto. Assim, quero aqui não apenas manifestar o nosso apoio à aprovação dessa matéria aqui na Comissão, como para que ela seja apreciada ainda hoje pelo Plenário do Senado Federal.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a V. Exª. Eu sou relator de duas matérias – uma terminativa e a outra não terminativa – que eu gostaria de relatar, embora saiba que o governo está orientando o pedido de vista nas duas. Contudo, eu gostaria de pedir a V. Exª para deixar para o final desta reunião a apreciação dessas duas matérias, pois eu tenho que dar uma entrevista em meu gabinete e, assim que eu concedesse essa entrevista, eu voltaria para relatar essas matérias.

Todavia, no caso em tela, o nosso voto é favorável e a nossa posição é favorável no sentido de que ela seja apreciada e aprovada hoje pelo Plenário do Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Eu vou considerar o seu pedido.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, acredito que os 20 anos de debate sobre esse tema, com certeza, trazem uma tranquilidade de que, se não foi feito o ideal nesse projeto, pelo menos foi feito o possível, após esse tempo todo de debate e de discussão. Obviamente, há algumas preocupações.

Entretanto, por tudo o que já foi dito pelos Senadores e Senadoras que me antecederam, bem como pelos contatos que mantivemos com os farmacêuticos e também com proprietários de farmácias, em particular de um Estado como o nosso, que tem pequenas farmácias em 223 Municípios, eu vou votar favoravelmente, manifestando a mesma preocupação com relação à urgência, porém, sem deixar de manifestar alguma preocupação com a efetiva aplicação dessa legislação.

Isso me remete a algo que nós estamos vivendo, por exemplo, na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Matéria debatida pelo Congresso durante 18 anos, foi aprovada há quatro anos e, para não me estender, refiro-me apenas a um item: o prazo para acabar com os lixões é agosto de 2014, o que, infelizmente, não vai ocorrer. O Brasil não vai cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos agora, em agosto de 2014. Podemos encontrar vários culpados, várias razões, vários motivos, mas essa é a realidade.

Então, votando favoravelmente, inclusive pela urgência, parablenzo a Senadora Vanessa Grazziotin e a todos que estão colaborando para a aprovação desse projeto e registro também a luta do Dr. João Samuel de Moraes Meira, o Conselheiro representante da Paraíba no Conselho Federal de Farmácia, que tanto lutou para o convencimento dos Parlamentares paraibanos.

Por fim, digo que somos favoráveis, mas deixamos esse alerta: precisamos que essa lei seja aprovada, sancionada e cumprida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria, rapidamente, em primeiro lugar, fazer uma homenagem, independentemente da redação original, à Senadora Marluce Pinto, que apresentou o projeto original. A partir daí, a Senadora Vanessa Grazziotin – hoje Senadora, à época Deputada –, a Deputada Alice Portugal e o Deputado Ivan Valente, os três, dedicaram grande parte de seus mandatos, porque eu estou no Congresso há quase 30 anos tratando desse tema. Mas eu também, de forma paralela, os acompanhava, mas o grande mérito eu quero dedicar aqui, claro, à categoria, à sua organização, mas também – e naturalmente – à nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, Alice Portugal e Ivan Valente. A eles ficam aqui os cumprimentos, os meus aplausos pelo trabalho que fizeram durante esses 20 anos.

Quero também, Sr. Presidente, cumprimentar o Dr. Walter da Silva Jorge, que me passa aqui uma informação. Diz ele que, só no Rio Grande do Sul, são 14 mil farmacêuticos. Só no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero, para agilizar – inclusive quanto ao mérito, de minha parte, não há nada contrário –, dizer que, com alegria, a Senadora Vanessa aqui me passou – e eu sou um dos signatários, e sei que todos os Senadores o assinarão –, sob a sua orientação o requerimento de urgência urgentíssima. Oxalá, com grande acordo, a matéria seja votada ainda hoje à tarde no plenário do Senado e, assim, indo à sanção da Presidenta da República.

Obrigado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Mas eu quero dizer que nós não temos o acordo de Líderes para hoje no Senado. Eu quero deixar isso claro, porque eu participei, ontem, da reunião com o Presidente Renan, e há alguns Líderes que não estão convencidos de que isso possa ir a voto hoje em plenário.

Eu estou vendo que se está criando uma expectativa. É claro que, logo após a votação – eu estou tomando a liberdade de pedir aos Senadores que assinem um pedido de urgência aqui –, eu vou levar à Mesa Diretora como Presidente desta Comissão e vou fazer o pedido, mas isso não significa que há acordo. (*Palmas.*)

Quero deixar isso claro, porque, se um dos Líderes não concordar – e é legítimo que alguém possa fazer isso, não podemos crucificar ninguém em função disso –, então, nós podemos votar, mas eu, por uma questão de responsabilidade, não gostaria que os senhores chegassem ao plenário hoje à tarde com uma expectativa de que já existe acordo.

Não há esse acordo ainda firmado. Há uma simpatia muito grande. Eu penso que a votação hoje aqui, por unanimidade, de um requerimento subscrito por todos os membros da Comissão possa, sim, dar uma força muito grande para que a gente consiga esse acordo hoje lá no Plenário. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Um momento.

Está inscrita a Senadora Ana Rita. Antes, porém, pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer o registro de que esse posicionamento meu a favor do projeto também é o posicionamento do Senador José Agripino, lá do Estado do Rio Grande do Norte, que não pôde estar aqui, mas me pediu para externar o posicionamento favorável de S. Ex^a.

Quero aproveitar a oportunidade para saudar a Dr^a Lenira da Silva Costa, que é do Conselho Federal de Farmácia do Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte, nós temos 3 mil farmacêuticos, portanto, é um benefício que se espalha por todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado. *(Palmas.)*

É importante lembrar que o Senador Agripino Maia é Líder dos Democratas nesta Casa, portanto, já é um Líder favorável – imagino eu – à votação.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores e Senadoras, farmacêuticos aqui presentes, eu tenho a alegria ao saber que o Presidente do Conselho de Farmácias do meu Estado, o Espírito Santo, Dr. Gilberto Dutra, se encontra presente, e também o Presidente do Conselho Federal de Farmácias, que está aqui, além de diversos outros farmacêuticos de vários Estados.

Eu me inscrevi, Sr. Presidente, para destacar um aspecto que eu acho que é importante.

Primeiro, quero parabenizar a relatora e à autora do projeto, que apresentou essa iniciativa, e agora, após 20 anos, nós temos a oportunidade de, aqui, aprová-lo.

Na verdade, esse projeto de lei pretende regulamentar a assistência farmacêutica em todo o País. Além disso, ele também busca garantir que as farmácias de qualquer natureza deverão ter localização adequada sob o aspecto sanitário. Eu acho que isso é importante e extremamente necessário para dar mais segurança e garantia não só aos trabalhadores da saúde que estão na farmácia, mas também aos usuários daquelas farmácias.

O que eu vejo de importante nisso, Sr. Presidente, é a obrigatoriedade de cada unidade, de cada farmácia ter um profissional de saúde, porque é um direito do cidadão quando chegar a uma farmácia ter uma orientação certa, segura, adequada. Nós não podemos exigir isso de um trabalhador que está na farmácia e que não tem formação para isso ou tem uma formação pequena ou apenas tem uma experiência prática. O farmacêutico é um profissional de nível superior, é um profissional de saúde e, portanto, tem um amplo conhecimento do que se refere à medicação principalmente.

Eu fico pensando que, muitas vezes, um cidadão ou uma cidadã, numa emergência, por tomar uma medicação, às vezes, até indicada por um médico, não é uma automedicação, tem uma alergia e precisa, numa emergência, ser atendido. Se ele não consegue localizar ou ter uma unidade de saúde próxima que possa atendê-lo adequadamente naquele momento, ele pode ter a garantia de chegar a uma farmácia e ter uma orientação correta e adequada de um profissional de saúde.

Penso ainda que o profissional de saúde, o farmacêutico, que está na farmácia é aquele profissional que vai orientar melhor aquela pessoa e até fazer essa articulação, essa ponte com a unidade de saúde. Não é um profissional que deve atuar isoladamente dentro de um sistema de saúde. Eu entendo que o farmacêutico faz parte de todo um sistema de saúde e, portanto, ele tem de interagir também com as demais unidades de saúde.

Quero parabenizar os farmacêuticos aqui presentes. Eu acho que esse projeto é uma grande conquista, é um grande avanço. Ainda acho que vai haver um estímulo à formação de novos farmacêuticos.

Estou me recordando aqui – o presidente lá do meu Estado pode dizer e, depois, podemos até conversar um pouco – de que, esses dias mesmos, passando em frente à Faculdade de Farmácia do meu Estado, pude perceber que a reforma daquela Faculdade se arrasta há anos, há anos. Então, precisamos realmente cuidar para que a formação profissional realmente possa ser a contento e dar o retorno necessário à sociedade, formando bons farmacêuticos, bons profissionais, para poder prestar um bom serviço à nossa sociedade.

Parabéns!

Tenho plena concordância com a iniciativa aqui apresentada. Acredito que, se for possível votar – se não for hoje, ainda nesta semana – será importante para toda uma categoria que está presente em todos os Estados e que precisa, cada vez mais, disciplinar o oferecimento desses serviços para a sociedade brasileira.

É isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero destacar que também o Senador Rodrigo Rollemberg, que aqui se pronunciou, é Líder de uma Bancada, assim como o Senador Humberto também. Então, já estamos trazendo o apoio de Lideranças. O Senador Rodrigo Rollemberg, que é Líder do PSB, o meu Partido, falou, portanto, não apenas por si, mas assinou o documento me representando, assim como aos Senadores João Alberto Capiberibe, do Amapá, e Antonio Carlos Valadares, de Sergipe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O PP também está junto. O PP também.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Também a Senadora Ana Amélia, que representa a Liderança do PP. Portanto, nós estamos avançando no processo de alcançar o apoio das Lideranças para alcançar o apoio das Lideranças para que nós possamos votar ainda hoje, em situação de urgência, pelo Plenário da Casa.

Eu quero apoiar também esse substitutivo da Câmara dos Deputados, que pretende regulamentar a assistência farmacêutica em todo o País.

Eu tive a oportunidade de participar, quando estudante, de muitas lutas da Faculdade de Farmácia. Como Presidente do DCE, acompanhei, de maneira especial, o movimento dos estudantes de Farmácia por mudanças curriculares, por mudança, inclusive, da sede da Faculdade de Farmácia lá na Bahia, que conquistou, logo depois, uma sede grande e com condições de atender às necessidades do curso.

Particpei e acompanhei a luta da Deputada Alice Portugal, farmacêutica de origem, e da Senadora Vanessa Grazziotin, também Deputada à época e farmacêutica de origem, e pude ter a satisfação de receber, nessa movimentação, o Conselho Federal de Farmácia e o seu Presidente, Dr. Walter da Silva Jorge João, além dos conselhos de outros Estados, especialmente o Conselho do Estado da Bahia, que, através de Altamiro, representa um grande número de farmácias, porque, na Bahia, nós temos quase 10 mil farmácias – nós temos 8 mil farmácias. É um Estado grande da Federação que também avança em outras áreas, digamos assim, da farmacologia, agora com a Bahiafarma reestruturada, produzindo remédios próprios e, portanto, avançando na compreensão do papel do farmacêutico e da farmácia na assistência de saúde no Brasil, integrando e fortalecendo o SUS em nosso País.

Nós apoiamos integralmente o projeto. Ontem eu representei a Liderança do PSB na reunião de Líderes e dei total apoio ao esforço da Senadora Vanessa Grazziotin de convencimento dos Líderes, assim como a Senadora Ana Amélia, o Senador Humberto, o Senador Cyro Miranda.

Espero que todos nós, coordenados pela liderança e prestígio que V. Ex^a tem nesta Casa e também como Presidente desta Comissão, possamos hoje sair vitoriosos desse esforço de tentar aprovar ainda hoje. É claro que os Conselhos de Farmácia aqui representados são maduros o suficiente para saber que não depende apenas da nossa vontade; depende de todo um processo de articulação política. Se não for possível hoje, certamente será possível na primeira oportunidade em que esta Casa se reunir, porque já encontrou um nível de unanimidade entre os Líderes que se pronunciaram. E, com o peso da opinião desta Comissão, creio será em breve. Se pudermos resolver essa questão hoje, será uma vitória maior ainda.

Portanto, eu quero parabenizar todos os Conselhos aqui presentes e reafirmar que as nossas lutas em defesa da saúde do povo brasileiro ou da melhoria da qualidade de vida não são lutas rápidas. Vinte anos num processo de debate dentro do Parlamento significa uma construção de consenso, e o Parlamento significa a Casa de negociação dos interesses da sociedade. Venceram, nesta Casa, justamente os interesses do povo e os interesses dos farmacêuticos, que lutam hoje não apenas para garantir um espaço no mercado de trabalho, mas principalmente por um conceito de saúde pública em nosso País. *(Palmas.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, até para colaborar com a votação desse projeto, eu vou ser muito sintético.

Eu quero ressaltar que a autoria desse projeto foi de uma Senadora de Roraima, a Senadora Marluce Pinto, e aqui está sendo relatado por uma Senadora também da Amazônia, farmacêutica, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Não só como Senador, mas principalmente como médico, sou totalmente favorável a esse projeto. *(Palmas.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Presidente Waldemir Moka, cumprimento todos pelo trabalho relativo aos farmacêuticos e, em especial, a Senadora Marluce Pinto, que, em 1993, em meu primeiro mandato, era aqui a minha colega, e que, com tanta dedicação, teve essa iniciativa que, agora, felizmente foi aprovada. Graças ao trabalho, conforme salientaram os Senadores, em especial o Paulo Paim, e a colaboração de Alice Portugal, Ivan Valente, e, em especial, da Senadora Vanessa Grazzioti, que tem todos os

méritos na elaboração do parecer, sobretudo para valorizar o farmacêutico como profissional que contribui para a saúde do povo brasileiro, pois, a regulamentação da farmácia como estabelecimento de saúde é fundamental.

Quero salientar que há 110 Faculdades de Farmácia, 75 mil farmacêuticos, e 19 mil farmácias, nos 645 Municípios do Estado de São Paulo, onde hoje estão cerca de 42 milhões de habitantes.

Fiquei pensando aqui, Sr. Presidente, que eu próprio, aos 73 anos, acho muito difícil passar o mês sem fazer visitas a farmácias, pelo menos três, quatro vezes por mês. Perguntei aqui às minhas Assessoras mais jovens do que eu, elas me disseram que quase não fica doente, não precisa ir à farmácia, só quando a filha fica resfriada, e a outra disse que vai pelo menos três vezes.

Mas eu queria, em nome de todos que vamos à farmácia – eu próprio, que vou, no mínimo, três vezes por mês – agradecer a todos os farmacêuticos e a todos os que trabalham em todas as farmácias de São Paulo e do Brasil.

Meus cumprimentos a todos os farmacêuticos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A Senadora Lúcia Vânia pediu que eu registrasse o seu apoio. Ela é Relatora de matéria em outra comissão, portanto, teve que se ausentar.

Estão encerradas as inscrições.

Eu quero colocar em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. Antes, porém, permito-me cumprimentar a Conselheira de Farmácia do meu Estado, a Dr^a Angela Vargas. Eu não sei ela, mas o seu marido foi meu aluno. Eu o conheço bem. Aliás, eu tenho orgulho de ter estimulado um número muito grande de jovens que hoje são farmacêuticos e bioquímicos, quando dei aulas de química durante 15 anos.

Inclusive, fui casado com uma farmacêutica, já falecida, e quero homenagear a minha filha Mariana, dizendo que, se a mãe dela, que foi uma grande militante farmacêutica, fosse ainda viva, certamente ela estaria aqui me pressionando para votar este projeto. (*Palmas.*)

Então, é muita alegria, Angela, estar aqui.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto. (*Palmas.*)

Passo à leitura de requerimento que pedimos fosse feito aqui:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, DE 2014

Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1993.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Esse requerimento está assinado por todos os Srs. Senadores aqui presentes.

(*Palmas.*)

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o nosso requerimento de urgência. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, parabênizo os farmacêuticos e consulto V. Ex^a – em função de que a repórter que vai fazer a entrevista se atrasou, porque há um número muito grande de pessoas entrando no Senado, neste momento – se é possível fazer a inversão de pauta para que eu leia o relatório do item 4, já sabendo que haverá pedido de vista. Trata-se de projeto não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero dizer que estão aqui presentes, também em grande número, os aeronautas, Senador Rodrigo Rollemberg, portanto, vamos fazer um acordo.

Eu pediria que a gente pudesse tratar, até em respeito à presença deles aqui, primeiro do caso deles, e, logo em seguida, faríamos a...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Então, eu vou pedir e solicitar a V. Ex^a – concordo com V. Ex^a em respeito aos aeronautas que estão aqui – para deixar, então, os dois itens que eu relato para que sejam os dois últimos itens da pauta, porque vou dar entrevista e volto para relatá-los.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso eu já havia garantido a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de deixar consignado o meu apoio a todos dos farmacêuticos deste País, dizer da importância desse projeto, pedir desculpas porque tive que me ausentar, mas tem o meu apoio assim como teve o apoio de todos os Senadores. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu fiz questão de registrar o apoio e o voto de V. Exª quando da sua ausência, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 5 da pauta – só um minutinho, Senador Eduardo Suplicy.

Há acordo. Portanto, o item 5 é de decisão terminativa, turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

– Em 04.06.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de nova Emenda Substitutiva integral.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Paulo Paim, Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho tratado, com o apoio de V. Exª, com enorme carinho essa questão dos aeronautas. Como Relator da matéria, construímos o substitutivo a partir do projeto apresentado pelo Senador Blairo Maggi, que está voltando à Casa a partir já desta semana. Mas tenho pautado na construção do substitutivo, Sr. Presidente, uma linha, em parceria com V. Exª, de muito diálogo.

Depois da votação última que aqui fizemos, tive uma reunião com todo o setor empresarial e avisei os trabalhadores – eles estão sabendo disso. Quando eu fui chamado pelo setor empresarial, aqui em Brasília, fui ao encontro deles, ouvi a todos e respondi da seguinte forma: “O projeto está na pauta; nós vamos votar o projeto no dia de hoje”, mas disse, também, que eu tinha certeza de que tanto V. Exª, que tem nos ajudado muito, como este Relator não poria nenhum obstáculo desde que houvesse o entendimento com os trabalhadores, e conversasse, também, com o Executivo.

Fui procurado, depois dessa reunião, pelos representantes dos trabalhadores, que me comunicaram que estava havendo um grande entendimento com o setor empresarial e com o Executivo, para a aprovação definitiva desse projeto. Depois disso, disse a eles que falaria com V. Exª, e ontem, ainda, ou na segunda-feira, falamos e V. Exª também deu sinal verde do seu entendimento na construção desse grande acordo. Comuniquei a eles que, no dia de hoje, mediante os fatos, que eu faria esse encaminhamento, pedindo para retirar de pauta esse projeto, não por uma semana ou duas – pois é praticamente um estatuto do setor, pelo número de artigos, incisos –, mas que o projeto voltasse somente daqui a 45 dias, segundo o entendimento deles. Eu acatei, mas naturalmente V. Exª vai referendar ou não, entretanto já comuniquei.

Por isso, Sr. Presidente, se esse for o entendimento de V. Exª no Plenário, eu retiro o projeto de pauta para que seja votado daqui a 45 dias. Aqui quero também render as minhas homenagens ao Senador Blairo Maggi, porque foi ele que apresentou o projeto original, que suscitou esse grande debate nacional de segurança de voo. Por isso a importância desse momento.

Cumprimento V. Exª por ter permitido que, de imediato, a gente resolvesse essa questão e o projeto possa ser retirado por 45 dias da pauta de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Esta Presidência quer informar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que eu fui procurado também. E aqui eu quero citar e, ao cumprimentá-lo,

cumprimento todos os aeronautas, o Comandante Adriano Castanho, que é o Secretário-Geral do Sindicato dos Aeronautas, que relatou exatamente o entendimento que comunica oficialmente o Relator do projeto, Senador Paulo Paim.

Eu, desde o início, recomendei que a gente pudesse fazer exatamente essa convergência entre os empresários, as companhias e os trabalhadores. E esse entendimento, me parece, chegou muito próximo. Não deu acordo, veio para cá.

É aquilo que eu digo: quando não tem acordo, nós vamos a voto. Mas eu penso que, em função até de que esta Comissão agilizou e eles perceberam que seria votado, evidentemente que, aí, abre um espaço maior para negociação. Parece-me que foi isso que aconteceu. Mas eu quero louvar também a postura dos empresários, de todos que estão trabalhando.

O fundamental para esta Comissão é que, daqui a 45 dias, nós possamos votar um texto que represente exatamente o acordo, o grande acordo, o consenso entre todos os segmentos envolvidos. E quem vai ganhar com isso é a população, que terá voos, com certeza, mais seguros.

Então, com o pedido do Relator, a Presidência vai conceder, então, a retirada do projeto com esse compromisso: um prazo de 45 dias. Essa é a nossa decisão.

Ouçó, evidentemente, os Senadores.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, é sobre outro tema. Como também estamos em reunião na CCJ, informo a V. Exª que, quanto ao item 9 da pauta eu pretendo pedir vista. Então, eu queria já antecipar, porque talvez eu tenha que sair antes de chegar ao item 9.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu recebo o pedido de V. Exª. Contudo, eu só posso conceder o pedido de vista após a leitura do relator. V. Exª conhece o Regimento, mas fica registrado.

Então, eu estou retirando da pauta, por 45 dias, o item 5, cumprimentando, mais uma vez, todos os aeronautas, em nome do Comandante Adriano Castanho aqui presente.

Muito obrigado pela presença dos senhores aqui.

Item 2 da pauta:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2003 – Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a correção dos benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2003, que tramita em conjunto.

A votação é simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, se há um Parlamentar que dedica a sua vida para estudar o problema relativo à história dos que estão dependendo da previdência social este é o Senador Paulo Paim.

Eu quero dizer que eu me sinto honrado de ter sido designado para dar o parecer sobre o PLS nº 244, de 2003, e PLS nº 20, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A primeira proposição pretende alterar a lei de benefícios da previdência social no que se refere à correção dos benefícios previdenciários para que, na hipótese de utilização da estimativa de índice que esteja abaixo do índice real, haja uma correção complementar no mês seguinte retroativa ao primeiro mês do reajuste.

A justificação do autor registra que o reajuste concedido em 2013 utilizou uma estimativa de 0,38% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, quando esse índice acabou chegando a 0,99%.

Essa diferença de indicadores resultou em perdas para aposentados e pensionistas e afrontaria o §4º do art. 201 da Constituição, que assegura “o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei”.

Na sequência, o autor destaca sua intenção de impedir que haja perda do poder de compra dos aposentados e pensionistas que recebem na faixa de um a oito salários mínimos, mediante aplicação integral de um índice compatível com essas perdas. Sabidamente, o INPC é o indicador mais seguro para a correção dos valores dos benefícios.

A segunda iniciativa, o PLS nº 20, é originário de sugestão encaminhada à CDH pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. O art. 1º deste PLS promove alterações no art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, de forma a estabelecer que o reajuste, para preservar o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários, continua a corresponder à concessão da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, observada no ano anterior.

O aumento real pretendido tem como base a variação do crescimento das remunerações dos empregados informadas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social, observada no penúltimo exercício anterior ao reajuste.

Por sua vez, o art. 2º estabelece que a despesa corrente oriunda das alterações a serem promovidas será custeada pelo orçamento da seguridade social, sendo que o Poder Executivo tomará as medidas necessárias para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, o art. 3º do PLS nº 20, de 2013, institui a cláusula de vigência da lei, fixando que a lei produzirá efeitos a partir do ano seguinte à aprovação da lei orçamentária que der cumprimento ao disposto no art. 2º desta mesma proposição.

A primeira proposta foi objeto de minuta de parecer do nobre Senador Flávio Arns, que se manifestou, inicialmente, pela aprovação, em 2003, e depois pela prejudicialidade, em 2010. Foi, posteriormente, arquivado em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e desarquivado em face da aprovação do Requerimento nº 167, de 2011, que teve como primeiro signatário o Senador Paulo Paim e que recebeu, então, parecer do Senador Paulo Davim, pela prejudicialidade. A segunda proposição foi distribuída, primeiramente, a esta CAS, onde recebeu parecer favorável do Senador Paulo Paim.

As duas matérias, perdendo o caráter terminativo nesta CAS, passaram a tramitar em conjunto em razão da aprovação do Requerimento nº 594, de 2013, do Senador José Pimentel. Após a apreciação desta Comissão, os temas serão também analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas aos projetos no prazo regimental.

Análise.

As proposições não apresentam impedimentos de natureza constitucional ou jurídica, não afrontam os princípios adotados pelas normas regimentais e da boa técnica legislativa, objetivam assegurar a eficácia de norma constitucional garantidora de um reajuste para os benefícios previdenciários compatível com as perdas ocorridas no período anterior de 12 meses.

No mérito, em relação ao PLS nº 244, de 2003, acompanhamos e reiteramos os argumentos expostos pelos relatores que nos antecederam, no sentido do reconhecimento de sua prejudicialidade.

Quando esta proposta foi apresentada, as condições e os argumentos eram justos e razoáveis. No entanto, já foi promovida alteração na Lei de Benefícios da Previdência Social, no sentido de corrigir a normatização imprópria e desfavorável aos aposentados e pensionistas. A legislação da época remetia a definição do índice de reajuste a uma norma regulamentar. E a correção a menor que justificou a iniciativa decorreu do Decreto nº 4.709, de 2003.

O fundamento, naquela época, constava do art. 41 da Lei nº 8.213, de 1991, que foi revogado. Atualmente, rege a definição do índice de reajuste o art. 41-A, da mesma lei, incluído pela Lei nº 11.430, de 2006, que prevê: “O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Reconhecemos, assim, que o objetivo do autor do PLS nº 244, de 2003, foi alcançado com a utilização de um índice permanente.

Em relação ao PLS nº 20, de 2013, não temos reparos a fazer. A Proposta procura implantar uma política de valorização dos proventos de todos os benefícios previdenciários, já que, nos últimos anos, apenas aqueles equivalentes a um salário mínimo têm sido objeto de reais elevações.

A iniciativa é salutar, à medida que vincula a valorização comum de todos os benefícios previdenciários ao crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal.

Assim, todo crescimento real observado nas remunerações dos empregados ativos, ao longo de determinado ano, passa a ser igualmente concedida aos aposentados e pensionistas no segundo ano subsequente. Com isso, vincula-se a renda dos trabalhadores ativos e inativos, impedindo, assim, que estes últimos deixem de acompanhar as melhorias observadas no mercado de trabalho do País.

A variação do crescimento das remunerações dos empregados será calculada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social, observada no penúltimo exercício anterior ao reajuste.

Conforme informação constante do Boletim Estatístico, publicado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, todas as empresas do País começaram a entregar a GFIP, obrigatoriamente, a partir de janeiro de 1999. Nesse documento, passaram a informar, mensalmente, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias, dentre os quais o pagamento de remunerações a seus empregados. Ao registrar, de forma individualizada, as remunerações pagas a todos os brasileiros com carteira de trabalho assinada, a GFIP constitui, hoje, verdadeiro censo mensal do mercado de trabalho formal brasileiro.

De qualquer forma, a segunda proposição é mais ampla e minuciosa do que a primeira. Isso, por si só, justifica a aprovação do PLS nº 20, de 2013, em prejuízo do PLS nº 244, de 2003.

Os aspectos econômicos serão revisitados pela Comissão de Assuntos Econômicos, que, oportunamente, também se manifestará sobre as matérias.

Assim, com os argumentos expostos, opinamos pela rejeição do PLS nº 244, de 2003, e pela aprovação do PLS nº 20, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que está fundamentada em sugestão da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Ressalto que o Senador Paulo Paim, como um membro tão atuante da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, foi um dos que mais batalhou para que pudesse ser aprovado e chegasse a este estágio o PLS nº 20, de 2013, que leva em consideração os propósitos do PLS nº 244, de 2003, mas cujo conteúdo já foi considerado pela iniciativa governamental.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Como autor, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro quero aqui render minhas homenagens ao Senador Eduardo Suplicy. E por que em primeiro lugar? Porque ele teve a coragem de pegar dois projetos que, no fundo, eu construí os dois. Um eu ajustei com a Cobap para que ela entrasse como entidade representativa dos aposentados. Fiz o relatório, apresentei o substitutivo e aprovamos.

E por que o Senador Eduardo Suplicy está coberto de razão? Porque o outro projeto, também de minha autoria, era vinculado ao crescimento do PIB. E sempre há um setor da sociedade, inclusive no campo jurídico, que diz que se eu vinculo ao crescimento do PIB, eu estaria vinculando ao crescimento do salário mínimo. E eu estaria vinculando ao crescimento do salário mínimo, e, constitucionalmente, é proibido que qualquer matéria seja vinculada ao salário mínimo.

Por isso, articulamos com a Cobap para que esse projeto, que eu já tinha registrado em outro momento, fosse apresentado com a Cobap, sob minha relatoria, que é exatamente o entendimento que teve o Senador Suplicy, já que o Projeto nº 20 contempla o nº 244 na íntegra. Só que diz que o reajuste será de acordo com o crescimento da massa salarial do País, que é medido pelo próprio Ministério da Previdência via as contribuições da Previdência e do FGTS.

Eu quero dizer a V. Exª, Senador Suplicy, que esse é o sonho dos aposentados do País: ver esse projeto apresentado no relatório de V. Exª.

Cumprimento a Cobap, que entendeu toda essa engenharia que nós tivemos que fazer. Com certeza eles vão procurar o Senador Suplicy, em São Paulo, para, naturalmente, cumprimentá-lo, porque é exatamente esse projeto que eles queriam e que vai atender, Sr. Presidente, em torno de 9 milhões de aposentados e pensionistas. Nós temos hoje em torno de 30 milhões, mas mais ou menos 20 milhões ganham salário mínimo. Os outros 9 ou 10 milhões que ganham acima do salário mínimo estariam contemplados.

É claro que eles sabem que esse projeto vai passar por um grande debate. Aprovado aqui, vai para outra comissão, a de Economia, lá que é terminativo. Se aprovado, ainda vai para a Câmara, e teremos que fazer um amplo diálogo.

Mas eu termino dizendo que a importância, Senador Suplicy, do seu relatório é que vai me dar condição de pedir para retirar de pauta um outro projeto que está na pauta de hoje, do qual sou Relator, de outros dois Senadores, que, no fundo, trata do mesmo tema. Como o Senador Suplicy, neste, resolve o problema dos aposentados, daí nós poderemos, então, naquele outro projeto, apresentar um relatório que trate somente do

salário mínimo. Resolvemos as duas questões, Senador Suplicy. Naquele, eu tratarei do salário mínimo, e neste, sob a batuta, a maestria, a competência de V. Ex^a, nós trataremos dos interesses dos aposentados e pensionistas.

Meus cumprimentos ao brilhante trabalho do Senador Suplicy e à Cobap, pela forma como entendeu que eu tinha que fazer essa engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Eu tenho comigo, Senador Eduardo Suplicy, que o caminho é esse. É claro que, como disse o Senador Paulo Paim, não é um caminho, mas eu acho que nós poderíamos nos somar. Porque eu acho que é um projeto que tem um alcance importante, com benefício para milhões de aposentados. Eu acho que, durante a tramitação na CAE, que é a Comissão terminativa, é que se vai examinar o impacto financeiro.

Mas nós deveríamos, realmente, a partir do relatório de V. Ex^a, trabalhar, porque eu acho que é, sem dúvida alguma, um projeto que pode dar um lastro importante e assegurar realmente essa questão dos aposentados.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2013, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da sua tramitação.

V. Ex^a vai pedir a retirada?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Mediante a aprovação desse projeto, que para mim é fundamental, eu peço que se retire de pauta o item 3, para eu rever o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está retirado de pauta o item 3. (É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto.

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2014 – Não terminativo –

Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de longo prazo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019; altera a Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 4.

O Senador Rodrigo Rollemberg é o Relator do item 4 da pauta. Deu certinho o tempo, Senador:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, da Emenda nº 1-CI e da Subemenda nº 1-CE, com a Emenda e as 3 (três) Subemendas que apresenta.

Observações:

- Em 30.10.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer Favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CI.
- Em 18.03.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto acrescentando a Emenda nº 1-CI, na forma da Subemenda nº 1-CE.
- A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator Senador Rodrigo Rollemberg para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka.

Vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2013, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, que altera três artigos da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

A primeira alteração, feita nos incisos I e IV do art. 47, propõe que os recursos do Fundo Social (FS), criado pela Lei nº 12.351, de 2010, sejam empregados na educação básica e na saúde pública infantil. Atualmente, o comando legal impõe que a aplicação desses recursos seja feita, entre outras áreas, em educação e saúde pública, genericamente.

A segunda modificação proposta é no inciso I do art. 49, para determinar que os bônus de assinatura pelos contratos de partilha de produção sejam integralmente destinados ao Fundo Social – as regras em vigor destinam ao Fundo Social uma parcela do bônus de valor percentual ou absoluto não especificado.

Finalmente, o parágrafo único do art. 51 é alvo da terceira mudança sugerida, que pretende determinar que, em caso de uso de recursos do principal do Fundo Social nas finalidades previstas no art. 47, nos termos estabelecidos no dispositivo, as áreas de educação básica e saúde pública infantil recebam, de tais recursos utilizados, pelo menos percentual igual à proporção que os aportes dos bônus de assinatura representam no montante total do Fundo Social.

Ao justificarem sua proposta, os autores defendem que os recursos obtidos pela exploração do petróleo, um recurso natural finito, devem ser empregados na construção e melhoria do futuro do nosso País. Por isso, argumentam, as crianças e os adolescentes brasileiros devem receber atenção prioritária por meio de maior investimento na educação básica e na saúde pública infantil.

O PLS recebeu despacho para ser apreciado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela Comissão de Assuntos Sociais e, finalmente, pela Comissão de Assuntos Econômicos, a quem cabe a decisão terminativa.

Na CI, a iniciativa recebeu voto pela sua aprovação com a Emenda nº 1-CI, a qual busca aperfeiçoar a técnica legislativa das modificações promovidas nos arts. 47, 49 e 51 da Lei nº 12.351, de 2010.

Com relação à nova redação proposta para o parágrafo único do art. 51, a emenda da CI propõe que a alteração sugerida seja incorporada ao texto legal por meio do acréscimo de um novo parágrafo – o §2º –, mantendo-se a redação original do parágrafo único, que é renumerado como §1º. Entendeu a CI que, dessa forma, o texto ficaria mais claro.

A Comissão de Educação também decidiu pela aprovação da proposição e da Emenda nº 1-CI, com a Subemenda nº 1-CE, que cuidou de substituir a expressão “educação básica” por “educação básica pública”, constante do inciso I do art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, nos termos do art. 1º do projeto, com a redação dada pela Emenda nº 1-CI.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, é atribuição da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em comento, que trata de recursos destinados à saúde pública infantil.

Como a decisão terminativa será dada pela CAE, restringiremos nossa análise ao mérito da proposta nos aspectos relacionados à área da saúde, já que os efeitos do PLS no que concerne à educação já foram analisados pelas comissões que nos antecederam.

A proposta é louvável, na medida em que busca garantir fontes de recursos para o financiamento do Sistema Único de Saúde. Embora não seja uma fonte contínua ou perene de recursos, os bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos que se encontrem na camada do pré-sal representam valores que podem incrementar o combatido orçamento do SUS.

Dessa forma, o PLS em tela caminha no mesmo sentido de outras iniciativas do Senado Federal, que visam dar solução para o problema do financiamento do sistema público de saúde no Brasil.

É inegável a falta de recursos para o SUS em todas as áreas, seja no setor de saúde infantil, seja na vigilância sanitária, ou nas demais áreas de saúde. A comparação dos investimentos nacionais em saúde com os números internacionais evidencia, ainda mais, o quanto o nosso sistema público de saúde é subfinanciado.

No caso da saúde das crianças brasileiras, alvo do PLS em comento, a taxa de mortalidade infantil, apesar da tendência de queda observada, ainda é alta no País, correspondendo a algo em torno de 15 mortes de crianças com menos de um ano de idade, em mil nascidas vivas. É importante ressaltar que a taxa de mortalidade infantil é um importante sinalizador da situação dos serviços de saúde em geral, pois as crianças são mais sensíveis e dependentes deles. Outro dado que mostra a vulnerabilidade do público infantil é a taxa de mortalidade entre crianças com até 5 anos, que está em torno de 17 óbitos para cada mil nascidos vivos.

É necessário, portanto, investir na saúde das crianças brasileiras, pois só assim poderemos ter melhorias de longo prazo. Algumas ações simples voltadas para a saúde infantil podem surtir efeitos que, além de garantir um melhor estado de saúde da criança, estender-se-ão por toda a vida do indivíduo.

Devemos apontar, no entanto, que a despeito das boas intenções da iniciativa – e, aqui, quero cumprimentar os autores, Senador Ricardo Ferraço e Senador Cristovam Buarque –, a vinculação dos recursos para investimento exclusivo na saúde das crianças contraria princípio de constituição do SUS elencado no inciso VII do art. 7º da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 –, o qual estatui a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática. Essa determinação é fundamental para que não ocorra o engessamento do orçamento do SUS.

Assim sendo, no que se refere à vinculação de valores ao SUS, julgamos melhor manter as atuais determinações da Lei nº 12.351, de 2010, que destinam recursos do Fundo Social a ações de desenvolvimento da saúde pública como um todo, independentemente da faixa etária do público-alvo.

Esperamos, também, que esses novos recursos sejam realmente utilizados como parcela adicional no financiamento da saúde pública. Enfatizamos isso porque há ocasiões em que o Governo remaneja para outras áreas os recursos que já são empregados no SUS e os substituem por novas fontes vinculadas de financiamento. Isso aconteceu, por exemplo, com os recursos da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, que deveriam ser uma fonte de incremento ao orçamento do SUS.

Por esse motivo, propomos emenda que visa a garantir que os recursos de que trata o PLS sob análise sejam realmente fontes adicionais de financiamento ao SUS.

Por todo o exposto e pelos benefícios que a lei gerada pelo projeto de lei em análise trará, somos favoráveis à sua aprovação.

Com relação às emendas apresentadas pela CI e CE, julgamos que elas são pertinentes, embora, a nosso ver, a redação proposta para o §2º do art. 51 pela Emenda nº 1-CI altere o teor da proposta originalmente formulada. Com efeito, de acordo com o texto dessa emenda, as áreas de educação básica e saúde pública infantil passariam a receber do Fundo Social pelo menos os valores dos bônus de assinatura aportados a esse fundo.

Ademais, a redação da emenda do projeto não está adequada ao seu conteúdo, pelo que apresentamos emenda com o objetivo de promover a necessária adequação.

Pelos argumentos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, da Emenda nº 1-CI e da Subemenda nº 1-CE, com as seguintes emendas e subemendas:

Emenda nº – CAS
(Ao PLS nº 280, de 2013)

Dê-se à emenda do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social nas áreas de educação básica e de saúde pública; sobre a destinação integral dos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção para o Fundo Social; e sobre a aplicação de recursos do principal do Fundo Social nas áreas de educação básica e de saúde pública.

Subemenda nº – CAS
(À Emenda nº 1-CI)

Acrescente-se o termo “pública” após a expressão “educação básica” no §2º do art. 51 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com a redação dada pela Emenda nº 1-CI.

Subemenda nº 3 – CAS
(À Emenda nº 1-CI)

Suprima-se o termo “infantil” após a expressão “saúde pública” no inciso IV do art. 47 e no §2º do art. 51 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com a redação dada pela Emenda nº 1-CI.

Subemenda nº 4 – CAS
(À Emenda nº 1-CI)

Acrescente-se ao art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com a redação dada pela Emenda nº 1-CI, o seguinte §4º:

“Art. 47
§4º Os recursos provenientes do FS não poderão ser computados para efeito do cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.”(NR)

Considero, Sr. Presidente, e por isto fiz questão de vir relatar esta matéria, este projeto da maior importância, para fazer com que, efetivamente, os recursos da exploração do pré-sal possam garantir para as gerações futuras uma melhor qualidade da educação e uma melhor qualidade da saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Rodrigo Rollemberg adiantou que talvez haja um pedido de vista.

Eu vou conceder a palavra ao autor do projeto, o Senador Ricardo Ferraço. Antes, porém, eu quero dizer o seguinte: esse projeto não é terminativo nesta Comissão. Nossa Comissão é a de saúde, de seguridade social. Eu acho muito complicado barrarmos a tramitação de um projeto como esse, uma vez que ele terá, necessariamente, que ir à Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, esses argumentos serão colocados lá, oportunidade em que vai haver um debate.

Então, eu gostaria de fazer um pedido. É claro que todos os Senadores aqui tem o direito de pedir vista, e eu, regimentalmente, a concederei, mas eu faria o apelo para que a gente, aqui, nesta Comissão, que trata exatamente dessa questão da saúde... Todos nós sabemos que o grande problema do SUS é financiamento, mas eu gostaria, sinceramente, de ver esse projeto tendo continuidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg pelo trabalho feito e também aos autores, o Senador Ferraço e o Senador Cristovam Buarque. Eu endosso, em gênero, número e grau, a argumentação de V. Exª, porque ele não é terminativo nesta Comissão; ele vai para outra Comissão, onde haverá tempo para que os aspectos contraditórios de parte do Governo, eventualmente, ou de outras áreas sejam colocados e para que seja tentado um entendimento e uma convergência.

Por outro lado, penso que não se pode ignorar a necessidade de intensificar a prioridade para as crianças, especialmente no ensino fundamental, e dar uma cobertura de saúde pública para essa geração, para essas crianças seria de alto valor do ponto de vista das necessidades que nós temos.

Então, tudo converge para uma atenção a isso, e a alternativa proposta por V. Exª é, penso, politicamente, a mais adequada e, socialmente, a mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo Ferraço, como autor do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Exª de permitir que eu possa fazer uso da palavra, mesmo não sendo membro desta Comissão, para trazer um pouco do sentimento que me moveu quando nós apresentamos este projeto em parceria com o Senador Cristovam Buarque.

A Lei nº 12.351 define que parcela dos recursos do chamado bônus de assinatura irão para o Fundo Social. O que nós estamos aqui meramente propondo para debate é uma espécie de regulamentação dessa parcela desses recursos, enfocando que, na prática, a integralidade desses recursos possa ir para o Fundo Social, podendo, assim, atender a essas duas demandas.

Recentemente, Sr. Presidente, nós fizemos o primeiro leilão no sistema do regime de partilha, que foi o Campo de Libra. Este Campo de Libra proporcionou R\$15 bilhões de recursos, à vista, para os cofres do Go-

verno Federal. Mais recentemente, na equação em que o Governo Federal cedeu à Petrobras outros campos para exploração no regime de partilha, somente neste ano, mais R\$2 bilhões serão direcionados para o bônus de assinatura.

A Lei nº 12.351 define como parcela, mas não estipula essa parcela; portanto, não havendo lei que regule isso, o Governo não está direcionando quaisquer desses recursos para financiar essas áreas, que são cantadas em verso e prosa, como prioridade em nosso País; áreas que não podem ser prioridade apenas em discurso; precisam ser prioridade na prática.

Evidentemente, os nossos desafios nesse campo não passam apenas pelo financiamento. Temos problemas muito complexos; desafios no campo da gestão, mas o financiamento, efetivamente, é uma necessidade. E é isso que estamos propondo. Estamos criando uma compatibilidade daquilo que o Governo fez nessa lei criando o Fundo Social.

Recursos que são produto e resultado da exploração do petróleo são produtos finitos; são produtos que, em algum momento, não existirão mais. Assim, olhando as boas experiências do mundo, a boa governança e a boa gestão dos recursos, das rendas governamentais do petróleo, onde elas foram bem e mal utilizadas, você tem boas e más experiências. As boas experiências nos levam na direção de que esses recursos precisam ser vistos como uma poupança, e eles são vistos como poupança quando nós investimos nas futuras gerações, quando nós investimos em educação básica, quando nós investimos em educação e saúde pública infantil. Dessa forma, nós estamos investindo no alicerce daqueles que serão os cidadãos que contribuirão com a prosperidade do nosso País.

O Senador Rodrigo Rollemberg fez aperfeiçoamentos adequados, corrigindo e compatibilizando a legislação.

De modo que o apelo que V. Exª faz é o meu apelo, o apelo na direção de que a gente possa, talvez, fazer esse debate econômico lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é a Comissão de Assuntos Sociais, que, invariavelmente, prioriza a sua pauta na busca de soluções e alternativas para os problemas ligados à área social, à área de saúde e assim por diante. Por isso mesmo, quero reiterar o apelo de V. Exª, evidentemente compreendendo, com todas as vênias, o direito de o Parlamentar pedir vista. Não se trata disso; trata-se de um direito inviolável do Parlamentar, mas pondero se não seria possível que nós deixássemos esse debate econômico para a Comissão de Assuntos Econômicos e que nós pudéssemos, aqui, marcar esse gol de placa ou essa goleada, que é garantir que os recursos do bônus de assinatura pudessem ser direcionados para áreas que são de fundamental importância para a sociedade brasileira.

É, pois, este o apelo que faço, agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo aperfeiçoamento que incorporou à nossa proposta, permitindo que, por meio desses recursos, nós possamos garantir mais financiamento para essas que são áreas essenciais à sobrevivência humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

Vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

A única coisa que eu quero retirar da fala de V. Exª é o termo “goleada”, pois nós estamos ainda muito... (Risos.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa palavra “goleada” aqui é uma goleada sagrada, porque é uma goleada em favor da vida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está certo. Mas essa palavra “goleada”, quando foi mencionada, eu já me lembrei dos 7 a 1.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa é uma goleada a nosso favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Waldemir Moka, queridos Senadores Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Relatora, Senadora Ana Amélia, que também fez apelos a nós, eu conversei aqui com o Senador Paulo Paim no sentido de podermos, ambos, nós que tivemos aqui a recomendação dos Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda, da Educação e da Saúde, de pedir vista da matéria, para que se estabeleça ainda um diálogo com o autor da proposição e com o Relator e esses Ministérios, com vista a algumas preocupações.

É importante salientar que a Lei do Fundo Social direciona recursos para a educação e para a saúde pública de forma geral, garante que parcela desses bônus, sem explicar valores quantitativos, seja destinada ao referido Fundo e, considerando as Leis nºs 12.351, de 2010, e 12.858, de 2013, permite que o rendimento do Fundo seja aplicado nas diversas finalidades previstas, inclusive na educação e na saúde. Excepciona ainda para essas duas áreas a utilização de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social até que sejam cumpridas

as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, além de outras fontes de recurso também vindas da extração de petróleo.

Ora, há um posicionamento do Poder Executivo sobre a alocação do Fundo Social e das participações governamentais provenientes da produção de petróleo, de gás natural e de outros. Ressalta que a lei já prevê recursos do Fundo Social para as áreas de educação e saúde e que a priorização da aplicação dos recursos cabe a cada ministério definir, sem que, com isso, comprometa a flexibilização na gestão de tais recursos.

A proposição procura garantir que haja recursos para a educação básica e para a saúde pública infantil, mas é preciso levar em consideração que também é muito importante, para citar um exemplo, que, quando se destinam recursos do pré-sal para a educação, oportunidades sejam consideradas para os adultos que não tiveram boas oportunidades de educação quando eram crianças, para a própria alfabetização de adultos.

Se há algum Senador entre nós que muito tem batalhado para fazer do Brasil um território livre do analfabetismo este é o Senador Cristovam Buarque. E tenho a certeza de que o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Rodrigo Rollemberg, a Senadora Ana Amélia e todos nós estamos também de acordo com isso.

Então, eu queria aqui, de um lado, atender o apelo do Presidente e dos demais Senadores, do próprio Senador Ferraço, mas quero propor, junto com o Senador Paulo Paim, que haja um compromisso da parte dele próprio, como autor, de dialogar com os ministérios que mencionei, para verificar a possibilidade de um entendimento, para que, quando o projeto chegar à Comissão de Assuntos Econômicos, possa haver, quem sabe, um bom entendimento.

Pressupondo que V. Exª vai nos atender nessa sugestão, nós não vamos pedir vista. Mas o faremos com esse compromisso. Assim, não pediremos vista.

O Senador Paulo Paim, agora, complementa a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer. Eu conheço V. Exª, que é um dos Parlamentares mais sensíveis, na minha opinião. Só lhe faço justiça, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigado pelo entendimento. E tenho a certeza de que esse debate virá à tona na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, nós recebemos aqui essa recomendação. De pronto, dialoguei com o Senador Eduardo Suplicy e também com o Senador Ferraço. Alguns argumentos foram levantados, como a questão da saúde de alta complexidade, a questão do deficiente, a questão do idoso. Por tudo isso, por conhecer bem o Senador Ricardo Ferraço, sei que ele vai olhar isso com o maior carinho. Nem precisamos fazer, Senador Ricardo Ferraço, como eu lhe dizia, este debate aqui, pois se vai ver o que é possível e o que não é possível, outras fontes de recurso.

Acho que é palatável, é de bom senso a proposta de V. Exª, para que a gente aprove aqui a intenção, que é das melhores, tanto a do Relator como a do autor, e para que lá a gente aprofunde o debate em torno de um tema tão querido para todos nós aqui. Todos nós queremos atender à criança, ao adolescente, ao idoso, ao adulto, como foi colocado pelo Senador Eduardo Suplicy. O que foi dito – e o Senador Ricardo Ferraço já concordou – é que vamos continuar este debate lá, aprofundando o mérito. É isso. E, assim, a gente não pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Agradeço a V. Exª. E eu tenho certeza de que o Senador Ricardo Ferraço também é sensível.

Nós vamos encontrar, na Comissão de Assuntos Econômicos, um texto que possa atender, tenho certeza. E também tenho certeza de que o Governo está pedindo vista não por estar implicando com o projeto. Evidentemente, com certeza, os ministérios envolvidos terão argumentos, e o Senador Ricardo Ferraço será sensível.

Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está feito o compromisso natural, até porque uma construção como essa é uma construção que passa pelo diálogo, que passa pelo entendimento. De modo que nós teríamos a oportunidade, nesse trânsito entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos, ouvir e construir um caminho coletivamente com os órgãos do Poder Executivo.

Está feito o compromisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, as Emendas nºs 2, 3 e 4 da CAS, e a Emenda nº 2, também da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão que, lá, será terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu me valho do que alguns Senadores já fizeram, que é pedir o apoio de V. Exª e dos colegas aqui. Eu sou autora de um requerimento de uma audiência pública e sei que, normalmente, os requerimentos são apreciados no final, mas, como eu sou autora de uma PEC que a CCJ vai votar – é o quarto item da pauta –, sobre liberação, aumento de recursos para Municípios, e V. Exª é municipalista, eu queria acompanhar a votação dessa matéria, na relatoria do Senador Armando Monteiro. Então, se pudesse apreciar agora esse requerimento, que é uma coisa simples, e os outros projetos todos têm debate... E eu gostaria de estar presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não, Senadora.

Eu só quero retificar que foi aprovada a Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura, Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais, nos termos da Subemendas nº 1 da Comissão de Educação, Comissão de Assuntos Sociais e nºs 2, 3 e 4 da Comissão de Assuntos Sociais e a Emenda nº 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

Item extrapauta:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, perante esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir Políticas Públicas de Controle ao Câncer do Colo do Útero e Mama, com a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Dr. Luiz Antonio Santini – Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira – Subprocurador-Geral da República;
- Dr. Ruffo de Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O objetivo dessa audiência, Presidente Moka, caros colegas Senadores, é trazer subsídios para a avaliação da política pública selecionada pela Comissão de Assuntos Sociais, casualmente no nosso relatório, a política nacional de assistência integral à saúde da mulher, que enfocará políticas públicas de controle ao câncer de colo do útero e também ao câncer de mama. Isso faz parte da nossa prioridade definida, quando fizemos todo o planejamento estratégico de saúde pública para 2015.

Então, essa é a justificativa deste requerimento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem também. É só para fazer um registro público agora, porque já fiz isso pessoalmente a V. Exª.

A Comissão de Assuntos Sociais esteve envolvida – o Senador Eduardo Suplicy se envolveu muito nisso, como também o Senador Paulo Davim – na questão dos pacientes do mieloma múltiplo.

V. Exª fez uma reunião depois de uma audiência pública que esta Comissão promoveu com a Associação Brasileira dos Pacientes do Mieloma Múltiplo, que é um tipo de câncer que dá na coluna das pessoas – lembro-me bem de que o especialista falou em “tutano da coluna”. Essas pessoas pleiteavam em redes sociais ao Senador Suplicy e a mim também o registro no Brasil da lenalidomida, que é um medicamento bem indicado para esses pacientes. É um medicamento de eficácia comprovada, está liberado em vários países do mundo e tem um custo financeiro menor. E aqui veio um paciente dizendo quanto tinha gasto para comprar o medicamento que está autorizado no Brasil hoje.

A Anvisa, depois de uma reunião no seu gabinete, com a representação de todos os pacientes interessados, da indústria responsável pela patente desse medicamento, mais o Dr. Eitel, foi possível haver um tratamento técnico. E eu fui informada pelo laboratório que tem a patente de que já foram feitas duas reuniões na Anvisa e, portanto, eu fiz o registro agradecendo publicamente ao Senador Moka e também ao Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, porque agora está sendo dado o tratamento adequado, que é o exame técnico desse medicamento.

Aqui na Comissão de Assuntos Sociais, sempre pedimos a presença da Anvisa, eles compareceram e, muitas vezes, nós entramos em, digamos, críticas à Agência reguladora. Então, quando há um encaminhamento

positivo que interessa aos pacientes, nós temos que reconhecer e agradecer também a atitude do Presidente Dirceu Barbano.

É o comunicado que eu também aproveito para fazer neste momento, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero apenas me somar aos cumprimentos de V. Ex^a ao Diretor-Presidente da Anvisa. Realmente, o Dr. Dirceu Barbano foi muito eficiente. Penso que essa é uma grande notícia, sobretudo para aquelas pessoas que dependem e que têm que importar um medicamento que, tenho certeza, muito brevemente vamos poder ter aqui.

Cumprimento V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, como ele não está liberado, sequer pode ser importado. O problema é que todos os países têm. Então, as pessoas vão à Argentina, compram lá, consomem lá, mas não têm, do nosso ponto de vista, a autorização. Então, essa é a legalidade do uso do medicamento apropriado para essas... Foram eles que pediram para o Senador Suplicy, pediram a mim, pediram a todos os Senadores. O nosso trabalho foi feito, e a Anvisa é a responsável pelo encaminhamento. E V. Ex^a principalmente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Moka, caros colegas, eu quero apenas fazer o registro do item que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e dá outras providências, que foi votado hoje.

Eu recebi vários telefonemas lá do meu Estado, Santa Catarina, cumprimentando V. Ex^a por ter pautado a matéria hoje, e que, se Deus quiser, vai a plenário, inclusive nesta tarde.

Aprovo a tese, porque os profissionais farmacêuticos vão poder participar mais diretamente, tendo em vista o reconhecimento da profissão, da atividade, e isso vai ajudar. V. Ex^a, como médico, reconhece isso e ajuda a fortalecer. Eles ficaram muito felizes. Nessa torcida, sem dúvida alguma, prevaleceu em tese a questão da saúde, que é muito fundamental.

Esse é o registro que eu não poderia deixar de fazer, agradecendo todos os colegas que apoiaram também essa aprovação, inclusive relatado pela Senadora Vanessa Grazziotin, que, de nascimento, por sinal, é catarinense.

Essas eram as observações que eu não poderia deixar de fazer neste instante, com a presença dos colegas Senador Jayme Campos, do Mato Grosso; Senador Suplicy; Senadora Ana Amélia, gaúcha; demais colegas, todos os que aqui se encontram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu é que agradeço.

Os demais itens são todos terminativos.

Tendo em vista o funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça, nós não temos quórum para deliberar. No entanto, priorizamos aqui a votação do projeto dos farmacêuticos.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia onze de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos nºs 27 e 62 de 2014-CDH, ambos de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovados em 26/03/2014 e 16/07/2014, para “Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – marco legal do tema a partir das políticas públicas brasileiras e da legislação nacional”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Nivio Nascimento, Coordenador do Programa do Estado de Direito da UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; e Coronel Jorge da Silva, Ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O Senhor Presidente franqueia a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Ex-Se-

nador Ulisses Riedel; Rossana Brasil Kopf, Coordenadora de Políticas Públicas sobre Drogas do Município de São Gonçalo do Amarante (CE) e Presidenta da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da OAB/CE; Solange Palhano – Diretora Institucional do jornal O Estado, do Ceará e Coordenadora do projeto Amor à Vida, Droga Não!; Robson Silva, Movimento Ativistas da Paz pela Vida; Nazareno Feitosa, da Federação Espírita do Distrito Federal; Jorge da Silva, Coronel; Rafael Franzini; Senhor Alamar Régis Carvalho, Jornalista; Luís Eduardo Girão, empresário fundador da Associação Luz; Victor Dittz, aluno do curso de Ciência Política da UNB; Filipe Marques – aluno do curso de Ciência Política da UNB; Luiz Bassuma, ex-Deputado Federal (BA); Rodrigo Delmasso, Presidente do Partido Trabalhista Nacional em Brasília (PTN-DF); Valdery Ribeiro, Fenasp nacional; Guilherme de Campos Sales; Jorge Damasceno, dependente químico em recuperação; Júlio, morador do bairro de Itinga, Lauro de Freitas – BA; Andreia Souza, Coordenadora de Grupos de Auto-Ajuda para Dependentes Químicos no DF; Marlan Gustavo Ferreira de Sousa, Pastor; Elianildo Nascimento, advogado e representante da Organização Nova Consciência; Fábio Carvalho, pai de criança com doença que necessita de substância presente na maconha; Carlos Penna Brescianini, especialista em políticas públicas. O Senhor Presidente passa a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 27 e 62, de 2014, de minha autoria.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não está funcionando? Então vou repetir.

Bom dia a cada uma e a cada um de vocês!

Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 27 e nº 62, de 2014, ambos de minha autoria, aprovados em 26/3/2014 e 16/7/2014, para instruir a Sugestão nº 8, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania. O *link* é: <http://bit.ly/audienciainterativa> – tudo junto – e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

Eu quero, de início, chamar os convidados que aqui estão: o Dr. Nivio Nascimento, que é Coordenador do Programa do Estado de Direito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), e o Coronel Jorge da Silva, que é ex-Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Os outros convidados não puderam comparecer e nos avisaram depois. É lamentável. Mas, ao mesmo tempo, a ausência deles traz uma vantagem: todos que aqui estão e quiserem falar terão direito e poderão fazer suas falas como se estivessem à Mesa. Só não os coloco aqui por uma questão de Regimento, porque vão dizer que eu estaria passando por cima da Comissão que aprovou os nomes, mas a transmissão pela TV é igual e vamos respeitar a participação como se estivessem participando da Mesa.

Quero abrir lembrando que esta audiência tem origem numa proposta que se iniciou fora do Congresso; não foi de origem do Senado e nem da Câmara, muito menos de minha autoria. É uma sugestão da população, com mais de 20 mil assinaturas, pedindo que o Congresso analise a conveniência ou não de iniciar o processo de elaboração de um projeto de lei para regulamentação do uso recreativo ou medicinal da droga.

Ou seja, o que nós estamos fazendo aqui é debater, muito preliminarmente, um assunto que a população quer debater. Eu recebi muitos *e-mails* criticando, denunciando e reclamando desta audiência. Eu quero dizer o seguinte: se tem um problema sério neste País é a droga. E fechar os olhos para esse problema é um crime contra a humanidade, porque são milhões que estão morrendo e sofrendo. Este é um País alcoolizado

da sexta à segunda de madrugada! Alcoolizado! E a gente não pode fechar os olhos para isso. É um País em que há consumo de maconha e de outras drogas piores em grande quantidade. É um País em que, ao redor dessas drogas, surgiu um negócio clandestino que mata também milhares de pessoas por conta da violência que o tráfico provoca. Não temos o direito de fechar os olhos.

Quando eu fui indicado para ser o Relator pela Senadora Ana Rita, que é a Presidente desta Comissão, que tinha a obrigação de indicar alguém, porque aqui chegou uma proposta da sociedade, e que não foi ela que originou, confesso que muita gente sugeriu que eu dissesse: “Não, não aceito.” Eu não me senti no direito de recusar a participar da coordenação de um debate como este. Eu estaria fugindo de um problema importante da sociedade brasileira e mundial, porque estamos perdendo a guerra contra a droga. A primeira vez em que eu ouvi isso foi de um senador mexicano, dez anos atrás. Naquela hora me surpreendeu como uma coisa de mexicano que vive enfrentando um problema muito sério de drogas. Hoje eu entendo o que ele queria dizer. Nós estamos perdendo o combate às drogas: o álcool, a maconha, a cocaína, o *crack* e tudo mais.

Temos que enfrentar esse assunto!

Esta Comissão visa a enfrentar esse assunto a partir de uma constatação: se nós estamos perdendo essa guerra é porque as armas que estamos usando não estão dando certo, inclusive a maneira como se faz a proibição hoje. É possível que a proibição seja o caminho, mas tem que ser diferente. Como está aí, o “proibitismo”, como se diz, fracassou. Temos de procurar outro caminho para enfrentar isso, ou regulamentando, não para permitir o uso, mas para resolver o problema, ou criando novos mecanismos que, sem regulamentar, façam com que consigamos ganhar a guerra. Como está, fechar os olhos para isso é suicídio nacional.

Então, nós estamos aqui para discutir isso. Digo aos palestrantes e aos outros que, como Relator, eu me coloquei quatro perguntas, mas aceito outras sugestões. A primeira pergunta é se a regulamentação – ninguém está discutindo liberação, nem falamos de outras drogas, mas só da maconha – diminui ou aumenta o consumo. Essa é a pergunta número um. Segundo, perguntamos se a regulamentação reduz ou não a violência que surge em torno da droga. Terceiro, discutimos se a maconha é uma porta de entrada ou não para outras drogas. E, em quarto lugar, qual é a reação da opinião pública, da cultura, da moral brasileira diante do aspecto da regulamentação ou não? Não estou discutindo aqui, ainda hoje, se há ou não impacto medicinal, mas isso também está aberto para ser discutido.

Então, dito isso, vou passar a palavra ao Sr. Nivio Nascimento, que é o Coordenador do Programa do Estado de Direito do UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

O SR. NIVIO NASCIMENTO – Bom dia!

Eu gostaria de agradecer ao Senador Cristovam Buarque e também à Sr^a Presidente pelo convite feito ao nosso Escritório para participar deste debate sobre uma sugestão – acho que a gente está aqui no momento inicial – para se pensar sobre um projeto de lei sobre a questão.

Estou seguindo aqui a apresentação do representante do UNODC no Brasil, o Sr. Rafael Franzini. Vou focar minha apresentação na questão das implicações disso no campo da segurança pública, algo que tem estado no centro do debate sobre não apenas a questão da *Cannabis*, da maconha, mas também de outras drogas.

Nesse sentido, não vou abordar temas já tratados na audiência anterior. Faço referência explícita à apresentação da Ministra Márcia Loureiro, que falou de toda a questão do alinhamento às convenções; à apresentação do próprio representante do UNODC; e à questão do Uruguai. Nós contamos com um representante do Uruguai aqui falando sobre todo o movimento que existe lá.

A minha intenção aqui é a de trazer alguns elementos da perspectiva internacional e lançar algumas questões importantes para o debate, sabendo que essas respostas não são fáceis e dependem de amplo debate entre os setores da sociedade brasileira. Acho que é um pouco do que a gente está fazendo aqui.

Com relação aos acordos e tratados internacionais, eu só queria lembrar que existe a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), organismo que é responsável justamente pela fiscalização e pela implantação das convenções. Não vou abordar esse tema, portanto.

Estou falando aqui justamente do ponto de vista do UNODC, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, que é responsável pela assistência técnica e pela implantação das três convenções sobre drogas, além das convenções sobre o crime organizado transnacional e contra a corrupção.

Em função desses instrumentos internacionais, o nosso mandato é extremamente amplo e intersetorial, tratando de questões relativas à saúde e até de casos complexos de corrupção e crime organizado. Esse mandato é exercido dentro de uma abordagem ampla. É um pouco dessa perspectiva que pretendo trazer aqui.

Vou começar pelo seguinte: em primeiro lugar, acho que não é possível afirmar que uma eventual regulação da *Cannabis* poderia reduzir ou mesmo acabar com o crime organizado, porque não existem evidências confiáveis sobre os possíveis impactos a longo prazo.

Isso porque alguns Estados norte-americanos e o Uruguai estão em momento inicial dessa regulação da venda, da produção e do consumo, e os impactos dessas iniciativas só poderão ser estimados muito tempo depois.

Nesse sentido, é fundamental observar o que acontece em outros países, justamente para ver o que acontece em termos de evolução do mercado. Por exemplo, o que acontece quando uma substância como a *Cannabis* é tornada lícita, se isso aumenta ou não o consumo – eu acho que não existem evidências para isso –; o impacto no mercado negro, porque acho que isso é também importante – o simples fato de que a substância seja tornada lícita não significa que você vai acabar com o mercado negro, acho que é fundamental observar isso –; e as consequências no mercado ilícito de outras drogas, porque, afinal de contas, é mercado, é um mercado ilícito, e há que se observar se isso pode gerar crescimento em outros tipos de comércio de drogas ou não.

Esse processo de observação deve ser contínuo, e as respostas não são definitivas. Os ajustes devem ser feitos sempre em função de evidências científicas confiáveis – ressalto a necessidade de entender melhor os problemas –, que devem ser produzidas por diversos campos do conhecimento. Não estou falando apenas do pessoal da Neurociência, o pessoal da Sociologia, da Antropologia, mas várias ciências juntas. Principalmente a questão da economia, porque a gente está falando de mercado.

Também acho que esse debate deve ser permeado pela relação entre custo e benefício com a regulação da produção e venda em um país de dimensões continentais. Não é desafio simples criar toda uma estrutura para regular a produção, a venda e o consumo, num Estado federativo como o Brasil. Remetendo novamente aos Estados americanos e ao caso do Uruguai, esses são, vamos dizer, totalidades bem menores em relação ao que a gente está discutindo aqui.

Bom, o que eu também gostaria de ressaltar aqui é que a produção, o tráfico e o consumo de *Cannabis* se inserem em um mercado de ilícitos transnacionais, que envolve articulação e fluxos financeiros ante organizações criminosas, baseadas em diferentes países, contando quase sempre com a corrupção ou com a conivência de agentes públicos. Nesse contexto, é impossível demarcar as fronteiras entre o tráfico de maconha, armas, pasta base, cocaína, contrabando, entre outras atividades criminais. São comuns os exemplos de quadrilhas que praticam mais de uma modalidade de ação criminosa. O desafio é entender as relações entre essas diferentes práticas do crime organizado dentro de uma lógica de mercado. E, nesse sentido, uma eventual legalização da *Cannabis* teria efeitos imprevisíveis nas dinâmicas do crime, além de fazer com que o foco da atuação das quadrilhas migrasse para outras atividades ilícitas. O tão citado exemplo da lei seca norte-americana também demonstra como os grupos criminosos profissionais são capazes de se adaptar aos novos tempos de uma maneira muito rápida e eficaz. A regulação do álcool pode ter acabado com a produção, venda e consumo ilícito de álcool, mas não foi capaz de conter a atuação da máfia e baixar o consumo.

Esse é um dos motivos pelos quais a discussão não deve ser guiada pelo objetivo de acabar ou reduzir o crime organizado.

A forma mais eficaz de se enfrentar o crime organizado e os tráficos ilícitos tem sido justamente focar os esforços nos ganhos econômicos dos grupos organizados. A busca do lucro é a base comum da criminalidade organizada. Em algum momento, o dinheiro resultante das atividades ilícitas tem que entrar no sistema financeiro, e essa é a grande oportunidade para reduzir a capacidade desses grupos de corromper agentes públicos, oprimir populações vivendo em territórios vulneráveis, além de causar sérios danos à saúde da população.

Apesar dos esforços, a comunidade internacional ainda tem um longo caminho a percorrer, em termos de enfrentamento à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos resultantes do crime. Esse movimento é fundamental não apenas para conter o tráfico de drogas, mas também outros tipos de delinquência organizada. Não se trata de um problema específico desse ou daquele país, mas uma questão de responsabilidade compartilhada. Independentemente da legalização de substâncias ilícitas, é importante levar em consideração que grupos criminosos profissionais sempre representam uma ameaça ao Estado de direito e ao desenvolvimento.

A recente estabilidade do crescimento econômico do Brasil tornou o mercado cada vez mais atraente para o tráfico de drogas, e é importante pensar em estratégias integradas. Estratégias que considerem o tráfico de drogas ilícitas em conjunto e sua relação com outros tipos de delinquência organizada. Na mesma medida, as respostas para o problema têm que ser integradas e intersetoriais, pois os problemas colocados pelas drogas requerem o envolvimento de várias áreas do Governo que incluem políticas de saúde, educação, assistência social e, naturalmente, segurança pública.

Buscando lucro fácil e rápido, grupos organizados recrutam mão de obra barata para o tráfico de drogas em um mercado de trabalho ilícito, que tem como alvo principal pessoas em condição de vulnerabilidade. Por esse ponto de vista, tanto faz se estamos falando de maconha, cocaína ou *crack*. As principais vítimas desse mercado são pessoas que buscam trabalho e dinheiro ou que estão querendo consumir alguma substância

ilícita. Vários estudos já demonstraram a imensa dificuldade existente para enfrentar – entre aspas – a “criminalidade dos poderosos”, seja ela relativa à produção, ao consumo e ao tráfico de substâncias ilícitas.

Ocorre que, na maior parte dos países, a atuação dos órgãos de segurança pública e de justiça tem se concentrado justamente naquelas pessoas que estão em condições mais vulneráveis na cadeia que vai da produção ao consumo de drogas ilícitas. Estamos falando aqui de pessoas que passam por algum tipo de exclusão econômica e social, pessoas que têm dificuldade de ter acesso a auxílio jurídico na sua relação com a Justiça criminal, pessoas que necessitam de atendimento no sistema de saúde.

Em quase toda parte, os sistemas penitenciários encarceram usuários e pequenos traficantes em condições que não propiciam a reintegração social e diminuem a oferta e a demanda por drogas. Pelo contrário. O encarceramento em massa, acompanhado por sérias violações aos direitos humanos, facilitou o surgimento – entre aspas, novamente – das “universidades do crime”, e o fortalecimento de grupos criminosos com alta capacidade de organização. Em geral, as pessoas que estão presas são provenientes de contextos de ampla vulnerabilidade social e o sistema de Justiça criminal apresenta baixa capacidade de lidar com aqueles que têm mais poder e influência no tráfico de drogas.

As alternativas a essa Justiça tradicional que tem encarcerado tanto – e estou falando aqui de Justiça restaurativa, terapêutica, entre outras formas de alternativas à pena de prisão – devem estar no centro da pauta para reversão da situação de segurança pública por que passamos hoje, uma vez que a exposição ao ambiente prisional tem facilitado o vínculo com organizações criminosas, tem fortalecido essas organizações criminosas e, na verdade, ampliado o preconceito contra as pessoas que passam pelo sistema e tem agravado as condições de saúde e de reinserção social dessas mesmas pessoas.

Embora o uso não medicinal de substâncias psicotrópicas seja proibido pelas convenções de controles de drogas, a severidade da punição varia consideravelmente entre os países. Sendo matéria de interpretação e alinhamento ao ordenamento jurídico de cada país signatário, as convenções não dispõem sobre a forma de se penalizar usuários, produtores e traficantes. Mas é correto afirmar que a redução da oferta e da demanda, que é o objetivo das convenções, deve estar em linha com os instrumentos internacionais de direitos humanos – aí não são apenas as três convenções de drogas – e se dar em conformidade com o princípio da proporcionalidade das penas. Em outras palavras, todos os países apresentam punições severas para o tráfico de grandes quantidades de drogas e crimes violentos relacionados às drogas. Por outro lado, a grande diversidade, como a forma como se punem os crimes relacionados ao uso, ao porte e ao tráfico de entorpecentes.

Na mesma medida, variam as penas para os crimes associados ao uso de drogas, como é o caso de pessoas com alto grau de dependência. Há países que penalizam mais e há países que concedem alguns benefícios, considerando que essas pessoas não estão nas suas reais e melhores condições de cognição.

Por fim, eu gostaria de ressaltar que o nosso Diretor Executivo, Yury Fedotov, já afirmou a necessidade de restabelecer a balança entre as ações destinadas à diminuição da oferta e a redução da demanda por drogas. Por que isso? Porque durante muitos anos as políticas de drogas se centraram na redução da oferta por meio de ações de repressão ao uso, porte e tráfico de entorpecentes. Erros ocorreram; também acertos. Eu acho que isso se dá por meio da combinação das duas pontas, mas o fato é que, nesse processo, ficou em segundo plano a redução da demanda, que se traduz em ações destinadas à educação, tratamento, reabilitação, reintegração social de usuários e dependentes.

Essa é uma pauta urgente, embora hoje nós tenhamos uma polêmica muito grande e estejamos longe de um consenso sobre a regulação, a legalização de certas substâncias lícitas e ilícitas. O fato é que o Brasil tem uma necessidade urgente na criação de formas de tratamento, atenção aos usuários de drogas. Nisso, eu acho que há uma convergência. Na última audiência em que eu estive aqui para observar, notei que estava oito ou oitenta; o debate estava um pouco radical entre pró e contra. E há pautas – era isso que eu queria colocar aqui e finalizar a minha fala – que são convergentes, como a criação de serviços de atenção e saúde, como também uma política que diminui o encarceramento neste País, que não foi capaz de conter efetivamente o tráfico de drogas, mas que também não seja ingênua de propor que não deva haver alguma espécie de enfrentamento ao crime organizado. Porque, como eu procurei mostrar aqui, a ideia é que o tráfico de drogas, o tráfico de *Cannabis* é uma parte de um esquema e, vamos dizer, de uma situação muito maior, que é o crime organizado.

Com isso, eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu é que agradeço.

Passo a palavra ao Coronel Jorge, a quem agradeço muito a presença.

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Muito obrigado.

É um prazer muito grande estar aqui numa discussão tão importante, não só do ponto de vista individual, da saúde das pessoas, como também dos problemas que nós temos na nossa sociedade de uma maneira geral, na área da segurança. Em suma, mesmo aquelas pessoas que pensam numa maneira diferente de con-

duzir essa questão e aquelas que acham que não deve mudar nada, eu acho que essas pessoas têm o mesmo objetivo: proteger a juventude.

Eu tenho seis filhos e cinco netos. Será que o fato de eu querer discutir essa questão significa que eu não estou preocupado com os meus filhos, com os filhos dos meus amigos? Quer dizer, eu acho que a primeira compreensão que é preciso ter é a de que todos nós estamos lutando por um Brasil melhor, pela proteção da nossa juventude, e vamos ver de que forma nós podemos fazer a ponto de não causar problemas laterais na nossa ânsia de proibir. Então, eu queria partir desse ponto.

Uma outra coisa que eu gostaria de mencionar é a questão de que nós vivemos, na sociedade ocidental, uma questão muito problemática, que é a questão do maniqueísmo. Na sociedade ocidental, sejam nos Estados Unidos, Europa, Brasil, Uruguai, em qualquer desses outros países que têm isso na mesa em discussão, como somos maniqueístas, nós não temos alternativas: tem que se assim ou assim. Nós não conseguimos pensar em alternativas. Essa é uma dificuldade muito grande da nossa sociedade, não só do Brasil, mas isso é muito acentuado no Brasil por razões históricas. Então, o convite que eu faço a qualquer pessoa que realmente queira discutir esta questão é pensar em alternativas que não sejam pura e simplesmente aquela fixada e não tem conversa.

Um outro ponto que eu gostaria de mencionar é que não foi por acaso que foi escolhido o Senador Cristovam Buarque para Relator deste trabalho. Por quê? Porque, no Brasil, é a pessoa mais dedicada à educação. Não é coincidência, Senador. Não é coincidência que esse tema esteja sob a sua orientação. Eu acho que esse fato é um discurso. Esse fato é um discurso. Nós temos que pensar nessa questão em conscientização, família, educação. Eu acho que a gente tem que pensar dessa forma, porque aí nós conseguimos evitar que os nossos filhos, os filhos dos nossos amigos, a juventude de uma maneira geral se perca no caminho.

Eu trabalhei na Polícia Militar durante 33 anos. Fui chefe do Estado-Maior Geral, fui Secretário de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Claro que, quando fui nomeado, eu já tinha uma visão um pouco diferente da que eu tinha anteriormente. Antes, eu achava que o usuário era o principal causador de todos os nossos problemas. Eles deveriam ser presos, encarcerados, como os traficantes. Eu até achava que os usuários eram piores do que os traficantes. Quando eu comecei a enterrar os policiais militares que morriam nessa guerra, que eu considero uma guerra insana, porque são brasileiros matando brasileiros. “Ah, Jorge, mas bandido não é cidadão!” “É, mas ele é brasileiro. Traficante é brasileiro”. Então, se ele é brasileiro, ele mata policial, que é brasileiro; policial mata traficante, que é brasileiro; na guerra, morrem pessoas que não têm nada que ver com a história – são brasileiros; nós montamos um modelo no Brasil para brasileiro matar brasileiro! Então, eu acho que esse ponto é um ponto que merece maior reflexão de toda a sociedade.

E aí, lá pelas folhas 57 da minha vida profissional, eu comecei a desconfiar que havia alguma coisa errada. E aí eu fui mudando aos poucos de opinião. Não achava mais que essa questão era uma questão pura e simplesmente moral, que devesse ser enfrentada a tiro, à bala, como acontece no Rio de Janeiro. Eu perdi três irmãos assassinados, policiais militares.

Então, eu acho que a gente precisa refletir sobre esses efeitos da guerra. Será que essa guerra deve ser mantida do jeito que está posta? Esse é um ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores.

Eu mudei de opinião. E eu acho que o ser humano não deve se agarrar à sua opinião de forma egoísta, de forma pretensiosa, de forma às vezes até arrogante. É nobre dizer: “Mudei! Estava errado. Quero refletir.” Isso é nobre. Então, eu acho que todos nós precisamos fazer esse exame de consciência sobre de que lado nós estamos – se é que há lados. Na minha opinião, todos nós estamos do mesmo lado: nós queremos proteger a juventude.

Na abordagem da questão das drogas, há quem veja incompatibilidade moral entre a posição dos defensores do proibicionismo penal – proibir, ser questão penal, colocar na cadeia –, e há defensores disso; mas há pessoas que acham que há incompatibilidade desses com aqueles que questionam o modelo. Por exemplo, será que há incompatibilidade do que eu desejo para a sociedade, para a juventude, com aqueles que acham que devamos continuar com proibição total? É incompatível? Não sei se é incompatível. Precisamos pensar nisso.

Qualquer proposta alternativa – esse é que é o problema –, qualquer proposta alternativa ao que está posto é considerada leviana, de má-fé – “Esse Coronel aí deve ter fumado maconha para ele estar falando isso”. Então, devo dizer que não fumo maconha, nunca cheirei cocaína, mas dificilmente passo um dia sem tomar meu uísque, que é droga psicoativa e é a que mais mata no mundo. Aí eu pergunto: vamos também criminalizar o álcool? Os americanos fizeram isso na década de 20. Vamos criminalizar o álcool? “Vamos!” Aí está tudo proibido. Aí eu vou ser contra, porque eu quero continuar tomando meu uísque, quero continuar tomando minha cerveja, meu vinho. Eu quero me drogar. Eu gosto de me drogar, e não me drogo só nos fins de semana, não: eu me drogo durante a semana também, apesar de a minha mulher e os meus filhos ficarem contra mim. “Você vai virar um alcoólatra!” Bom, mas, se eu virar um alcoólatra, não tem problema nenhum, porque é permitido virar alcoólatra no Brasil! Não há problema algum!

Então, eu acho que não há incompatibilidade moral entre as diferentes posições.

Eu vou aqui, para não me estender muito, trazer dois ou três pontos que eu acho fundamentais.

Em que se baseia o modelo proibicionista penal-criminal carcerário? Em que ele se baseia?

Ele tem uma premissa. Então, eu perguntaria: qual é a premissa desse modelo que está posto na mesa? Qual é a premissa? É preciso afastar as drogas dos jovens. É este o modelo. Mas porque não paramos para pensar que é preciso afastar os jovens das drogas? Foi o que eu fiz com meus filhos. As drogas estão lá. Todo o trabalho que eu fiz foi no sentido de afastar meus filhos das drogas. Elas estão lá, mas eles têm que se afastar. Agora, a pretensão de afastar as drogas dos jovens é a pretensão que está na mesa, e esta é inviável. Esta é impossível. Mas é o que está acontecendo no mundo.

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é o seguinte: por que nós nos preocupamos com as drogas? Primeiro, pelos danos individuais. Nós achamos que o rapaz ou a moça que consome droga, maconha, cocaína, vai deixar de estudar, vai deixar de trabalhar, vai criar problema com a família em casa, vai bater na irmã, vai começar a praticar pequenos furtos para poder sustentar o seu vício. Esta é uma preocupação com os danos individuais àquela pessoa que consome. Temos os danos familiares, incluídos aqui nessa minha primeira observação: a desagregação familiar. Quer dizer, aquele problema que ele tem passa para a família: pequenos furtos, violência doméstica e vai por aí fora. Os danos sociais, a incivilidade, o desrespeito, o vandalismo, tudo mais.

Agora, o meu ponto principal não é esse. Meu ponto é o seguinte: os danos coletivos e comunitários. Esses danos coletivos são a violência geral, as mortes na guerra, a morte de traficantes, de policiais e de pessoas que nada têm a ver com a história: balas perdidas e medo generalizado. O que acontece no Rio de Janeiro é uma calamidade! É tiro todo dia! De quem? De traficantes contra policiais ou de traficantes contra traficantes. Por quê? Porque é um mercado muito rico e é preciso disputá-lo. Só que esse mercado é clandestino, e mercado clandestino se disputa à bala, morra quem morrer. Esta é a regra. Desde que as pessoas que morram sejam de camadas populares. Só não pode morrer alguém de certo *status* social. Aí é um problema. Aí a sociedade toda se revolta. Mas enquanto estiverem morrendo os favelados – “a moça levou um tiro lá...” –, está tudo certo, vamos continuar com esse modelo. Então, o meu ponto é esse desastre que eu considero uma insanidade se for de boa-fé. Eu já pensei que esse modelo utilizado no Rio de Janeiro não é de boa-fé, é para ser assim mesmo, para massacrar aquela população pobre. Quer dizer, a ideia da guerra é massacrar aquela população pobre.

Bom, eu gostaria de mencionar também outra coisa aqui. Os senhores sabem quantas pessoas morreram no Brasil? Nós tivemos, em 2006, uma lei antidrogas que considerou que o usuário ou aquele que porta droga para uso próprio não vai mais para a cadeia. Então, isso já é uma coisa que está na legislação. O usuário ou quem porta tem outras medidas contra si, mas ele não vai para a cadeia. Muito bem. Isto em 2006. Entre 2007 e 2010 vocês sabem o que aconteceu? Qual era a presunção? Com essa nova lei, a população carcerária vai diminuir, porque muitos dos presos eram usuários. O que aconteceu? Em 2010, foi feito um levantamento. Aumentou a população carcerária por motivo de droga em 62,5%. O que aconteceu, na verdade, foi que os usuários pobres foram promovidos a traficantes. Os usuários pobres das comunidades pobres, quando flagrados com droga, com uma quantidade mínima, eram, imediatamente, promovidos a traficantes. E os usuários das camadas – usuários, não; às vezes traficantes –, os traficantes das camadas médias e altas eram rebaixados a usuários. Nós vivemos nessa sociedade. É preciso que esses pontos sejam também trazidos à discussão. Senão, nós ficaremos aqui repetindo a nossa história, que é de massacrar o povo pobre.

De 2005 a 2010 – Mapa da Violência –, mortes por armas de fogo. Quantas pessoas morreram por arma de fogo? Não foi por facada nem por soco, nada disso. Mortes por armas de fogo (Mapa da Violência, 2013): 211.579 pessoas, entre 2005 e 2010, foram mortas por armas de fogo. E a gente não discute essa questão das armas, e sabem por quê? “Ah, Jorge, vai causar desemprego! O Brasil é um grande produtor de armas! Se nós ficarmos também com essa questão de controlar as armas, vamos causar muito desemprego, e a produção industrial brasileira vai cair, afetando o nosso PIB”. Ora, então, vamos produzir mais armas para continuarmos nos matando!

Bom, agora, o Mapa da Violência de 2014, deste ano: morreram, no Brasil, 554 mil cidadãos vítimas de homicídio, quantitativo que excede largamente o número de mortes na maioria dos conflitos armados registrados no mundo. É o que consta do Mapa da Violência, 2014.

E eu iria até projetar aqui umas cenas da guerra às drogas no Rio de Janeiro, mostrando as crianças das comunidades sem aula, deitadas no chão para se livrar dos tiros. É isso que nós queremos? É isso que nós queremos?! Que as crianças dessas comunidades pobres tenham apenas cinco, seis meses de aulas por ano? Com a guerra, com o combate, elas não têm aulas. “Olha, os traficantes mandaram fechar a escola; mandaram fechar o comércio”. E isso há vinte anos!

Para encerrar, vou só trazer ainda outro ponto sobre aquilo que eu disse aqui a respeito das mortes de policiais militares. Como policial militar, eu me cansei de ir a enterro de PMs, todos assassinados por traficantes

de drogas. E, aí, dentro das corporações: “Não; nós temos que matar mais!” Sim, mas isso é uma bola de neve. E eu nunca vi guerra de um lado só! Não é uma guerra? A guerra tem dois lados; não tem um lado só! E, aí, como na PM morria um por semana, morriam dois por semana, sabem o que nós tivemos de fazer? E eu estava lá; eu era Chefe do Estado Maior. Nós tivemos de colocar uma equipe de plantão para os funerais – um capelão e aquele grupo para prestar as honras militares, com a Bandeira Nacional – dos PMs.

Gente, é isso que nós queremos?!

Eu acho que a gente precisa refletir um pouco mais sobre esse modelo que está aí. Esse modelo só causa desgraça. Esse modelo, em vez de cumprir a sua finalidade, que é proteger a juventude, massacra a juventude.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer e, ao invés de fazer comentários, vou abrir a palavra.

Então, quem quiser que se inscrever e, na hora de falar, decline o seu nome.

Ulisses Riedel.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eu quero expressar a minha profunda alegria em ver como o Relator desta Comissão para esse específico trabalho, o Senador Cristovam Buarque, foi mencionado com propriedade pelo Coronel Jorge como um grande educador; porém, ele, muito mais que um grande educador, é uma pessoa da mais absoluta integridade moral, da mais absoluta lealdade não só para com o seu coração, sem nenhum tipo de máscara, como também uma pessoa totalmente comprometida com o bem da sociedade. E, por isso, eu vejo, com grande alegria, que esse trabalho está sob a sua batuta como Relator, Cristovam Buarque, porque sabemos da sua segurança, honestidade e imparcialidade em examinar a questão.

Eu vou dizer umas poucas palavras como é adequado para este momento. Começo dizendo que a questão tem muita complexidade e que, de uma certa forma, o próprio Senador Cristovam soube, na abertura dos trabalhos, apontar essa complexidade. Nós sabemos que vivemos em um mundo de drogas lícitas e ilícitas; e é muito claro que essas drogas chamadas lícitas são a porta de entrada para as drogas ilícitas.

Nós sabemos perfeitamente, e não foram apontados os números, mas se formos verificar os números dos crimes, de homicídios em que o autor estava alcoolizado; o número de violências dentro dos lares, quando o marido, alcoolizado, bateu na mulher; o número de atropelamentos em que o atropelado estava alcoolizado; o número de violências que ocorrem no trânsito por força de alcoolismo e de pessoas que são levadas ao alcoolismo por força de uma sociedade que tudo pode, por força de uma sociedade que faz uma ligação terrível para as nossas crianças entre o futebol – em um país que usa chuteiras – e o álcool, e a cerveja. Cada gol tem que ser comemorado com uma latinha de cerveja.

Vi um dado do Ipea, de mais um ano atrás, dando notícia de que aqui em Brasília, entre os jovens de 15 a 25 anos, 18,4% pensam que bebem socialmente. Mas eles apenas pensam, são dependentes alcoólicos. Se um desses jovens, destes 18,4%, tiver de passar dois ou três meses sem ir a uma festa, sem beber, eles entram em problemas psicológicos, biológicos, sociais e em desespero.

Há uma ligação terrível na nossa sociedade com o comércio das coisas que fazem mal à sociedade, que fazem mal à humanidade, mas que fazem bem ao bolso daqueles que estão tendo resultados. Isso vemos em todos os vícios que existem. Aliás, existem muito outros vícios além das drogas. Mas nelas, nas drogas, eles são terríveis e mortais. Eu, pessoalmente, sou vítima, na minha família, desse fato: duas pessoas íntimas, extremamente íntimas, morrerem alcoólatras. Então, a questão é muito séria.

Quando vejo o Coronel Jorge, com tanta honestidade no seu coração, falando sobre aquela guerra existente nas favelas do Rio de Janeiro, o erro é muito mais profundo. O erro são as favelas, o erro é um País que é a 7ª economia mundial ser o 84º em Índice de Desenvolvimento Humano.

Então, é uma sociedade de excluídos, e V. Exª, meu querido Senador Cristovam Buarque, tem, com muita propriedade, falado da sua preocupação em ver o mundo dividido entre os excluídos e os incluídos. Um pequeno número incluídos e uma grande massa de excluídos. É claro que está tudo errado! Está tudo errado! Profundamente errado! Aquele pobre menino está abandonado no morro e lhe oferecem ser “mula” para transporte ou lhe oferecem ser “olheiro” ou transportar e negociar.

A questão é muito complexa e, por isso, acho que tem uma importância grande esse trabalho que está sendo feito aqui e penso que podemos “fazer deste limão uma bela limonada”. É preciso que a sociedade acorde. É preciso que haja lucidez. Isso é algo fundamental. Não podemos viver nessa sociedade da forma como ela está, porque isso não é sociedade. É sociedade para alguns poucos. Há amigos meus que vão para uma fazenda nos fins de semana para que ninguém veja que eles se embriagam todo fim de semana. Está tudo errado, Senador!

Agora, vamos falar sobre um ponto importante, sobre liberdade e proibição. É claro que em uma sociedade organizada existem regras! Todos nós, quando passamos com nossos carros pelas ruas, observamos que há estradas onde eu posso trafegar a 100 quilômetros por hora; há outras, onde a velocidade permitida é 80

quilômetros; noutras é 60 quilômetros por hora. Quando eu passo em frente a uma escola sou obrigado a respeitar a escola; sou obrigado a respeitar a faixa de pedestre – e V. Ex^a, como Governador, implantou dentro do Distrito Federal o respeito à faixa de pedestre, e V. Ex^a viu como deu resultado, como Brasília é uma das poucas cidades do Brasil em que se respeita a faixa de pedestre.

É preciso que existam regras; é preciso que existam.

Vejam, hoje a gente entra em um bar em que se diz “é proibido fumar”. Mas é claro que tem que ser proibido fumar, é claro que tem que ser proibido! Se não fosse proibido, ia ocorrer aquilo que eu vivi muitas vezes, de me reunir com 30, 40, 50 dirigentes sindicais e todos fumando dentro de uma sala fechada. Um absurdo! Um absurdo! A sociedade, aos poucos, aprendeu o quanto aquilo estava errado. Uma sociedade organizada tem regras. Liberdade é liberdade até o limite em que não cause mal ao outro, não cause mal à sociedade.

Aí se diz: “Mas aí é a minha liberdade individual de eu beber e ficar embriagado?” Nós não vivemos em um mundo isolado. Hoje, a física quântica, a Ciência quântica mostra plenamente que somos todos inter-relacionados. Quando um parente nosso é viciado em qualquer coisa, seja até no álcool, que é lícito, é um problema para a família inteira, é um problema para a sociedade.

Então, de fato, é um assunto que precisamos mergulhar com profundidade. Precisamos criar uma sociedade digna, uma sociedade ética, uma sociedade com lucidez, uma sociedade com justiça social. O que empurra aqueles problemas tão bem-relatados pelo Coronel Jorge não é a droga, é a miséria; é a miséria que está lá, de uma forma absurda, dentro do Rio de Janeiro.

Quero concluir contando que uma pessoa amiga minha criou um centro de atendimento a pessoas necessitas, em uma cidade de São Paulo. E ela me disse: “Ulisses, eu acho que eu estou enxugando gelo. Por que eu estou enxugando gelo? Estou enxugando gelo porque, quando eu comecei, eu estava cercado por quatro favelas, mas hoje estou cercado por 130 favelas.” Ou seja, aquele atendimento direto ali não tem conseguido. Por quê? Porque vivemos em uma sociedade em que o valor é o de levar vantagem, é o econômico, de ganhar dinheiro, e pouco importa a miséria dos outros. Nós temos que mudar esse valores. Nós precisamos de virtudes nessa sociedade. Nós vivemos em uma sociedade sem virtudes. As virtudes que nós temos não são virtudes, são inversão de valores, de que o homem é aquele que é forte, que dá soco, que não leva desaforo para casa, que bebe o que quiser, que faz o que quiser, que fuma o que quiser. Tudo isso está errado.

Por isso, se queremos solução, só tem uma solução: a prevenção, a prevenção. (*Palmas.*)

Qual é a prevenção? Primeiro temos que mudar essa miséria do País, essa injustiça do País que aí está. Com a miséria que aí está, sempre vamos ter os pobres sendo levados a fazerem coisas erradas. Segundo, temos que proibir a propaganda de bebidas alcoólicas. Claro que temos que proibir. É óbvio que temos que proibir. É um absurdo que cada gol seja festejado com uma lata de cerveja. Temos que proibir mesmo, tem que haver proibição. Não pode haver isso. E, ao contrário, tem que haver uma campanha educativa. Se em cada programa de televisão ao invés de a gente ver: “Beba, beba, beba”, viesse junto um programa educativo sobre os males da bebida, a mentalidade seria outra, seria totalmente outra.

Então, meu querido Senador – me permita lhe chamar de querido porque eu lhe admiro muito há muitos e muitos anos, lhe respeito, sou um seu fã, sou seu admirador e sempre bati palmas de pé para toda a sua atuação. Fico feliz que o senhor esteja colocado nessa posição. Mas temos que transformar esse trabalho que aqui está em um grande trabalho, em uma grande limonada, para discutir realmente a droga neste País, começando pela droga da miséria que aí está, do abandono em que estão as pessoas mais humildes.

É claro que existe muito que tem sido feito, com Bolsa Família, com o Minha Casa, Minha Vida, mas o problema é muito mais complexo, o problema é muito mais profundo, porque isso ajuda a tirar a dor e o sofrimento daqueles estão. Mas as pessoas precisam de oportunidade, precisam de igualdade de oportunidades.

Aquilo que o senhor tem defendido, com tanto brilho, quando diz que é preciso que a escola do rico seja igual à escola do pobre. Que é preciso que a escola do aluno daqui de Brasília seja a mesma da do aluno lá do Acre, quando defende – e estou com o senhor – a federalização da educação básica neste País, para que todos tenham oportunidades reais, porque nós vivemos até numa falsa democracia. Que democracia é essa em que uns podem tudo e outros não podem nada? Porque é claro que eles não livres para competir. Como o fraco vai competir com o forte? É como colocar num ringue um forte e um fraquinho e dizer: “Agora, vocês são livres”. Essa é a nossa sociedade. Essa é a nossa democracia. Em vez de ser a democracia social, a democracia do atendimento das necessidades humanas, é a democracia da economia de mercado, da liberdade de competirmos com os outros.

Então, há muita coisa para ser mudada mesmo.

Desejo muito boa sorte na sua trajetória de hoje e sempre. Para mim o seu nome é nome para a Presidência da República, é nome de uma pessoa íntegra, que está e sempre esteve a serviço do povo, a serviço da Justiça, a serviço daquilo que é o mais conveniente para a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pela parte em que se referiu a mim e também por sua apresentação.

Eu tenho a lista, além do ex-Senador Ulisses Riedel, de mais 12 pessoas. Vamos tentar ouvir todos.

A próxima inscrita é a Dr^a Rossana Brasil, Presidente da Comissão sobre Drogas da OAB do Ceará.

A SR^a ROSSANA BRASIL – Bom dia a todos!

Eu estou Presidente da Comissão de Políticas Públicas do Ceará e também faço parte do Conselho do Estado do Governo. Além de advogada, sou psicanalista. Fiz a minha especialização na comunidade de San Patrignano, na Itália, e também faço parte da Fundação Kohlheim, em Munique.

Eu gostaria de dizer que todos nós aqui falamos de uma sociedade em que o jovem de classe E está dentro das drogas. Na minha opinião, já vem outra. Os jovens do nível social da classe A, porque entramos nessa de nível social, também estão dentro e estão pior ainda, porque estão se tornando “aviões” dentro de todo o Brasil.

Eu tenho um dado muito interessante no Ceará: 43 jovens são mortos por dia – 43 jovens por dia! Simplesmente por quê? Por causa da droga. Se você usa o álcool, você progressivamente vai usar a maconha. Então, a droga é uma doença. Nós temos que entender isso. Ela é uma doença, ela é incurável, ela é progressiva. Por que ela é progressiva? As pessoas sempre me perguntam. Porque, a partir do momento em que você usa o álcool, você vai querer – e até mesmo os jovens têm curiosidade nisso – outras drogas. E o que acontece? Ela é fatal, porque só existem dois caminhos: a cadeia ou o cemitério.

O Centro Educacional Patativa do Assaré, do Estado do Ceará, que posso citar aqui, e os Centros Educacionais Dom Bosco e São Miguel estão abarrotados de crianças que lá estão simplesmente pelo tráfico de drogas.

Quando o Senador – que eu admiro muito, gostaria de salientar – acrescentou que nós vivemos numa sociedade, mas que sociedade é essa em que vivemos? Nós vivemos numa sociedade do espetáculo, como já dizia Debord. Nós vivemos numa sociedade do faz de conta: faz de conta que temos educação, faz de conta que temos saúde, faz de conta que fazemos alguma coisa.

Eu fiz um projeto para o jornal *O Estado*, do Ceará, que trata da prevenção. Sem a prevenção, não vamos ter a solução. Por quê? Porque, se você previne a criança a partir da alfabetização, se você dá palestra, se você capacita os professores a partir da alfabetização, você tem o conhecimento, porque essa palavra “droga” ainda é bastante preconceituosa. Quando você vai falar sobre droga numa escola, simplesmente as pessoas já te olham de maneira diferente, porque existe o preconceito da droga e existe no meio dessa juventude toda a liberação.

E a liberação é para quê? Para quê? Para acabar mais vidas, para destruir nossas famílias. Eu trabalho com comunidades terapêuticas das quais faço parte e dou assistência a comunidades terapêuticas em que famílias pedem ajuda diariamente. Famílias choram, porque as comunidades terapêuticas são paliativas. E são paliativas porque não obedecem à RG 129, são comunidades onde os pais pedem abrigo: “Nos salvem! Salvem o meu filho!” Como é que você vai resgatar vidas, como é que você vai salvar vidas sem a prevenção?

A nossa Comissão da OAB é totalmente contra a legalização da maconha. Gostaria de salientar isso.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra à Dr^a Solange Palhano, Diretora Institucional do jornal *O Estado*, do Ceará, e Coordenadora do projeto Amor à Vida, Droga Não.

A SR^a SOLANGE PALHANO – Nosso projeto Amor à Vida, Droga Não é realizado com a Dr^a Rossana, criadora do projeto. Sou a coordenadora. Está aqui presente o Jorge Damasseno, ex-empresário e dependente químico em recuperação, que fará um depoimento. Estou aqui não como Diretora Institucional do jornal *O Estado* e não como coordenadora do nosso projeto. Estou aqui como um membro familiar que perdeu um irmão há dois anos por causa das drogas. Levantei essa bandeira por causa do meu irmão e porque o jornal *O Estado* tem um abrigo, Casa de Jeremias, e todas as crianças que estão lá são provenientes de pais drogados e alcoólatras.

Além do nosso abrigo, perdi um irmão há dois anos. Ele começou sabe onde, Coronel? Na maconha! Todo mundo diz que a maconha não faz mal. Ele começou na maconha. Sabe onde ele terminou, Coronel? No crack! Ele morreu sabe com quantos anos? Com 56 anos! Fizemos tudo o que o senhor possa imaginar. Eu, minha mãe e meus irmãos. Fizemos tudo o que o senhor possa imaginar. Graças a Deus, nossa família tem poder aquisitivo. Nós o internamos nas melhores clínicas de Fortaleza, e de nada adiantou. Estou aqui para defender esta bandeira contra a maconha, porque é da maconha e da bebida que se começa tudo.

E se vocês legalizarem essa maconha, vocês estarão destruindo milhares e milhares não só de jovens, como o senhor falou, jovens e adultos. Meu irmão morreu com 56 anos! O senhor sabe o que é ver um irmão vivendo um suicídio lento e gradual, e você ser uma pessoa impotente? Minha mãe se considerava uma pessoa impotente. Eu e meus irmãos nos consideramos impotentes, porque não conseguimos tirar o meu irmão das drogas. Senador, ele fez de tudo! Ele rezava, ele prometia a minha mãe: “Mãe, eu lhe juro, eu lhe prometo, eu vou me internar! Me internem, me internem, que eu saio dessa!” Infelizmente, ele não saiu.

Então, eu não quero que famílias sofram o que nós sofremos. É por isso que estou aqui contra a maconha e contra qualquer droga.

Muito obrigada por vocês nos darem esse espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero agradecer à Dr^a Solange o depoimento humano, com todo seu sofrimento. Isso é muito importante para enfrentarmos o problema. Mas para tentar acompanhar, queria lembrar que ele morreu dentro do atual regime. (*Palmas.*)

Apesar da proibição. Então, eu gostaria de ouvir como evitamos que outras irmãs passem pelo seu problema.

A SR^a SOLANGE PALHANO – Com a prevenção. Estamos fazendo esse projeto, estamos indo a todas as escolas municipais, estaduais e particulares.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estou totalmente de acordo.

A SR^a SOLANGE PALHANO – Estamos indo em Fortaleza, iremos pelo Ceará, e o nosso objetivo é Brasil, é prevenção. Não é liberação, não é legalização. É prevenção.

E para o senhor ter uma ideia, em todas as escolas de Fortaleza, há droga.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso!

A SR^a SOLANGE PALHANO – E quando nós começamos esse projeto, algumas pessoas disseram: “Vocês não vão conseguir entrar nas escolas particulares”, porque existe preconceito. As escolas não querem admitir que há drogas nas escolas particulares. E nós estamos entrando em todas. Recebemos telefonemas diariamente para fazermos palestras com a Dr^a Rossana, com o Jorge e com a Dr^a Marília Barreira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem!

Acho que com a prevenção e com a educação, que, aliás, é a maneira de se fazer prevenção, temos de estar todos de acordo. Dentro da linha que seguiu o Coronel Jorge aqui, nós estamos no mesmo projeto. O ideal é que ninguém precise de um pinga de droga: de álcool, de cigarro, de maconha, para se realizar plenamente.

Agora, vou ter de fazer um relatório e vou ter de pensar em prevenção e em educação com proibição ou sem proibição, com regulamentação ou sem regulamentação. Essa é a dúvida que tenho. Como está aí, está faltando a prevenção. A pergunta é: é só isso que está faltando, ou está faltando mudar também as regras em geral, como fizemos com o cigarro? Ninguém o proíbe, mas se põem no maço aquelas fotografias horríveis, para que as pessoas, ao fumarem, saibam o mal que estão fazendo para si.

Vou passar a palavra agora a Robson Silva, do movimento Ativistas da Paz pela Vida.

O SR. ROBSON SILVA – Bom dia, Senador Cristovam, Coronel Jorge, amigo Nivio e todos os que aqui estão presentes!

Senador, eu vim do Rio de Janeiro no voo das 5 horas da manhã, para chegar aqui a tempo. Conheço o Coronel Jorge, que fala da realidade do Rio de Janeiro. Eu também falo dessa realidade e quero fazer um contraponto à fala do Coronel Jorge. Eu, como pai e chefe de família – tenho uma filha de seis anos e um filho de quatro anos, e minha esposa está grávida de três meses –, estou aqui para dizer “não” à droga, num contraponto ao que o Coronel Jorge falou. Ele também é pai e pensa em seus filhos. Deixei minha família, deixei meu emprego, para estar aqui hoje presente nesta audiência.

É a segunda audiência pública que o Senador Cristovam Buarque está fazendo, e, na Mesa, não aparece um representante contrário à liberação da droga. Vivemos num Estado de direito democrático, vivemos numa democracia, e só uma parte tem o direito de se apresentar numa Mesa. Estou aqui disposto a participar. Estou aqui na plenária. Então, eu me sinto envolvido no projeto. Mas é uma pena olharmos em volta aqui e vermos que, na Mesa, existem pessoas competentes para discutir o assunto, mas que a discussão é unilateral. Isso não é democracia.

O Senador Cristovam Buarque é um exímio educador, e eu o respeito muito, inclusive já foi também Governador desta cidade, do Distrito Federal, atualmente Senador é Relator desse projeto de lei, eu digo que há estatutos e estudos que dizem que mais de 80% da população brasileira são contrários à legalização da maconha. Isso é claro! A maioria absoluta é contrária à liberação da maconha. E queremos regulamentá-la, para torná-la legal! Ou seja, a maioria não tem mais direitos neste Brasil. Não estou aqui querendo ser contrário à minoria. Respeito aqueles que querem usar a maconha. Eu os respeito, mas que jamais isso seja feito pela legalidade!

O problema é sério. Resolver esse assunto não é fácil.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBSON SILVA – Pela complexidade dele, pelo que tenho em mim, pela minha convicção pessoal, de indivíduo, de ser humano, acredito que, de forma alguma, passando pela liberação, vamos resolver isso. O assunto é complexo. Talvez passemos anos aqui sem saber como fazer, mas jamais isso será resolvido passando pela liberação.

Quanto a esse assunto, Senador, é preciso ir para a rua para ouvir as pessoas, para ouvir os chefes de família, os pais, os cidadãos.

Na minha família, há também pessoas usuárias de drogas. É triste ver um primo ou um irmão lhe pedir dinheiro para você deixar que ele faça uso de entorpecente. Você fala que não vai dar o dinheiro, e ele o ameaça de morte. Isso é lamentável! Mesmo sendo legalizada, isso não acaba, Senador, porque os males estarão instalados no ser humano.

A educação preventiva precisa ser trabalhada no Brasil.

Crianças estão no tráfico de drogas. A maioria tem que ser discutida neste Brasil, porque elas estão sendo usadas e a favor delas está a lei, que diz que o menor não pode ser preso. Isso precisa ser mexido, como disse o nosso amigo Riedel.

A sociedade vive em um faz de conta. Eu não sei se, para discutir maconha aqui, que a minoria quer implantar, que são os jovens universitários e de escolas secundárias, que querem cismar com a maconha, se isso tem que ter aval de toda a sociedade, pessoal. Nós temos que pensar como família, como cidadão de bem, se é botando mais uma droga para ser legal que vai resolver o problema. Já temos tantas drogas legais, que passaram a ser legais, e pessoas morrem, pessoas se matam, pessoas agriDEM.

Na Copa do Mundo mesmo houve um fato, quando o Brasil perdeu de 7 a 0, um rapaz foi a casa do outro e o assassinou porque brigarem. Um brigou com o outro. Estava lá a bebida no meio. Olha que coisa impressionante! Será que é legalizando a droga ou regulamentando, como alguns querem dizer, isso vai acabar? As mortes vão acabar de fato? Será que o traficante vai deixar de existir?

O problema está entre nós, está na sociedade, na política. Há traficantes na política, há na polícia, há no Estado. Isso não vai acabar, como disse o Coronel. Isso não vai acabar. Então, não é regulamentando que se acaba com político corrupto, com político mafioso, com o tráfico de drogas. É preciso ficar claro para nós aqui que isso não vai acabar.

Muito obrigado pela palavra concedida e pela oportunidade, Senador, e todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer, Sr. Robson, que sua fala foi muito boa, mas ficou desacreditada, porque o senhor disse que nós não somos democráticos e lhe demos todo o tempo para falar. Até aqui falaram quatro. Todos contrários.

O SR. ROBSON SILVA – Senador, eu falei em relação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não.

O SR. ROBSON SILVA – Não havia participantes para defender um contraponto na Mesa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas está errado. No começo eu falei que vocês são da Mesa.

Vou ler aqui todos os convidados para as próximas audiências. E aceito novas sugestões.

Já tivemos a de hoje. Faltaram duas pessoas. Uma não vai haver. Numa próxima, vai ter Dom Raymundo Damasceno Assis – duvido muito, Sr. Robson, que ele seja a favor; foi convidado –; o psiquiatra Marcos Zaleski, que tem estudos sobre o assunto; a Dr^a Ana Cecilia Petta Roselli Marques, Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas. Depois estão convidados o Dr. Ayres Britto, ex-Ministro do Supremo; o Prof. Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas; a Dr^a Raquel Dodge, Procuradora Geral da República; Dr^a Maria Gorete Marques de Jesus, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Na seguinte – veja que são muitas –, o Sr. Rubem Cesar Fernandes, diretor-executivo do movimento Viva Rio – será uma reunião concentrada no assunto “violência” –; o Prof. Gláucio Ary Dillon Soares; o Sr. Sérgio Adorno.

Então, ainda mais vamos tentar – acho muito difícil – sobre as experiências internacionais.

Então, dizer que não é democrático, me desculpe, mas desmoralizou sua fala.

Agora vou passar a palavra... Por favor.

O SR. NIVIO NASCIMENTO – Eu também queria me pronunciar sobre o fato de você estar dizendo que nós fomos unilaterais. Acho que não é o caso. Na minha apresentação – eu gostaria de deixar isto bem claro – eu enfatizei os problemas que podem ocorrer, em termos de segurança pública, mas também enfatizei a necessidade de você despenalizar, de você ter uma penalização mais branda, pelo menos das pessoas que estão sendo encarceradas; ressaltai a necessidade de se criar novas formas de tratamento e de atenção aos usuários de drogas.

Quando a gente vê os exemplos que vocês citam aqui, muitas vezes eles podem ter ocorrido simplesmente porque a sociedade como um todo não investiu tanto esforço, as universidades não investiram tanto para aprender a lidar com pessoas que passaram ou que estão passando por algum problema de abuso de drogas. Eu acho que essa é uma pauta central.

Ressaltando o início da minha apresentação, eu disse que não me posicionaria nem contra nem a favor. A Copa do Mundo já passou, nós não estamos em um jogo de futebol. Eu acho que temos que discutir isso com base em argumentos científicos, em evidências, e não em “achismos”. Eu refuto totalmente a ideia de que nós estamos fazendo uma discussão unilateral aqui. Muito pelo contrário. Não queremos, como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, tomar uma posição de simplesmente é isto ou aquilo, mas lançar evidências e pautar o debate de uma maneira qualificada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço, mas o Coronel, em parte da sua fala, disse bem: nós estamos vivendo um tempo em que quem não pensa como a gente, é antidemocrático; antidemocrático é ouvir as diferenças, como eu estou fazendo aqui. Democrático é ouvir as diferenças e chegar a uma posição. E eu não tenho ainda a posição que vou adotar no meu relatório. Não estou fazendo aqui uma farsa. Eu estou querendo ouvir. Eu não estou consciente, por exemplo, Dr^a Solange, se a proibição que está aí vai reduzir o número de irmãos mortos. Não estou convencido. Nem estou convencido de que a regulamentação vai diminuir o número de irmãos mortos. Eu estou convencido é de que o que está aí não está prestando. Então,...

A SR^a SOLANGE PALHANO – Senador, os países que liberaram...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, isso a gente vai discutir muito. A gente vai trazer gente de outros países. A gente vai trazer.

A SR^a SOLANGE PALHANO – Mas não diminuiu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – São as perguntas. Mas eu tenho que ouvir isso.

A SR^a SOLANGE PALHANO – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque tem gente que diz que diminuiu. Eu tenho que ouvir. E vou continuar ouvindo.

Por isso, vou passar ao Dr. Nazareno Feitosa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E ele, tenho certeza, pela representatividade que também tinha aqui, Sr. Robson, não vai defender não.

O Dr. Nazareno Feitosa, da Federação Espírita do Distrito Federal.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Bom dia, Senador! Bom dia a todos!

Realmente, devemos pautar o estudo também nos argumentos científicos, como bem falou aqui o nosso representante da UNODC, que tem a orientação contra a legalização no mundo todo, inclusive orientação da ONU. E aparece com uma nota oficial contra a legalização ou pelo menos a regulamentação, como a realizada no Uruguai.

Eu queria apenas ler, Senador, para tornar de conhecimento de todos, nota que a Federação Espírita do Distrito Federal publicou, dizendo que é contra a legalização da maconha no Brasil por uma série de motivos, dentre eles o manifesto publicado agora, em 2014, pela Associação Brasileira de Psiquiatria. São apenas alguns argumentos, creio que os mencionarei dentro do tempo.

O manifesto diz:

Por que a Associação Brasileira De Psiquiatria (ABP) é contrária à legalização da maconha?:

1. Falta de estrutura para o tratamento de dependentes. O Brasil não possui uma rede comunitária ambulatorial e hospitalar para as pessoas que desenvolvem transtornos mentais ou de comportamento em decorrência do uso da droga. Com o potencial aumento do consumo, ocorrerá também um aumento do número de dependentes. É inadequado discutir modelos que funcionam em outras nações sem compreender a realidade de saúde brasileira.

2. Maconha é ainda mais danoso à saúde que o cigarro. Quem fuma maconha consome quatro vezes mais alcatrão do que se fumasse um cigarro de tabaco e cinco vezes mais monóxido de carbono, duas substâncias associadas diretamente ao câncer de pulmão [além de vários outros tipos de câncer, como câncer de testículos, entre outros].

3. Alto risco e impacto no desenvolvimento dos jovens. Dos 12 aos 23 anos, o cérebro está em pleno desenvolvimento. Quanto mais precoce o uso da droga, maiores são as chances de dependência. A ação da maconha nessa fase de formulação cerebral pode ser irreversível. Com a legalização deveria aumentar o número de usuários, especialmente entre os adolescentes. Quando usada na adolescência, o risco de dependência é o mesmo da cocaína, ou seja, 15% [Estudos da Nida (National Institute on Drug Abuse) na Nova Zelândia também e na Austrália, há muitos anos, dizem inclusive que o uso na adolescência pode reduzir o QI (Quociente

de Inteligência) em até oito pontos na cognição da pessoa. Então, vejam que pesquisas científicas embasam o trabalho da ABP].

4. [São apenas dez itens, senhores] Maconha causa prejuízo a diversos órgãos e sistemas humanos. Estudo de 2012, conduzido pelo psiquiatra Ronaldo Laranjeira [eu gostaria até de sugerir o nome dele à Comissão, é especialista, dirige trabalhos nessa área em São Paulo], membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, apontou que a maconha multiplica por 3,5 vezes a incidência de desenvolvimento de esquizofrenia e também multiplica por 5 vezes as chances de desencadear no usuário o transtorno de ansiedade. [E aí a gente acrescentaria depressão, transtorno obsessivo compulsivo, enfim].

5. Uso terapêutico da droga ainda está em fase de estudos. Há normas legais no Brasil referentes ao uso experimental de qualquer nova terapêutica [inclusive citada na audiência pública passada pelo promotor de Justiça].

Há legislação que permite a pesquisa de qualquer substância para o uso, inclusive o uso dos derivados da *cannabis*, porque não é a maconha que é terapêutica, é o canabidiol, é o próprio THC, mas desde que utilizados... Não há consistência, não há nenhuma evidência científica com relação à maconha fumada, mas ela utilizada como óleo, como comprimidos ou até aspirada como vaporizador.

6. Não impacta na diminuição da violência.

O que o Coronel falou aqui, e a gente acha que sim. Mas olha como ela realmente não acaba com o tráfico de drogas nem com o crime organizado.

A legalização da maconha não é o caminho para diminuir a violência. As leis e as proibições não eliminam totalmente os crimes, mas diminuem sua incidência o número de vítimas. Os países que endureceram as leis contra as drogas foram os que mais reduziram o número de dependentes e a violência. É assim na China, em Cuba, nos EUA e na Suécia, para citar alguns exemplos. E a legalização da maconha não influenciaria o tráfico, pois somente 20% do dinheiro do tráfico advém da maconha.

Porque é uma droga barata, é uma droga “bandeirosa”, como dizem os policiais – eu também sou policial federal – que exala um fedor muito grande, grande, pesada e produz pouco resultado. Para o traficante é muito melhor usar, traficar outras drogas.

7. Ineficiência no controle de outras drogas, como álcool e o cigarro. O Brasil tem dificuldade na fiscalização de compra de cigarros e bebidas alcoólicas por adolescentes. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer, 52,6% dos adolescentes já compraram cigarros, sem que na maioria dos casos lhes tenha sido solicitada a carteira de identidade. Quadro similar...

Aliás, há pesquisa mostrando que 83,5% dos jovens conseguiram comprar bebida alcoólica dizendo que era para seu consumo e não da sua família, e ninguém os proibiu por isso, aqui no Brasil. Vejam como nós não temos estrutura nem de internamento nem de fiscalização, muito menos, agora para mais uma droga lícita.

Além do mais a legalização da maconha aumentará o número de acidentes e mortes no trânsito, segundo o estudo dos professores Mark Asbridge, Jill A Hayden e Jennifer L Cartwright.

Lá no estado do Colorado, vou acrescentar, onde foi legalizado o uso chamado “recreativo” – e eu não vejo como recreação isso –, o número de acidentes automobilísticos aumentou muito, e o Delegado Jorge vai dizer que nós não temos como, diferentemente do álcool, utilizar o bafômetro para identificar se o motorista do carro, do ônibus ou até o piloto do avião utilizou maconha antes. Se ele também... No Brasil, nós temos também um absurdo, que é o direito de não produzir provas contra si mesmo. Então, a pessoa não vai se submeter a nenhum exame e, depois, vai haver dificuldade em se provar isso.

8. Legalização não encontra respaldo na mais influente agência reguladora do mundo. A agência americana FDA (Food and Drug Administration) referência mundial no que diz respeito à saúde pública, se posiciona contrária à legalização ou ao uso da maconha fumada para fins terapêuticos. A legalização da maconha para uso medicinal é indefensável cientificamente e só parece servir para justificar a legalização para o uso recreativo.

Em San Francisco, nos Estados Unidos, repórteres foram lá, jovens com dores nas costas vão ao médico, em cinco minutos conseguem a carteira e vão comprar maconha para simplesmente dores nas costas. Imaginem a banalização a que, lamentavelmente, se chegou em San Francisco.

9. Desconhecimento do impacto que a maconha pode causar na estrutura psíquica do usuário. A droga, quando fumada, piora todos os quadros psiquiátricos, que já atingem até 25% da população, como depressão, ansiedade e bipolaridade. A maconha pode desencadear primeiras crises graves, mudando a história natural de doentes que poderiam viver incólumes a riscos transmitidos geneticamente.

10. Maioria dos brasileiros é contra a legalização. Recente levantamento nacional (Lenad 2012) mostrou que 75% dos entrevistados se disseram contrários à legalização da maconha. Pesquisa ainda mais recente (maio/2014), do Instituto Gerp, atesta que 69% dos moradores do Estado do Rio de Janeiro [que é o Estado mais liberal do Brasil, que tem mais questões relacionadas à maconha] também são contra a legalização dessa droga, cujos danos e dificuldades sabemos.

Nós sabemos, senhores, da destruição dos vínculos familiares, da deserção das escolas. A pessoa perde completamente os vínculos que as estimulam a manter a vida, a buscar seus objetivos; com isso, o uso da maconha facilita, então, que ela entre em outras faixas de crimes, de deserção, de desemprego e desinteresse político, sexual, familiar, profissional e até esportivo.

Então, senhores, esse manifesto da Associação Brasileira de Psiquiatria está disponível na internet. Eu gostaria que todos tivessem conhecimento. Vou deixar uma cópia com seu assessor, para que também a Mesa tome conhecimento desse manifesto da ABP.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O coronel me pediu para fazer uma... Mas antes eu queria ler algumas das opiniões que chegaram aqui. O meu pessoal separou “a favor” e “contra” – mais ou menos do mesmo tamanho. Eu vou ler primeiro os que manifestaram posições contrárias.

Sérgio Pinho: “Liberar o uso recreativo ou industrial de uma droga seria um retrocesso moral para o nosso País.”

Andreia Sales: “Por que não se faz um plebiscito para decidir se a população inteira do País quer isto?”

Ednilsa Pereira da Silva: “Afinal, o álcool é um dos grandes fatores que causam acidentes, pois são motoristas bêbados irresponsáveis que ceifam as vidas dos outros e muitas vezes deles mesmos; essa liberação da maconha, se for aprovada, teremos mais um dentre muitos fatores iguais ao álcool. Senadores, vocês que são pessoas que, na teoria, têm conhecimento, eu pergunto: vocês tem a intenção de ter sua própria plantação de maconha?”

Essa pergunta da Ednilsa eu acho que, sinceramente, é ofensiva. A gente está procurando enfrentar um problema do País.

Anna Flávia Schmitt: “Só mais uma coisa: vocês já fizeram um estudo de quanto a plantação de maconha está gerando de desmatamento aqui no Brasil?”

Maria A: “O tráfico continuará existindo, já que apenas 20% do lucro deste provém da maconha.”

Roberta I. Amâncio de Souza: “A maconha também é letal. Os riscos de complicações pulmonares e câncer que ela traz são maiores que os do tabaco (Fonte: The impact of cannabis on your lungs – British Lung Foundation – 2012).” “Osmar Terra é médico, estudioso do assunto e foi presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. Ele disse: ‘O álcool e o tabaco juntos possuem aproximadamente 40 milhões de dependentes químicos no Brasil, justamente por serem legais e de fácil acesso.’”

Ana Cláudia Pereira: “Sou a favor do diálogo, mas não da legalização de qualquer substância que seja prejudicial à pessoa, às famílias.” E cita o manifesto que foi lido há pouco, da Associação Brasileira de Psiquiatria: <http://www.abp.org.br/manifesto/manifesto.pdf>.

Otávio Nascimento: “O combate às drogas é de fato a melhor arma a ser utilizada a favor da sociedade? A educação não seria a melhor saída? Regulamentar é trazer o usuário para mais próximo do Estado, fazendo com que o mesmo possa ser tratado e educado com maior facilidade...” Isto aqui foi misturado, porque, aparentemente, é favorável.

Carlos Augusto dos Santos: “Mais um argumento cai por terra Consumo entre adolescentes cai no Colorado após a regulamentação.” Ele cita como fonte a revista U.S. News: <http://www.usnews.com/news/articles/2014/08/07/pot-use-among-colorado-teens-appears-to-drop-after-legalization>. Também está escrito como contra, mas não é; foi uma falha.

O SR. NAZARENO FEITOSA – (*Fora do microfone.*)... média americana – o Estado do Colorado. Essa informação está...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pois é. Veja como há informações contraditórias. O Nazareno...

O SR. NAZARENO FEITOSA – Manipulação de informações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nazareno Feitosa...

Deixe eu passar a informação, porque, de repente, alguém entra aí no seu *tablet* para ver se, de fato, é certo ou errado: é o sítio da revista U. S. News, <http://www.usnews.com/news/articles/2014/08/07/pot-use-among-colorado-teens-appears-to-drop-after-legalization>. E o título, traduzindo do inglês para o português: o uso de maconha entre adolescentes no Colorado parece ter caído depois da legalização.

Seria bom que alguém entrasse no sítio. Eu peço ao meu pessoal que entre, por favor. “Com o potencial aumento do consumo ocorrerá também o aumento do número de dependentes. É inadequado discutir modelos que funcionam em outras nações sem compreender a realidade da saúde brasileira.” Essa é do Nazareno Feitosa.

O Alex Sandro Nascimento pergunta: “Será que nossos antepassados estavam errados? Vidas mortas, escravizadas, foram instrumento de sofrimento para várias famílias. Agora, vamos legalizar o roubo, o furto, a morte, o infortúnio, em muitas famílias?” Eu quero só lembrar que aqui não se discute legalizar, mas regulamentar, o que é diferente.

Vivian Alcântara: “Fico indignada com uma proposta dessas, já está mais do que comprovado que a maconha causa inúmeras doenças físicas e emocionais. Quem lucra com uma lei dessas? Os países que a legalizam estão pensando em rever os seus conceitos, pois o prejuízo é enorme para toda a sociedade”

Marcelo Pedroso: “Educação para a maconha. A repressão não é a solução, a educação sim, seja para o consumo, seja para o não consumo.”

“Legalizar é promover o consumo. Em todos os locais em que foi legalizada o consumo aumentou a demanda e, pior, continuou e aumentou o tráfico”, Fernando Lobo.

Juliana Freire Soares: “Sou contra a liberalização. Estudos sólidos mostram seus danos. Temos de pensar nas crianças e nos jovens que poderão fazer uso dessa substância e parar com esse egoísmo, de querer propagar um lazer que faz mal à saúde individual e de possíveis usuários.”

Ainda deve chegar muita coisa até o final.

O Coronel pediu a palavra.

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Eu ouvi aqui algumas posições no sentido de “não” às drogas. A impressão que se tem é de que quem está aqui na mesa está dizendo “sim” às drogas. Eu acho que não é isso. Todos nós somos contra as drogas, só não somos contra o álcool, mas somos contra outras drogas. (*Risos.*) Por enquanto.

Na minha cabeça não entra um Estado... Porque são todas as drogas psicoativas, que causam mais ou menos os mesmos males que foram mencionados pelo representante da sociedade espírita. Ele citou vários efeitos do uso da maconha, efeitos esses que estão presentes no uso do álcool, mas eu não vi ninguém aqui propor a criminalização do uso do álcool. Alguém aqui propõe isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Então, na minha cabeça não entra criminalizar um e não criminalizar outro. Se vamos criminalizar tudo, então, vamos conversar.

Outro ponto: a pesquisa. Criou-se no mundo um mercado de pesquisa daqueles que são a favor e um mercado de pesquisa daqueles que são contra. Você tem uma tonelada de pesquisas justificando uma posição e uma tonelada de pesquisas justificando outra posição. Ou seja, esse é um mercado de pesquisa.

Outra coisa: às vezes, eu fico impressionado com o fato de as pessoas quererem demonstrar os males da maconha. Quem está dizendo que não faz mal? Alguém disse isso aqui? Claro que ela faz mal também, mas alguns aspectos da *cannabis* podem ser utilizados para o bem. Então, se você se posiciona dizendo tudo é ruim ou tudo é bom, você acaba voltando àquele maniqueísmo, que não constrói nada.

Outro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção, o Senador Cristovam Buarque já mencionou isso aqui, é que costume ouvir das pessoas comentários como: meu irmão foi drogado e sou contra por isso. A minha filha não sei o quê. Mas, vem cá, ele foi drogado em que modelo? Quando é que você ficou sabendo que o seu filho estava envolvido com drogas? Três anos depois dele estar envolvido. Então, é dentro desse modelo. Deixe-me falar, por favor. A senhora já teve a sua oportunidade.

Quero dizer o seguinte: sou a favor, plenamente, da posição que vocês colocaram aqui. Eu até esqueci, o modelo prevencionista, aquele modelo que busca afastar os jovens da drogas, que é o que o grupo de vocês faz.

Ou seja, vai lá afastar os jovens das drogas. Esse é o modelo correto, o modelo prevencionista, porque o modelo proibicionista só causa mais problemas. Eu não estou dizendo que se deva deixar de coibir, de proibir o tráfico. Não é nada disso, mas é preciso investir nisso. E quando a gente fala no modelo prevencionista, nós

estamos aqui diante de um ícone da educação no Brasil. Então, a gente tem que pensar que a educação, a família, a religião, essas coisas todas devem funcionar para atuar no modelo prevencionista.

Um outro ponto é essa coisa de dizer que começou na maconha. Eu não sei, mas pela minha experiência eu não conheço ninguém que tenha começado pela maconha. Começou pelo álcool. O começo de tudo é o álcool. A maconha vem depois; depois vem a cocaína; depois vêm outras drogas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – É progressivo.

Mas essa ideia de retirar o álcool da história e dizer: “Não, porque a maconha...” A maconha também, claro.

A ONU, em 1998, em uma reunião da UNGASS sobre drogas, fez uma reunião muito grande, vários países, e eles decidiram o seguinte: vamos ter um mundo sem drogas em dez anos. Um mundo sem drogas, ou seja, foram lá para a Colômbia, foram para a Bolívia para destruir plantação de maconha, para o Oriente, para acabar com a papoula. Um mundo sem drogas em dez anos, em 1998. Em 2009, fizeram uma avaliação daqueles dez anos. Olha a conclusão da ONU, a conclusão da Comissão sobre Drogas Narcóticas da ONU, reunida para aferir os resultados daqueles dez anos: “Os Estados-membros não ficaram satisfeitos com os resultados e declaram que continuam fortemente preocupados com a crescente ameaça colocada pelo problema mundial das drogas.” A decisão tomada foi o quê? Continuar o esforço por mais dez anos, por mais uma década. E por que não cinco anos, seis, oito, quinze, onze? Mas o que eles vão fazer de lá até dez anos? Concluímos que não adiantou nada. Vamos continuar com o esforço por mais dez anos? É isso?

Ou seja, um instrumento, uma organização, uma instituição que é encarregada da defesa dos direitos humanos no mundo legítima uma guerra que só traz mortes. É uma incoerência...

(Soa a campanha.)

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – ... incontornável.

Fui gongado. *(Risos.)*

O SR. RAFAEL FRANZINI –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de seguir a ordem.

O SR. RAFAEL FRANZINI – As Nações Unidas respeitam os direitos humanos. As Nações Unidas não estão envolvidas em nenhuma guerra contra as drogas. Vocês não vão encontrar nenhuma declaração das Nações Unidas falando sobre uma guerra contra as drogas. Não, isso não é assim.

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Acabei de ler.

O SR. RAFAEL FRANZINI – O que você está falando aí é o resultado da UNGASS. UNGASS é um assembleia-geral e a assembleia-geral é feita pelo país e não pela ONU. Nós somos a secretaria da ONU. E você tem que discriminar. Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

Por favor, eu acho que ...

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Concorde.

O SR. RAFAEL FRANZINI – ... o debate tem que ser um debate baseado em evidências, como falou o meu colega aqui, Nívio. Tem que ser um debate que ainda que aconteça a uma pessoa, a duas pessoas, porque nós estamos falando de políticas públicas... E quando nós falamos de política pública nós temos que ter um acerto. Temos que discutir sobre questões que sejam já aprovadas, questões que sejam certas. Quando você fala de um só capítulo, um só resultado da UNGASS, você não está falando da verdade inteira. Eu acho que se nós vamos discutir seriamente nós temos que ter todos os argumentos para não enganar, para não dar uma mensagem que seja errada ao povo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Desculpe. Eu fiz confusão. Eu pensei que a UNGASS, uma reunião de países sediados na ONU, representasse a ONU. Peço desculpas por ter generalizado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu confesso que, apesar de toda a minha convivência com os organismos, eu também achava que se a assembleia decidisse uma coisa, as Nações Unidas, o secretariado também seria quase que o mesmo, Coronel. Eu cometeria o mesmo erro seu.

Bem, eu vou seguir agora a ordem e passar a palavra ao Sr. Alamar Régis Carvalho, que é jornalista.

E eu queria dar uma sugestão aqui.

Assim como um grupo de vinte ou vinte mil e poucos deu entrada a um projeto aqui, pedindo a regulamentação da droga, eu gostaria – há muita gente me ouvindo – que houvesse uma proposta, através de um abaixo-assinado, pedindo que o Senado analise a proibição do álcool. Vamos trazer para aqui esse debate.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu creio que vamos trazer... Um momento. Vamos pedir ordem.

Vamos trazer esse debate para aqui também, vamos trazer o debate. Por isso esse debate da maconha é bom, de repente está nos despertando para outras drogas que a gente aceita, tolera, com que convive e que é a porta de entrada, como disse o Coronel, para a própria maconha.

Aqui está a minha sugestão. Não é difícil conseguir, se não me engano, 20 mil assinaturas. É isso? Não é difícil. Então, vamos conseguir 20 mil assinaturas.

E se aproveita, e se coloca o cigarro também. Vamos debater isso. Pessoalmente, acho que a proibição do álcool já se tentou nos Estados Unidos, e não deu certo. Mas isso foi há 80 anos. Vai ver que agora a gente tem outros mecanismos melhores.

Bem, Sr. Alamar Régis Carvalho, por favor.

O SR. ALAMAR RÉGIS CARVALHO – Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque, ilustríssimos senhores Coronel Jorge Silva e Nívio Nascimento e todos os participantes deste debate, em princípio quero ratificar as palavras do também ilustre Senador acerca do Presidente desta Comissão, pelo histórico que o senhor tem no Brasil como educador, conceito reconhecido internacionalmente pelo seu equilíbrio.

O senhor não conhece todos os brasileiros, obviamente, quase 200 milhões de cidadãos, mas todo brasileiro bem informado conhece o senhor, pelo seu histórico de dignidade, de coerência nas suas falas, nos seus objetivos como político, num País de tanto comprometimento na política nacional. Então, Senador, nos dá uma tranquilidade de ver um ciclo de debate como este presidido por um político tão equilibrado e tão sensato. Nós, que somos contra também as drogas, graças a Deus, respiramos aliviados em ter esta Comissão presidida pelo senhor.

Um dos maiores equívocos do Brasil foi a retirada do currículo escolar da matéria Educação Moral e Cívica. Os mais antigos lembram o que significava essa matéria na história brasileira. Não adianta condenar as causas e muito menos punir, porque não vai haver problema nenhum – os efeitos. É preciso haver uma reformulação no processo educativo brasileiro, reinserindo a Educação Moral e Cívica, assim como o estudo dos problemas do dia a dia, para que a criança, desde cedo, entenda os efeitos do alcoolismo. É preciso ensinar a criança a conviver com o pai alcoólatra, com a mãe chantagista dentro de casa. Poucas pessoas têm coragem de se dirigir às mães como um ser chantagista, mas infelizmente mãe é a coisa mais chantagista que existe no mundo.

O alcoolismo é considerado droga lícita. Como pode alguém considerar alcoolismo como algo lícito? Então, a partir do momento em que reformatarmos o sistema educacional brasileiro, não vamos precisar proibir nada no Brasil, porque o ser já cresce educado, o ser já cresce consciente dos efeitos do álcool.

Aí ficamos nesta tapeação de carimbar, nos maços de cigarro, que o cigarro dá câncer, que o cigarro destrói o pulmão, que o cigarro traz os enfisemas. Isso adianta em que para quem está viciado?

Ao garoto brasileiro, sobretudo aquele do interior, é implantada a cultura de que, se você não fumar, você não é homem, você não é macho; se você não tomar uma de vez em quando, você não tem hombridade, e o garoto cresce com aquilo. É preciso retrabalharmos essa situação para que o País não precise chegar a um momento deste, esta preocupação com as drogas, que não é apenas dos que são contra – os senhores estão contra, todo o mundo sabe, está vendo o sofrimento relatado pelo Coronel Jorge da Silva, em ter que emperrar um colega de Polícia todos os dias. Isso é dolorido para um país.

Eu vivo em São Paulo e vejo, vergonhosamente, aquela chamada Cracolândia. Todos os dias eu passo por ali, porque eu tenho um negócio ali, a emissora de televisão pela paz está ali perto. Aqueles cidadãos, Senador Cristovam, não estão drogados naquele momento, mas eles vivem passando as mãos nas genitálias das mulheres que passam, e a Polícia ali perto não pode falar nada, porque o próprio policial está pressionado a não coibir esse crime, essa falta de respeito em nosso País. Então, nós tivemos um processo de impunidade, mas temos que tolerar, porque punir não vai resolver o problema.

O Brasil esquece que Benzetacil também é um remédio altamente dolorido, mas, durante muito tempo, foi um medicamento indispensável para curar muitos males neste país. Quem é que compra: o enfermeiro que aplicou a injeção ou o médico que prescreveu uma Benzetacil? O senhor já deve ter tomado algumas, e vários aqui devem ter tomado algumas. Por que essa mania de bonzinho em nosso País? Nós temos que aplicar sempre o politicamente correto, inclusive nos expondo aos processos de irresponsabilidade, omissão e inconsequência em nosso País.

Essa discussão é muito saudável, e alegra-nos muito, Senador, ter lido, em outros momentos, entrevistas do senhor, quando o senhor declarou que não era um homem de ideias congeladas; o senhor era um homem flexível, como demonstrou aqui. Eu tenho certeza de que o senhor será flexível neste debate ao ouvir, e eu estou prestando muita atenção nas suas equilibradas falas, que está disposto a ouvir todos os pronunciamentos, todas as experiências nacionais e internacionais para tomar a decisão mais equilibrada deste País perante o Congresso Nacional.

Não queremos a maconha legalizada em nosso País; não queremos este argumento de que ela é benéfica para a saúde como medicamento, porque, se fosse esse o argumento, não seria pelo fumo, seria pela transformação dos componentes medicinais dela em comprimidos, em cápsulas, em qualquer tipo de medicamento. E, mesmo assim, não é unanimidade na medicina internacional que a maconha é benéfica para a saúde.

Então, Senador, pedimos que Deus inspire-o, ilumine-o no relato final, para que não deixe que a decisão seja equivocada. Ainda bem que o senhor não é um político adepto do politicamente correto.

Muito obrigado, meus senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao próximo, ao Luiz Eduardo, eu quero ler uma carta que me chegou ontem e que eu acho que é importante, sobre o assunto da medicina, dos impactos medicinais, embora, pelo que eu tenho lido e estou de acordo, para a medicina não seria a maconha direto; seria um remédio transformado a partir das folhas, etc. Mas, de qualquer maneira, é importante.

A mãe diz:

Sou mãe de Clárian, 11 anos de idade, que foi diagnosticada com Síndrome de Dravet, uma síndrome rara e catastrófica de epilepsia mioclônica na infância, que pode ser fatal, apresentando atrasos no desenvolvimento cognitivo, motor, distúrbios sensoriais e problemas de equilíbrio, tem grande sensibilidade ao calor desencadeando crises convulsivas, onde uma crise pode ser fatal.

Grande parte de sua infância foi no hospital com 17 internações longas, 3 paradas respiratórias, 11 pneumonias, 2 atelectasias, hipotonia entre outros.

Clárian não pode ter uma vida comum como outra criança, como correr, brincar, o que pode desencadear mais crises, não pode se expor ao sol, sem contar que fica dopada com a quantidade de medicamentos fortíssimos.

Senador Cristovam Buarque, o senhor já sentiu a dor de ver um filho ao sopro da morte? O médico te preparando para o pior, dizendo que tentará salvar a vida de sua filha?

Eu senti por várias vezes, e ainda a cada convulsão ficamos nesse risco iminente, por ser uma convulsão severa. Só quem passa por isso sabe o efeito devastador da Síndrome de Dravet, muitas crianças não passam dos 6 ou 8 anos.

A epilepsia refratária é triste, é feia, é dolorida, rouba toda a infância de uma criança. Somos em média de 700 mil famílias no Brasil com epilepsia refratária (incluindo várias síndromes).

Senador, nos ajude a ter o direito à vida. Não podemos mais pagar pela burocracia, com vidas!!!

A Cannabis Medicinal está salvando a vida de minha filha, dando uma qualidade de vida e ajudando em seu desenvolvimento. Um óleo feito por uma planta, a maconha, que não tem efeito psicoativo por ser feito de uma semente rica em CBD e pobre em THC, apesar de que não podemos tapar os olhos para os benefícios medicinais, poderosos, também do THC. Peço, por favor, que veja o acompanhamento da evolução de minha filha, com o tratamento de Maconha Medicinal, que estou enviando, em folha anexa. Insisto, por favor, leia.

A Cannabis está dando a chance para muitas crianças e adultos de serem medicados, sem ter de ficarem dopados por efeitos adversos de medicamentos excessivos, como minha filha, que quase teve que fazer hemodiálise, e ficou por 20 dias sem andar, por reação adversa de um medicamento convencional (Depakene).

A única reação de adaptação da Maconha Medicinal é a sonolência.

O alto custo de importação do medicamento se torna uma grande barreira, precisamos de ajuda, pois não podemos ter limitações ao tratamento, onde a vida é o bem maior.

O direito ao cultivo seria uma das alternativas para as famílias, independentemente do status social ou de recursos financeiros, assim como os próprios pais no Canadá fazem o remédio de seus filhos, cultivado por eles mesmos. Se eu posso plantar um boldo ou “Comigo ninguém pode”, que pode ser venenoso, por que não posso plantar uma erva que salva vidas? O cultivo não geraria impacto aos cofres públicos.

É necessário ter investimento em pesquisas, em cultivo, que seja supervisionado e orientado por uma universidade, em interação medicamentosa, em laboratórios com exames de nível sérico, um acompanhamento médico, campanhas informativas e esclarecedoras, pois já temos muitas evidências de sua eficácia em várias patologias, comprovado em vários países e no Brasil também, inclusive com a minha filha.

Os médicos não têm um respaldo legal para tratar seus pacientes, com medicamentos à base de cannabis. Chegou o momento das leis mudarem e esse momento é agora!!!

O caso de Katiele, mãe de Any [um caso que apareceu muito na televisão], é um grande salto para o progresso da saúde no Brasil.

Ajude-nos a salvar a vida de nossas crianças. Como mãe, peço socorro.

Maria Aparecida F. Carvalho.

Eu soube que o esposo dela está aqui presente. Se ele não se inscreveu, gostaria que se inscrevesse, mas seguindo a ordem.

Bem, eu fiz questão de ler, embora o tema hoje, aqui, não seja o medicativo. O medicativo, sinceramente, para mim, vai ser mais fácil, porque vou reunir um grupo de cientistas e, através dele, a gente decide isso mais facilmente do que essas quatro perguntas que estamos tentando com que vocês ajudem a responder.

Então, com a palavra – eu já falei o nome – o Luís Eduardo, empresário, fundador da Associação Luz.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Muito bom dia, Senador Cristovam Buarque, amigos da Mesa, é uma honra muito grande, Senador, estar participando, novamente, de uma audiência pública que o senhor conduz com muita coragem. O senhor leva esse debate para a população brasileira com muita autoridade moral que o senhor tem, ao longo de sua trajetória política.

Queria apenas ressaltar, aqui, hoje, a questão da Holanda, o país que legalizou a maconha há mais tempo. Nós já ouvimos as experiências do Uruguai, que começou agora, que legalizou recentemente, mas, da Holanda, ainda não tivemos nenhuma autoridade presente. Talvez o senhor deva estar planejando isso para as próximas audiências.

Eu acho isso muito importante, até porque o governo da Holanda já chegou à conclusão de que a maconha faz mal à saúde e está restringindo de forma considerada o uso da maconha, que naquele país é legalizado. Estão restringindo os “cafés cannabis” por um aspecto muito importante – e a Suécia também –, mas por algo muito importante, Senador Cristovam Buarque, e isso tem tudo a ver com a vida pública e a vida profissional que o senhor tem nos dado aqui na política brasileira: a questão da evasão escolar. Eles confirmaram que a evasão escolar na Holanda foi muito grande após a legalização da maconha. Eu acho que a gente precisa ter essa experiência contada aqui pelo governo holandês.

O Brasil é um país de dimensões completamente diferentes, a gente sabe disso. Eu acho que aí fica mais grave a situação, para uma eventual legalização, porque na minha modesta opinião, eu acredito que “legalizar”, “descriminalizar” e “regulamentar” têm o mesmo efeito prático. Eu não vejo diferença com relação a isso. Então eu prefiro usar o termo “legalizar”, que é o termo que a população brasileira está começando a se despertar hoje, a partir do debate que o senhor iniciou aqui no Senado Federal.

Eu sou pai de quatro filhos, e quando eu ouvi a experiência da Dr^a Solange, falando do irmão dela, o que me tocou profundamente a alma – eu conheço outros casos também –, mas eu digo para o senhor: é no regime atual o que aconteceu com o irmão dela, mas se a gente legalizar a maconha no Brasil, Senador Cristovam, você passa um recibo para a juventude do nosso País. Se o Governo legaliza, qual é a moral, qual é a situação que o pai que está tentando conversar, manter um diálogo com seus filhos, vai dizer para ele: “Não faça isso, não utilize a maconha, porque ela causa isso, isso, isso, uma série de problemas para a saúde.” Qual é a moral que ele vai ter, se a criança ou adolescente vai dizer: “Olha, o Estado brasileiro autorizou, papai, deixe de ser careta! Que bobagem é essa que o senhor está falando aqui? O Brasil autoriza.” (Palmas.)

Então isso tem uma diferença enorme no ponto de vista.

Eu fico muito preocupado, eu andei pesquisando, Senador, muito sobre esse assunto e vi que em outros países, por exemplo, existe interesse econômico por trás disso tudo. Isso é muito sério, isso é muito grave, e a população brasileira, que, repito, está começando a se despertar agora para o tema, precisa saber disto: quem é que ganha com a legalização da maconha? Esse é o principal ponto.

Estranha-me muito haver investidores, megainvestidores internacionais investindo dinheiro – está aí nas folhas de *O Estado de S. Paulo*, da *Folha de S. Paulo*, pode pesquisar – como o megamultimilionário George Soros, que investe para a legalização da maconha em alguns países, dentre eles no Uruguai ele investiu e nos Estados Unidos. Então me causa assim uma preocupação enorme que interesses... Já vi depoimentos do outro megaempresário ou ex-megaempresário aqui brasileiro, Eike Batista, também defendendo a legalização da maconha no Brasil. Então a gente precisa realmente ficar atento com esses movimentos de monopólios, de indústrias, de agronegócios, que podem também estar por trás, com interesses econômicos sobre isso, às custas do sofrimento de milhões de famílias brasileiras que já sofrem hoje, e com uma eventual legalização vão sofrer ainda mais os efeitos disso.

Então eu queria parabenizar o senhor pela coragem e determinação de abrir este debate sobre a legalização da maconha. Que o senhor percorra este País também, pela sua autoridade moral, pela sua bemquerença no País inteiro, que o senhor visite as escolas dos subúrbios. Nós temos experiências, o Dr. Sérgio Harfouche, lá do Mato Grosso, que é promotor, que faz esse diálogo com as escolas do Brasil inteiro, o que representaria uma legalização da maconha?

Ele que, inclusive, é um nome que eu gostaria de sugerir ao senhor, aos seus assessores, que chamem para participar de uma dessas Mesas, assim como do Psiquiatra Dr. Fábio Gomes de Matos, que tem pós-graduação na Escócia e que combate, de forma científica, uma eventual legalização da maconha em nosso País.

E, por fim, o Dr. Alexandre Zakir, que é um especialista em segurança pública, Corregedor de Saúde do Estado de São Paulo, que, também, mostra que o tráfico, em uma eventual legalização da maconha, aumentaria, substancialmente, no Brasil, caso acontecesse uma legalização.

Então, eu quero agradecer a oportunidade, que o senhor continue desenvolvendo esse trabalho, ouvindo, e que tenha muito bom senso, continue a ter muito bom senso, como o senhor sempre teve em sua vida pública, para não deixar esse mal acontecer em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para mostrar como o assunto é complexo, eu pensei isso no começo. Como é que um pai vai chegar para o filho e tentar convencê-lo de não usar se for regulamentado, deixar de ser crime? E, aí, debatendo com alguns que defendem a regulamentação, eles disseram: “Provavelmente, o pai vai ter mais condições, porque, sendo regulamentado, o filho vai permitir que o pai saiba que ele está fumando desde o começo, enquanto que, sendo proibido, o filho esconde e, quando o pai descobre, já não dá mais para corrigir.”

Então, veja como os argumentos são diferentes de um para outro. E faz sentido, também, isso. Mas faz sentido, também, o seu. Se é regulamentado, por que que é que a gente fica contra? Mas cigarro a gente é contra os filhos fumarem. Cigarro você percebe logo que o filho está fumando e maconha ele esconde. Você só descobre, às vezes, muito tarde.

Veja como é difícil a gente tomar uma decisão.

Eu passo para o Victor Dittz, que é aluno do curso de Ciência Política da UnB.

O SR. VICTOR DITZ – Bom dia, Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque, por meio de quem cumprimento todos os membros da Mesa e todos os demais presentes.

Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, nesse espaço, tendo oportunidade para fala, tendo a chance de tentar discutir com esse *lobby* conservador gigantesco.

Eu poderia fazer uma fala pontual, falar da minha vida, falar sobre muita coisa relacionada à droga, mas, como seria uma coisa muito pontual, eu gostaria de usar esta oportunidade para falar de um espectro mais amplo, até porque eu sou aluno de Ciência Política.

Queria perguntar ao Sr. Senador quantos indícios serão necessários para entendermos que uma política pública é ineficaz? A guerra às drogas não funciona – não funciona. É a mesma coisa de você tentar puxar um carro com roda quadrada, não vai andar, sabe? Essa analogia eu acho muito boa, porque experimenta colocar uma roda de verdade se as coisas não fluem?

Essa política é ineficaz e temos inúmeros pontos para refutar qualquer argumento proibicionista, seja a anticonstitucionalidade da Lei de Drogas, seja o cerceamento de direitos individuais, seja o interesse medicinal.

Temos vários pontos em relação ao senhor, aqui, que disse sobre a diferença de legalizar e regulamentar, é bem simples: legalizada é como está. Não tem prestação de contas, você não sabe de onde vem, você não sabe para onde vai o dinheiro, você não sabe esse dinheiro, financiando mais atividades obscuras dentro do Estado. E, regulamentando, você acaba com isso.

E uma pergunta que eu faço: quem ganha com a proibição? Dois setores, bem evidentes, que se beneficiam disso, o setor médico, ou seja, de produção de medicamentos, ou os setores de psiquiatria, também, por exemplo.

Por falar nisso, eu gostaria, até, de deixar o meu repúdio em relação a esses setores, como grupos de interesses, que, simplesmente, querem regulamentar o processo sintético, para vender remédio, sendo que a pessoa pode plantar em casa.

Eu não vou me delongar muito, até porque têm vários argumentos aqui que seriam refutados tranquilamente, mas parece que muita gente opta pela demagogia, o senso comum, sem propor nenhuma solução.

Agradeço, imensamente, o senhor estar como Relator dessa proposta, porque eu duvido muito que, se fosse qualquer outro Parlamentar, ela estaria sendo tratada com tanta parcimônia quanto está sendo agora.

No mais, é só.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço ao Victor de estar aqui, até porque ele é o 15º. Os 14 primeiros foram muito enfáticos, contrários à regulamentação. É o primeiro que traz argumentos favoráveis.

Eu passo a palavra agora ao Filipe Marques.

O SR. FILIPE MARQUES – Bom dia, Sr. Senador! Bom dia à Mesa e a todos os presentes. Meu nome é Filipe. Eu sou estudante de Ciência Política. Sou colega do Victor e vou dizer, confessar que eu fiquei muito chocado com alguns dos argumentos ruins, realmente pouco embasados, que foram utilizados aqui. Realmente,

esta Casa é democrática, com certeza, no sentido de que a gente, de fato, consegue ouvir todas as opiniões e há espaço para que todo o mundo fale.

Eu queria deixar bem claro que, antes na Casa, perguntaram se eu podia adentrar com a minha camiseta da Marcha da Maconha, porque foram proibidos os cartazes favoráveis. Só que eu estou vendo bastantes cartazes contrários. *(Palmas.)*

Quem disse que a Casa é antidemocrática... Realmente eu não acho que seja, mas, se for chamá-la de antidemocrática, será por outros motivos, não porque....

A SRª SOLANGE PALHANO *(Fora do microfone.)* – Nós entramos escondido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, um momento...

O SR. FILIPE MARQUES – E você acha isso bonito, não é? Está de parabéns. Entrou escondido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, vamos ouvi-lo. Depois vamos saber que história é essa de entrar escondido.

A SRª SOLANGE PALHANO *(Fora do microfone.)* – Escondido que eu digo, Senador, é o seguinte. É para dizer que vocês não estão sendo democráticos e que vocês deixaram a gente entrar. Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não foi isso que ele disse, não.

O SR. FILIPE MARQUES – Não foi, não. Não foi, não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não foi isso. Mas, de qualquer maneira, ele está com a palavra. Eles ouviram com a maior tranquilidade a todos. Agora vamos ouvi-los.

O SR. FILIPE MARQUES – Bom, continuando, eu ouvi muitas pessoas falando de justiça social, de miséria, de virtude, de vários conceitos muito abstratos, mas eu não ouvi ninguém propor nada que realmente resolvesse o problema, porque, enquanto vocês dizem “ah, a gente não pode legalizar porque isso não resolve o problema”, as pessoas vão continuar morrendo.

Eu não sei se vocês sabem, não sei se vocês já visitaram uma favela. Mas, se vocês perguntarem para aquelas pessoas, vocês vão ver que as pessoas que são vítimas diretas da guerra às drogas... E não são vocês; vocês não são vítimas da guerra às drogas, vocês não são as pessoas pobres e negras que morrem todo dia, porque a Polícia imediatamente considera um negro como traficante, porque, quando um policial dá bacoelho em alguém aqui no Plano Piloto ou em qualquer lugar do Distrito Federal, o branco, o rico vai se safar e o preto automaticamente vai ser enquadrado.

Então, eu gostaria de chamar a atenção: vocês não são vítimas diretas da guerra às drogas, vocês não têm consciência das consequências que essa guerra traz para as pessoas que sofrem diretamente com isso. Então, eu acho muito leviano a gente falar da vida de pessoas que a gente não conhece, da vida de pessoas cujos impactos na vida delas a gente desconhece.

Não existe a impossibilidade de você tratar de prevenção das drogas – e eu concordo com o que todo o mundo disse: que não queremos nossas crianças, nossos adolescentes envolvidos com drogas. Mas você necessariamente não tem que punir a pessoa porque ela escolheu. Quer dizer, você está punindo a pessoa que não aprendeu a se prevenir, já que a gente tem o Proerd. Vocês sabem que existe o Proerd. Quando o Proerd não funciona, a culpa é de quem? A culpa é de quem não aprendeu ou a culpa é de quem não aprendeu ou a culpa é de quem não soube passar a informação? Quando o Proerd falha, você vai botar a pessoa na cadeia?! É isso que a proibição faz. Você transforma o usuário que não é criminoso em criminoso.

Fernando Henrique Cardoso já disse: “O usuário pode ser tratado como um doente, jamais como um criminoso”. E é essa questão da proibição que acho que vocês ainda não conseguiram entender. Maconha causa danos ao cérebro? Ignorância também. Muitos danos inclusive. Eu acho que a gente devia atentar para isso.

Então, para além das questões pessoais, eu realmente fico tocado com as questões pessoais, as familiares. Mas eu também tenho familiares que se envolveram com drogas, nem por isso eu acho que eles tenham que ir para a cadeia. É disso que a gente fala, entendeu? Não se trata somente de você legalizar, porque legalizar, como o Victor já falou, já está legalizado. As pessoas consomem independentemente de estar proibido ou não. Quando você legaliza, você dá a chance de o Estado pelo menos acolher essas pessoas, parar de tratá-los como criminosos e começar a tratá-los como doentes, já que é essa a questão.

Então, parem de investir um momento de dinheiro em uma guerra que já está perdida – e muita gente já reconhece isso – e comecem a investir em realmente no que é importante e no que dá resultado, que é a prevenção desde a pré-escola, se for necessário. Prevenir desde pequeno e depois, se a prevenção não der certo, tratem, mas não mandem para a cadeia, não criminalizem, não punam.

O Estado brasileiro é punitivo, sempre o foi, entendeu? E, principalmente, especialmente, com aqueles que têm menos condições. Então, a história da maconha passa pela criminalização até de outros elementos que tenham a ver com a cultura negra. No passado, se eu não me engano, lá pela década de 20, quando a maconha

foi proibida, foram proibidas vários outros elementos que caracterizavam especialmente a cultura negra, como: candomblé, o samba... O próprio samba foi proibido só porque era ligado às pessoas de cor.

Então, a proibição da maconha, além de ela estar embebida de ignorância e de preconceitos que vão muito além do próprio uso da droga, pois tem recorte de classe, tem recorte de raça, eu acho que a gente tem de parar de ser hipócrita e ver que não funciona mais proibir. Então, não se trata só de você prevenir. Você prevenir é parar de punir a pessoa que não preveniu... A gente não conseguiu fazer que elas se afastassem das drogas.

Como o Coronel Jorge falou: "O objetivo não é você afastar a droga dos jovens, porque isso é impossível." Falar que a maconha é porta de entrada, a gente já viu que isso é mentira. É mentira mesmo! Ninguém começa com maconha... Quando você vai a uma festa, você não vai pensando em fumar maconha, você vai pensando em beber! Então, esse argumento de que a maconha é porta de entrada, isso já caiu por terra. Maconha não faz mais mal do que cigarro.

Existe uma tabela da ONU de drogas que fazem mal. A maconha é uma das que menos fazem. São argumentos que a gente vê que são retrógrados, são argumentos presos ao passado, argumentos dos anos 20, entendeu? Então, eu gostaria que se perguntassem sobre isso.

Não existe tratamento público (já falei sobre isso), porque a gente prefere investir em polícia do que investir em tratamento. Então, se a gente está procurando uma forma de realmente tratar dos males da maconha, você tem de investir de tal maneira que as pessoas possam se curar, mas não você puni-las. Eu acho que é essa a questão aqui da legalização. A gente está tentando mostrar que não estamos buscando legalizar para que todos possam usar, a gente está tentando legalizar para que as pessoas que, eventualmente façam uso, não sejam criminalizadas por isso. Sejam tratadas de forma diferente do que têm sido tratada desde sempre. Então, era isto o que eu gostaria que as pessoas enxergassem: para além da hipocrisia, para além do falso moralismo... Eu sei que as pessoas aqui fazem uso de outras drogas.

Existe uma frase muito boa e que diz: "Droga é o que o outro usa." Acho que essa frase é excelente porque ela esclarece bastante. Eu posso fazer uso de Rivotril, eu posso fazer uso de qualquer droga que eu quiser, eu posso fazer uso de antidepressivo, mas tudo bem... Mas maconha? Meu Deus, maconha! Que é isso? É maconha, gente! É um cigarro como outro qualquer, com outra coisa dentro, com outra planta. É outra planta...

Então, parem de ser hipócritas, enxerguem além disso! Enxerguem que a gente não está mais falando de vidas que serão destruídas porque vai legalizar, porque as vidas já estão sendo destruídas, vocês já viram isso que já estão sendo destruídas, independente da legalização ou não. Eu acho que a legalização vai vir para salvar essas vidas e vai resolver o problema... Não resolver o problema, mas vai pelo menos ajudar, tentar solucionar, uma guerra que a gente não ganha mais. É isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sem querer, pulei o nome do ex-Deputado Federal Luiz Bassuma, a quem eu passo a palavra.

O SR. LUIZ BASSUMA – Bom dia a todos! Só para iniciar e para não esquecer, na audiência pública passada, já foi dita que a legislação brasileira já mudou há 12 anos e nenhum usuário vai para a cadeia neste País, nenhum é preso. Traficante, ainda vai. Vai! Mas o usuário... Porque são doentes e precisam ser tratados, e não presos, evidentemente. E ninguém aqui defende cadeia para isso. Jamais! Isso é uma maluquice. *(Palmas.)*

Agora, eu quero iniciar, porque tenho pouco tempo, minha experiência que vivi aqui no Congresso Nacional, há dez anos: de 2005 a 2009, quando se tentou legalizar o aborto no Brasil. Eu estou preocupado, porque a mesma estratégia... Não é a dos Senadores... Estou falando aqui de grupos de interesse econômico que estão por trás, poderosos. É a mesma estratégia: usam palavras, a semântica.

Ninguém que defendia a legalização do aborto, usava a palavra aborto, usava: interrupção da gravidez. Também nunca usava legalizar. Legalizar para eles é uma palavra muito ruim, usavam: descriminalizar. E tudo é sinônimo, mas são falaciosas, são palavras tendenciosas. Hoje, quando eu vejo na questão da droga é que ninguém quer falar em legalizar, mas falam em regulamentar. O efeito é o mesmo: não tem jeito!

Tudo que é legal – legal –, com o tempo, em qualquer sociedade humana, torna-se moralmente aceito, porque as crianças – eu estou falando, agora, de garotos cada vez mais inteligentes, que estão na internet, com 2, 3, 4 anos –, quando convivem numa sociedade que diz que usar maconha é legal, começa a virar uma coisa positiva.

Agora, sabe qual é o único risco que o Brasil não tem, em se legalizar a maconha – não tem –, que é certo? O Brasil será o maior produtor e exportador de maconha para o planeta Terra todo. É esse título que a gente quer para o Brasil? *(Palmas.)*

É esse título?

Graças a Deus, o Brasil não foi campeão de futebol em 2014, agora, porque não merece, não tem mérito. O País, que é campeão de corrupção e impunidade, não merecia ganhar da Alemanha que já vence esse

processo, há muito tempo, já enfrenta a corrupção dos maus políticos. O Brasil ainda está muito a dever nisso, muito a dever.

Então, nós estamos com um risco só: o Brasil se tornar laboratório para especulação, para o lucro. Eu não sou uruguaio, eu não vivo no Uruguai, mas, com todo o respeito ao nosso vizinho Uruguai, na audiência passada tinha um representante do Governo do Uruguai e eu fiz uma pergunta para ele, olha que paradoxo que o Uruguai viveu: lá, só tem 3 milhões de habitantes. O Brasil, segundo dizem, estimativas, tem 3 milhões de usuários de maconha. Há uma diferença pequena entre um país e outro.

Mas qual o paradoxo que o Uruguai viveu, que acabou de legalizar? Legalizar, alguns dizem: “Vamos cobrar impostos como o cigarro, porque, daí, o dinheiro do imposto vai ajudar para o dependente”. Lá, eles vão ter que subsidiar a maconha. O povo do Uruguai vai ter que pagar imposto para feijão, para remédio, porque a droga não pode aumentar de preço, senão vai continuar usando a droga mais barata. Claro, o povo, aí, é lei econômica: por que que eu vou usar a droga legal, do governo, que está mais cara? Então, isso também é um problema econômico. Não deve ser. Para mim, é um problema de natureza social.

Ulisses foi feliz. Prevenção é consenso. Também acho. Todo mundo que está nessa sala, talvez todo mundo não, mas a maioria, não quer saber de mais droga. Ainda bem que a palavra droga é uma palavra feia, mas a palavra legal não, é uma palavra bonita. Olha a diferença na semântica, na cabeça, na psicologia das massas.

Portanto, eu não vou me estender, porque os que me antecederam foram absolutamente felizes em seus depoimentos. Só que, quando você quer tergiversar um assunto, você começa a encontrar exceções, como a carta da mãe, entende-se, perfeitamente.

Uso medicinal, uso terapêutico ou uso recreativo são outras terminologias que visam a iludir parte da população não informada, que precisa ser bem informada, porque o que está por trás são especulações de grupos poderosos. Por quê? O Brasil, diferentemente do Uruguai, tem terras improdutivas, que está provado, em que a maconha se aplica muito bem.

Hoje, ela é cara, porque ela pode ser destruída a qualquer momento, porque é ilegal. Na hora em que tornar legal, os traficantes do mundo vão comprar a droga, porque fazer tráfico por nossas fronteiras é fácil, é um país enorme.

Então, olha que loucura que nós vamos ter. O País, que já não ostenta títulos positivos na educação, na saúde, na justiça, na corrupção, vai ostentar um título certo, porque o País não pode ser laboratório. Me desculpe. O Alasca legalizou, há muitos anos, e já voltou atrás. Um país pequenininho, com nível de educação altíssima, porque viu que os efeitos com crianças foram danosos. A legalização, é sobre isso que nós temos que discutir.

Ou, então, alguém vai ter que provar bem – para encerrar, Senador. Toda vez que um legislador – agora, eu estou falando ao Senador Cristovam Buarque, que tem alta credibilidade no País, ninguém questiona, e, aqui, foi muito elogiado por muitos –, toda vez que um legislador, seja um vereador, um deputado estadual, um deputado federal, um senador, vai mexer numa lei, ele primeiro tem que fazer uma pergunta fundamental a sua consciência: essa lei que eu quero mudar vai melhorar a vida das pessoas em quê?

Se tiver melhoria, vamos em frente, mas, se tiver dúvida, na dúvida, não ultrapasse, porque, se está ruim como está, vão fazer um laboratório do Brasil, para arriscar, daqui a 20 anos, destruir uma geração toda: “Olha, não deu certo”. Vão voltar atrás como? Como?

Não quero que meu País vire laboratório. Se o Uruguai quis ser laboratório, é porque eles deixaram. Nós não vamos deixar. O povo brasileiro, que, hoje, a maioria é contra, precisa ser informado, Senador.

Por isso, o debate tem que ser, realmente, imparcial, mostrar os dois lados da questão sempre, e não apenas um lado que interessa aos grupos de poderes, que só veem, nessa questão, não uma questão de saúde, não uma questão de educação, não uma questão social, mas uma questão de ganhar mais dinheiro. Só isso, de especular.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mais uma vez, eu quero repudiar essa ideia de só ouvir um lado.

Dos onze que falaram aqui, nove foram enfaticamente contra como o senhor, Deputado. Então, estamos ouvindo os dois lados.

Quando o senhor disse não...

O SR. LUIZ BASSUMA – Está gravado. Acho que está gravado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas o senhor... E não ouvir só um lado.

O SR. LUIZ BASSUMA – Isso. Reforçando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem. Então, está reforçando. Perfeito.

O SR. LUIZ BASSUMA – Reforçando para a sociedade, para que todos sejam informados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Claro. É isso que estamos fazendo. Estamos transmitindo ao vivo talvez pela televisão. Se não é ao vivo, à noite passa.

Este é um debate que eu quero fazer na linha do que o senhor colocou. Quero saber se vai melhorar a vida e a felicidade das pessoas no Brasil ou não. As duas coisas. Agora, quero dizer que, como Relator, tem uma coisa que estou tratando de forma diferente do que o senhor pensa. Mas o senhor tem o direito. Acho que há uma diferença entre legalizar e regulamentar. Legalizar é dizer: é legal. Regulamentar é dizer: não é legal sob tais e tais e tais condições.

Por exemplo, o cigarro hoje no Brasil já não é apenas legal, é regulamentado. Aqui vocês não podem fumar. Em ambiente fechado não pode fumar. Quando você compra o pacote vem umas fotografias horrorosas. Isso é uma regulamentação que foi feita e eu considero um avanço, embora pequeno ainda. Foi um avanço.

Então, faço uma diferença entre legalizar, que significaria liberar, e regulamentar, que é tornar legal sob certas condições. Essas condições é que não são fáceis de a gente chegar, inclusive quando a gente analisa o que o senhor colocou, ou seja, os aspectos de mercado, onde produzir e onde não produzir.

Segunda diferença, entre... Eu vou fazer uma diferença entre o menino que quer fumar numa sexta-feira à noite e uma menina de 11 anos que toma isso como remédio. Eu faço a diferença. Até que ponto a gente vai conseguir ou não, não sei, mas eu vou fazer a diferença.

Passo a palavra agora ao Rodrigo Delmasso.

O SR. RODRIGO DELMASSO – Senador Cristovam Buarque, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de estar propondo esta audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Bem, quero deixar uma coisa bem clara para vocês: sou contra a legalização da maconha, contra a legalização de qualquer tipo de entorpecente no Brasil. E quero usar como argumento não facciosos ou falaciosos ou até mesmo usar exceções para justificar a legalização, porque isso, sim, é hipocrisia, ou seja, usar uma exceção para justificar a legalização. Isso sim é hipocrisia.

Ontem, estive fazendo uma caminhada, o Senador conhece muito bem, numa comunidade aqui na Estrutural, chamada Chácara Santa Luzia, que fica atrás da Estrutural e que até hoje estão lutando pela sua regularização. E visitei a casa de uma senhora chamada D. Joana.

D. Joana é mãe de quatro filhos, e desses quatro três viciados em maconha. E ela não sabe o que fazer com os seus filhos, porque todos eles iniciaram não pelo álcool, mas pela maconha a sua vida nas drogas e passaram a ser traficantes. São traficantes que moram na Estrutural hoje e que não só traficam o papelote de maconha, mas também outros tipos de drogas.

Atualmente, a política educacional que é colocada pela Política Nacional de Redução de Danos incentiva o uso de drogas. Nós temos cartilhas que foram feitas pelo Ministério da Educação, perdão, pelo Ministério da Saúde, que ensinam o jovem na escola a como usar o *crack*. A cartilha não diz “não use o *crack*”, mas a cartilha diz, Senador – e se o senhor não tiver conhecimento eu posso entregá-las às mãos de V. Ex^a – que na hora de usar o *crack* deve se passar protetor labial; a cartilha ensina que na hora de usar cocaína deve-se comprar a sua própria seringa. E existe um projeto em tramitação aqui no Congresso Nacional que quer obrigar os espaços públicos a criar salas de narcoconsumo para que a nossa juventude possa usar a droga em espaços reservados para eles.

Acho que a nossa sociedade não pode ser pautada pelos corredores das universidades, mas tem que ser pautada pelo problema social que nós temos. A questão é: por que se começa a utilizar droga. Se você for nos rincões do Brasil, várias pessoas utilizam a maconha porque não têm o que comer. E elas utilizam para matar a sua forma. E não estou falando isso porque... Isso eu não estou falando porque foi feita pesquisa. Estou falando porque eu vi e as pessoas falaram para mim.

Ali naquele momento, eles utilizam e ficam anestesiados, e a fome, no momento, passa. É muito simples, é só procurar os jovens que estão na rodoviária e perguntar por que eles usam a maconha. Procurem os adolescentes que estão na rodoviária, que estão mórbidos na rodoviária e perguntem por que eles usam a maconha. A maconha, sim, a utilização das drogas é um problema social. Aqui eu acho que existe um consenso. Nós precisamos, sim, investir em centros de recuperação no Brasil todo, porque a prevenção é o melhor combate. Dizer que o usuário é criminalizado é mais uma hipocrisia. Como diz o ex-Deputado, o usuário já não é mais criminalizado. E mais uma vez repito, usar as exceções para legalizar, isso sim é hipocrisia.

E tenho certeza, Senador, de que V. Ex^a, quando foi governador do Distrito Federal, atuou veementemente no combate ao tráfico de drogas, inclusive seu governo fez uma denúncia, o ex-taxista que estava aqui em Brasília foi denunciado em relação ao tráfico de drogas. Tenho certeza de que V. Ex^a vai levar isso em consideração no seu relatório. A regulamentação para uso recreativo, não estou aqui usando uso medicinal neste ponto, mas para uso recreativo, é sim fechar os olhos para os problemas sociais que o Brasil vive.

Muitos aqui, quando falei que os jovens utilizam, que a sociedade utiliza para matar sua fome, poderão até rir. Convido a ir comigo agora na rodoviária, convido a ir comigo agora no condomínio Pôr do Sol, no Sol Nascente, convido a ir comigo no Itapoã e sentar com esses jovens. Falo isso, Senador, pois atendo vários jovens que chegam para mim e dizem isso. É diferente daqueles que dizem que não souberam, que dizem, como falaram aqui agora, que não souberam não usar, que não foram ensinados a não usar a maconha. Espera aí, então por que estão nas universidades? Porque o sistema educacional brasileiro nos ensina, sim, a dividir o que é certo e o que é errado, nos ensina a escolher o que é certo para nossa vida e o que é errado. Temos que enfrentar, Senador, um problema social que existe em nosso País.

E acho, aí uma opinião pessoal, que comparar o Brasil à Holanda, que comparar o Brasil aos Estados Unidos, quando tivermos o mesmo nível social de educação da Holanda e dos Estados Unidos, aí sim, poderemos pautar o Brasil com as pesquisas que são feitas lá fora. Devemos fazer investimentos para que a nossa juventude tenha oportunidade, para que os nossos jovens possam ter oportunidades iguais, para que eles possam desenvolver seus sonhos com as mesmas oportunidades, pois um jovem da classe E não tem as mesmas oportunidades das jovens das classes A e B. Essa é a realidade que devemos enfrentar, é a realidade que devemos enfrentar não dentro das universidades, mas indo às ruas e conhecendo o que acontece no nosso País.

O Nordeste brasileiro, o senhor conhece muito bem, porque o senhor é oriundo daquela Região, não tem água para beber e há muitos anos se fala isso, é a maior região de consumo de drogas. E a minha pergunta é: onde estamos enfrentando o problema social brasileiro? As drogas, na minha avaliação, são um problema social. Precisamos combater o problema social brasileiro.

E aí, Senador, digo o seguinte, quando tivermos os mesmos índices dos Estados Unidos, os mesmos índices da Holanda, poderemos comparar o Brasil à Holanda. Enquanto isso, legalizar não é preciso; recuperar é preciso.

Vamos recuperar nossa juventude, para construir uma sociedade mais forte, um país mais forte, um país mais decente e, acima de tudo, uma nação que acredito que será a maior nação do nosso Planeta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou ler...Tem que se inscrever, tem muita gente na frente. Vou ler aqui algumas opiniões que chegaram. Eu li todas as que eram contrárias. Aqui me separaram, não li ainda, as que seriam favoráveis.

Jorge Ximenes: “Legalizando acaba com a violência e com o controle por parte dos traficantes.”

Rafael Lopes: “Então por que não resolve”... Ele começa com a frase entre aspas. Aspas: “Então, por que não resolvem de uma vez. Ponham as cartas na mesa e discutam essas leis”. É de uma música do Planet Hemp. E chegou esse dia tão almejado. Existe um fato: usa maconha quem quer.

Raoni Frasão: “A *cannabis* não possui só utilidade medicinal ou como alucinógeno recreativo, com uma planta pode-se fazer tecido e até uma resina [aí já sai do nosso debate]. Tenho câncer e trato do mesmo fazendo uso medicinal da maconha para minimizar os efeitos da quimioterapia. Seus bens são tão grandes que vejo que já passou da hora de regulamentar o uso.”

Nicholas Gabriel: “Até que enfim estamos tendo progresso no debate desta área. Além de ser um absurdo não se debater, essa guerra às drogas é falida, e vários países a estão abandonando.”

Luciano Santos: “Como negar uma planta de salvar vidas? Visando o amplo estudo e dados recentes, como ainda ser cúmplice dessa catástrofe? Cigarro causa câncer, maconha cura câncer. Por favor me deixem plantar minha maconha para eu consumir, não aguento mais todo mês perder mais de R\$300 para financiar o tráfico e a violência.”

João Vitor: “Vejo muitas pessoas contra a legalização com o argumento que faz mal, mas aposto que estão todos com uma xícara de café na mão. A atual política de drogas é inteiramente disfuncional. Do jeito que está, alicerçada na repressão, ela só serve para marginalizar parte da população.”

Luiz Diefenbach: “O álcool e tabaco são individualmente mais prejudiciais que a maconha, isto é sustentado por estudos científicos. Comprar maconha ilegal é muito fácil nas ruas de qualquer cidade. Somente aos traficantes é que interessa a criminalização.”

Pedro Dias: “A demanda por *cannabis* só aumenta. E enquanto houver demanda, haverá oferta. A regularização dará ao Estado o controle desta oferta.”

Gustavo Nini da La Salvia: “Legalizar significa controlar! Do jeito que as drogas correm soltas na nossa sociedade, só não usa quem não quer! Por uma regulamentação de todas as drogas, para que elas parem de causar vítimas indiretas.”

Roger Albuquerque: “É extremamente incoerente a atual legislação onde empurra os jovens para marginalização e se gasta milhões em uma guerra perdida e não admitida.”

Thiago Oliveira: “A regulamentação da maconha a longo prazo não aumentaria o consumo, ao contrário, iria evitar que qualquer pessoa, de qualquer idade, tivesse acesso a substância.”

Carlos Augusto Scalcio dos Santos: “Poderíamos ter a lei seca americana como exemplo? O que a proibição causou? Hoje, com o álcool liberado, vemos guerras com mortes entre fornecedores?”

Outro Thiago. Thiago Bassan da Silva: “Maconha nunca matou e nunca vai matar ninguém pelo seu uso. Maconha é porta de saída para o *crack*.” É uma opinião, creio. Eu não vi ainda estudos nesse sentido.

Mateus Souza: “O consumo de drogas é um fato que ocorre independentemente da situação legal. A questão não é se vamos ou não regulamentar, a questão a ser decidida é: quem vai distribuir/vender as drogas?”

Afonso Tonho: “Em 2006, equipe de cientistas espanhóis coordenada por Manuel Guzman conduziu o primeiro teste clínico da ação do THC em pacientes internados com câncer no cérebro. E deu certo.”

Júlio D: “Manter a ilusão de que a questão da maconha será resolvida pela repressão policial é fechar os olhos à realidade, é adotar a estratégia dos avestruzes.” É uma frase que ele cita do Drauzio Varella, que, a meu ver, não é favorável à regulamentação. Posso estar enganado. Ele está convidado para vir aqui.

Ele é a favor da regulamentação? Eu tinha escutado manifestações, alguém dizer que não.

“Manter a ilusão de que a questão da maconha será resolvida pela repressão policial é fechar os olhos à realidade, é adotar a estratégia dos avestruzes.”

Cassiano Ricardo: “Senador, sou a favor de uma regulamentação progressiva como na Califórnia, onde primeiro foi regulamentado medicinalmente!”

Bruno Huoya Mendonça: “Deve-se regulamentar urgentemente por três premissas: para desarticular o ciclo criminoso gerado pela proibição, para a utilização medicinal, e também pela liberdade individual outorgada pelo art. 5º da Constituição.”

Eu quero dizer que o art. 5º da Constituição outorga liberdade, mas a Constituição define limites também. A liberdade não é total de fazer absolutamente o que se quer.

“Esse povo que está falando que a regulamentação aumenta o consumo bebeu ou o quê? Quem vai querer comprar maconha podre de traficante cheia de aditivos, se poderá comprar uma erva com garantia de qualidade?”

O mesmo Júlio D traz outra vez aquele artigo que eu dei para o Dr. Nazareno olhar – que, de fato, a minha assessoria localizou –, aquele de que teria diminuído o consumo entre jovens de Colorado. Eu queria, depois, ver artigos também com o contrário, porque não é só por um artigo que a gente vai acreditar que isso aconteceu.

Todos já sabem o que é uma guerra, a primeira vítima é a verdade, e a droga está aí com o uso livre e indiscriminado.

Mateus Souza: “Por que insistir na guerra às drogas? Até quando o Brasil vai esperar para acabar com essa guerra?”

Bruno: já li; Daniel Luís; Juliana F: “Não é liberar outra droga, não. Liberada ela já está. Estamos tentando reduzir danos à sociedade regulamentando a mesma em nosso País. O consumo vai existir, proibido ou não.”

Bem, vou parar por aqui, mas vou ler algumas que chegaram depois dessas. Essa aqui é bem contrária: o cidadão manifesta opinião favorável... Não, não, não. O pessoal atendeu do Alô Senado, então não vem impressa, claro. A pessoa que recebeu no Alô Senado informa que o cidadão manifestou opinião favorável, afirma que a proibição gera mais problema do que o consumo.

Mateus Souza, já li coisa dele.

Marcos Paulo Santos: “Vamos parar de utopia, por favor”. Ele está respondendo à Juliana, que deve ter escrito para ele em contrário: “Você já viu uma criança comprar cigarro para si? Liberada a droga já é. Qualquer um compra do traficante”.

Você vê que está uma audiência muito grande da transmissão ao vivo pela TV Senado. Se essas pessoas tomaram seu tempo para escrever, imagine... E tem mais, tem um pacote desse aqui que o meu pessoal considerou de repetitivas. Então, está havendo uma boa audiência. Só isso mostra como foi importante esses jovens que pediram a regulamentação. Se não fosse isso, o Senado estava fechando os olhos ao problema. Graças a essa provocação, estamos aqui debatendo o assunto.

Valdery Ribeiro. Faltam ainda um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze. Eu vou parar por aqui, porque se a gente ficar mais do que esses onze, vamos terminar muito tarde. Então, com a palavra o Valdery Ribeiro, que é da Fenasp.

O SR. VALDERY RIBEIRO – Eu gostaria de cumprimentar o Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque, parabéns por ter coragem de estar aí e presidir essas audiências públicas. Quero cumprimentar também o Sr. Nívio Nascimento, juntamente com o Coronel Jorge da Silva, que foi, inclusive, vítima, diria eu, dessa mazela que assola a nossa sociedade, que são as drogas.

Quero discordar da posição de muitos aqui em dizer que a guerra contra as drogas está acabada. Discordo disso. Se fosse assim, V. Ex^{as} não estariam aí sentados trazendo esse debate, esses discursos. Uma guerra só acaba quando todos estão mortos ou levantam sua bandeira, entregando a causa pela qual lutam.

Quero cumprimentar cada um dos nossos colegas e amigos que aqui estão nesse debate e corroborar ainda as palavras do nosso Presidente Regional do PTN, Rodrigo Delmasso, de que estamos realmente com uma grande preocupação, Senador. O senhor precisa saber disso, estamos com uma preocupação enorme com relação ao relatório que V. Ex^a vai proferir ao final destas audiências, até porque nós sabemos que nessas audiências surgem muitas leis em que o Brasil, infelizmente, hoje, a cada dia que passa, encontra brechas para que essas leis possam destruir aquilo que o senhor mais preza, acredito eu, que é a sua família.

A regulamentação da maconha é uma afronta hoje a tudo aquilo em que acreditamos, protegemos e guardamos. É impossível hoje, com todo o avanço da tecnologia, a informação que chega até os lares brasileiros, as famílias, dar sustentação e argumento aos pais que, ainda que incultos, venham a defender sua opinião sobre temas como este. Como é que vou dizer para um pai semianalfabeto, Senador, para uma mãe de família, uma senhora do lar, como vou ensinar para ela defender sua opinião perante seus filhos, se recentemente até corrigir um filho virou lei neste País? Os pais não pode mais corrigir?

Então, isso nos preocupa muito. O Fenasp é extremamente contra a regulamentação da maconha. Existe um decreto presidencial do Ex^{mo} ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2010, em que ele já regulamenta, para fins de estudo e medicação... Acredito que aqui há, sim, e a importância e a relevância desse debate é que encontremos caminhos, sim, que saíamos daqui com caminhos para recuperar e prevenir os males que as drogas têm causado na sociedade. Regulamentar é chegar para o cidadão e dizer: "Você pode plantar na sua casa uns três, quatro pezinhos, está tranquilo, você pode fumar." Mas quem me garante que não estou promovendo ali um educador na própria casa?

Um amigo que perdi alguns anos atrás, Senador, começou no álcool, coronel, começou no álcool acompanhando o pai aos bares. Enquanto ele brincava com bolinha de gude, o filho recebia do pai a tampinha da garrafa de cachaça, lá no Nordeste, e ali ficava brincando com aquela tampinha de cachaça. É um ledor engano achar que o viciado tem controle sobre o seu vício. Desafio qualquer um que hoje é viciado no álcool: "Ah, eu fumo, eu bebo socialmente." Isso é um engano. Não existe isso, as pessoas não fazem isso socialmente. "Quando eu quiser eu paro." Eu te desafio hoje a parar, se você conseguir, e ficar sem fazer isso por pelo menos um ano. Não consegue fazer isso. Então, esse jovem que começou, coronel, a cheirar a tampinha de aguardente, aos 33 anos de idade deixou dois filhos e uma esposa numa situação extremamente precária, quando faleceu, vítima do álcool, alcoólatra. Bebia todos os dias e só dormia embriagado, até que, por conta do próprio vômito, veio a óbito. Isso foi uma perda muito grande.

Eu gostaria de sensibilizar o senhor, Senador, para que, em sua análise, em seu relatório, Deus ilumine para encontrar caminhos, para que possamos construir uma sociedade mais justa e digna. Ninguém aqui é contra quem usa; aqui somos contra quem trafica. O Brasil já exerce seu papel com relação a isso. Quem usa, nós estendemos as mãos, porque, uma vez usuário ou ex-usuário, estendemos as mãos para dizer: "Olha, existe algo melhor para você, cuidar da sua saúde, cuidar um pouco melhor da sua vida, da sua família." Ou não vale a pena valorizar a lágrima de uma mãe quando perde um filho? Não era traficante. Tudo bem, Senador, não era traficante, mas se envolveu com algum no meio do caminho. "Ah, mas se regulamentar, se regularizar a maconha, o pai vai conseguir, sim, identificar isso mais cedo." Eu discordo, Senador, eu discordo. Não me recorde agora da pessoa que trouxe essa fala aqui. Discordo disso. Não é disso que estamos tratando aqui.

Essa guerra não está perdida. Que o senhor possa ter muita sabedoria. Aliás, faço uso e cito o livro da Sabedoria quando diz que um abismo puxa outro abismo. Na sua primeira fala, na primeira audiência em que estive, o senhor ainda hoje traz essa questão, essa pergunta, não sabendo se uma leva a outra. O senhor sabe que leva, Senador, por estudos, por conhecimento, por vivência, por convivência com os seus 833.480 eleitores, que o colocaram neste lugar aqui em Brasília. Por convivência com eles, por convivência com pessoas que fazem parte hoje da maior favela do mundo, aqui, há poucos metros do Congresso Nacional.

Então, quero registrar a minha fala e dizer que somos contra, sim, a regulamentação da maconha. O Fenasp, o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, que tem atravessado este País para combater veementemente tudo aquilo que vem contra a vida e a família, que é o que mais prezamos.

Muito obrigado. Que Deus ilumine o senhor nessa sua sábia decisão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero passar a palavra a Guilherme de Campos Sales.

O SR. GUILHERME DE CAMPOS SALES – Boa tarde, senhoras e senhores! Boa tarde, Sr. Senador!

Gostaria de ter me preparado um pouco mais para vir falar aqui, mas eu anotei alguns pontos para comentar sobre as declarações que eu tenho ouvido aqui.

A primeira, o senhor falou como é que um pai pode educar um filho, como é que um pai pode olhar para o filho e falar quão errado é usar a maconha se ela é regulamentada, se ela é legalizada e regulamentada. Eu não sou pai. Sou muito novo para isso ainda, mas sou filho e a única coisa que eu penso, na hora em que eu uso

isso, é que a maneira de o pai educar o filho sobre os problemas que ele pode ter ao utilizar a maconha cedo é a mesma maneira que, acredito, todos vocês, pais, educaram seus filhos com relação ao álcool, ao cigarro e às diversas outras substâncias que podem fazer mal. O fato de ela estar ou não regulamentada não muda a maneira como um pai educa um filho.

Eu também queria colocar um ponto, ou seja, foi falado que certos usuários utilizam maconha para matar a fome. Eu acho que isso é uma falta de entendimento mesmo sobre o assunto, porque existem milhares de pesquisas, na verdade efeitos comprovados sobre a maconha, ou seja, que ela aumenta o apetite. Inclusive, ela é utilizada no tratamento de pessoas que passam por quimioterapia, que, acredito que vocês saibam, é um tratamento que tira muito o apetite da pessoa, destrói a pessoa. Há uma tia minha que faleceu por causa de câncer e eu sei o tanto que ela sofreu por causa da química. Na verdade, nos dias atuais, eu desejaria muito que ela tivesse podido ter a abertura para ter utilizado a maconha para pelo menos ter um resto de vida mais digno, o que ela não teve, por causa da doença.

Quanto àquelas cartilhas que dizem que o Governo incentiva os jovens a utilizarem as drogas, isso chama-se redução de danos. Inclusive a UNGASS, que o senhor comentou, de 2008, se não me engano, a Organização Mundial da Saúde e outros órgãos competentes entraram com pedido, na ONU, sobre quão necessária era redução de danos, redução que se está fazendo nos dias atuais. A guerra contra as drogas não mata, indiretamente, pelos traficantes, apesar de ela matar muito por causa disso. A guerra contra as drogas também mata pela desinformação dos usuários, também mata pela quantidade de substâncias e coisas que eles adicionam nesse droga que vendem, o que piora muito, muito os efeitos negativos que ela pode causar.

Nesse ponto, é considerável pensar que com uma regulamentação realmente benfeita a maconha oferecida para esses jovens, para esses adultos que consomem essa droga ... Na Brasil, estatísticas dizem que 3,9% da população brasileira utilizam maconha com certa frequência. Isso dá um total de sete milhões de pessoas, mais ou menos. Sete milhões de pessoas que comprem, que dão dinheiro nas mãos dos traficantes, do crime organizado. São sete milhões de pessoas que se utilizam de uma substância que poderia ser regulamentada, que poderia estar regulada a ponto de diminuir os efeitos negativos que ela pode causar. Mas, não, essa droga está sendo utilizando com um adicional de amônia absurdo, com coisas que vocês nem imaginam que eles podem colocar dentro nessa droga.

Eu achei muito interessante que muitas pessoas que falaram aqui colocaram a vida como um fato importante, uma coisa que nós temos que defender. Sim, é exatamente isso que a proibição não faz. É exatamente isso que a proibição não faz. Milhares e milhares de pessoas morrem todos os anos por causa do tráfico.

Já li depoimentos de oficiais da lei de oficiais da lei e até pesquisas mesmo, que dizem que até mais de 50% dos homicídios que ocorrem em nosso País estão diretamente ligados ao tráfico de drogas. Todos nós sabemos que o Brasil não é um país que tem uma taxa de homicídio baixa. Se mais de 50% dessas mortes estão ligadas diretamente com o tráfico de drogas, há alguma coisa errada nessa guerra, não há? Como você pode dizer que essa guerra está dando resultados, sendo que tantas pessoas morrem, todos os anos, justamente por causa dela, justamente por causa dessa guerra?

Sem contar, como já comentei, as pessoas que morrem por causa da desinformação da utilização. Por isso, a grande importância da redução de danos e também pelas coisas que o traficante do crime organizado coloca dentro dessa substância. Isto é um fato que me deixa até triste: ver as pessoas falando tanto sobre a vida e que a proibição tem de continuar por causa da vida, olhando e vendo quantas vidas são perdidas, todos os anos, no Brasil, por causa da proibição. A proibição é... A proibição mata. A proibição é um passo para trás, com o objetivo da segurança e do bem-estar social.

Por último, queria comentar também outro fato. Muita gente falou da economia, que a economia não deve ser considerada, que o problema é de cunho social.

Primeiro, um comentário do senhor, que falou que o Brasil poderia ser um grande produtor e exportador de maconha. O Brasil é um grande produtor e exportador de tabaco e de fumo, e a nossa economia depende muito disso. Eu duvido que alguém desse setor vai falar – não alguém que seja desse setor, mas alguém que realmente esteja preocupado com a economia –: “Não, nós temos de proibir o fumo, acabar com a plantação do fumo”.

Milhares de famílias vivem da plantação do fumo. Existem... O tabaco, a produção dele... Há uma considerável dose de agricultura familiar envolvida nele. Você vai tirar o emprego de todas essas famílias, simplesmente porque não quer produzir maconha? A economia não importa para dentro disso?

A economia é legal, e a separação do mercado é muito importante na questão da maconha. Todo mundo falou sobre a porta da entrada – a porta da entrada. Quando um adolescente, um adulto, qualquer pessoa que queira fumar maconha compra de traficante, compra da boca, no mesmo momento... É muito raro não oferecerem outra droga para você, é muito raro não oferecerem cocaína e não oferecerem *crack*. É muito raro mesmo.

Agora, imagina uma pessoa que faz uso da maconha, que é discriminada por isso, que faz uma utilização há vários anos, que sofre por causa disso: todo dia em que vai comprar a maconha, o traficante vira para ela e fala: “Cheira um pó”. Esse é o problema. Essa é a porta de entrada, não é a maconha.

Acredito que... Muitos falaram aqui que o álcool é uma porta de entrada para as drogas, mas não acredito que todo mundo aqui pense que o álcool é porta de entrada para as drogas, porque mais de 50% da população brasileira bebe. Então, é porta de entrada para metade da população brasileira? Não existe isso. A porta de entrada é novamente a proibição. A porta de entrada é o tráfico. A maior parte dos problemas que os senhores aqui indicaram sobre a droga, sobre a maconha, na verdade são causados pela proibição, e não pela regulamentação.

Eu acho que o estigma, o preconceito que temos hoje em dia por causa de uma droga... Olhar a maconha como uma droga...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME DE CAMPOS SALES – Tocou o sino. Vou encerrar.

Olhar a maconha como uma droga impede muito pensarmos direito e realmente vermos os fatos, realmente pensarmos na vida. Todos vocês aqui falaram que estão preocupados com a vida das pessoas.

Eu já tive amigos... Tenho um amigo que está internado atualmente por causa de cocaína. Ele já fumou maconha, não bebe, fuma cigarro e começou a usar cocaína, há muito pouco tempo.

E a experiência dele, o que ele falou para mim, foi o maior motivo de ele ter começado a usar cocaína. Ele fazia uso da maconha e tem problemas de depressão, problemas na família, com o pai. Um dia, bravo, revoltado, foi comprar maconha e o traficante virou e falou: “Você não quer cheirar um pó? Você vai ficar melhor, você ficar bem melhor se cheirar um pozinho.” Meu amigo foi lá e cheirou. E deu no que deu. Por isso que eu tenho a experiência própria de falar que a porta de entrada, na realidade, é a proibição e não a maconha. Assim como o álcool também não é, assim como cigarro não é.

Eu acho que é isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado por vocês terem me ouvido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra...

Aqui tem outro Robson ou é o mesmo Robson? Aqui tem Robson Silva de Souza.

Já falou.

Jorge Damasceno.

O SR. JORGE DAMASCENO – Bom dia a todos. Meu nome é Jorge Damasceno, sou um dependente químico em recuperação e tenho orgulho de, hoje, não usar nenhum tipo de substância química. Escutando o que falou, eu acredito...

Na minha trajetória de 35 anos de drogas, nunca um traficante me ofereceu droga, mas, sim, o meu melhor amigo, a festa onde eu andava, as mulheres com quem eu saía, aí sim me apresentavam droga. Mas o traficante hoje oferecer droga? Ele que fica sentado esperando o usuário? Isso aí é papo furado.

Outra coisa, eu usei maconha durante 30 anos da minha vida e bebi durante 35 anos. Porta de entrada, começando com qualquer droga, vai chegar a todas. Esse papo de dizer que o fumador de maconha vai ficar só nela, isso não existe. Esse é um percentual pequeno, mas muito pequeno mesmo. Eu convivo, hoje, com dependente químico na ativa; convivi com milhares de dependentes químicos nas ruas, no Brasil todo. Eu usei cocaína durante 21 anos da minha vida.

Você sabe quem me apresentou todas as drogas? O cigarro, com as propagandas mais lindas na televisão. O cara montado em um cavalo. Eu queria ser aquele cara, bonito. Inclusive, em Nova Iorque, as mulheres não fumavam; colocaram dez mulheres com piteiras, nuas, no outro dia as mulheres estavam fumando.

Então, a questão de classe A, B, C, D, F, G, H, isso também não existe, não. A droga dá prazer! Estão lutando pela maconha porque ela também dá prazer. Se ela não desse nenhuma alteração de consciência, se ela não desse nenhum descanso, ninguém estava aqui dentro lutando por ela, não, nem estava querendo, também, plantar maconha dentro de apartamento não. Eu acredito que vai ser um *skank*, certo? Para se plantar maconha é preciso terreno, a não ser que estejam fazendo um cruzamento de sementes.

Outra coisa, eu construí um patrimônio de R\$70 milhões. Era um cara inteligente, de valores, trabalhador, conquistei trabalhando. Meu pai me ajudou, mas eu fui à luta, e as drogas me levaram às ruas. As drogas me levaram a pedir esmola; a maconha, que eu usei 30 anos. Eu passei a dormir usando maconha. Não precisava de remédios controlados não. Meu pai, um dia, me chamou para fazer uma viagem para a Europa, porque ele tinha escritório na Alemanha, na Inglaterra e na Espanha, e eu disse que não ia porque queria estudar, mentindo. Eu sabia que não poderia levar minha maconha.

Eu conheço centenas deles, onde faço os tratamentos e sou também da prevenção, que dizem: “Tio Jorge, é assim mesmo. Eu deixei de usar maconha, não estou conseguindo dormir”. E a minha transferência foi para o medicamento.

E perdi tudo, gente! Sempre fui um cara bom, de índole boa, de áurea boa, e elas me levaram a fazer coisas terríveis.

A maconha me ofereceram em São Paulo, numa festa, através do sexo.

Só fico triste vendo os jovens pedindo a liberação, colocando o tráfico no meio, colocando uma maconha mais pura. O que é isso, minha gente?! Onde é que você vai ter maconha pura? Amanhã o teu pé vai secar e você vai entrar numa boca para comprar, homem! Isso não vai ser vendido em ponta de esquina, não. O traficante nunca vai deixar de existir.

Eu comprava uísque no contrabando. O cigarro passa para a fronteira. É tráfico. O aborto, a venda de crianças, isso tudo é tráfico.

Cara, quantas mãezinhas, ali em Fortaleza, onde eu trabalho na prevenção – trabalho no tratamento –, estão chorando pela perda dos seus filhos, por falta de informação!

Eu fico mais triste em ver a juventude hoje, pessoas que poderiam estar cuidando da sua vida, da sua educação, que amanhã vão ser pais, vão ter netos, vendo seu filho na bagaceira, porque ele não vai ser igual a você. Isso aí eu garanto. A educação nós encontramos em casa, mas na educação da rua quem manda é a rua, são as festas, são os forrós, é a euforia.

As drogas sintéticas hoje estão dominando São Paulo, o Sudeste. Não é maconha, nem cocaína, não. São as drogas sintéticas na classe A, nas raves, nas baladas, nas eletrônicas, e os jovens perdendo o seu direito de ser gente, de estudar. Na última vez em que estive aqui, uma pessoa disse: “Eu tenho curso superior.” Mas amanhã você não vai exercer, porque amanhã você pode cair nas garras de outras drogas.

Gente, a prostituição! Os jovens, quando entram nas drogas... E assim foi comigo. Eu entrei na prostituição e nunca consegui fazer uma família. Nunca!

Eu estou chorando, gente, não é por sensibilidade, não. Eu estou chorando porque faço um mergulho na minha vida, porque a coisa que eu mais queria era construir uma família e nunca consegui. Vocês sabem o que meu netinho, que Deus mandou para mim, que hoje está em recuperação, me disse? “Vô, por que o senhor não bebe mais? A televisão anuncia: ‘porque sim, ela é deliciosa e gostosa’. A cerveja. Eu disse: “Filho, isso aí é só propaganda. Não olhe para a televisão, não.” Falei para ele.

Amanhã, quem é que vai educar o meu netinho? Vão ser os amigos dele, quando ele tiver 16 anos? Ele vai deixar o sapatinho da rua na porta da entrada da minha casa e vai dizer para mim que não está usando nada, nenhum tipo de substância? Quando eu olhar, meu neto estará estirado no chão.

Traficante, gente, não manda matar ninguém, não. Sabem quem é que mata? São os usuários, que se metem a vender um tabletinho de maconha, ou uns comprimidinhos, ou uns gramas de cocaína. Pega, não paga, o cara vai lá e apaga, porque a própria lei do ser humano que usa ensinou isso na mídia.

Sabem por que esse descontrole? São essas propagandas que existem na televisão, saindo do México, da Colômbia, dos Estados Unidos, desses filmes. As emissoras de televisão ensinam você a fazer coisas absurdas.

Olhem, eu trabalho em colégios pobres e ricos. Quando eu termino uma palestra, eu pergunto assim: “Quem está precisando de ajuda?” Cinco, seis mãozinhas se levantam. Às vezes para dizer assim: “Eu preciso de ajuda, o meu pai está precisando de ajuda. A minha mãe é uma prostituta. Todo final de semana ela vai para a praça para ganhar dinheiro.”

Isso não é culpa das drogas, não. Isso é culpa da sociedade.

Agora, que a droga mata, mata e rouba seus valores, Senador. Está aí esta entrevista que dei para o senhor.

Eu nunca briguei na minha vida, Senador. Eu nunca fui um cara ruim. A minha riqueza eu dava para os pobres, porque eu gostava de ajudar os pobres, mas as drogas tiraram todos os meus valores, tiraram a minha educação, tiraram a minha bondade, tiraram o meu bom senso.

Eu perdi cinquenta amigos meus através do suicídio, pessoas boas, de coração bom. Eu perdi um irmão através das drogas injetáveis; e ele, com milhões e milhões, Senador, sabe o que fazia? Ele ia a Recife pegar trinta quilos de maconha, com dinheiro no bolso, porque não precisava de nada, para dar de presente aos amigos, sabe?

Então, a maconha faz perder o controle, inibe o seu raciocínio. Você chega lá para ler... Quantas vezes eu queria ler no colégio e não conseguia? Esse papo de universitário... Caras vão estudar! Mergulhem nos livros, vão ser gente na vida, amanhã vão criar seus filhos, porque olha, gente, enquanto eu estiver vivo, dentro de Fortaleza, dentro do Brasil, eu vou lutar. Nunca liberem as drogas, sejam elas quais forem.

E muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pelo seu depoimento, Jorge Damasceno. E passo ao Júlio.

O SR. JÚLIO – Gente, boa tarde.

Primeiramente, acho que é uma oportunidade importante. Deixei para falar assim até por último, um dos últimos, para poder fazer uma ponderação geral, inclusive responder a algumas pessoas, a alguns questionamentos que foram feitos aqui, principalmente ao jovem que disse que aqui só tem praticamente classe A e conservadores. Venho dizer que eu moro na Itinga, um bairro pobre, pobre, humilde de Lauro de Freitas, lá na Bahia, entendeu? E não sou da classe A, nem classe B, não. Estou mais ou menos no nível da classe C, D, E em diante, e convivo nessa comunidade, e tenho orgulho em dizer que convivo lá.

É outra mentira dizer aqui que o jovem é discriminado porque é negro, porque é isso, porque á aqui-lo. Não, existe jovem branco também na comunidade lá. Eu moro na comunidade. Existe jovem negro que realmente passa por certas situações, que passam, é normal, todos passam, quem mora naquela comunidade, independente de cor de pele, não é? Eu acho que a questão social fala mais alto do que a questão do uso da droga e a questão da classe.

A questão da classe social, do poder econômico influencia sim; mas assim, Itinga foi considerada o bairro mais violento do Município de Lauro de Freitas. Itinga foi considerada... A gente teve que fazer... Junto com a Polícia Militar, com a prefeitura, comunidades, o movimento negro, as pessoas, a sociedade unida, reunida, dizemos assim: "Itinga contra as drogas". Vamos desarmar Itinga e vamos combater as drogas em Itinga, devido à violência, ao nível de violência.

E aí um menino disse ali atrás... Eu posso chamar de menino porque eu tenho 39 anos, tenho um filho de 15 anos e uma filha de 17 anos, e tenho orgulho de dizer que não quero, nunca fumei. Beber...

Falando até como o Cel. Jorge da Silva, vai ser uma grande guerra que a gente vai ter que travar, porque assim, quando nós nos propomos a vir discutir drogas, discutir maconha, discutir cigarro, o álcool também é droga. Estou predisposto sim a parar de tomar a minha cervejinha também, em vez de dizer o "sim", dizer o "não". Isso é proposta que a gente começa a fazer com atos, mostrando os valores e mostrando que a gente pode realmente tentar mostrar que não quer fazer isso. Dizer assim: "olha, eu vou parar de beber para dar bom exemplo."

A coisa que aconteceu é importante. Tomo minha cervejinha, parei o carro, conheci o pessoal, e com os amigos, disse assim: "ah, vou pegar uma cerveja ali." Aí meu filho desceu do carro para comprar. Meu filho tem quinze anos agora, na época tinha uns doze. O dono da venda não vendeu para ele, que me conhecia, e disse: "Diga ao seu pai para vir aqui." Aí no carro eu estava com os colegas, eu desci do carro. Ele falou assim: "Tá bonito isso, Júlio?" Eu digo: "Bonito o quê, rapaz?" "Você prega tanto, tá aí envolvido com causa assim, causa tal, e mandar seu filho vir comprar cerveja?"

Na hora a gente não sabe o que dizer, sabe? Isso é exemplo. Isso é exemplo. Botei meu rabinho entre as pernas, vim para casa e nunca mais comprei nem cerveja lá. Continuo bebendo, sabe como? Compro minha cervejinha no mercado e levo. Mas estou disposto, a partir de hoje, a partir de hoje, junto com os amigos que me ajudam.

Estou aqui em Brasília porque me trouxeram para aqui. Disseram: "Olha, Júlio, pelo projeto que vocês têm em Lauro de Freitas, você precisa dar seu depoimento lá." Eu larguei meu filho ontem em casa, minha família, minha esposa. Ontem foi dia dos pais. Eu cheguei aqui à rodoviária ontem às oito horas da manhã, porque não consegui o voo. Eu não posso ficar escolhendo voo. Para a gente conseguir as coisas, tem que estar aberto para receber as doações que a gente consegue. Disseram "olha, posso conseguir o voo tal, tal hora." Estou lá. Vim, estou aqui desde ontem de manhã, oito horas da manhã. Vim da Bahia para aqui para falar isso, dizer às pessoas que eu entendo.

Vamos fazer uma perguntazinha bem básica: quem é que é pai aqui e diz assim: "não, eu quero, eu sou usuário de maconha, eu sou pai, sou usuário de maconha e quero que o meu filho também use. Não vejo problema nenhum." Se houver algum aí, já comece a se pronunciar. É o primeiro passo.

Nenhum pai – está escrito aqui, olha, eu fiz um cartaz aqui –, nenhum pai, por mais breve que seja a droga, o cigarro, o álcool, a maconha, quer que seu filho use, como eu não quero que meu filho use bebida. "Papai, estou bebendo, mas..." Que exemplo eu dou para o meu filho? A mesma coisa passa para a maconha.

O ex-presidente Fernando Henrique defende a legalização da maconha. "Fernando Henrique Cardoso disse que o Brasil não está pronto para implantar a legalização da maconha agora", está escrito aqui.

Eu acho que a gente tem de começar a repensar, pois o Brasil precisa de valores, precisa discutir família, ter outros pontos mais importantes para discutir. Esse é um ponto importante para discutir. Agora, tendo a visão de mundo, não a visão de faculdade, a visão de *rave*, de balada. Eu preciso dizer ao colega que preciso, sim, ir à comunidade. Eu moro em comunidade pobre. Se embarcar comigo... Vamos à Bahia conhecer.

As pessoas de comunidades pobres começam com a maconha, sim. É história dizer que começam com a cocaína ou com o álcool; começam com o cigarro, e depois da maconha vão para outras.

Eu tive uma educação diferenciada, minha mãe me deu essa educação, sou filho de pais separados. Tenho trinta e nove anos, meu pai largou minha mãe quando eu tinha 13 anos de idade. A gente sobreviveu. Hoje, faço faculdade de Direito porque só deu para fazer agora, depois de casado. Eu casei com 21 anos. Nunca precisei usar a maconha, tomo uma cervejinha de vez em quando e acho que a gente precisa dar esses exemplos para a nossa família, de valores. Concorde que tem de ter cientistas, tem de ter estudos para discutir o assunto, mas falar que tem de ser bom para todo mundo, porque eu gosto de usar maconha, sinto muito, mas me desculpem. Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só um detalhe. Eu não conheço ninguém que incentive o uso da maconha. Não vejo nenhum dos que defendem a regulamentação da maconha incentivando o uso, nem para seus filhos nem para ninguém. É a regulamentação que eles defendem. Eu não estou aqui defendendo. É uma maneira, segundo eles, até de reduzir o consumo. As quatro perguntas são: aumenta o consumo? É porta de entrada? Reduz a violência? Essas são as perguntas que a gente tem de fazer, mas ninguém está defendendo aqui o incentivo ao consumo.

O SR. JÚLIO – Eu acho que depende da forma de ver.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa é uma opinião.

O SR. JÚLIO – Concorde e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, a restrição não está vencendo. Aquela ideia de perder a guerra... Eu digo que estamos perdendo porque está aumentando o consumo, senão a gente não estava aqui. Isso é perder a guerra. Se a guerra é contra o consumo e ele aumenta, estamos perdendo a guerra.

O SR. JÚLIO – Eu queria fazer uma observação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Além disso, tem a violência, que está crescendo. Vou passar a palavra aos outros, pois está ficando muito tarde, já passou de meio dia.

O SR. JÚLIO – Apenas uma observação sobre a fala de um rapaz que está ali atrás, do que o Senhor falou, sobre a cadeira. Ele falou que deveria ter representante na mesa. Eu concordo que, tendo vocês três, poderia estar ali naquela mesa um assíduo defensor e outro assíduo favorável. Quando ele falou eu entendi isso. Naquela hora que o Senhor colocou que...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não tem nenhum problema, você ou qualquer outro pode sentar aqui. (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO – Eu não, mas acho que quando o convite for aberto, deve, sim, trazer pessoas para se posicionarem na mesa. O Senhor não está se posicionando, nenhum dos três está se posicionando contra, são imparciais. Mas, deveria ter nesta mesa pessoas para se posicionar, tanto contra quanto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É verdade. Na outra audiência tivemos e nas próximas vamos ter.

O SR. JÚLIO – Não. A favor não, contra não. Eu estava aqui. Perdão, mas, na mesa não. O rapaz do Uruguai que estava aí, mesmo todos sendo imparciais, ele estava defendendo a legalização.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele defendeu a legalização no Uruguai.

O SR. JÚLIO – O do Uruguai. A proposta na mesa, junto com vocês. Se tem cinco cadeiras, dois representantes, um contra e um a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pois eu lhe asseguro que na lista está cheio, inclusive o Deputado Terra, que quero que venha aqui falar, depois das eleições, senão vai dar a ideia de que ele está vindo antes das eleições. (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO – Concorde, mas, às vezes, a agenda desse pessoal não bate e fica o buraco. E se vier no dia alguém que só defenda?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É um ciclo. Não vamos discutir isso. Aqui, a imensa maioria falou o contrário. Então, não tem esse problema. Passo a palavra agora a Andreia Souza.

A SRª ANDREIA SOUZA – Boa tarde! Sou de grupo de autoajuda para dependente químico há 11 anos como frequentadora e há seis anos como coordenadora. Não posso falar pelo resto do Brasil, posso falar pelo grupo aqui do DF e, então, vou usar uma estatística do meu grupo.

Entre os meses de abril e junho, o último trimestre, contabilizamos que o meu grupo atendeu 398 assistidos, aqui no DF. Dentro desse mundo que participa do grupo, há gente que começou pela maconha, há gente que começou pelo álcool, há gente que começou pelo remédio, porque lá atendemos dependentes de

remédio, álcool, drogas e cigarro. Então, há gente que começou pelo álcool, há gente que começou pelo remédio, há gente que começou pela maconha.

Como vamos discutir sobre a maconha, vou falar só do perfil do usuário que frequenta o grupo. Todo mundo que está lá quer sair, primeira coisa, porque o grupo é aberto, é voluntário, as reuniões são semanais, duram uma hora e trinta minutos, sábado de manhã – não é qualquer um que se dispõe a chegar às oito horas da manhã para tratar das suas dificuldades.

Então, é aberto. E ninguém recebe nada para estar lá, nenhum voluntário. É tudo voluntário.

Todos os que chegam lá tentando sair da maconha têm mais ou menos o mesmo tipo de histórico: problemas escolares, ficaram atrasados ou largaram os estudos; problemas familiares, acabam batendo de frente com a família, principalmente com irmãos que não são usuários. Costumo dizer que o irmão é o primeiro a enxergar o usuário dentro de casa, os pais demoram um pouco mais.

Estou falando tudo, porque no grupo trabalhamos com estatística, porque lá trabalhamos para ele ficar sem usar. Quanto mais tempo ele ficar sem usar melhor para ele que está tentando sair. A média de o usuário de maconha ficar sem usar é 15 dias. A média. Não consegue ficar mais de 15 dias sem usar.

Tratou-se aqui muito do argumento da violência. A questão da violência o pessoal do grupo enxerga da seguinte forma: bandido é bandido. Hoje ele é traficante, mas, se legalizar-se tudo e acabar-se com o mercado paralelo, o bandido vai migrar de atividade. O uso de drogas é um problema de saúde pública, não é um problema de segurança.

O cara é traficante, vou abranger aqui, aí regularizou-se tudo, legalizou-se tudo, o Estado administra tudo. O bandido não vai virar e vai dizer assim: “Pôxa, não vou poder mais vender droga. Agora, vou ter que fazer um concurso para carteiro, não é?” Não existe isso, bandido é bandido, é questão de segurança pública, tem que ser tratado como de segurança pública, porque ele vai migrar de atividade, como já migrou séculos, e séculos, e séculos.

Quando aperta num lado, ele vai e migra para outro. Esse cara não quer sair da violência. Este é outro problema, o problema da droga é de saúde pública.

O que acredito é que o Brasil tenha hoje, sim, muitas formas de tratar o usuário, só que elas estão mal aplicadas. Sempre que chega lá no grupo um usuário pedindo internação que seja de uma comunidade carente, que não tenha condição de pagar pela sua internação, sempre pergunto: “Você foi ao CAPS AD? Porque é um dos caminhos para você conseguir se tratar e se internar, o grupo de que participo é outro caminho.”

E quem passa pelo CAPS AD sempre fala a mesma coisa: “Aquilo ali não funciona! Por isso vim parar aqui no grupo de vocês”.

Neste ano, conseguimos... Não sei se por que este ano é ano de eleição, também tem isso; eu estou esperando para ver como vai ser no ano que vem... Mas neste ano, a Senad e o GDF – porque eu só posso lidar com o GDF, eu não sei como é no resto do país – abriram vaga a torto e a direito, para internação de quem quer se internar. Mas eu estou nesse grupo há 11 anos, há 6 como coordenadora, e só estou vendo isso acontecer neste ano. Eu estou esperando como vai ser no ano que vem. O que eu enxergo é que existem formas já de se tratar, a maconha já é descriminalizada, já tem vaga em clínica para... Clínica, não, comunidade terapêutica, mas é mal aplicada. O que está acontecendo é que o Governo não está conseguindo aplicar com as ferramentas que ele tem hoje.

Lá no grupo, quando começou esta discussão aqui, eu abri lá no grupo – como eu sou coordenadora, eu posso propor um tema no grupo –, e eu propus a eles a gente discutir o que eles querem com relação à legalização, nessa linha de raciocínio. Nenhum foi a favor. E aí eu perguntei...

Olha, Senador, eu não estou lidando com pesquisas, eu não estou lidando com nada de estatísticas; eu estou lidando com o que eu vejo dentro do grupo de que eu participo há 11 anos. O que acontece? Perguntei, falei assim: “E aí?” Trezentas e noventa e oito pessoas eu atendi nos últimos três meses. Bom, eu falei: “Por quê?” Aí eles disseram assim: “Eu não quero ter mais facilidade, eu preciso sair disso, eu preciso ter dificuldade”. Eu estou aqui, relatando sobre quem quer sair. Não estou relatando o resto, porque eu não conheço a realidade do resto; eu conheço a realidade de grupo de autoajuda para dependente químico. Então, quem está nisso e está desesperado para sair não quer, porque ele não quer facilidade.

Bom, com relação a medicamento, que se falou aqui, eu queria falar um pouquinho. Nesses grupos de autoajuda, ninguém é fechado à questão do medicamento, mas eu acho que tem que ser muito bem analisada essa questão do medicamento, porque eu, por exemplo, fiz três idas à Califórnia. Eu viajei cinco mil quilômetros na Califórnia, analisando a situação da Califórnia.

Lá é uma mentira, qualquer um chega lá e compra o cigarro de maconha. Por isso que eu acho que é o seguinte: se é para legalizar para quem precisa, aquela história da criança que apareceu em todos os jornais, aquele medicamento à base da *cannabis* tem que ser analisado para ser regulamentado. É outra coisa. Não é o

mundo da Califórnia hoje, porque eu fui a São Francisco há 20 anos e voltei lá dentro desse meu intuito de entender os lugares onde estão legalizando, voltei a São Francisco há três anos, chorei. A metanfetamina tomou conta. Eu tinha que disputar o banheiro público com usuários de metanfetamina, porque, como é injetável, demora um pouquinho, e eu tinha que disputar esse tipo de coisa. Então, foi triste ver São Francisco para mim, que conheci há 20 anos e conheci agora.

Bom, e eu queria falar duas coisas. Eu acho que a única forma democrática de a gente discutir esse tema é por plebiscito. O senhor leu aí, eu falei aí, o senhor leu na lista de perguntas. Ontem eu mandei uma delas, que foi essa, foi uma das primeiras perguntas que eu mandei ontem, por volta de meia-noite. Eu acho que a única forma democrática é o plebiscito. E eu queria convidar o senhor – como é aqui no DF, o grupo é semanal – a visitar e conversar. É um micromundo? É um micromundo, mas é um micromundo...

O DF tem essa capacidade de juntar muita gente de muitos lugares do Brasil. Eu mesma estou em Brasília há 15 anos, mas eu sou do Rio. Eu tive muito contato com o pessoal da Central Única das Favelas, e o pessoal da Central Única das Favelas fez uma pesquisa com moradores de favela.

(Soa a campainha.)

A SRª ANDREIA SOUZA – E dos moradores de favela, 60% não querem regulamentação, legalização de nada. É um dado que está com o pessoal da Cufa. Se o senhor quiser acessá-los, eles são super abertos.

Mas é isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Pastor Marlan Gustavo.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Bom dia. Nós não almoçamos ainda, é bom dia.

Em primeiro lugar, quero dizer que Heráclito disse que tudo flui. Quando você entra no rio e sai, tanto o rio como você é diferente. Eu estou saindo daqui diferente, mas muito decepcionado.

A partir do momento em que eu vejo o Cel. Jorge, que conta uma história que perdeu três irmãos para o tráfico, não ter uma opinião definida quanto ao tráfico...

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Não foi para o tráfico. Eles foram assassinados em outras circunstâncias.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Em memória a esses policiais, o senhor tem que ser definido, porque o que estamos propondo aqui é que vamos transformar os traficantes em empresários e vamos premiar aqueles que mataram os nossos irmãos defendendo missionário da justiça como empresários.

A partir do momento em que eu vejo o Senador – e hoje eu não vou elogiá-lo, Senador – estar em dúvida quanto a um assunto desses, o senhor que foi, por muitos anos, legislador, governador de Estado, Senador por muitos mandatos, não ter uma opinião, então, eu pergunto: O que o senhor fez quanto a isso? Porque o problema é muito sério.

O maior problema, aqui, não é o tráfico; o maior problema não é o usuário; o maior problema é que os nossos governantes precisam... Uma garotada fez um abaixo-assinado de 20 mil nomes para a gente politizar um processo de destruição nas nossas cidades.

Quantas emendas o senhor colocou? Quantos professores o senhor ouviu? Nós estamos em que lugar hoje? São pessoas que não descem mais ao submundo. Não vão visitar o Arapoanga; não vão visitar as 500, o Recanto das Emas; não vão visitar mais o nosso submundo – como a querida falou –, o micromundo.

E vamos fazer uma audiência pública em um lugar como este, elitizado? Não! Faça lá! Escute as mães que perderam os seus filhos; escute os irmãos que enterraram seus irmãos; escute as professoras que vão passar a dar aula para quarenta alunos “noiados”. “Dois mais dois é cinco!”

É isso o que nós queremos para o nosso País? Nós queremos, hoje, profissionalizar o assassino? Como nós queremos profissionalizar a prostituta? Quer dizer que o pipoqueiro não tem dignidade? O churrasqueiro não tem dignidade? Mas a nossa prostituta tem, e, agora, o traficante é que vai ter?

Precisamos passar a curar o nosso País! O senhor, como meu representante, servidor público, o senhor já deveria ter tomado alguma providência, como servidor, e curado a nossa Nação.

Existem dois tipos de corrupção. A primeira corrupção é a que a gente conhece, a ativa, mas existe uma que é o maior mal – a omissão – ela é passiva – de homens que foram eleitos por nós, que precisam de... *(Palmas.)*

... milhares de jovens para poder provocar uma audiência, e legalizar o mal no meu País, e enterrar a minha honra, a minha dignidade, e a de milhares de pais e mães que perderam suas filhas.

Coronel, seus irmãos não gostariam disso, porque eles morreram para me defender. Morra para defender a honra deles.

É só isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero responder ao pastor. Em primeiro lugar, como cristão, o senhor deveria me perdoar pelas minhas falhas. *(Risos.)*

Não. Perdoar não é da boca para fora. Da boca para fora todo mundo perdoa! Perdoar é entender. Porque eu reconheço que não sei como vencer a guerra contra as drogas. Não sei. Reconheço isso. Perdoe-me por essa minha falência.

Agora, confesso que eu tenho dificuldades em entender alguém que tem tanta certeza, como o senhor, de como enfrentar o problema da droga, porque nós estamos fracassando. Se não estivéssemos, não estaríamos aqui, gente. Se o problema não existisse, não estaríamos aqui.

E o senhor sentado e falando.

Não me considero omissos. Primeiro, por causa da minha luta, por muitos problemas.

Segundo, porque estou lhe ouvindo. Se eu fosse omissos, eu estaria agora, 12h30, almoçando com a minha família, pastor. Estou aqui ouvindo-o, ouvindo os outros e aceitando um debate de centenas de perguntas que chegam. Não me chame de omissos.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Então vamos descer a quem realmente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não me chame de omissos.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – ...tem a resposta, porque aqui está muito elitizado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A resposta está em todo o canto. Está elitizado?! O senhor se considera elite?! Ou representa o povo?

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Não. Mas custou muito para eu estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Não custou. Desculpe.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Custou. O pobre não sai, o pobre não sai da cidade-satélite para estar aqui. Não sai.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. Mas nós vamos lá.

O SR. MARLAN GUSTAVO FERREIRA DE SOUSA – Sai, pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Mas eu vou lá. A gente tem ido lá. Mas esta é uma audiência do Senado. Então, exijo que me trate com respeito. E peço que me trate como cristão pela minha fragilidade de estar em dúvidas sobre como enfrentar essa tragédia da droga. Não tenho a sua certeza.

Então, quero apenas pedir respeito, porque não sou omissos. E, como cristão, pedir que respeite minha fragilidade. Eu não sei, gente, qual é a melhor maneira de enfrentar essa tragédia da droga. É claro que eu sei que é através da educação. Mas como? Onde? E não estou convencido de que a liberação, regulamentação vai resolver. E não estou convencido a olhar os dados de que a proibição está conseguindo. Nem de que a polícia está conseguindo. Sei que a polícia está morrendo; conseguindo, eu não sei.

Passo a palavra agora... Ainda faltam dois aqui. Passo a palavra para o Elianildo Nascimento.

O SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Elianildo Nascimento. Sou advogado.

Primeiro, queria parabenizar e louvar o Senador Cristovam por ter... e até já respondendo a uma indagação. O processo legislativo demanda que, efetivamente, haja as discussões dos temas com a sociedade através também de audiências públicas. A própria... Estas proposições aqui do Senado de discutir um tema que é de uma complexidade tão grande já denota que não é omissos, denota que a sociedade é chamada e está aqui; e não é só ir lá no campo, porque a sociedade está aqui representada. Nesse contexto, fico muito feliz em ter o senhor, Senador, como Relator desta discussão.

Particularmente, sou advogado e trabalho, quer dizer, tenho uma militância na área de recursos humanos vinculada à temática muito específica de diversidades religiosas e combate à intolerância e, assim, a gente convive com todos os segmentos.

Sou muito pragmático e vejo que sinceramente é uma percepção que já denota que esse processo não irá passar. É muito pouco provável que haja, na próxima Legislatura, alguma aprovação ou algum avanço nesse sentido. Por quê? Porque o Congresso está... Essa pulverização de segmentos tem posições chamadas conservadoras e isso não vai à discussão, não vai avançar.

Aqui são três pontos que estão sendo discutidos. Um, especificamente, é sobre a questão do uso recreativo, que aí faço um contexto e me somo a uma... O Estado, até para desenvolvimento de políticas públicas, o faz a partir de análise de dados a partir de um conhecimento que se pressupõe vem já de algum tempo, ou seja, vem se estruturando dessa maneira a partir de um conhecimento mínimo de como andam ou como estão as coisas na ponta.

Aqui foi mencionado, e aí concordo com isso, que é o maior entrave na aprovação de uma eventual proposta... Vamos esquecer os argumentos morais, mercadológicos, porque isso são... Mercadológico, a droga no mundo gera mais de um trilhão e seiscentos bilhões de dólares por ano, sem falar no que move a indústria do cigarro e do álcool. Então, é uma coisa.

E por falar em questão de mortes... Existe muito uma assunção de causas como um time de futebol, sem muito aprofundamento das questões no concreto, em que se envolve a temática de segurança pública, em que se tem uma perspectiva extremamente complicada de atuação.

Falo isso porque trabalhava a temática de defesa do Estatuto do Desarmamento; falo isso em função de que indústrias de armas financiam diversas figuras aqui, inclusive de bancadas religiosas para defender os interesses de jogar arma na rua... Então, isso serve ao tráfico entre outras tantas coisas, ainda sem falar nos helicópteros com 500kg de cocaína que andam por aí. Então, isso é muito complicado! Isso é muito complicado!

Há essa discussão que é necessária, por quê? O Estado, ainda... E aí é uma definição minha. No campo da questão do uso recreativo, entendo que o Estado ainda não tem condições de, efetivamente, ter uma visão concreta de como isso atua na ponta. Claro que temos os interesses mercadológicos dos grupos de comunidade terapêutica que, em sua maioria, são grupos religiosos que também querem ter maior – e buscam – recursos nesse sentido de receber para esse tipo de tratamento. Tudo bem! Mas isso é uma coisa que também devemos reconhecer.

Agora, lembramos também que no campo do álcool, mais de 50 mil vidas se perdem por ano, e mais da metade é por conta – Esses são dados do DATASUS, dados comprovados – do uso do álcool na direção. Então, você... Cigarro nem se fala! São bilhões e bilhões, além das vidas, bilhões de dólares e de reais que se perdem nesse contexto.

Existe na sociedade muita hipocrisia! Imensa! Eu lembro da década de 60 e a questão da droga. Os Estados Unidos, OEA, discutindo e já prevendo que iria acontecer um *boom* na questão sobre a cocaína e bá-bá-bá-bá-bá... Beleza. Onde é que se produz? Peru, Colômbia... Beleza. Propostas: vamos substituir a produção que existe lá – aí entram questões culturais – por produtos que possam ser comprados por países ricos ou os países mais fortes do grupo da OEA.

Quantas vezes... Agora, para isso, deveria haver o apoio desses países... Quantas vezes essa proposta saiu do papel? Jamais! Estados Unidos, Canadá, especialmente os Estados Unidos, não quiseram dar um tostão, um dólar sequer para investir nisso. Então, você vê que é uma hipocrisia muito grande da sociedade querer discutir os temas sem que se tenha uma perspectiva das nuances e da profundidade das nuances que envolvem saúde, que envolvem educação, que envolvem segurança pública.

Eu acho que o único consenso nessa temática é a prevenção. Todos são favoráveis à prevenção. Aqui, o único consenso que pude perceber nas falas é esta: a prevenção. Que caminhos são trabalhados? Aí entra a questão do Estado em si: quais as estruturas que nós temos? Estão funcionando? Não estão! Por que não estão? Aí entra todo conjunto que, esse sim, deve ser a causa, o trabalho a ser direcionado para, em segundo momento, discutir essa temática de legalização ou não, ou uso recreativo. Essa é uma posição minha.

No campo medicinal, acho que, para nós, que estamos aqui sentados... Por exemplo, essa menina que está com um caso em que a família teve de entrar... É muito fácil falar aqui que se está contra, mas e os casos que efetivamente usam, necessitam de uma determinada substância ou elemento que são comprovados para o tratamento? Vocês estão negando a essas pessoas, a essas famílias direito ao tratamento? Então, nesse aspecto é uma incoerência muito grande. Nós podemos falar por nós, mas não podemos falar pela vida do outro. São questões diferentes.

Isso para se ver a complexidade do problema: são questões diferentes. Não adianta dizer que vamos colocar em uma tábua rasa aqui a questão como... Não é isso! São questões diferentes. E esse posicionamento... Acho que o motivo desta discussão aqui é trazer o pessoal de segurança pública, que é importantíssimo. É preciso esta discussão de quem é que atua lá na ponta, quem é o fornecedor, quem ganha hoje?

É a maconha que o cara comprou por R\$5,00? Um dólar de maconha em alguns locais... Cinco reais, sim, é dinheiro, tudo bem! Eu sei, é dinheiro! Beleza! Mas o grosso hoje... O nosso maior problema hoje, indiscutível, é a questão do *crack* em si. O *crack* é um subproduto da produção da cocaína, que entra por aí... Então, você tem uma... O que nós vamos priorizar? Então é esse...

Desculpa. A lei, com uma eventual aprovação, estará atuando naquele ponto específico, que está pegando mais hoje? Questão mercadológica e interesses os mais variados. Seja interesse da indústria de...

No Governo Dilma – governo do PT e Dilma – criou-se o aumento de impostos com relação aos cigarros, que está sendo progressivo. Cada vez mais, a cada ano, vai haver um aumento progressivo do consumo de cigarro. Houve uma diminuição, mas ninguém sabe o que vai se prever lá na frente.

Então, antes de tudo, para até discutir uma questão de política pública, tem que se ter mecanismo de avaliar o que existe, o que não existe, para poder a coisa avançar.

Eu agradeço a oportunidade de falar. Em questão de posicionamento, é isso que entendo. E creio que essa é uma discussão, repito, que não vai passar aqui, por conta da... Aqui ficou bem... Com relação à força das questões. Mas não por essas questões que eu elenquei, que são as mais importantes. O debate aqui termina

sendo uma discussão sem dados, sem pensar o que vão ser políticas públicas, quais as responsabilidades do Estado para com todos. Para com todos: usuários, não usurário, sociedade como um todo. E que sociedade nós vamos querer daqui a 10, 20, 30 anos?

Então, muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço.

Estamos quase terminando. Agora é o Fábio Carvalho.

O SR. FÁBIO CARVALHO – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos, à Mesa.

Bom, meu nome é Fábio. O Senador, agora há pouco, leu a carta que minha esposa enviou sobre a minha filha.

Eu tenho uma filha de 11 anos de idade. Ela se chama Clárian. Ela tem a síndrome de Dravet. Não sei se muita gente conhece, porque é um pouco diferente da síndrome que a Ane, que o pessoal mais tem contato aqui em Brasília. É uma síndrome diferente. E é uma síndrome degenerativa também.

Minha filha começou a ter crises com cinco meses e meio de idade. Então, um bebê, está certo? E são 17 internações; foi muito tempo em hospital: 17 internações, 11 delas em UTI, duas atelectasias, três paradas respiratórias, fora medicamentos com os que você tenta controlar a crise. Quase estava indo fazer hemodiálise, porque há complicações. Teve refluxo, hipotonia, cicatriz no braço – porque teve que retirar um pedaço do músculo para saber a origem da hipotonia. De tudo que vocês imaginarem, desde que ela era bebê, eu corri atrás. Exames, erro inato metabólico, ácido orgânico urinário, até conseguir fechar, no final do ano passado, a síndrome de Dravet. Só que, com muito acompanhamento médico e tal, já venho tratando a síndrome há uns três anos, mesmo sem o diagnóstico estar fechado.

E é engraçado ver essa mobilização contra, a favor. Porque é o seguinte: quem sente isso na carne que é complicado. Eu poderia estar me escondendo atrás dessa briga, coisa que eu não estou fazendo. Por que eu sou a favor da regulamentação? Vou explicar: por dois motivos.

Em um primeiro momento, eu, como a maioria dos pais, trouxe de forma ilegal a seringinha dos Estados Unidos; comecei a dar para a minha filha, então, esse tipo de coisa.

Bom, primeiro: eu não teria condições de dar continuidade a esse tratamento para minha filha, porque sai muito caro. A princípio, ele sai US\$500 – você trazendo ilegal. Cada seringinha daquela é US\$500. Minha filha tem 11 anos; pelo peso, altura, isso e aquilo, precisava de três seringuinhas daquela. Então, isso iria passar para US\$1,5 mil.

E se eu transformar isso em reais, com toda a burocracia que me foi pedida pela Anvisa... Tudo bem, consegui a receita, a prescrição. De tudo o que pediram eu fui atrás. Isso aí iria se tornar R\$8,7 mil. Eu não teria condições de arcar com isso, pessoal.

Aí eu comecei, por intermédio de um amigo que eu me reservo a não dizer quem é... O óleo CBD *in natura* da planta que todo mundo conhece, de que todo o mundo está falando... E esse óleo, rico em CBD, lógico, a semente certa... Não sou nenhum irresponsável em dar qualquer coisa para a minha filha, mesmo porque eu estou atrás disso há cinco meses e meio. E, por meio de um óleo *in natura*, hoje eu dou cinco gotinhas para ela e eu vou começar a responder algumas coisas que estão em anexo.

Em abril, quando eu comecei, primeiro, qual foi a preocupação? Fazer todos os exames na minha filha, todos, porque eu a drogo desde os cinco meses e meio. Antes do CBD, ela já tomava Gardenal, Frisium, Topiramato e outro que eu importo também: Keppra. Não tem no Brasil. São quatro remédios. O.k.?

Então, sempre vi minha filha dopada. A única vez que não vi minha filha dopada foi quando marquei um vídeo EG e a neuro, em consonância com o hospital: “Vamos tirar todos os remédios!” Ela teve 15 crises de uma vez e foi para a UTI. Então, eu sempre vi minha filha dopada, sempre à base de remédio. Esse negócio de drogar... Eu drogo a minha filha desde os cinco meses e meio. Começa por aí. Portanto, esta é a minha briga.

A partir do CBD, a minha filha começou a ganhar qualidade de vida, por quê? Minha filha ficava sentada em frente a uma televisão, não tinha ânimo para nada. Hoje, ela anda pela casa, ela brinca com o cachorro da vizinha, vai lá, brinca com o cachorro, ela dança. Esse é um primeiro passo que aconteceu com o avanço do CBD. Outro... Posso até falar da reação, porque, quando eu comecei a dar CBD, só a deixou sonolenta. Só foi isso que aconteceu em relação ao CBD.

Quanto ao olhar dela, ela tinha aquele olhar caído. Você vê que era devido ao remédio. Eu não tirei nenhum remédio, pessoal. Eu só acrescentei o CBD. Quero deixar isso bem claro. Por enquanto, não tirei nenhum remédio, mas o olhar dela já mudou. Hoje ela tem um olhar firme, vivo. Inclusive na escola, ela começou – para alguns aqui pode não ser nada – a copiar palavra da lousa, coisa que ela não fazia. Para alguns, pode não ser nada, porque ela tem 11 anos de idade e está no 1º ano – vamos dizer assim. Mas, para mim, é uma vitória, entendeu? Para mim, é uma conquista. Para mim, para minha esposa, para meu filho de 20 anos. Então, para nós é uma conquista. Nós estamos conquistando.

A Clárian tem outro problema: calor. Se ela está num lugar fechado, muito quente, desencadeava a crise. Hoje, com o CBD, ela começou a transpirar. Ela nunca havia transpirado na vida dela. Com o CBD, ela começou a transpirar a palma da mão, a sola do pé. Já começou a fazer esse efeito.

Para não me prolongar – eu sei que é quase uma hora da tarde e o Senador, daqui a pouco, tem que almoçar, não é fácil –, eu queria dizer o seguinte: em abril, ela teve 12 crises com a introdução do CBD. Em maio – isso tudo acompanhado –, ela teve 7 crises. Em junho, ela teve 3 crises. Em julho, ela teve 1 crise. Outra coisa: a Clárian dormia através de espasmo. Minha esposa dormia de mão dada com ela, com medo. É normal, instinto de mãe. Hoje, cessaram – diria para vocês – 90% desses espasmos. Ela tinha apneia. Ou eu ou minha esposa tínhamos que acordar para arrumar uma posição para ela poder dormir. Ela engasgava, sei lá. Hoje, a menina dorme bem.

Então, pessoal, sou a favor da regulamentação para que eu faça como outras famílias com quem tenho contato lá fora – não estou jogando conversa fora para ninguém aqui, se quiserem, depois a gente pode estar conversando sobre isso –, que fazem o remédio para seus filhos. Depois que eu entrei nessa briga, por causa da minha filha, eu vi outras pessoas que precisam também. É o caso da esclerose múltipla, do câncer, é o caso de dores... É um mundo. Quando começamos a ver, não imaginávamos que seria dessa forma.

Então, por isso que eu sou sim a favor da regulamentação, sou a favor do cultivo. O que eu posso falar em relação a isso é que para mim está sendo de uma grandeza. Se o que eu estou fazendo está errado, vou continuar errado. Se pegar o remédio dessa forma for tráfico, eu sou traficante. Mas sempre vou – pelos meus filhos, pela minha família – atrás do melhor.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O último inscrito é o Luiz.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Boa tarde Professor Senador, boa tarde. Meu nome é Carlos Penna Brescianini, estou vindo como cidadão, sou mestre em Ciências Públicas pela Universidade de Brasília, mesma universidade do Professor Senador Cristovam, de quem tenho muita honra de ter sido contemporâneo.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que o Senador não está sendo omissos, quero deixar isso bem claro, porque esse nunca foi um assunto fácil de ser tratado e todos os outros Senadores aqui evitavam tratar desse assunto. O Senador Cristovam foi o primeiro Senador que eu me lembre – por favor, me corrijam se eu estiver falando alguma besteira – que teve a coragem de publicamente botar esse assunto na Ordem do Dia e botar uma audiência pública e várias audiências públicas nesta Comissão para discutir esse assunto. E ele está ouvindo com muita dignidade e conhecimento – pois conheço o Professor – e ele está ouvindo muito isso e tem uma humildade muito grande de admitir que ele não tem opinião formada, esse que é o ponto fundamental. Se ele tivesse uma opinião formada, já teria apresentado uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso é verdade.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Então, eu acho que nós estamos no caminho certo, aqui é o local realmente para nós discutirmos. Como disse o colega, o jovem advogado, nós temos que parar de fazer uma defesa aqui quase futebolística: “Eu sou Flamengo. Então, se é Fluminense, eu sou contra. Eu não gosto de Vasco; eu sou São Paulo, sou contra Corinthians; sou Cruzeiro, sou contra Atlético.” Pessoal, todos nós somos brasileiros, estamos procurando soluções melhores para o nosso País. Então, nós temos de ouvir as opiniões diferentes e temos de tentar achar algum acordo, senão vamos ficar nos matando. Por favor!

Nós temos o Coronel que está vindo aqui e contando a experiência dele do lado – vou usar a expressão – da repressão e ele está admitindo que não se ganha a guerra desse jeito. Alguém duvida da capacidade combativa do Coronel? Eu acho que não. Então, se ele está passando a visão dele, ele tem alguma coisa de experiência que a gente tem de ouvir para poder decidir. Não estamos negando a experiência de cada um, eu acho que esse é o ponto principal. O Jorge contou sua experiência, o Marlan contou a sua. Eu acho que a coisa tem de ser mais calma, nós temos de nos tratar de maneira... Esse assunto tem de ser discutido de maneira científica. Várias das chamadas drogas na minha época eram chamadas de tóxicos e mudaram o nome porque começou a se provar que álcool é tóxico e cigarro é tóxico. Então, cada uma dessas indústrias procurou mudar o nome das outras concorrentes delas para elas não serem abordadas.

Eu gostaria de dizer que a democracia não é a ditadura da maioria. Prestem bem a atenção nisto: a democracia não é a ditadura da maioria. Na democracia, nós temos de conviver com minorias, porque em vários momentos cada um de nós aqui será uma minoria que vai querer ter o seu direito respeitado.

Então, não é porque numa hora sou a maioria que eu oprimo a minoria. Tenho de aceitar. Temos de achar um ponto de equilíbrio e convergência.

Bandido não vai virar empresário, bandido é bandido! No dia em que houver um descriminalização, regulamentação, a “ão” que seja, o bandido, o traficante não vai operar – não vai! Ele continua na bandidagem, e esta é uma das maneiras de se quebrar...

Pessoal, vou dar alguns exemplos. Havia um colega aqui que foi muito veemente, antes de mim, estava sentado aqui atrás. Ele dizia: “No dia em que o Brasil for semelhante aos Estados Unidos!” Então, vou dar uns dados semelhantes.

Os Estados Unidos têm dois milhões de presos. Quantos o Brasil tem, coronel? Dois milhões aproximadamente, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – São 500 mil, meio milhão, sendo que a população deles é maior, exatamente. Então, estamos caminhando para a mesma proporção que eles.

Ao lado dos Estados Unidos está o Canadá, em cima, que tem uma regulamentação que permite a pessoa plantar maconha em casa. E não falo isso porque me contaram, eu vi. E aí o que acontece: pegue as taxas de violências canadenses; pegue o PIB canadense; pegue o índice de desenvolvimento canadense; pegue o nível educacional canadense. Será que eles estão decaindo? Não acredito, tenho visto o contrário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O nosso está tendo grandes problemas, mas a questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Por favor, por favor, minha vez, por favor.

Aí o que acontece é o seguinte, disseram, há 35 anos, quando a Holanda regulamentou o uso da maconha, que a Holanda iria afundar-se, iria desaparecer como país, sua juventude iria se acabar, o país iria desaparecer e praticamente iria afundar debaixo do mar, quando viesse a primeira inundação, porque a Holanda fica abaixo do mar. Da Holanda é aquele time que ganhou do Brasil agora, não é verdade? Não foi esse?

Sou jogador de polo aquático há 35 anos, que é um dos esportes mais difíceis que há. Já joguei várias vezes contra holandeses dessa geração que disseram que iria desaparecer. Vejo presidentes de empresa, vejo grandes profissionais liberais, vejo pessoas bem-sucedidas, que levam sua vida normalmente.

Então, calma, gente, – calma! Acho que as coisas têm que ser discutidas com calma, estão entendendo? Se você perguntar para um alcoólatra internado se ele é favorável à liberação do álcool, ele vai até dizer que é contra, porque ele sabe que o álcool foi a semente do seu dano.

Gente, venho de um pai que morreu de enfarte agudo do miocárdio, porque, na geração dele, era bonito fumar. Ele lutou na Segunda Guerra, foi preso na Segunda Guerra, sobreviveu à Segunda Guerra, e morreu de enfarte, por conta de cigarro, porque o cigarro era a droga permitida, paga pela indústria do cigarro, para aparecer nos grandes filmes de Hollywood.

Alguém citou o fato de as mulheres começarem a fumar – não estavam nuas na tal manifestação, não. Em 1929, a indústria tabagista produtora do cigarro Camel – vou dar o nome, porque acho que as pessoas precisam saber o nome dos bois – pagou para um grupo de mulheres, dizendo que elas eram feministas, para elas participarem de uma parada da primavera, alguma coisa em maio em Nova Iorque. E fizeram uma grande divulgação, antes, de que haveria um movimento contestatório, das mulheres, porque as mulheres não fumavam. E aí dez mulheres atrizes e *socialites* apareceram fumando na manifestação, e aí começou o *marketing*, dizendo que era direito das mulheres fumarem também.

Até a Primeira Guerra, o cigarro não era essa praga mundial que existe hoje. Enviava-se um pedaço de tabaco para os marinheiros fumarem; aí dos marinheiros passaram para os soldados; aí a Camel, essa mesma indústria, passou a oferecer aos soldados norte-americanos já o cigarro empacotadinho. Aliás, uma das maiores causas de morte nas trincheiras era o cigarro passado à noite, porque a luzinha da brasa do cigarro ia passando, e identificavam, e o atirador furtivo esperava um, dois, três, e o terceiro morria – procurem na história da Primeira Guerra que vão encontrar isso.

Aí o que acontece é que a Primeira Guerra foi feita com navios usando cordas de maconha; a roupa, o *jeans* era de maconha.

Cânhamo é maconha, e era plantada até 1928, 1929, nos Estados Unidos, na Índia, no Brasil, em quase todo o mundo. E a explosão das drogas vem exatamente depois da proibição. Então, por que quando uma coisa que antes não era proibida não tinha essa explosão, e depois que foi proibida teve essa explosão? Há algo de errado nisso. Eu não estou dizendo que se liberem as drogas. Eu estou dizendo que há algo de errado nessa política. Vamos abrir os olhos. É verdade!

Vamos pensar: comida é droga?

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E as pessoas que têm compulsão alimentar e são obesas mórbidas? A comida não é uma droga para elas? Vamos proibir a comida?

Vou pegar radicalmente a questão. Alface tem opiáceo. Na Itália, a gente usa – meu pai era italiano – alface macerado para passar a dor de dente. Por que passa a dor de dente? Porque tem opiáceo. Vamos então proibir o alface?

Gente, maconha é uma planta. Se você jogar a semente, ela vai brotar. Então, é uma estupidez a gente mover essa guerra se a causa disso é uma planta. É uma besteira. Nós estamos brigando com a natureza, porque é uma guerra que não vai ser ganha. A solução não é essa.

Porta de entrada, teoria da escadinha: quer dizer que todo mundo que toma cerveja é um alcoólatra? *(Soa a campainha.)*

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Não, porque a afirmação que é feita...

Um minuto, não é, Senador?

A afirmação que é feita é de que é porta de entrada. Então, todos nós que tomamos uma cerveja somos alcoólatras? Eu discordo. Eu tive hepatite em 1985. Houve uma greve na UnB, a piscina ficou contaminada, eu peguei hepatite e me formei com hepatite. O médico disse: “Tem que ficar um ano sem beber.” Eu passei um ano sem beber.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Sim. Não, é uma atitude lógica. Sim, forçadamente. Mas vem cá, se eu fosse viciado, eu não conseguiria, eu teria síndrome de abstinência, eu tremeria, eu perderia a minha concentração. Então, não é assim, pessoal. Existe o chamado autocontrole. A gente não pode... Se o álcool é uma droga...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Gente...

Eu vou só dar o último para encerrar. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós ouvimos... Um momento.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós ouvimos todos aqui. Estão querendo tirar a palavra dele, o último? Não, não aceito.

Pode continuar.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado, Professor. Obrigado, Senador.

Eu queria só lembrar o seguinte: John Lennon fumou maconha e foi assassinado por um sujeito que tomava remédio controlado. Kennedy fumou maconha, foi um dos melhores Presidentes e foi assassinado pela máfia porque ele se opôs a grandes esquemas ligados à máfia em relação a Cuba, que era uma lavanderia de dinheiro. Fernando Henrique Cardoso precisou sair da Presidência para poder admitir isto, que a guerra contra as drogas é um erro.

Então, o que nós estamos esperando para discutir esse assunto sem paixões? Nós temos de discutir cientificamente. Eu vi um cartaz desse senhor, respeitosamente, aqui na minha frente, que diz que maconha faz mal ao cérebro. Essa pesquisa, que é repetida o tempo todo, é uma pesquisa que não existe, que, quando a gente vai procurar e acha a referência dela, é uma pesquisa que foi feita da seguinte maneira: pegaram 50 ratos e botaram dentro de uma caixa com 100% do tempo jogando fumaça. Se eu jogar 100% do tempo qualquer fumaça, você morre. E o que acontece? Os ratos morreram intoxicados.

Então, eu quero dizer o seguinte, por último: eu tenho uma sogra hoje cancerosa, em estágio terminal num hospital aqui em Brasília. O único remédio que poderia aliviar o seu sofrimento seriam os remédios à base de maconha, porque ela está vomitando todos os remédios anticâncer; são tão tóxicos que ela põe para fora. Ela está morrendo pelo tratamento, ela está secando na nossa frente pelo tratamento. Ela não vai morrer de câncer, ela vai morrer pelo tratamento. E ela fica apavorada, porque ela acha que se ela tomasse algum remédio à base de maconha, seria pior do que ela morrer de câncer; e ela está morrendo.

Então, eu acho que a discussão não está justa. A discussão está time de futebol: você é Flamengo; eu sou contra. A discussão está no caminho religioso.

As cruzadas começaram quando os europeus invadiram o Oriente Médio para tirar os islâmicos, os infiéis. A guerra foi tão radical, tão radical que os islâmicos proibiram o álcool entre os muçulmanos desde então, porque Maomé não proibia o álcool, mas passou a incluir nas partes mais modernas do Alcorão, numa das sutras, passou a proibir o álcool, porque eles ficaram apavorados com a bestialidade dos europeus. Em compensação,

os europeus ficaram apavorados com a tropa de elite muçulmana que tinha direito a fumar haxixe, os haxixins. Como eles não pronunciavam o termo direto, passaram a falar haxixinos, que virou os nossos “assassinos”. Então, vocês vejam como a discussão se permeou em questões religiosas e se permeou em questões passionais. Nós estamos perdendo o foco.

Convido todos: em vez de atacar a posição do professor, juntemo-nos. Vamos trabalhar essa questão juntos. Todos nós somos brasileiros, todos nós desejamos o melhor aos nossos filhos. Todos nós queremos a melhor solução para o nosso País, mas a ausência de discussão não é a solução.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de encerrar a reunião, quero lembrar a origem de tudo isso. A origem de tudo isso é um cientista da Fundação Oswaldo Cruz que liderou um movimento de abaixo-assinado pedindo que o Senado analisasse. Não partiu do Senado, não partiu de nenhum Senador. Isso entra pela Comissão de Direitos Humanos.

A Senadora Ana Rita recebeu sem nem saber, de repente. E tomei conhecimento de que fui indicado pela mídia. Eu podia ter recusado, podia ter sido omissos, Sr. pastor, como o senhor me acusou, e ter dito: Para que vou entrar nisso? Eu não fumo, eu não bebo, não uso droga. Acho uma pena que alguém precise de droga para ser feliz, mas tem gente que precisa, como pode precisar para não ter dores, como ele falou. Mas, por que entrar nisso? Já tenho tanta briga, tanta gente contra o que eu defendo, e não vou negar para os senhores que eu tive uma tentaçãozinha, mas achei que eu não tinha o direito de fugir disso. Não tinha. E a minha mulher mesma disse, quando conversei com ela, que eu não tinha o direito, para a História, de dizer que não iria relatar isso só porque é difícil. Então, vou continuar nesse processo.

Não vou me submeter a um movimento que eu vejo aí, chamado “Libera, Cristovam”. Chega todo dia mensagem desse movimento. Agora, não vou me submeter àqueles que hoje estavam me chamando de traidor do Brasil porque estou aqui presidindo esta reunião. Não vou me submeter! E são muitos, muitos! É uma quantidade imensa. E acho que há um fundo bem religioso e não análise fria do assunto. Igreja diz o que é pecado, não diz o que é proibido. Estado diz o que é proibido, não diz o que é pecado. Estado não tem direito de definir o que é pecado e nem Igreja de definir o que é crime. (*Palmas.*)

Então, eu vou continuar analisando. E vamos ter diversas outras audiências.

Vejo que muitos aqui já estavam na outra. São convidados a voltar cada um deles se quiserem e vão ter a palavra, e a gente vai debater. A televisão transmitiu, por sorte está havendo um processo eleitoral, e, com esse processo eleitoral, estamos em recesso e a televisão termina dando esse espaço. Foi muito bom, o povo viu, a população viu, ouviu o depoimento do pai, cujo nome é Fábio, ouviu o depoimento seu, de seu irmão, ouviu diversos depoimentos e eu tenho a impressão de que o povo está em dúvida neste País. Não é possível que não esteja em dúvida, como eu, se a gente vai continuar proibindo uma menina de 11 anos de ter acesso a um remédio ou não; se a gente vai criminalizar algumas pessoas ou não. Ao mesmo tempo, acho que se está em dúvida também se deve liberar, se deve regulamentar. Não acho que a opinião pública brasileira esteja aceitando isso de libera fácil, não. É um processo, e, nesse processo, vou continuar ouvindo. E, no final, vou ter, sim, o meu parecer. Não vou fugir disso, não. Se vai satisfazer ou não a um grupo ou a outro, aí é outro problema, mas não vou ficar fugindo da minha responsabilidade diante de um problema tão sério como é o problema da droga.

A única coisa que tenho a impressão de ter certeza é de que estamos perdendo a guerra, porque está aumentando o consumo, está aumentando o número de dependentes. Tanto é que há tantos aqui que têm abrigos, trabalhos, para recuperar. Então, o problema existe e a gente não está sabendo como enfrentar. Alguns acham que sabem, mas não sabem – vamos falar com franqueza –, não têm convicção de como é que enfrentam. Não é dobrando o número de policiais para prender todo mundo que a gente vai conseguir.

Eu acho que não podemos ficar limitados a uma só droga. Este mundo virou o mundo químico. Nós somos seres químicos – de remédios, de consumismo, de drogas pesadas, drogas menos pesadas, álcool, cigarro. Estamos numa sociedade de química e temos que enfrentar o assunto, seja regulamentando, seja fazendo outra coisa. E eu vou tentar dar uma sugestão ao meu País de como é que este assunto deve ser enfrentando.

Finalmente, quero dizer que, na hora em que recebi essa tarefa, eu me lembrei de que eu já tenho tanto trabalho de convencer o povo brasileiro de que é preciso educar nossas crianças – e não estou conseguindo, essa é a verdade –, como é que eu vou me meter em mais uma coisa? Um dos argumentos, além de não ser omissos, é que eu pensei: a droga é um problema de educação. De educação, para salvar os que estão nisso, e também um problema da educação das nossas crianças e jovens que, por causa disso, e estão tendo dificuldades, sim.

Então, eu acho que esta minha audiência faz parte da minha luta pela educação no Brasil. É apenas mais um capítulo. Eu vou levá-lo até o fim.

Era isso. Muito obrigado.

Vou dar a palavra a cada um dos que estiveram aqui para, muito rapidamente, se pronunciarem.

Coronel.

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Primeiramente, eu queria dizer que eu acompanho o trabalho do Senador, leio todos os seus artigos. Tenho certeza de que, se há um Senador, se há um político no Brasil que não é omissos, este político se chama Cristovam Buarque. Não quero discordar, apenas levantar esse dado. Eu acompanho a sua vida.

Veio uma pergunta diretamente para mim e eu não queria terminar de falar sobre ela. Maurício Moraes, do Rio de Janeiro, me pergunta sobre uma pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas, que indicou que mais de 80% dos percentuais apontam a excessiva prioridade no combate ao narcotráfico como um dos fatores que mais dificultam o trabalho da polícia: “Como o senhor vê a questão da regulamentação?”

Bom, sobre a regulamentação eu já falei. Sobre a dificuldade do trabalho da polícia, eu tenho mostrado, num artigo que vou deixar aqui depois, que isso é um problema.

Rapidamente, Senador, a questão que já foi levantada aqui agora. Flamengo e Vasco. Eu disse, no início, que nós vivemos numa sociedade maniqueísta. Eu fui aconselhado a, em nome dos meus irmãos, ser contra. Ora, eu estou nesta luta pelos meus irmãos. A minha luta é em homenagem a ele. Vejam só as diferenças de perspectiva.

Nós temos dois eixos. Foi falado aqui que o usuário não é mais preso. Sim, pela lei, mas quando eu digo que, depois que a lei foi editada, de 2007 a 2012, nós tivemos um aumento de 62% dos encarcerados por drogas, eu sou levado a concluir que, dentro desse percentual, há um grande número de usuários que, em função da sua condição social, da sua cor da pele, do local de residência, eles foram, repito, promovidos a traficantes. Esse é um dado da nossa sociedade que não podemos descartar. Há um eixo formal e um eixo informal na prática e que isso acontece.

Quanto à questão da prevenção, eu tenho aqui um conceito que gostaria de propor. O conceito que está presente na sociedade brasileira é que é preciso afastar as drogas dos jovens. Eu já falei isso. Como se afasta as drogas dos jovens? Com polícia, com prisão, com repressão, com tiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL JORGE DA SILVA – Então, afastar... Não, eu vou concluir.

O meu conceito é o seguinte: é preciso afastar os jovens das drogas, e não as drogas dos jovens. Então, quando você pensa que é preciso afastar os jovens das drogas, nós temos o programa de vocês, que é o programa da prevenção e da educação.

Então, esse é um conceito que eu gostaria de avançar aqui.

E, finalmente, agradecer, Senador, quando nada, pela oportunidade de ter sentado a seu lado. Sinceramente, vamos lutar para que ele seja Presidente do Brasil? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Nívio.

O SR. NÍVIO NASCIMENTO – Eu queria agradecer, novamente, o convite e, inclusive, elogiar a condução do debate aqui pelo Senador, porque não é fácil. Acho que o Brasil vive um momento histórico de discutir nesta Casa a questão das drogas, principalmente a questão da regulamentação ou não da *cannabis*.

Eu fico feliz também com o depoimento do colega, de que não fomos nem a favor nem contra. Eu acho que é isso. Eu creio que é a segunda vez que participo aqui. Na segunda, eu estava na condição de ouvinte, mas é a segunda vez que eu vejo um Flamengo e Vasco, e futebol é futebol e política pública é política pública. Eu acho também que o que tenho acompanhado aqui é que existe uma demanda enorme em termos de informações qualificadas.

Se a gente pegar e colocar no papel o que nós escutamos hoje aqui, são informações totalmente desencontradas. Para pessoas pró e para pessoas contra, por exemplo, 50% dos homicídios estariam relacionados às drogas. É uma coisa que a gente escuta por aí o tempo inteiro. Primeiro, o sistema de estatísticas no Brasil... Nenhum país permite você delimitar com tanta precisão se... Duas coisas fundamentais que podem estar relacionadas às drogas: uma é a disputa pelo mercado, que é a questão do tráfico, a que eu me referi mais cedo. Uma coisa é disputa pelo mercado, que nem sempre é violenta. Você tem tráfico em vários países do mundo. Em alguns países como o Brasil e a Colômbia, você tem realmente um tráfico de drogas associado a armas, associado à disputa pelo território. Isso, vamos dizer, pensando nos homicídios no Brasil, é a metade da questão, ou, sei lá, é uma parte expressiva da questão. Outra coisa, que acho que é fundamental para se debater e para se qualificar o debate é em que medida a violência letal está relacionada ao consumo de drogas, e aí cada droga é muito diferente da outra: a gente pode estar falando em álcool, a gente pode estar falando em cocaína, a gente pode estar falando em *crack*, e nisso há uma lacuna de conhecimento enorme.

Então, eu coloco novamente à disposição o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes; a minha colega, a Nara Santos, provavelmente vai participar de uma audiência futura aqui justamente para abordar essas questões de saúde. Porque muito se fala em prevenção, mas o que é a prevenção? Pouca gente sabe o que fazer; pouca gente sabe o que medir e como medir se aquele programa de prevenção está dando certo ou não.

E, além de prevenção, nós precisamos de tratamento, porque, afinal de contas, tivemos casos aqui de pessoas que morreram por drogas, mas o senhor está aqui, e acho isso muito importante. O senhor é um sobrevivente dessa questão e, cada vez mais, para além da *cannabis*, é fundamental discutir a questão do tratamento do ponto de vista mais amplo da rede de tratamento.

Então, termino minha fala aqui, só reafirmando que a incerteza é fundamental nesse processo. Acho que, se um relator de um projeto dessa natureza já sentasse aqui com todas as certezas, nós estaríamos fadados ao fracasso.

E, fundamentalmente, assim, só uma coisa que surgiu, uma grande polêmica, que é a famosa reunião da UNGASS. É fundamental esclarecer como funcionário das Nações Unidas que o que as Nações Unidas pactuam nada mais é do que resultado da discussão entre os Estados-membros. Ou seja, muitas vezes parece que a ONU ou que o NEDC defende essa ou aquela posição que está incentivando a guerra contra as drogas, não está incentivando, etc. Não. Isso daí existem fóruns muito específicos, e um deles vai ser a próxima UNGASS, em 2016, que promete demarcar, vamos dizer, um novo caminho, uma nova agenda para discussão internacional de política de drogas, que vai ser em 2016. Na última reunião, teve um pouco, e tem-se comentado muito, dessa ideia de acabar com a maconha, com a cocaína, mas isso foi feito no bojo de várias outras recomendações.

Eu acho que a gente não pode reduzir UNGASS a isso. E vai ter uma nova UNGASS.

Então, novamente agradeço a oportunidade de estar aqui e fico à disposição para conversar com vocês de uma maneira amistosa assim que terminarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para concluir, eu quero pegar uma frase do coronel que acho que foi extremamente rica para nos dar uma orientação: a estratégia que vamos seguir é não deixar que as drogas cheguem aos jovens ou fazer com que os jovens não cheguem às drogas?

Eu creio, coronel, que o senhor trouxe aqui uma metodologia de trabalho muito interessante. Essa é a repressão; essa é a educação. Então o grande desafio nosso é como resolver isso.

Eu concluo dizendo que até café eu só tomo sem cafeína, e é muito melhor. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 16 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e nove minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 61 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 16/07/2014, para debater o tema: “o que deve ser feito para completar-se a abolição da escravidão”. A audiência pública é realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz um minuto de silêncio em homenagem ao Ex-Governador de Pernambuco Eduardo Campos e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Sionei Leão, Jornalista; Pedro Nabuco, Bisneto de Joaquim Nabuco; Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo, Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Hélio Santos, Doutor em Economia pela USP, Professor e Escritor; Hamilton Pereira da Silva, Secretário de Estado da Cultura do Governo do Distrito Federal; José Tomas Nabuco Filho, Neto de Joaquim Nabuco. O Senhor Presidente franqueia a palavra ao Senhor Joel Câmara, do Grupo Liderança Cristã do Brasil – Seção Pernambuco, e lê mensagens de cidadãos recebidas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente passa a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem, mais uma vez, boa tarde a cada um e a cada uma.

Temos a presença do nosso Secretário, sem o qual esta reunião ficaria muito pobre.

Eu declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Lembro que esta reunião destina-se a realizar uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 61, de 2014, de minha autoria, aprovado em 16 de julho de 2014, para debater o tema específico: “O que deve ser feito para completar-se a abolição da escravidão”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, cujo *link* é bit.ly/audienciainterativa, ou pelo telefone, através do Alô Senado, cujo número é 0800-612211.

Vou repetir: 0800-612211. E o *link* para participação por *e-mail* é: bit.ly/audienciainterativa.

Eu quero lembrar que ao mesmo tempo em que haverá o debate com um tema, esta é uma reunião de homenagem a Joaquim Nabuco, cujo nome, amanhã, será colocado no Livro dos Heróis da Pátria. Poucos merecem tanto quanto ele a colocação de seu nome no Livro dos Heróis. E poucas homenagens seriam melhores do que lembrar o que nós não fizemos que ele deixou para que fizéssemos. Ele fez a parte dele. O que falta para completar a abolição?

Eu vou chamar cada um dos que vão estar na mesa conosco e terão direito à fala para esse tema ou outro que quiser.

José Thomaz Nabuco Filho, neto do grande Joaquim Nabuco. (*Palmas.*)

O Secretário Hamilton Pereira da Silva, um grande poeta brasileiro. (*Palmas.*)

Dr. Hélio Santos, Doutor em Economia pela USP, Professor e Escritor. (*Palmas.*)

Prof. Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo, Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). (*Palmas.*)

Pedro Nabuco, bisneto do grande Joaquim Nabuco. (*Palmas.*)

E o Jornalista Sionei Leão. (*Palmas.*)

Com o Jornalista Sionei, eu termino a convocação de todos. Mas antes de dar início, quero pedir a cada um de nós que façamos um minuto de silêncio em homenagem a outro herói pernambucano que faleceu semana passada: Eduardo Campos.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra na ordem inversa dos que eu chamei para compor a Mesa, ao mesmo tempo que agradeço muito a presença do Senador José Eduardo Fleury, que aqui nos prestigia com sua presença.

Passo a palavra ao jornalista Sionei Leão.

Nós temos a praxe aqui de ficar de 10 a 15 minutos, mas não tenho nenhuma intenção de sair cortando a palavra de ninguém. O máximo é que, se tiver um tempo muito longo, eu darei um aviso, porque estamos transmitindo ao vivo esta reunião, ou seja, o Brasil inteiro que vê a TV Senado está assistindo. Diante disso, seria bom que terminássemos num certo prazo, que não é tão curto assim, graças ao privilégio da TV Senado.

Jornalista Sionei Leão, fale o tempo que for preciso dentro, obviamente, dos limites totais da nossa audiência.

Por favor.

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Senador Cristovam Buarque, obrigado. Uma iniciativa como esta só poderia vir de um Parlamentar com esse sentimento libertário que ele tem e que a gente acompanha. É uma pessoa que defende as boas causas.

Estou muito honrado com o convite. Queria saudar... porque há pouco eu falava que o meu primeiro voto, quando eu morava em Campinas, tinha acabado de tirar o título de eleitor, foi dado ao Hélio Santos, então candidato a Deputado Estadual e com quem eu não tinha contato pessoal, o vi pela televisão e pensei: um negro falando, parece inteligente, vou votar nele. Só fui conhecê-lo pessoalmente anos mais tarde no Mato Grosso do Sul, onde eu começo a minha militância pela igualdade racial. Secretário Hamilton Pereira, de vários contatos da cultura, cujo trabalho a gente conhece também. Os descendentes do Joaquim Nabuco, é uma honra conhecê-los. O Sérgio São Bernardo, que é um quadro da política da Bahia na área jurídica e na área da política. É bom reencontrá-lo, conheci-o aqui em Brasília.

Esta inquietação é muito interessante: como encerrar a abolição. O enunciado já diz que essa abolição está inacabada. Então, é um conceito que o Nabuco, lá atrás, já dizia. Quero lembrar também e mencionar o André Rebouças. Ambos diziam: “Não basta acabar com a abolição, é preciso acabar ou combater a obra da

abolição, o legado da abolição.” Da escravidão! Muito bem. Por isso que é bom estar com gente inteligente e atenta a seu lado.

A gente tem que acabar com a obra da escravidão, dizia Nabuco e André Rebouças.

No Brasil – eu tenho um dado aqui – estamos em um período das políticas afirmativas. Eu sou um militante e defendo essas causas, as cotas, que são polêmicas em vários segmentos, existem os prós e os contras. Mas o público aqui, o pessoal que está nos vendo vai concordar que é uma medida política que têm os seus efeitos, que merecem ser questionadas e avaliadas, mas o dado é que a primeira medida que a Nação tomou, que o Brasil tomou para se reparar o legado da escravidão aconteceu 113 anos após a Lei Áurea, que foram as cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Passados 113 anos! Embora o Nabuco e o André Rebouças já dissessem isso lá atrás, 113 anos depois é que foi adotada uma medida realmente palpável para recuperar, rever esse legado.

Hoje as cotas estão em cerca de 100 universidades. Além das cotas, nós temos programas afirmativos, como o Itamaraty, com a bolsa Rio Branco. Temos uma política no Ministério da Saúde, que foi iniciada pela causa das mulheres negras, demonstrando a questão de certas doenças que afetam mais determinadas etnias. É uma política que está prosperando. Há iniciativas na área da cultura. Nós temos uma conquista, nós temos uma caminhada. Agora, essa caminhada... O Brasil é um país complexo, o Brasil é um país difícil. Essa caminhada demonstra uma outra situação a ser enfrentada.

Dados de 2012, aqui do Distrito Federal, demonstram que houve 420 denúncias de injúria racial, registradas pela Polícia Civil. É um número recorde, de certa forma assustador.

Eu sou assessor parlamentar na Câmara Legislativa, e, em razão desse dado, nós promovemos uma audiência pública para discutir isso e ver se esses casos estavam se transformando em inquérito. Na maior parte das vezes, isso não ocorria.

Então, primeiro, havia esse aumento. Isto tem de ser avaliado: por que os negros estão buscando mais a Polícia Civil e denunciando casos de racismo? E como a Polícia Civil está enfrentando, como as instituições estão lidando com isso.

Uma análise um tanto empírica, mas que podemos defender é que, em razão das políticas afirmativas e tantas conquistas possivelmente a comunidade negra está mais propensa a denunciar as agressões que sofre. Então, isso, de certa forma, é derivado de um despertar racial no Brasil. E, se isso é verdade, com a presença de mais negros em outros postos da sociedade, postos melhores, o que se prevê, o que se antecipa é que essas questões de crime racial vão aumentar; essa violência vai aumentar, na medida em que o negro passe a disputar espaços a que, até então, não tinha acesso. Então, essa obra da escravidão é um dado bastante complexo.

Mas, ainda tentando responder ao enunciado – estou ao lado de um grande poeta, que é o nosso Secretário Hamilton Pereira e vou fazer uma metáfora –, vou citar aqui o Ezra Pound, que falava da questão das antenas da raça, dentro da questão da poesia: aqueles quadros, aquelas pessoas que conseguem perceber o ambiente em que vivem. Apontam, demonstram, leem a sociedade de uma forma mais rápida do que as pessoas mais comuns, digamos assim.

Hoje no Brasil, trazendo da poesia para o campo da política, está acontecendo um dado muito interessante e que tem a ver com esta semana, Senador. Então, no movimento negro, costumamos dizer que nós passamos, nos anos 90 – talvez ainda esteja se encerrando este momento – uma fase da “onguização”. O que quer dizer isso? Que, num determinado período, a militância racial brasileira optou por tratar de questões específicas, focadas. Digamos: área da saúde, como citei anteriormente, área da comunicação, área da educação. Esses quadros criaram ONGs, se especializaram ou foram para a universidade, fizeram programas de pós-graduação, defendendo, elaborando ideias. Então, num dado tempo, se perdeu um pouco aquele foco, aquela aspiração, aquela utopia de um movimento de massa, englobando todas as causas conjuntamente.

E hoje o que está acontecendo? Vou citar três ações, e estou envolvido numa delas, que demonstram ou apontam uma certa sede, uma certa intuição de retomar essas causas massivas.

Uma dessas ideias será o lançamento na quinta-feira às 20h – já deixo o convite, estou envolvido com esse grupo – no Sindicato dos Jornalistas no Distrito Federal, de uma campanha para captar 1,4 milhão de assinaturas para se dar entrada, aqui no Congresso Nacional, em um projeto de lei de iniciativa popular, para se criar o Fundo Nacional de Combate ao Racismo. Vamos lançar isso na quinta-feira. Eu, voluntariamente, cuido da comunicação. Nosso coordenador é o economista Mário Theodoro, que inclusive é consultor legislativo aqui no Senado, e há outras pessoas de boa reputação, de boa trajetória. Nós nos reunimos na UnB semanalmente, e o *start* será agora.

Então, a ideia é criar esse instrumento que sirva a todas as políticas de combate ao racismo no Brasil. É uma meta gigantesca. No início, quando fui convidado, não acreditava muito, achava meio que quixotesco.

Não é fácil. No Brasil, temos apenas quatro leis derivadas de projetos de iniciativa popular. Nós estamos pretendendo que consigamos ser a quinta.

Depois, na sexta-feira, falando dessa questão de antenas da raça e no campo da política, há uma outra iniciativa que se dará aqui em Brasília. Aliás, se dará nacionalmente. Acontecerá simultaneamente em muitas cidades. É a Marcha contra o Genocídio da População Negra. Isso começou em Salvador em 2007 – corrija-me São Bernardo.

Enfim, começou em Salvador. Um grupo de militantes saiu à rua para denunciar, para combater os altos índices de mortandade de jovens negros, que continuam, e continuam no País todo, tanto que o Governo Federal criou uma política que é Juventude Viva. Na verdade, quando a política foi formulada, era “juventude negra viva”, porque o foco era a população negra. Os gestores decidiram tirar o negro do conceito e ficou assim. É uma política do Ministério da Justiça ou da Presidência da República. Posso estar equivocado, mas acho que é isso.

Então, os dados demonstram o extermínio de população negra brasileira em grande parte por profissionais da segurança pública. São dados assustadores e que derivam também desse anunciado do Nabuco e do André Rebouças lá atrás. Nós não temos enfrentado essa questão.

A terceira formulação que, a meu ver, tem a ver com esse sentimento também é massiva: existe nas mídias sociais um chamamento liderado pelas mulheres negras, por militantes das mulheres negras, que farão ano que vem uma marcha em defesa das causas da mulher negra. As mulheres negras denunciam que sofrem um triplo ou quádruplo racismo: sofrem por serem mulheres, sofrem por serem negras e sofrem também racismo pelos próprios homens negros. Então, elas vêm a público colocar essa situação, esse sentimento, essas mazelas que também derivam desse nosso legado da escravidão.

Então, creio que essa é a minha contribuição. Retorno dizer da minha honra de participar deste debate e friso, para quem estiver em Brasília e puder comparecer na quinta-feira, que nos apoie nessa causa. Agradeço antecipadamente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero passar a palavra, com muita satisfação, ao bisneto do Joaquim Nabuco, ao Pedro Nabuco, que está aqui não só pela linhagem, mas também por ser alguém que participa diretamente de tudo que está relacionado ao legado do Joaquim Nabuco e aos problemas sociais que temos até hoje.

Por favor.

O SR. PEDRO NABUCO – Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque, obrigado pela apresentação. Meu querido tio e padrinho, José Thomaz Nabuco Filho, meus parentes que vejo aqui, senhoras e senhores, companheiros da Mesa, eu vim aqui falar em caráter pessoal, pois nem sempre a opinião de um é a de todos.

Eu queria dizer, em primeiro lugar, que entendo que, para os abolicionistas, que eram pensadores como Joaquim Nabuco e André Rebouças, a abolição não era só emancipar a raça negra, como falavam naquela época; a abolição era emancipar o País. Dizia Joaquim Nabuco que não é só o escravo que se degrada com a escravidão; o senhor se degrada com a escravidão, o País se degrada com a escravidão.

Então, completar a abolição não são apenas ações afirmativas, até porque a dívida com os escravos é irresgatável. Não há como pagar trezentos anos de escravidão, não há como pagar pelo fato de o indivíduo dormir amarrado em ferros, comendo o mesmo milho dos porcos, para construir as grandes obras barrocas em Minas Gerais, para citar apenas um exemplo.

Senador, eu gostaria de falar brevemente, porque, como é uma audiência pública, eu gostaria de passar a palavra.

O Joaquim Nabuco, quando escreveu *O Abolicionismo* no seu exílio em Londres, não tendo sido eleito ao candidatar-se pelo Rio de Janeiro – e não, por Pernambuco – nas eleições de 1882, escreveu um prefácio em que ele declinava seu plano da abolição como uma grande reforma social e por que essa abolição deveria preceder às demais reformas. Esse prefácio foi subtraído de uma edição da editora Vozes e, por causa disso, foi replicado o livro sem esse prefácio.

Eu conheço três edições que não têm o prefácio e conheço uma edição que não tem os dois primeiros parágrafos, que são onde ele declina essas reformas.

Eu queria ler aqui, até porque a última edição, da Universidade de Brasília, dando conta desse erro, sublinhou esses dois primeiros parágrafos como uma epígrafe do livro.

Eu acho que a partir daqui nós podemos ter uma visão de como era na época; ou seja, quais seriam as reformas que ele pensava na época. É claro que essas reformas têm de ser atualizadas para os dias de hoje.

O meu tio, aqui presente, poderá dar uma boa palestra sobre reforma tributária, sendo advogado com muitos anos de labuta.

Então, eis os dois primeiros parágrafos do prefácio:

Este volume é o primeiro de uma série cujo fim é apresentar à massa ativa dos cidadãos brasileiros, com os melhores fundamentos que seja possível ao autor estabelecer, as reformas que para nós são realmente vitais, considerando-se que a vida de um país não é só vegetativa, mas é também moral.

Por numerosas razões, aduzidas, por assim dizer, em cada página do presente volume, a emancipação dos escravos e dos ingênuos...

Os ingênuos eram os escravos que, liberados pela Lei do Ventre Livre, permaneceriam escravos até os 21 anos se não fossem alforriados por um pecúlio que os escravos podiam amealhar; e às vezes até mantidos em cativeiro após aquela idade, em grave violação da lei, como foi um caso ocorrido em Minas Gerais, que foi denunciado por Joaquim Nabuco, de uma empresa mineradora inglesa que manteve escravos ingênuos escravizados após esta idade.

Então, voltando:

...e a necessidade de eliminar a escravidão da constituição do nosso povo, isto é, o abolicionismo devia ter precedência às demais reformas. De fato, todas as outras dependem desta, que é propriamente a substituição dos alicerces de nossa pátria.

Os volumes seguintes terão por objetivo: a reforma econômica e financeira, a instrução pública, a descentralização administrativa, a igualdade religiosa, as relações exteriores, a representação política, a imigração europeia; e, quem quer que seja o escritor, serão todos inspirados pelo mesmo pensamento, o de elevar o Brasil à categoria de membro útil da humanidade e habilitá-lo a competir no futuro com as outras nações da América do Sul, que estão ainda crescendo a seu lado, fazendo dele uma comunhão voluntária para todos os associados, liberal e progressiva, pacífica e poderosa.

O que Joaquim Nabuco percebeu é que o escravo de hoje é o cidadão de amanhã. Se você mantém um cidadão escravizado, analfabeto... Não vou aqui declinar os demais sofrimentos da escravidão, nem tampouco do povo brasileiro liberto e daqueles que faziam parte daquela sociedade em fins do século XIV. Mas ele percebeu, como André Rebouças percebeu, que o abolicionismo era uma primeira etapa de uma universalização da cidadania e da construção de um país realmente democrático.

Nesse ponto, Senador, eu queria pedir sua permissão para me solidarizar com o desastre ocorrido com o Governador de Pernambuco. Eu me lembro que nos idos de 1999, quando ocorria o sesquicentenário do nascimento de meu bisavô, grande parte da família foi ao Recife, onde houve várias homenagens e comemorações.

Quis o destino que eu chegasse antes de todos no cemitério onde foi enterrado Joaquim Nabuco e onde foi enterrado Eduardo Campos. Quando ali cheguei, encontrei uma linha de pessoas, de pernambucanos, perfilados horizontalmente; pessoas de todas as hierarquias e classes, sem nenhuma diferença.

Todos esperando com muito respeito. E tendo sido eu o primeiro membro da família a chegar, o Fernando de Melo Freire, que era o presidente da Fundação que nos deixou também precocemente, deu um passo à frente e perguntou quem eu era. Eu nunca me esqueci desse passo do Fernando Freire porque eu entendo que era um passo cívico, passo este que ele tentou de todas as formas colaborar através da Fundação Joaquim Nabuco do Recife, onde ele militou a vida inteira.

Eu acho que, na minha ótica, no meu pensamento, as reformas verbalizadas pelo Eduardo Campos, pelo menos aquelas que ele falava e falou nas suas últimas entrevistas, são reformas necessárias ao País. Ele pregava a conciliação ética, a conscientização política, a transparência pública, a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética e o Governo deste País, por ideias e por projetos e não por um presidencialismo de coalizão que vai apenas cooptando, inchando o governo e trazendo um governo ineficaz, portanto incapaz de completar a obra da abolição, que era uma grande utopia da cidadania universal, dos brasileiros, não apenas dos negros, mas de todos aqueles que são cidadãos brasileiros.

Eu trago comigo aqui um livro do Prof. Vamireh Chacon, da Universidade de Brasília, publicado pelo Senado, *Joaquim Nabuco, revolucionário conservador*, o que parece uma contradição, mas foi, digamos, uma expressão utilizada por Gilberto Freire. Na verdade, o revolucionário conservador é aquele que faz as reformas através das instituições. Nesse livro, o Prof. Chacon cita uma obra de Joaquim Nabuco sobre um trabalho de um americano, chamado *Henry George: nacionalização do solo*. Na verdade era uma ideia precursora do que hoje é o Imposto Territorial Rural. Eu acho que deve haver gente mais qualificada do que eu para falar sobre o estado do Brasil hoje a esse respeito.

Eu lembro que Gilberto Freire tem um livro pouco conhecido chamado *A Rurbanização*, em que ele fala da integração do mundo urbano com o mundo rural. Eu acho que a pacificação do mundo rural, a regularização

fundiária do mundo rural e uma conversa política de entendimento de todos os setores da Nação é muito importante para seja quem for o mandatário da Nação, que será o Presidente da República no próximo mandato.

Como sou amigo dos livros, vou ler aqui um breve e belo texto do Nabuco sobre a utopia, citado pelo Prof. Vamireh:

Utopias generosas, entretanto, nunca fazem mal. O que elas têm de impraticável fica esperando indefinidamente pela sua hora. Mas o sentimento que as inspirou e os impulsos que elas criam concorrem sempre para realizar algum bem.

Eu trouxe aqui, Senador, depois gostaria de lhe mostrar, um exemplar originado da tese Joselice Jucá, que foi funcionário da Fundação, sobre André Rebouças e a reforma agrária. Para não me estender, como sou amigo dos livros, acho que o importante aqui, quando nos remetemos a Nabuco, ver o que ele dizia com a lente da nossa época, e nós vamos atualizar.

Eu acho que este parágrafo final de *O Abolicionismo*... eu li um parágrafo inicial do prefácio, mas um dos parágrafos finais de *O Abolicionismo*, no capítulo “Necessidades da Abolição. Os perigos da demora” é um parágrafo que se aplica hoje.

Quando o senhor fala em completar a abolição, qual o perigo da demora em fazê-lo? Então, eu leio:

Estude-se a ação sobre o caráter e a índole do povo de uma lei do alcance e da generalidade da escravidão; veja-se o que é o Estado entre nós, poder coletivo que representa apenas os interesses de uma pequena minoria e, por isso, envolve-se e intervém em tudo o que é da esfera individual, como a proteção à indústria, o emprego e reserva particular, e por outro lado, abstém-se de tudo o que é da sua esfera, como a proteção à vida e segurança individual, a garantia da liberdade dos contratos. Por fim, prolongue-se pela imaginação por um tão longo prazo a situação atual das instituições minadas pela anarquia e apenas sustentadas pelo servilismo, com que a escravidão substitui, ao liquidar-se respectivamente, o espírito de liberdade e o de ordem. E diga o brasileiro que ama a sua Pátria se podemos continuar por mais 20 anos com esse regime corruptor e dissolvente.

Encontro aqui, Senador, no livro, mais uma vez do Prof. Vamireh Chacon, uma referência a um discurso de Joaquim Nabuco, de 15 de outubro de 1888, portanto, após a abolição da escravatura – a escravidão era um regime social –: “O verdadeiro meio de salvar as instituições é exatamente adiantar-se no caminho das reformas. É caminhar resolutamente pelo estrada das grandes reformas populares”.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Augusto Sérgio dos Santos.

O SR. AUGUSTO SÉRGIO DOS SANTOS DE SÃO BERNARDO – Boa tarde, membros da Mesa: Pedro Nabuco; Prof. Hélio Santos; Hamilton; José Tomas Nabuco; Sionei Leão; Presidente desta audiência, Senador Cristovam Buarque.

Quero, aqui, também – inclusive aproveitar para deixar um grande abraço de um amigo comum, Dr. Mário Nelson, grande irmão nosso da Bahia – dizer que, hoje, esse minuto de silêncio é corroborado também com o fato de homenagearmos um outro pernambucano. Refiro-me aos 104 anos de nascimento de Joaquim Nabuco. Isso nos dá uma dimensão de como o Nordeste pensa o Brasil, para aqueles que acham que o Nordeste não tem contribuição para a estruturação da Nação brasileira.

Eu já inicio dizendo justamente isto: sou professor, milito no movimento negro brasileiro, e diria que a grande contribuição de Joaquim Nabuco para o Brasil foi ter iniciado a aposição de um tema muito caro para nós nos séculos 20 e 21 já no século 19, ou seja, colocar o tema “escravidão” como um tema nacional.

Nós costumamos nos referir a autores no século 20, como o Prof. e ex-Senador Abdias; nos referimos ao Prof. Florestan Fernandes, nos referimos também a Octavio Ianni como autores, pensadores do Brasil, que colocaram essas questões e, em especial, o tema da escravidão. É impossível pensar o Brasil, interpretar o Brasil, fazer história social do Brasil sem colocar o tema escravidão.

Vejam bem: fomos fazer uma pesquisa e encontramos uma vasta obra de um pensador em meados do século 19, pensando o Brasil para além do regime político, porque esse é um dado importante para nós. Parecia mesmo que a escravidão já era um regime em si, que enfrentava o debate sobre a superação da monarquia e o aparecimento da República. Todos sabem das aproximações e de uma certa dificuldade ou ambiguidade desses pensadores – e o próprio Joaquim Nabuco não esteve distante – de não imaginar que apenas a superação, a mudança de um regime resolveria a questão da escravidão. Por isso mesmo se fala de uma certa hesitação desses pensadores em se posicionarem à frente daquelas reivindicações republicanas colocadas no final do século 19.

Eu queria dizer com isso que o tema da escravidão era muito caro para pensar um Brasil – e nós do movimento negro atualmente sabemos que pensar o Brasil passa por pensar a categoria da raça e passa também pela categoria da pobreza –, imaginem, senhores e senhoras, que o próprio Joaquim Nabuco, caro Senador Cristovam Buarque – o senhor também abraça o tema do analfabetismo –, na verdade, já tinha colocado que as duas grandes tarefas para superar os dilemas da doença social brasileira da escravidão eram justamente a abolição e o fim do analfabetismo. Eu diria mesmo que o senhor, de certo modo, está continuando essa obra ao trazer para nós dois temas que dialogam com raça e pobreza. E digo aos senhores mais: todas as discussões de políticas públicas que estamos fazendo nos últimos anos no País passam justamente pelas polêmicas das ações afirmativas, sejam elas de inspiração racial, sejam de inspiração social, como se nós já soubéssemos profeticamente o que nós devemos fazer para fazer realizar um país de iguais.

Eu diria que estudamos muito pouco os nossos próprios autores nacionais para entender o nosso próprio País. E agora – e fiquei muito feliz –, por conta da Lei nº 10.639, nós estudamos. Nessa questão, o Joaquim Nabuco tem o grande mérito de ter reivindicado, já naquela época, o fato de nós tratarmos uma questão militar no Brasil, uma questão religiosa no Brasil, mas não discutirmos a questão racial no Brasil. Isso já naquela época, juntamente com André Rebouças e com Teixeira de Freitas, que, aliás, apontou a necessidade de se instituir um código negro ou afirmava que existia um código negro no Brasil.

Não existiu uma lei que firma o regime da escravidão, mas existiram diversas leis que tentaram acabar com ela. Quer dizer, desse acordo tácito que resultava em um regime de iniquidade no Brasil todos admitiram a existência, mas era muito difícil acabar apenas por decreto. Este também foi um grande sintoma observado por Joaquim àquela época: a insuficiência de se acabar com a escravidão por decreto no Brasil. Isso é algo que fica como inspiração para pensarmos a superação de uma escravidão que ainda se perpetua.

Quero dizer que ainda se perpetua, Sr. Pedro Nabuco, porque – ouvi o que o senhor trouxe para nós e concordo – o conceito que Joaquim Nabuco emprestava à escravidão, à abolição é um conceito muito mais vasto; ele alargou a semântica do conceito da escravidão. Então, se formos compreender a escravidão à luz do que Nabuco nos inspirou, estamos ainda no regime de escravidão. Se nós entendermos que o Brasil se constituiu neste País com um chaga com que outras contradições, outras iniquidades se explicam, então, em verdade, parte da chaga da escravidão se perpetua não só no racismo, mas nas desigualdades regionais, na pobreza, na corrupção, em outras mazelas que nós conhecemos. Desse modo, quando ele alarga o conceito do que é uma abolição no Brasil, está dizendo que nós precisamos fazer amplas reformas políticas. E essas amplas reformas políticas perpassam a eliminação da escravidão instituída, que acabou por decreto em 1888.

Eu sei muito bem que, mesmo com a lei de 1871, que é a chamada Lei do Ventre Livre, e que, de uma certa forma, já passou a ser um grande avanço para diminuir o que pode se chamar dessa chaga de escravizar, de um homem escravizar um outro homem, ele já dizia, realmente, que nós não devíamos esperar muito. Ao dizer que não devíamos esperar muito, ele sabia que, na conjuntura mundial, vamos nos tornar o último país a fazer esse processo.

Mas eu também concordo quando o Prof. Vamireh Chacon, que inclusive foi meu professor aqui na UnB, coloca uma dose de uma postura revolucionária, mas também uma dose de conservadorismo. Eu tenho observado, porque faço parte da Ordem dos Advogados do Brasil na seção Bahia e, por conta de buscar as origens da instituição da Ordem dos Advogados, nós vamos encontrar o Instituto dos Advogados do Brasil. E, no interior do Instituto dos Advogados do Brasil, um grande debate se deu. Eu costumo inclusive provocar, caro Senador, os advogados, porque os advogados discutiam, no século 19, a escravidão, e hoje não a discutem. Os advogados discutiam racismo, discutiam a colonização, discutiam saídas para o Brasil a partir da sua realidade social, e hoje não discutem mais. Acham até que não é papel de uma ordem profissional fazê-lo. Então, eu estou aqui justamente reivindicando, como Joaquim Nabuco, não só no Instituto dos Advogados do Brasil, na Associação Brasileira de Letras, na sua sociedade antiescravidão, ou seja, um conjunto de instituições que pensavam o Brasil a partir de um elemento formalizado como definidor das suas desigualdades.

Eu me lembro que parte dos debates que nós fazemos, e nós lembramos muito não só o André Rebouças, mas lembramos também o Luís Gama, como abolicionistas radicais. Os debates que eram feitos naquela época eram debates que podem ser recolocados para o século 21, e podemos dizer que todos eles são debates extremamente atuais. Por quê? Àquela época, já se discutia o que fazer do negro pós-abolição. Neste exato momento, nós queremos também discutir o que é que nós vamos fazer do negro no cenário de política pública e de ação afirmativa, que de uma certa forma insere o negro em uma mobilidade social mais substantiva, mas o racismo não acabou. Não adianta, então, acabar com a escravidão. Política pública de Estado tem sido insuficiente para acabar com o racismo. Esta é uma doença tão embrenhada, tão impregnada na sociedade, que nós diríamos que teríamos que fazer, talvez, uma refundação, para poder encontrar elementos de possibilidade de superação dessa grande chaga.

Através de Joaquim Nabuco, nós podemos discutir a economia da escravidão. Podemos estudar o abolicionismo como estruturador da reforma política primordial. Podemos discutir a insuficiência da solução legal. Podemos discutir também a questão da africanização do Brasil pela escravidão. O que ele produziu na sua obra *O Abolicionismo*, como influência da escravidão, tem como ser repensado em um novo Brasil, a partir dessa dimensão.

Eu diria, então, que neste exato momento, nós estamos dizendo que a insuficiência que explica a pobreza no Brasil tem sido insuficiente para produzir políticas públicas. Neste exato momento, a discussão de preconceito de classe sem preconceito racial – que veio de uma primeira linhagem de pensadores que podiam imaginar que a discussão de classes poderia superar a questão racial – também não se deu como elemento superador do racismo no Brasil. Nós estamos, neste exato momento medindo ou tentando entender como é que esses fenômenos podem ser superados a partir de novas perspectivas emancipatórias.

Eu diria, para finalizar, que a inspiração de Joaquim Nabuco é muito presente para nós, porque ainda temos uma grande dificuldade, justamente no interior desta Casa Legislativa, de colocar o tema da escravidão como um tema transversal. Então, todas as políticas públicas seriam mesmo inspiradas a partir do momento de se pensar a superação de qualquer tipo de tratamento vinculado à diferença de sua origem étnica, racial, civilizatória. Esse desafio do Brasil é o desafio, portanto, de todos nós.

Por último, mais uma inspiração do Joaquim Nabuco, que eu trago para o debate nacional. Ele dizia: “Eu não escrevo para os negros. Eu escrevo para o restante da sociedade, para os não negros.” São eles que precisam entender o que significa a obra da escravidão como elemento estruturador da desigualdade.

Esse, na verdade, seria, então, um assunto que nos poderia dar elementos para instituímos possibilidades novas.

Estamos, neste exato momento.... Ouvi o Sionei falar da instituição de um fundo nacional. Eu diria até que já temos razoavelmente algum tipo de recurso, temos algum tipo de representação no sistema político, mas nós ainda não enxergamos por que ainda vige entre nós este debate: se nós queremos nos apresentar com essa cara, se nós aceitamos a cara que nós temos. Esse orgulho de aceitar a nossa própria cara como elemento definidor do nosso povo – e sobre isso Joaquim Nabuco já falava naquela época – ainda está na ordem do dia.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador José Eduardo, o senhor tem todo o privilégio de falar na hora em que quiser como Senador desta Casa.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu sempre falo com minhas netas antes de vir para cá. Hoje, de manhã, conversei com minha neta de 12 anos e falei que vinha assistir a uma audiência pública sobre Joaquim Nabuco. Ela não sabia quem ele era. E eu lembrei, e faço questão de colocar aqui, a preocupação de V. Exª com a educação neste País. É uma menina que está num curso, que é uma ótima aluna. Mas, nos colégios, nunca falaram disso.

Lendo a cronologia da vida de Joaquim Nabuco, desde o primeiro item até o último, eu só me lembrei de V. Exª. Tenho a certeza de que o senhor é, sem dúvida, o Joaquim Nabuco das próximas gerações. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Prof. Hélio Santos.

O SR. HÉLIO SANTOS – Boa tarde a todos!

Eu quero falar, Presidente Cristovam Buarque, da absoluta honra de estar aqui hoje debatendo esse tema. Quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, à Senadora Ana Rita e a V. Exª, por esta oportunidade.

Eu preciso, primeiro, falar bastante rapidamente de 1986, quando conheci, então, o jovem reitor Cristovam Buarque. O Senador ainda é um homem forte, mas, naquela época, ele era o que nós, em Minas, chamávamos de menino. Ele era o reitor da UnB.

Na Comissão Arinos, célebre comissão que debateu o esboço da Constituição brasileira, nem todos eram juristas. Então, lá havia economistas, lá estavam Walter Barelli, Cristovam Buarque, Celso Furtado. E eu, não tão brilhante quanto os demais, estava lá debatendo aquele importante momento da vida do Brasil, que, de certa forma, deixou linhas para aquilo que seria depois a Constituição, construída em 1988.

Então, quero trazer essa lembrança. Somos conhecidos há muito tempo, na época em que V. Exª exercia o seu reitorado na UnB.

O nosso tema é: “O que deve ser feito para se completar a abolição da escravidão?”

Quando os historiadores comentam que nosso País é um País inconcluso, em larga medida, eles estão se referindo a essa escravidão longa.

Eu me esqueci – perdão! –, ao cumprimentar o Senador, de cumprimentar o Sionei, que conheci menino em Mato Grosso do Sul; o Hamilton Silva, o nosso Secretário; os descendentes de Joaquim Nabuco, Pedro e José Tomas; e também o amigo Augusto São Bernardo.

O Pedro, eu o vi numa dessas madrugadas. É pena esses programas passem... Era uma entrevista importante que você dava, era exatamente um filme, um documentário, sobre Joaquim Nabuco. Gostei muito da sua fala naquela ocasião, como gostei hoje. Então, é pena que esses programas importantes sejam passados numa hora... Eu estava com insônia e pude conhecê-lo. Foi uma oportunidade.

O nosso Senador hoje comentou que tem uma neta que estuda numa escola com qualidade pedagógica e que lá não se fale de Joaquim Nabuco.

É muito difícil decifrar o que o Brasil é hoje sem conhecer figuras como foram Joaquim Nabuco e outros Joaquins Nabucos. Podemos pensar também em André Rebouças. Enfim, é difícil decifrar o Brasil hoje sem se conhecer essas figuras. Isso também questiona a educação brasileira. Se a gente quer mudar o que o Brasil é, o desconhecimento dessas figuras impede que a gente possa decifrar o que o nosso País é.

Para responder essa pergunta tão instigante, nós não temos como não abordar a história do nosso País.

Vejam, nesse meio milênio de história, 350 anos vigeram sob o signo da escravidão. O que significa isso? Para cada dez anos de Brasil, sete ocorreram sob o signo da escravidão. Imaginar que, hoje, isso não impactasse o que o Brasil acabou sendo?

Por isso que é muito complicado quando se discute desenvolvimento no Brasil. Os desenvolvimentistas, os especialistas não trazem essa variável. Isto é cientificamente absurdo: alguém discutir desenvolvimento sem trazer essa variável. Mas na academia, sobretudo, os economistas discutem desenvolvimento por dias, horas. Os economistas estrangeiros trazem, sim, essa variável para toda a América Ibérica. Mas os daqui, não. Isso mostra a invisibilidade que o tema tem. Estou me referindo à gente letrada, estou me referindo a todos os Ph.Ds. com pós-doc no exterior, brasileiros. Então, estou me referindo a quem realmente tinha que ser capaz de decifrar o que o nosso País é.

De 1534 a 1888, foram 354 anos. O Brasil foi o País que recebeu o maior número de negros escravizados raptados da África. Estima-se que dez milhões de pessoas foram extraídas da África. Quatro milhões vieram para cá. Isso significa 40% de todo o grupo que foi raptado da África.

Reparem que, segundo o IBGE, os afrodescendentes aqui representam pouco mais da metade da população. Os Estados Unidos, que tiveram um escravismo forte, representam 13%. Lá, a escravidão durou 110 anos a menos que aqui. Começou depois e terminou antes. É evidente que esse um século de diferença impacta no que nós somos. Nós tivemos o escravismo colonial mais longo. O Brasil foi o último. Quer dizer, a escravidão esboroou-se por si própria. Foi muito difícil, e hoje me assusta.

Quando leio os argumentos daqueles jornais em Português arcaico para que a abolição não acontecesse, há absoluta semelhança com os argumentos hoje contra as ações afirmativas. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO SANTOS – A diferença está no Português, que era arcaico. Impressionante! Como sou espiritualista, estou convencido de que alguns escribas são reencarnações daquela época e não aprenderam. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO SANTOS – É impressionante a forma com que realmente não se entende que essas políticas buscam fazer com que o País tenha um outro jeito de funcionar.

A Lei nº 3.353 é a lei que acabou com a escravidão. Talvez seja, Sérgio – você que é advogado –, a peça jurídica mais lacônica da história jurídica do Brasil.

Imaginem vocês! Essa lei tem o primeiro artigo que diz: “Declara-se extinta [em Português arcaico] a escravidão no Brasil.

Parágrafo único: Revogam-se as disposições em contrário.” Nada mais! Reparem vocês que não há nem um segundo parágrafo que dissesse o seguinte: “O Império vai, durante seis meses, designar uma comissão que vai – convidando pessoas, como Nabuco e outros – pensar em políticas para aproveitar esses talentos que até então construíram o País.” Nada!

Reparem que essa forma trai aquilo que Nabuco queria, aquilo que Rebouças queria. Quer dizer, acaba-se com a escravidão em uma penada. Há três séculos e meio a escravidão era uma instituição forte neste País. Acaba-se em uma publicação no *Diário Oficial*.

O dia 13 de maio não me importa. O dia seguinte, o dia 14 de maio de 1888. Vamos fazer um esforço e retornar a esta data: 14 de maio de 1888, pela manhã. As pessoas ainda comemoravam nas ruas do Rio de Janeiro. Esse dia seguinte é o dia mais longo do Brasil. Ele nos alcança hoje, aqui, agora, nas favelas, nas cadeias... (*Palmas.*)

É o dia que está aí.

Portanto, aquele vaticínio de Nabuco de que a escravidão nos perseguiria muito tempo está aí. Foi algo que ele previu. E previu exatamente pela forma como a abolição se deu.

Reparem também no texto. Eu não sou especialista, mas os juristas hão de convir que o texto da lei diz muito a respeito do espírito do legislador. Não houve abolição; declarou-se “extincta” a abolição. Declarar é diferente de abolir. Então, o texto da lei fez com que três séculos e meio de trabalhos forçados terminassem assim.

Nesse mesmo momento, o Brasil desenvolvia uma política que eu reputo importante, que era a política de imigração. Talvez só os Estados Unidos tenham tido uma imigração europeia do porte da nossa. Algumas pessoas pensam que são apenas portugueses. São espanhóis, italianos, poloneses, alemães, russos. Recentemente, entendeu-se que recebemos eslavos por conta da Presidenta Dilma Rousseff, cujo pai era eslavo. Mas nós recebemos uma imigração europeia importante. E eu não gostaria de viver em um país só de negros e de índios. Esse imigração foi importante. Aportou-se dinheiro. O escândalo é não ter sido feito o mesmo com quem já estava aqui há três séculos e meio e os indígenas.

Portanto, essa diversidade não se completou porque não houve a sinergia que toda diversidade traz, porque os talentos foram aproveitados diferentemente.

Hoje, o Sérgio São Bernardo mencionou que a questão da raça envolve inclusive diferenças regionais. Muitas pessoas, sobretudo as preconceituosas, não sabem por que o Nordeste é a Região que derradeiramente se desenvolve e por que foi a mais pobre? O Brasil começa no Nordeste; quando se percebe o talento e a força do nordestino. Uma das causas de o Sul e o Sudeste terem crescido mais é terem um número menor de negros, apesar de no Vale do Paraíba a escravidão ter campeado solta. Os paulistas que estudam São Paulo sabem que São Paulo sai como locomotiva econômica graças ao café. E o café é resultado direto da escravidão, essa dívida do Rio, de São Paulo e de Minas com a população negra.

A maior parte da população preta e parda está no Nordeste brasileiro. No Sul, por exemplo, em 1822, para onde foram os alemães? São Leopoldo. As pessoas receberam terra, dinheiro, exigiram que as crianças se alfabetizassem e aprendessem em alemão. Eu sou totalmente favorável a essas políticas. É isso mesmo. Eram imigrantes empobrecidos, que vinham da Europa se estabelecer em nosso País.

Costuma-se dizer, Senador, que vieram para cá os europeus pobres. Não é verdade. Vieram os mais pobres. Os europeus pobres ficaram lá. Aqueles que tinham casa, que tinham alguma condição ficaram lá. Vieram os mais pobres. Mas eu acho que essa é uma aliança santa. Foi bom que tivessem sido esses. Essas pessoas têm muito mais força, muito mais criatividade diante das adversidades.

Não fosse esse golpe, exatamente da forma como a abolição se deu, Pedro, e nós teríamos, incrustado aqui nos Trópicos, um país talvez com o perfil da Escandinávia, do ponto de vista do desenvolvimento. Mas nós não fizemos isso. Os talentos não foram aproveitados.

Eu quero me referir aos talentos, porque onde o talento negro não é vetado, ele acontece. Nós falamos aqui em ação afirmativa na universidade, mas os escravos eram proibidos de se alfabetizar. Sempre houve um embate buscando a educação por parte da população negra.

O futebol, apesar do desastre desta Copa... É sim, mas nós fomos pentacampeões e fomos vice duas vezes... , Então, o futebol é a única área em que a população negra não foi vetada. Sabe por quê? Porque, no futebol, se houver talento, eu invisto nele. Isso fez com que o Ronaldo Fenômeno tivesse um ano de alimentação e treinamento em Belo Horizonte, no Cruzeiro, porque ele era um garoto raquítico. O mesmo se deu com o Zico, que é branco. Ou seja, no futebol, se você tem talento, eu vou buscá-lo onde você estiver; eu invisto em você.

E vocês poderão dizer: “Mas esse professor confunde talento, ciência com futebol.” Para jogar bola você tem que ter criatividade, senso de antecipação, velocidade e raciocínio, tudo aquilo que um educador reconhece como uma pessoa inteligente. No futebol e na música, o negro não foi vetado. Mundialmente, nós somos reconhecidos nessas áreas, mas não ganhamos, até agora – nós que somos acadêmicos, Senador –, um prêmio Nobel sequer em Economia, em Medicina, em Matemática; não ganhamos. Apesar de vetarmos a universidade, entendendo que a excelência é o que nós temos, mas, na concorrência pesada, não temos tido o sucesso que temos no futebol, que é uma área em que a população negra sempre esteve.

Esse dia seguinte, que é o dia mais longo da nossa história, como reverter, como cortar esse dia tão longo? O nosso País se modernizou, mas o nosso País não tem muito a ver com a modernidade. São coisas distintas.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO SANTOS – Uma agência inglesa diz que, em 2027, seremos a quarta economia do mundo. Na nossa frente, estarão apenas, nesta ordem, China, Estados Unidos e Índia. Seríamos a quarta nação do mundo. Ou seja, nós conseguimos crescer excluindo, e isso é difícil dentro da ótica capitalista.

Fabricamos os melhores jatos de porte médio do mundo. É um orgulho chegar a San Francisco, que é a região mais rica do mundo, e ver os nossos jatos ali, daqueles grandes executivos, jatos feitos em São José dos Campos. Este mesmo País que produz os jatos não treina as mulheres pobres para ferverem água, impedindo que as crianças morram, ainda hoje, de diarreia. O que justifica essa assimetria, essa capacidade grande, tecnológica de um lado e, do outro lado, nada, a não ser 350 anos de escravidão? O resultado é esse.

Nós crescemos sim, mas não conseguimos incluir. Há uma dificuldade. O Ipea, o PNUD, o IBGE, o Banco Mundial, todos esses órgãos, com estudos de excelência, comprovam que a desigualdade no Brasil tem cor e que, evidentemente, pede uma resposta.

Em 1996, aqui em Brasília, foi criado o GTI, o grupo de trabalho que propôs pela primeira vez essas políticas públicas para a população negra. E a nossa agenda, Pedro, se inspirou em Joaquim Nabuco, nesta afirmação dele de que mais importante do que acabar com a escravidão era esgotar os efeitos dela. E nós não conseguimos trazer contemporaneamente essa ideia sem políticas de ação afirmativa.

Nada mais desigual do que tratar todos igualmente. Quem quiser manter estruturas iníquas e desiguais basta tratar todos da mesma forma. Historicamente não foi isso que aconteceu. Portanto, as políticas de ação afirmativa são tentativas de reduzir essas distâncias que não são só sociais, são sociorraciais.

E como o Sérgio de São Bernardo pontuou, elas são insuficientes. Porque, se por um lado elas reduzem essas distâncias, o estigma... Você não quebra estigma aqui. Está envolvido pelo racismo, que é uma construção de três séculos e meio. Ninguém nasce racista. As crianças não nascem assim.

Há pouco tempo, um diplomata já aposentado, aqui de Brasília, me dizia: “Hélio, a minha neta perguntou a minha mulher, no Rio de Janeiro – uma menina muito inteligente, uma menina de cinco, seis, anos –: ‘Vovó, por que todos os pobres que eu vejo aqui são negros, são pretos?’” Eu não estou dizendo que não haja pobres brancos. Mas essa criança... E a avó não soube responder. Mas a menina via sempre esses pobres, e isso chamou a atenção dela. Quer dizer, as ações afirmativas buscam reduzir, trazer esse encaminhamento que Joaquim Nabuco propôs, que era esgotar os efeitos da escravidão.

Portanto, a resposta para: “O que deve ser feito para completar-se a abolição?”

Primeiro, as pessoas não nascem racistas, elas se tornam.

Se nós pegássemos um grupo de crianças recém-nascidas e elas fossem trazidas para uma ilha, tivessem educadores que trabalhassem com elas, essas crianças se notariam diferentes, o oriental se notaria com o olho e com cabelo diferentes; o cigano; o índio; o negro... Essas diferenças físicas seriam insuficientes para fazer com que eles discriminassem um ao outro. Ou seja, as pessoas não nascem, elas se tornam. Você, Sionei, que é do Mato Grosso do Sul, sabe, daquela banca célebre de mestrado de que participei, da professora que estudou na pré-escola o efeito do racismo. Ela não sabia porque as crianças, as meninas, todas negras, queriam ser brancas e só queriam bonecas loiras. Aí, ela foi encontrar essa resposta para crianças ainda não alfabetizadas nos programas de TV, em que você tinha as quatro fadas que apresentavam o programa infantil naquela época todas loiras, as que não eram loiras tingiam para ficarem loiras. As crianças não sabiam ler, mas a criança vê e sente. Portanto, nós temos que pensar, Senador, numa pedagogia reversiva efetiva que beneficie, que faça com que a neta do Senador, desde cedo, conheça a figura e o ideal desse homem chamado Joaquim Nabuco e de outros. Sem isso, sem esse conhecimento... As ações afirmativas vão trazer o negro para a universidade, vão fazer com que os concursos públicos possam trazer mais negros, mas não vão esgotar essas dificuldades que são estruturais e que se referem a um estigma construído ao longo de três séculos e meio.

Então, além da parte educativa, é necessário também pensar em dinheiro. Realmente, recursos... É muito difícil quando se fala em dinheiro. Um fundo racial foi vetado quando se discutiu o Estatuto. Eu noto a dificuldade, mas qual a chance que nós temos de ir ao BNDES? O BNDES é hoje um banco que supera o Banco Mundial. Acho que ele é importante para o desenvolvimento do Brasil. Como acessar o BNDES e buscar um novo tipo de desenvolvimento? Eu não discuto há muito tempo racismo e discriminação racial, eu discuto desenvolvimento. Como a questão etnorracial impede que tenhamos um desenvolvimento, Pedro, com sustentabilidade moral, porque as distâncias aqui são de um tal porte que temos que discutir um novo tipo de sustentabilidade. Essa coisa do *triple bottom line* – sustentabilidade econômica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental – é insuficiente para decifrar o Brasil. (Palmas.)

Elas são muito burocratas. Então, eu penso que a ideia do desenvolvimento, Senador, para V. Ex^a que, além de educador, é um economista... Gostei hoje quando colocou o senhor... Repare que hoje é o dia realmente de Pernambuco, porque Joaquim Nabuco era Pernambucano, o nosso Cristovam Buarque também e nós fizemos aqui um minuto de silêncio a Eduardo Campos, cujas últimas palavras públicas o senhor lembrava, estavam no artigo da *Folha*, e eram que não desistam do Brasil. Desistir do Brasil é deixar de enfrentar o Brasil de carne e osso tal qual ele é, porque desenvolvimento nós temos e vamos continuar a ter. Há um setor no Brasil moderno, moderníssimo, basta visitar nossos aeroportos, nossas fábricas e nossas universidades, estão no mesmo patamar dos de outros grandes países, mas, ao mesmo tempo, nós temos pobreza que estão empedradas e o IDH evidencia: a pobreza tem cor. Houve uma feminização da pobreza, mas houve também o enegrecimento. Índice de Desenvolvimento Humano pode ser medido por cidade, por região e por raça.

Eu queria concluir aqui a minha fala. Falou-se do perigo da demora. Esse perigo, Pedro, já acontece. O Brasil é um país muito violento. Nós nos assustamos com as mortes que acontecem nas pequenas guerras que ainda existem pelo mundo e deixamos de contabilizar as mortes dos fins de semana.

Em São Paulo, sempre peço aos alunos, quando dá dez horas da noite, na sexta-feira, eu digo: “Parem o relógio, porque 48 horas depois, às dez horas do domingo, você terá aqui, no IML – hoje não sei o número –, de 15 a 25 jovens negros que estarão mortos e que agora estão vivos.” Isso se repete toda semana, estou-me referindo a jovens.

Há uma espécie de anestesia moral nossa com relação a isso, porque, para mim, a morte de qualquer jovem é uma violência. Quando algum jovem da classe média alta morre de uma maneira absurda, nós vestimos branco, protestamos, e eu também protesto, mas me impressiona a maneira calma com que está “inercializada” na nossa consciência a morte de jovens negros todos os fins de semana no Brasil, tendo sido necessário um programa, o Juventude Viva, que é, talvez, o legado mais pesado da escravidão, pela insensibilização que acabou havendo em relação àquilo que está ligado à questão negra.

Esses três séculos e meio geraram não só estigmas. Há doenças da população negra, como a pressão alta e outras, que a medicina não consegue decifrar, mas que são legados de quem trabalhava, no Vale do Paraíba, por exemplo, 15 ou 16 horas por dia, semana solteira, sem sábado e domingo. Pessoas morriam com menos de 40 anos. Hoje, nós que somos descendentes não sabemos realmente a repercussão disso do ponto de vista não só da saúde mental, mas da saúde física.

Portanto, eu penso, Senador, que o que nós temos que fazer hoje para completar a abolição é nos inspirarmos naquilo que os abolicionistas colocaram. Nós não temos que inventar a roda. Apesar de ter mais de um século, está aí. Não adianta terminarmos com a escravidão. Quais os efeitos? São vários, e nós temos que enfrentar com competência. As ações afirmativas são apenas uma das medidas. É necessário muito mais: investir na educação e, muito mais, na beleza do nosso povo.

Eu gosto da Universidade, mas, quando eu ia à UnB do passado...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO SANTOS – ... – estou terminando –, eu não via negros e indígenas ali, no pátio. Hoje, quando sou convidado para ir a uma banca ali – eu quero fazer uma observação subjetiva –, eu vejo que, inclusive, ficou mais bonito: você vê meninas indígenas, você vê negros com seus penteados. Ficou até esteticamente melhor. Não vou falar nem que ficou moralmente melhor. Antes, era como um cardume: tudo muito parecido. Quem é campeã nisso é a USP, onde eu estudei. *(Palmas.)*

A Faculdade de Economia da USP era um cardume: todos os jovens pareciam parentes, todos se conheciam, eram da mesma classe social, vinham dos mesmos colégios particulares. Era uma patota. Então o Brasil tem que quebrar isso.

Eu quero cumprimentar o Senado da República. É uma honra estar aqui respondendo a essa questão. Eu gostaria que esta tarde pudesse realmente inspirar iniciativas que possam ir ao encontro daquilo que Nabuco e outros abolicionistas vaticinaram. Nós não temos que reinventar a roda. Isso já está colocado. Então, não vamos desistir do Brasil. Não desistir do Brasil é enfrentar o Brasil tal qual ele se apresenta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu queria pedir licença a V. Ex^a porque tenho um compromisso e pedir desculpa à Mesa e aos presentes. Saio, mas com vontade de ficar, porque esta é uma grande audiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós agradecemos sua presença, Senador.

Eu estava pensando em falar só no final, mas não posso deixar de fazer alguns comentários, Prof. Hélio, no que se refere às cotas e à cor da cara da elite brasileira.

Quando eu fui reitor, Sionei, eu comecei a ser um defensor das cotas. Estou falando de 1986. Eu circulei na UnB com uma professora da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, e, como eu costumo dizer que a nossa escola pública é uma vergonha quando comparada às escolas públicas de outros países e que a desigualdade entre nossas universidades e as do resto do mundo não é tão grande – a grande dificuldade é a cara das escolas –, perguntei a essa professora o que ela via de diferente no *campus* da UnB comparado com o *campus* de Stanford. Eu imaginava que ela iria dizer que não via diferença, pois, afinal de contas, é parecido. E ela olhou e disse: “Aqui eu não vejo negros”. Nos Estados Unidos já tinha, em grande parte pelas cotas, mas não só pelas cotas.

Além disso, e tem a ver muito com o que eu vou falar no final, o Prof. Augusto trouxe isto, talvez nosso problema da escravidão seja nos livrarmos da escravidão como nós vemos o mundo. As pessoas se dizem contra cotas para negros sem perceber que só se entra para a universidade com cotas, em geral cotas financeiras. Você compra a vaga porque pôde pagar por uma boa escola ao longo da sua educação de base. É uma cota! É cota para quem tem uma renda superior a tanto e que é capaz de pagar por uma boa escola – com exceções, obviamente, de alguns gênios, de alguns “ultraligados” que conseguem quebrar esse bloqueio e usar o seu talento.

Então, não estão vendo a realidade. E isso, eu creio, é uma parte importante de uma audiência como esta, ou seja, tentar mostrar uma realidade que as pessoas não veem. Ninguém percebe que entrar em uma universidade porque pôde comprar a vaga pagando por uma boa escola é cota. Só não seria cota se fosse por puro e simples talento com o qual se nasceu. Não existe isso. O talento se adquire! No futebol, porque a bola é redonda para todos.

A elite brasileira, felizmente, não teve a ideia de dizer: “Para menino rico, a bola é redonda; para menino pobre, a bola é quadrada”. (*Risos.*)

Eu tenho até medo de dar essa ideia. (*Palmas.*)

Sim; tenho medo de dar essa ideia!

Mas não faz tanto tempo assim era proibido negro jogar futebol; daí, inclusive, a ideia do pó de arroz que se atribui a um time de futebol no Rio. Era porque os moreninhos pintavam a cara com pó de arroz para parecerem brancos. No meu time em Recife – e eu fico até constrangido com isso, mas paixão por futebol ninguém pode ideologizar –, era proibido jogadores negros. Essa regra só se quebrou com o treinador Gentil Cardoso, nos anos 60, ou seja: 80 anos depois da Abolição da Escravatura! Então, o futebol quebrou com isso.

Agora, imagine se a gente colocasse para valer no futebol o que a gente coloca para valer na universidade: você tem que ter dinheiro para comprar uma vaga nas boas universidades, porque precisa passar por uma boa escola. Quantos gênios nós não teríamos perdido no futebol? Logo, quantos gênios nós não perdemos na cultura universitária? Quantos?

E, aí, eu quero lembrar que não temos nenhum Prêmio Nobel, mas nós temos, pelo menos, dois que foram laureados com prêmios compatíveis ao Nobel. Um deles, um negro, Milton Santos, que recebeu um prêmio na geografia que corresponde ao Nobel; e, agora, esse jovem que ganhou um prêmio que corresponde ao Nobel da matemática. Contudo, este passou pelas mais caras escolas do Rio de Janeiro. Senão, teria tido dificuldade de fazer isso.

Então, estou me adiantando porque há perguntas aqui de um preconceito tão grande sobre as cotas que não me controlei e, aproveitando a sua fala, decidi dar a minha opinião.

Quem entra nas universidades caras, no Brasil, em geral, é beneficiado pela cota financeira, por ter podido pagar por uma boa escola na educação de base. E não veem isso! Não veem!

Bem, dito isso, passo a palavra ao nosso querido Hamilton Pereira, dizendo que ele tem a capacidade de ver o que a gente não vê, porque é isso que fazem os poetas: veem o que a gente não vê.

O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos!

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Cristovam fazendo um registro: ali por 1997, 1998, eu conheci o Senador, que ainda não era Senador, mas que havia sido eleito Governador de Brasília em 1995. E isso se deu exatamente no dia 10 de fevereiro de 1995, quando o meu partido fazia 15 anos de idade – o Partido dos Trabalhadores. E eu fui apresentado ao Cristovam pelo Lula.

Dois anos depois, o Cristovam me fez o convite para assumir a Secretaria de Cultura, o que eu cumpri. E eu até dizia a ele que o PT era um partido tão criativo que, em quatro anos de Governo, teve três Secretários de Cultura: primeiro, a Profª Maria Duarte; segundo, o cineasta Silvio Tendler, um dos maiores documentaristas que o Brasil formou ao longo de sua cinematografia; e, depois, escolheu um militante. O pessoal dizia: “Que bom que você escolheu um poeta!” Não deve ter sido essa a razão pela qual fui parar à frente da Secretaria da Cultura, mas, enfim, queria, Cristovam, dizer-lhe que me sinto honrado com o convite. Penso que esta é uma tarde marcante nesta Casa. O que se ouviu aqui de testemunhos, de reflexão, de pensamento não é desprezível em um país em que parece que estamos permanentemente tentando renunciar ao pensamento.

Quero me referir agora a outro conhecido, amigo, Senador desta Casa, Senador Lauro Campos, uma figura que merece todas as homenagens. Houve um debate, o Senador Cristovam estava presente, em que o Lauro Campos, que tinha, como era Senador, todo o tempo do mundo, começou a falar. Ele começava a falar e começavam as digressões dele mais ou menos no paleolítico. A gente dizia: “Hoje vai demorar.” (*Risos.*)

Ele, economista, de formação marxista, e eu, 15 anos mais jovem do que sou hoje, depois de uma dessas digressões, disse: Senador, tem gente que acha que economia é uma ciência. Ele ficou em estado de choque inicialmente. “Como assim?” Não, a ciência do Marx não era economia. A ciência do Marx era história. E

ele, marxista que era, não deixou de me dar razão, embora eu estivesse marcado, porque ele iria me pegar na próxima esquina.

Faço esse registro por quê? Porque, ao pensarmos o desenvolvimento do País, temos abandonado as demais dimensões do desenvolvimento em favor da economia, e não da melhor economia, de uma economia mais próxima da contabilidade do que de qualquer outra coisa.

Estamos aqui, hoje, nesta tarde, e registro mais uma vez meu agradecimento, para lembrar um homem que é uma figura raríssima e produto da elite brasileira. A elite brasileira não é pródiga na produção de perfis como o de Joaquim Nabuco, ao contrário, é muito avara. São muito raros os perfis que têm a estatura, a grandeza, a capacidade de enxergar o mundo, como tinha Nabuco.

Nesse ponto, vou passar para um território. Muito se falou da Região Nordeste do Brasil, como se ela fosse a região problema. Escreveram teorias e livros sobre esse assunto, de maneira farta. O Brasil, esse Brasil, em geral, estava sediado no Sudeste, que é uma região do País que acha que o Brasil termina na fronteira do Rio Grande, entre São Paulo e Minas Gerais. O Sudeste perdeu a capacidade de pensar o País como conjunto. E eu queria recuperar aqui o território.

Vejam vocês: temos Nabuco; temos Gilberto Freyre; temos Cabral; temos Josué de Castro; temos Celso Furtado; digamos, assim, o Grande Pernambuco, como diria Ariano; temos Ariano Suassuna. Temos uma fecundíssima linhagem de pensadores, de criadores, que saiu dali, com uma generosidade intelectual muitas vezes mais ampla do que a que o Brasil tecnocrático do século XX foi capaz de criar. Penso que esse registro não é menor, porque essa não é uma obra do acaso. Esses nomes que eu mencionei aqui existem porque existiu Nabuco, porque existiram outros pensadores e criadores naquela região do País, pensando o País.

Queria, ao saudar todos os meus companheiros de Mesa, lamentar a ausência de uma mulher, porque me meti nessa discussão sobre os pretos e índios muito cedo em minha vida. Tenho uma grande referência intelectual para mim: Darcy. Sou filho de uma região... Costumo dizer para o pessoal que sou ex-goiano, ou seja, sou uma raridade etnográfica. A região em que nasci era Goiás. Passou a ser Estado do Tocantins em 1988, com a Constituição. O pessoal dizia: "Mas você é goiano. Deixa de história!" E digo para os meus amigos goianos: não! Quando vocês goianos, na infância, escutavam moda de viola, eu escutava a sanfona de Luiz Gonzaga. A formação cultural da região em que nasci vem de lá. Não vem de Minas, como Goiás, que é a extensão do círculo do ouro, do setecentos. A ocupação do território de onde venho é formada pelos baianos do sertão que vêm de Barreiras, na civilização do couro. Vêm pelo curso dos rios Tocantins e Araguaia, pelo norte. Tenho uma formação distinta da formação cultural que deu origem ao Estado de Goiás.

Por que estou dizendo isso? Porque pouco se falou de cultura aqui. E se pergunta: "Qual é a face cultural do Brasil?" Não podemos pensar o País... O que o País apresenta como cara diante do mundo? O País apresenta a sua face cultural, a sua maneira de ser, os seus valores. Digo-lhes que nós, hoje, no Brasil, vivemos uma encruzilhada que não é menor, porque estamos conduzindo um processo de crescimento econômico, estamos conduzindo um processo de avanços sociais importantes, estamos paralisados nos últimos anos em um impasse político que só será resolvido pela reforma política profunda das instituições, mas não temos conseguido responder a uma questão que é como esses avanços econômicos, sociais e políticos não repercutiram em avanços culturais. Imaginávamos que poderíamos ter, diante de avanços tão significativos, um ambiente cultural mais alijado, e o que vemos é um obscurantismo medieval mantido pelo monopólio da mídia, porque não obedece à Constituição que esta Casa pactuou com a sociedade, trazendo para cá os representantes da sociedade brasileira, em 1988. Temos que resolver esse novelo.

Falando de cultura, queria dizer a vocês, me permitam, que, em 1974, governava Ernesto Geisel. Eu entrei no Carandiru, depois de ter cumprido já dois anos de prisão, estava escrito numa plaquinha: "Capacidade deste presídio: 3,6 mil detentos". Naquele dia, contavam 7 mil detentos, 80% deles eram negros. O que é isso? Nós não víamos, como diz o Cristovam, negros, como primeiro ele contou a história da professora de Stanford, não víamos negros na universidade, mas a cadeia estava cheia deles. E o que é isso? É o que Nabuco nos pede: para entender o Brasil é preciso entender não de maneira apenas filosófica. Nós temos que entender que a formação das grandes fortunas no Brasil foi obra do tráfico negreiro. A elite brasileira é herdeira do senhor de escravo. As concepções que essa elite professa, a elite econômica do Brasil é herdeira direta daqueles senhores de escravo. O professor Hélio estava dizendo aqui, parece que reencarnaram os argumentos: "Mas se a gente libertar os negros, eles vão morrer de fome." Isso se lê nos jornais da época da luta abolicionista.

Então nós temos que combater aquilo que Nabuco nos pede, que é a obra da escravidão. Quando a gente passa 20 anos sob uma ditadura, a gente imagina que, com a Lei de Anistia, absolutamente indefensável – o art. 1º da Lei é para anistiar os torturadores –, nós estamos abdicando de discutir esses 20 anos que a ditadura impôs. A grande herança qual é? É o medo. A sociedade carrega consigo como ossos o medo, o medo

permanente, o medo das instituições. E o que é isso? Não é à toa que o principal instrumento de tortura usado durante a ditadura militar é a herança da escravidão, que é o pau de arara. Essa é uma herança física, material.

Então quero concordar aqui com o mais longo dos dias, como o professor Hélio nos conta, quer dizer, o dia 14 de maio de 1888, o mais longo dos dias, por quê? A lei que decreta a extinção não aboliu a escravidão. E aqui eu me refiro a uma esperança concreta, pessoal. Digo para vocês que, em 1981, nós subimos a Serra da Barriga, lá em União dos Palmares, para celebrar, pela primeira vez, a Missa dos Quilombos, da qual eu participei ajudando a fazer o texto junto com Pedro Casaldaglia, que é um catalão, e com Milton Nascimento, que é um negro de Minas Gerais. Bem, o que aconteceu? Nós saímos da Serra da Barriga e fomos para a Praça do Carmo, eu fiz a escolha do lugar, nós celebramos na Praça do Carmo, porque lá é que foi exposta a cabeça do Zumbi no final do século XVII para dar testemunho aos negros e aos pobres para que não se rebelem. Foi posta por ordem de Domingos Jorge Velho para produzir o quê? Para produzir o medo.

Ali, num certo sentido, confirmava-se uma tradição que passou por séculos e chegou aqui, que a elite brasileira é amiga de destroçar os corpos de seus opositores. A cabeça de Zumbi foi exposta no final do século XVII. Trinta anos depois, ou nem isso, em 1720, o corpo de Felipe dos Santos foi despedaçado porque não pagava impostos para a Coroa Portuguesa em Minas. Tiradentes foi esquartejado em 1792.

Antônio Conselheiro, no final do século XIX, teve a cabeça decepada e exposta no museu da Bahia, exposta à curiosidade pública, assim como Maria Bonita, Lampião e os cangaceiros que foram mortos em 1938, na emboscada em Angicos. É um hábito macabro para dizer o mínimo. É um hábito bárbaro. Na Casa da Morte, em Petrópolis, os pedaços do corpo de Davi Capistrano foram expostos em ganchos de açougue pouco tempo atrás. Nós estávamos vivos. Eu estava preso. Isso ocorreu no Vale do Araguaia.

Então, o que é isso aí? É essa espécie de rio sinistro que une as eras econômicas do Brasil que produz, por meio da reprodução dos comportamentos dos senhores de escravos, a cultura dominante no País, essa cultura da violência que, hoje, mata sistematicamente os jovens negros nas periferias urbanas do País.

Eu trabalhei alguns anos na Comissão Pastoral da Terra e posso dar este testemunho, ou seja, que a cultura da escravidão não se alterou no final do século XIX. Ela percorre o mundo do trabalho no País, e se levantou ali, por aquele organismo da Igreja...

(*Soa a campanha.*)

O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA – ... que é uma instituição que carrega consigo um rosário de crimes de omissão, como sabemos. A Igreja Católica sempre defendeu a liberdade dos índios à custa da escravidão dos negros. Padre Vieira dizia: “Não há Brasil sem Angola”. Ele falava da fonte de fornecimento da mão de obra, concretamente. Está lá em os *Sermões*.

Penso que a gente devia incluir no nosso debate, Cristovam – eu estou tratando você muito familiarmente, e não devia, porque aqui é um espaço formal; eu tenho um grande apreço pelo Senador Cristovam Buarque –, queria chamar a atenção para uma coisa que talvez pareça menor. Temos nesta sala aqui seguramente gente que tem acesso à cultura. Quantos pianistas negros a gente conhece no Brasil? Raríssimos, se é que há algum. É que nem bispo, é que nem almirante, é que nem general, é que nem, é que nem, é que nem.

Bem, nos Estados Unidos, quantos são os pianistas negros num país que explicitou a escravidão, e depois lutou contra ela, e a aboliu, e assumiu o preconceito racial que é derrubado institucionalmente, nos anos 1960, século XX, mas que permanece entranhado? Eu acho que é muito importante que a gente não perca isto de vista: a escravidão como elemento estruturante dos nossos comportamentos. Eu me refiro aqui aos comportamentos da sociedade brasileira.

A gente fala muito, Senador Cristovam, no Estado autoritário no Brasil, mas a gente não fala da sociedade autoritária no Brasil. Incomoda, por quê? Porque nós somos a sociedade. A gente quer ter uma aparência um pouco melhor. Nós cultivamos muito a aparência.

Queria introduzir ainda uma reflexão que me parece oportuna para um debate dessa natureza, que é o processo da abolição, para a gente não se ater só aos momentos finais ou ao dia mais longo, como diz o Prof. Hélio. O primeiro passo da abolição não foi dado por outros que não os proprietários de escravos. Em 1850 se promulga a Lei de Terras. É aí que começa.

Como no Brasil tudo acontece muito lentamente, os senhores de terra se precaveram com a Lei de Terras na sua propriedade: “A partir de agora, só pode ter terra quem a compre.” O escravo não vai ter. Ou seja, a elite escravocrata brasileira se antecipava em 48 anos. Ou seja, não brinquem com ela. Ela é muita astuta. E nós vamos ter o desfecho desse processo, do ponto de vista institucional – estou de pleno acordo com o Prof. Hélio –, em 88. Ou seja, são 38 anos, para ser preciso. Depois é que é assinada a lei.

Eu estou numa Casa que abrigou, pelo mandato obtido, o Senador Rui Barbosa, representante dos interesses da elite, que quis apagar a memória dos 300 anos. Isso precisa ser registrado também, porque cultura

lida com duas palavras permanentemente: memória e invenção. É este o nosso idioma, erigido em torno dessas duas palavras, quem lida com cultura.

Concluo, agradecendo a oportunidade, Prof. Cristovam. Eu não terei condições de permanecer muito tempo aqui. Há um livro que, eu creio, dá talvez uma das mais importantes contribuições para entendermos o processo da longevidade da escravidão no Brasil, que se chama *O Trato dos Videntes*, de Luiz Felipe de Alencastro, que produz uma novidade na pesquisa. Esse livro data de uns dez anos ou mais e acrescenta, na verdade, um terceiro vértice desse triângulo que o capital produziu na acumulação no Atlântico Sul. A gente aprende na escola a relação entre o Brasil, entre Salvador e Lisboa, entre Rio e Lisboa, entre Pernambuco e Lisboa. Ele introduz Luanda e aí produz um triângulo em que você conta com a mão de obra raptada, com o trabalho produtivo, inclusive com a duração da mão de obra escrava no Brasil, que é uma coisa horripilante quando a gente se aproxima dos dados, e a realização do capital em Lisboa e depois em Londres.

Então, ele introduz um elemento muito interessante para compreendermos a lógica desse crime de 300 anos que está na raiz daquilo que chamamos comportamento autoritário da sociedade brasileira e está, sobretudo, na raiz da construção das grandes fortunas.

Concluo, dizendo a vocês que, para nós, hoje, é fundamental para o projeto de desenvolvimento do País que a gente, para além dos instrumentos eficazes – já existem números que demonstram isso – das políticas afirmativas, produza um avanço maior, ou seja, incorpore as políticas públicas de cultura à dimensão do novo ciclo de desenvolvimento que desejamos, aquilo que o Prof. Milton Santos nos pedia também. Isso é indispensável porque nós temos que ler sempre o tema da cultura como direito básico do cidadão, mas como fator relevante da economia do País, da economia do desenvolvimento do País. Quer dizer, hoje o Brasil continua à porta da sociedade do conhecimento não é por outra razão, é por esse infinito déficit de não termos investido na qualificação, na educação no sentido melhor e mais amplo da palavra.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Hamilton. Só quero trazer aqui uma polêmica sobre o assunto Rui Barbosa. Alguns dizem que ele queimou os documentos exatamente porque sabia do que você chamou de artimanhas da elite brasileira e temia que, deixando os documentos da escravidão, não ia faltar um senhor de escravo para pedir indenização ao governo por causa da Abolição. E não ia faltar juiz branco que desse, sim, o direito de pagá-la, quem sabe até hoje, com correção monetária, juros, juros e juros. Então, muitos dizem que Joaquim Barbosa cometeu um crime contra a história, mas uma virtude pela Abolição. Fica a polêmica aqui.

Rui Barbosa. Eu disse quem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Joaquim Barbosa! Não deixa de ser um bom nome para aparecer nesta Mesa, como uma prova da exceção graças a um novo momento, que foi a nomeação pelo Presidente Lula, a indicação dele.

Quero dizer, também, porque quando falei nisso não mencionei, que dou aulas na UnB todo esse tempo, nunca parei, e, realmente, é completamente diferente, hoje, a cor dos corredores, completamente diferente. O endereço também. Ou seja, de fato, as cotas quebraram a raça, de certa maneira, e quebraram o endereço dos estudantes. A gente encontra estudantes, hoje, das chamadas cidades-satélites de Brasília, que antes não existiam.

Bem, é com muito prazer que passo a palavra ao Dr. José Tomas Nabuco Filho, que nos prestigia com a sua presença. Quero dizer, aliás, que temos outros diversos representantes da família Nabuco, cujos nomes lerei depois.

O SR. JOSÉ TOMAS NABUCO FILHO – Presidente, Senador Cristovam Buarque, muito obrigado, em primeiro lugar, pela homenagem que o senhor presta ao meu avô. Falo em nome da família. Não cheguei, é claro, a conhecê-lo. Meu pai era ainda criança quando ele morreu, mas tenho por sua memória um grande amor e uma grande admiração.

Não tenho maiores qualificações para falar sobre o assunto desse debate, sou apenas um advogado, no Rio de Janeiro. Não conheci meu avô, mas conheci e me lembro muito bem de minha avó, da mãe de meu pai, que só veio a falecer em 1948, ocasião em que eu já tinha alguma idade.

Quero me referir a uma observação do ilustre professor que me precedeu, a uma pequena observação que ele fez sobre a Lei Áurea, que não chamou de Lei Áurea, mas que chamou de lei número tal. Disse que não importa a Lei Áurea. Não posso concordar com isso. Ela foi a coroação de todo um esforço de mais de uma década, de muita luta. Ela foi a coroação de dez, doze, quinze anos, de muita luta do Nabuco. Quando ele chegou a este Parlamento, não aqui no Senado, mas quando chegou à Câmara dos Deputados, havia só, contra a

escravidão, três ou quatro Deputados. Toda a Câmara era a favor da escravidão. Hoje, isso parece um disparate, mas é a verdade, é como era o Brasil em 1878, quando ele chegou à Câmara dos Deputados. Todo mundo era a favor da escravidão.

Ele foi uma de duas ou três vezes que se levantaram contra essa instituição oprobriosa, uma de duas ou três vezes só, depois é que o movimento abolicionista ganhou corpo e se fortaleceu e foi coroado por essa lei de 1888, e não se pode dizer que não importe, importa muito. Quando eu era pequeno, criança, até mais velho, estudante, o Treze de Maio era feriado nacional. Cultuava-se o Treze de Maio. Hoje, não se cultua mais, procura-se esquecê-lo; o feriado, agora, é no dia 20 de novembro, o Dia de Zumbi.

Houve um Senador por Minas Gerais – não é do tempo do Senador Cristovam –, Daniel de Carvalho, Senador por Minas Gerais, depois, foi Ministro da Agricultura do governo Dutra, que chegou a propor aqui, no Senado, que o Dia do Trabalho não fosse mais festejado em 1º de maio, mas, sim, no dia 13 de maio, por causa da Lei Áurea. Apreciei muito, também, as palavras do meu colega de Mesa, Secretário de Estado, poeta goiano, e não posso deixar de me lembrar da Cora Coralina, poeta goiana, da minha especial predileção, uma grande poeta do seu Estado, como o ilustre Secretário. Há muito mesmo o que fazer para completar a obra da Abolição, o Nabuco previu isso com toda a clareza. É óbvio que há muita coisa para fazer. A lei das cotas é uma tentativa, mas o que desagrade um pouco na lei da cotas é que ela parte da raça, parte do conceito de raça. É preciso que a pessoa se declare negra ou mestiça para ser beneficiado pelas cotas, quando tenho a impressão de que o Nabuco queria que esse conceito de raça fosse apagado, apagado das nossas leis, dos nossos costumes, da nossa cultura.

Lembro-me, agora, de uma carta que ele escreveu a um amigo que, num artigo de jornal, se referiu ao Machado de Assis como escritor negro – não sei como se dizia naquela ocasião. E ele escreveu ao amigo censurando-o, admoestando-o: não há nenhuma razão para essa referência à raça, ele é um grande escritor brasileiro, a raça é irrelevante.

Então, o que me desagrade... Ele era muito amigo do Machado, era muito amigo, íntimo amigo, mais até do que do Machado, muito mais, do André Rebouças, foi aliado, nessa campanha da abolição, do José do Patrocínio, ele era muito chegado aos brasileiros de origem africana, mas achava que a questão da raça devia ser esquecida, sobretudo porque o Brasil é um país de mestiços, não é um país de brancos; é um país de mestiços, não há razão para essa diferenciação de raça, já que somos todos mais ou menos afrodescendentes; mais ou menos, todos somos, uns mais, outros menos. Mas, em todo caso, não entendo disso para fazer qualquer objeção ao que se está tentando hoje, que, reconheço, é uma tentativa que pode ser que dê certo em alguma medida, não sei.

Então, de qualquer modo, Presidente, muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos muito sua presença.

Antes de abrir a palavra, porque aqui todos têm direito e há um inscrito, o Joel Câmara, eu queria dizer que estou totalmente de acordo que a gente tem que esquecer as raças, mas, antes de esquecer, tem que mostrar que elas existem, e hoje tentam esconder. Esse é o problema que a gente tem. A gente tem que mostrar e aí dizer que não existe mais preconceito sobre isso. Na verdade, a gente tem que acabar o preconceito, mais do que acabar a percepção da raça.

Queria agarrar a minha fala a uma coisa fundamental. Quantos eram contra a abolição? Eu me debrucei sobre as atas dos dez dias de maio em que se discutiu a Lei Áurea, do dia 3 ao dia 13, dez dias. Aqui é que cresce Joaquim Nabuco como teórico, como ideólogo, como moralista e como Parlamentar. Se não fosse ele, isso teria ainda demorado um bocado de tempo, muito tempo, porque a ideia... Nesse momento aqui, já não tinham coragem de dizer que eram contra, mas diziam que não era ainda a hora. Iram postergar, e iam postergar, provavelmente, por décadas, talvez, se a realidade da economia permitisse a manutenção.

Mas, tem algo mais grave do que ser contra: é que eles não viam como problema. Na verdade, escravidão era a solução da mão de obra escassa que o Brasil tinha, não era um problema.

Quero exatamente retomar o assunto do que falta completar na Lei Áurea pegando um único item que a gente precisa libertar: a definição de escravidão, atualizando para o século 21. Temos que atualizar. É preciso lembrar que mesmo o conceito que temos de escravidão no Brasil é diferente do conceito de escravidão antes. No mundo antigo, grego ou romano, escravo não tinha nada a ver com raça. A racialização da escravidão é uma coisa das Américas, da indústria açucareira. Antes o escravo era o prisioneiro de guerra, branco ou loiro, não importava o que fosse. E era vendido também, mas não havia os mercados que passaram a existir com a América. Houve uma perversidade ainda maior da escravidão, o grande mercado de mão de obra, a captura em massa de escravos. Na Antiguidade, jamais se imaginaria contar em milhão o número de escravos.

Então, houve, primeiro, a racialização. Escravo é negro. O pobre poderia ser branco até, mas não era escravo, não havia escravo branco nas Américas. Não havia. Essa racialização é uma característica. A outra é a dimensão com que foi feita. A terceira é a mercantilização absoluta do ser humano. Então, aí a gente já definiu. Isso acabou. Ninguém pode sair por aí vendendo pessoas. Acabou. Deixou de ser racial, apesar de que ainda tem muito resquício de racialização do que vou chamar de escravidão no seu conceito moderno, numa nova definição, e mantêm-se as massas.

Como eu imaginaria a gente atualizar o conceito de escravidão? Não mais a escravidão do trabalho forçado, de mão de obra comprada, que trabalha debaixo do chicote. Isso acabou.

Em compensação, existe a mão de obra com trabalho servil, por conta de um chicote interno, que é o estômago vazio, em que o trabalhador é obrigado a se escravizar, no sentido da renda que ele recebe, insuficiente, das condições de trabalho nefastas que ele vive, por causa da fome. Isso é uma escravidão. Não dá para dizer que não é escravidão só porque não foi comprado.

Como coloco aqui... Porque aqui não coloquei suas atas, eu analiso cada um dos discursos e tento mostrar como continua esse discurso hoje para as novas formas de escravidão.

Pois bem, o que a gente vê é que a desumanidade continua sob outra forma.

O trabalho continua sendo servil para as massas brasileiras pobres e excluídas que, para sobreviver, têm de se submeter a condições infames, e não são vendidos, morrem de fome, os seus filhos ficam abandonados. Essa é uma definição, mas há outras. Por exemplo, o analfabetismo não era uma característica da escravidão, havia brancos analfabetos, muitos. Aliás, a maioria. Quando a República foi proclamada, estima-se que 65% da população era analfabeta, a parte de escravos era pequena. Escravos não, ex-escravos, embora ainda nos primeiros momentos, no décimo quarto dia. Pois bem, hoje, ser analfabeto é uma forma de escravidão. Antes não era, você morava perto de onde trabalhava, não precisava tomar ônibus, não precisava ver o nome escrito para saber para onde o ônibus ia. Você tomava chá, não precisava saber o nome do remédio que você estava tomando, se era veneno ou não, como hoje o analfabeto não sabe. Você conseguia trabalho. O cozinheiro não precisava saber ler naquele tempo. Hoje, não se consegue um emprego sem saber ler; hoje, não se consegue se deslocar numa cidade com tranquilidade sem saber ler. Hoje, você não sabe se pode andar e cair. Grande parte dos acidentes na construção civil ocorrem por não se saber ler os avisos: cuidado, abismo. E caem. Então, o analfabetismo é uma característica, a meu ver, da escravidão.

No Brasil, são 13 milhões, dos quais, eu diria, 75% são negros ou descendentes de negros. E aí, como defensor das cotas, sempre cobro uma coisa do movimento negro. Eles conseguiram cotas para entrar na universidade, mas não conseguiram cotas para sair do analfabetismo. Não exigem do Governo, qualquer que seja, um programa de erradicação do analfabetismo. A gente precisa de uma cota de 100%, a partir dos 7 anos de idade, de alfabetizados. Isso, dos brancos aos negros, mas a maioria é negra ou descendente de negros. Cobro muito do Frei Davi isso: “Frei Davi, quando o senhor vai começar um movimento por 100% de cotas para entrar no mundo alfabetizado, enquanto já existe cotas para entrar no mundo universitário?” É porque mesmo uma parte considerável – estou provocando, depois dou a palavra a vocês – do movimento negro ainda é elitista, ainda é dos que sonham entrar na universidade, não é dos que sonham aprender a ler, mas, o analfabetismo é uma característica da escravidão. A falta de educação é uma forma de escravidão, porque condena a pessoa a ficar ou analfabeta ou mesmo sem uma educação de qualidade, que exclui a pessoa no mundo de hoje. A ideia que o Hélio colocou, do futebol, é a prova de que, se nós não temos uma educação de qualidade, como no futebol temos a permissão do talento, a disputa pelo talento, se não a temos, nós temos uma forma de escravidão. É escravo.

Tem escravidão a sociedade onde a educação é oferecida desigualmente, conforme a renda da família ou o endereço da criança, a muralha do CEP ou a muralha do CPF. Ficam separados. Então, há um muro. Antigamente, havia o muro dos escravos e livres. Hoje, há o muro dos que têm acesso à educação e os que não têm acesso à educação.

Outro muro que, para mim, caracteriza a escravidão é a falta de acesso igual à saúde. É escrava a pessoa que vai morrer antes do tempo porque não tem dinheiro para pagar um serviço médico. Aquele que morre porque o avanço técnico não permite curar não dá para chamar de escravo, socialmente, aí é escravo da natureza, que mata a gente. Agora, quando o avanço técnico já permite salvar com cirurgias, com prevenções, com remédios e você não tem acesso, você é escravo, e é escravo quem morre antes do tempo na desigualdade mais brutal de todas, que é na esperança de vida.

Eu fiz uns cálculos com um assessor que trabalha comigo. Nós chegamos à conclusão de que há pelo menos sete anos de diferença na esperança de vida entre quem ganha mais de dez salários mínimos e quem ganha menos de três. É um roubo! Porque a tecnologia permitiria a todos chegar aqui; não chegam por falta de acesso à saúde. É escravidão.

Tem escravidão uma sociedade em que o sistema judiciário não trata igualmente todas as pessoas. E os negros presos, em geral, é porque são pobres e não podem pagar um bom advogado para tirá-los da cadeia, enquanto que os que podem pagar cometem o mesmo crime e não vão presos. Isso é escravidão, sim. Isso é a escravidão de um sistema judiciário desigual.

Eu não considero que seja escravo quem não tem um automóvel, ou quem não tem uma roupa melhor ou outra, ou quem come em restaurante fino ou não come. Não, isso é desigualdade, não é escravidão. Agora, saúde, educação e justiça, isso não é desigualdade, é imoralidade. E é isto que caracteriza a escravidão: o conteúdo de imoralidade, que o Joaquim Nabuco trouxe no seu debate, graças à convivência dele com os abolicionistas ingleses. Enquanto eles lutavam pela abolição por uma questão de simples direito, não dava certo. Quando passaram a ideia da imoralidade do sistema servil, como chamavam, passou a ganhar corações, para a gente poder avançar.

É também escravidão o preconceito. Quem é sujeito a um preconceito sofre uma forma de escravidão. O preconceito racial, que é muito, continua sendo um capítulo do mundo da escravidão. Não é a escravidão como a de antes, mas é.

Chegou-me às mãos, durante isso aqui, e eu não tinha visto, um artigo que saiu na *Folha*, creio que ontem: “Casa-Grande & Senzala”, do Prof. Márcio Rachkorsky. É um nome difícil! Ele fala de um debate no condomínio de um prédio porque o encarregado do condomínio deixou que o funcionário que mora no prédio, numa casa de servente tipo, mais uma vez, senzala, comparada com a casa-grande dos apartamentos, usasse aquela sala de festas para comemorar o aniversário da filha. Isso foi considerado uma aberração. E aí, no debate, disseram: “Daqui a pouco, vão querer usar a piscina.”

Você falou que a gente não tem pianistas. Não há nadadores negros. Temos futebolistas porque, no futebol, você faz um campo de pelada e começa a mostrar o seu talento. Mas não dá para fazer o talento de nadador no manguê, precisa de uma piscina.

Então, você é prisioneiro do preconceito dos elevadores de serviço e dos elevadores de trabalho, secundários. É claro que tem que ter o elevador para carregar os móveis, mas não para carregar gente diferente. Nesta Casa, há elevador só para Parlamentar, o que considero uma grosseria. Há dois elevadores, um ao lado do outro, em um está escrito “privativo de Parlamentar”. É uma forma de preconceito. Eu acho que é uma escravidão.

Mesmo o preconceito de opção sexual é uma forma de escravidão. E aí eu vou mostrar uma coisa que é interessante. Como é que se diz quando a pessoa assume a sua opção homoafetiva? Saiu do armário. Quem está dentro do armário é preso. Quem está dentro do armário é escravo da sua condição, por causa dos preconceitos que sofre.

Então, nós temos uma quantidade de formas de escravidão no mundo de hoje. E aí eu vou querer entrar em como é que a gente sai disso. Joaquim Nabuco previu, e você falou: é a educação. Mas começa a educação da gente, que nos ilumine para ver a realidade.

Aí você falou em Lauro Campos. Pouca gente sabe que, para mim, a coisa mais genial do Lauro Campos foi mostrar que tudo que a gente vê está atrás de uma cortina, logo, a gente não vê o que está atrás da cortina direito. Ele falava isso em relação à economia.

Serve para tudo. A gente precisa tirar a cortina que esconde a escravidão que existe no Brasil de hoje, como Joaquim Nabuco fez com a escravidão daquele tempo. A gente poderia até dizer “a escravidão verdadeira, a escravidão completa”. Diga como quiser, mas era escravidão. E hoje também.

A gente precisa fazer com que as pessoas vejam a realidade. A denúncia da realidade da escravidão. E, aí, é educação. A educação, a meu ver, ela tem três finalidades nisso. Uma é ser libertária. Libertária no sentido de a pessoa ser dona de si, até mesmo para conseguir um ofício, para poder conseguir uma sobrevivência. Libertária no sentido de defender a liberdade.

A outra é a escola como “despreconceitualizadora”. E, aí, hoje é capaz de ser o contrário. A escola hoje é capaz de ser uma “preconceitualizadora”. Cria preconceitos desde pequeno. Ela tem que ser “despreconceitualizadora”. Então, ela tem que ser igual para todos, mas com o conteúdo de “despreconceitualização”. Com o conteúdo libertário, com o conteúdo solidário. E eu diria, para fazer justiça às artes, o conteúdo de ensinar as pessoas a se deslumbrarem com a beleza. Deslumbrar-se com a beleza, ver a verdade, ser solidário e não ter preconceito. É a escola que vai fazer isso, não há nenhuma outra coisa que faça isso.

Não há como acabar a escravidão fazendo todo mundo rico porque você pode ser rico e escravo sob diversas formas. Não há nenhuma maneira de acabar com a escravidão distribuindo renda porque a renda tem um mecanismo para ser distribuída, e esse mecanismo, hoje, é, sobretudo, a educação. É o talento que faz com que a renda se distribua de uma maneira ou de outra.

Então, quando a gente decidiu fazer isso aqui, tinha duas finalidades. Uma é ser a véspera da grande solenidade em que vamos colocar o nome de Joaquim Nabuco no Livro dos Heróis. E quem analisou o papel

dele nesses – eu diria até mais – trinta, vinte anos de luta dele, começando sem quase ninguém, salvo, claro, líderes negros que tentaram fazer...

Mas, vejam bem. Aqui era bom que o Hélio estivesse porque pode ser uma polêmica. Mesmo os líderes negros, eles tentavam libertar o indivíduo. Eles não tentavam derrubar o sistema. Em Canudos, tinha escravidão. A ideia era você se libertar, não era revolucionar o sistema. Não era uma proposta revolucionária socialmente. Era revolucionária individualmente.

Então, nós precisamos, a meu ver, para completar a Abolição, que foi a segunda razão desta nossa reunião... A primeira foi antecipar a homenagem a Joaquim Nabuco amanhã, quando colocarmos seu nome no Livro dos Heróis, às 11 horas da manhã. E eu convido todo mundo – até quem não poderá vir porque está assistindo pela televisão, mas não virá – para que esteja presente e realmente pensando nisso. Às 11 horas da manhã. Temos tido um apoio muito grande da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal para que a gente faça isso.

E a outra foi tentar discutir o que fazer para completar a Abolição. No tempo de Joaquim Nabuco, era educação e terra. Ele falava muito na distribuição de terra. Hoje ainda precisa-se de reforma agrária neste País, mas vai ser para poucos. A maioria já foi para a cidade. Não adianta dar terra porque não voltam.

Hoje é educação. Até porque o capital de hoje é educação, não é mais a terra. A terra é um capital menos importante do que a educação. Até onde se produz hoje em grandes produções do agronegócio brasileiro, o maior capital ali dentro é o conhecimento. O conhecimento que permitiu usar aquela terra que não servia para soja. O conhecimento que permitiu fabricar os grandes tratores. Até o conhecimento que muitos de nós renegam, das mudanças genéticas, para fazer com que o produto seja mais rentável e, às vezes, menos saudável.

Por tudo isso, eu quero deixar aqui uma mensagem, antes de passar a palavra para outros.

Eu quero deixar aqui a mensagem de que, para completar a abolição, é preciso fazer com que... E eu vi ontem, durante o enterro de Eduardo Campos, uma faixa no meio do público que me chamou muito a atenção. Era uma frase assinada por ele que dizia: “No dia em que a escola dos ricos for igual à escola dos pobres, vamos ter o Brasil que nós queremos”. Essa é a Lei Áurea de hoje. Agora, é uma Lei Áurea em que ninguém acredita, como não se acreditava também na abolição da escravatura. Não acreditavam. Afinal de contas, depois de 350 anos vendo o negro escravo e o branco livre, era muito difícil ver a possibilidade de quebrar isso.

O Augusto falou aqui, em certo momento, que os advogados não viam o problema. Da mesma forma, a gente não vê até hoje como absurdo um menino ter uma escola boa e outro ter uma escola ruim; a gente não vê isso como absurdo, a gente vê isso com naturalidade. Até hoje não se vê como absurdo uma pessoa poder ir ao médico e outra não poder, mesmo tendo a mesma doença. Até hoje a gente não vê como absurdo um cara ser preso porque cometeu um crime e outro ficar solto tendo cometido o mesmo crime. Nós sofremos de uma cegueira para ver a realidade, e os brancos no Brasil – e eu diria que até mesmo grande parte dos escravos – sofriam de uma dificuldade para ver a realidade da escravidão como algo que pudesse ser superado. Para eles era uma coisa divina, permanente.

E aí também nos cursos superiores brasileiros – não tínhamos universidade – não fizeram mobilização pela abolição da escravatura. A Igreja Católica não fez mobilização pela abolição da escravatura. Joaquim Nabuco era quase que um solitário. Estava ao lado de alguns outros abolicionistas, claro – havia o Clube do Cupim lá em Pernambuco e outros –, mas eram vozes solitárias e mal vistas, até porque diziam que isso iria desarticular a economia.

Aliás, hoje, eu acho mais ilógico – não mais absurdo moralmente, mas mais ilógico – você não ver o absurdo da desigualdade na educação do que naquela época não ver o absurdo da escravidão. Vamos falar com franqueza: havia o risco mesmo de se criar um problema econômico na hora em que se dissesse “Está todo mundo livre, vão embora, ninguém mais vai plantar”. Havia esse risco. Hoje não há nenhum risco se você disser: “Todo mundo vai ser educado”. Não há risco. Aliás, há risco para alguns, que hoje garantem a sua cota financeira e são contra as cotas raciais, mas, do ponto de vista do funcionamento da sociedade brasileira, a abolição da escravatura era mais perigosa do que a igualdade na educação. Mesmo assim, a gente não consegue ver.

Esta audiência tem como finalidade tentar iluminar um pouquinho essa realidade, mostrar por aí que a abolição não foi completa. E eu fico muito satisfeito com a expressão do “mais longo dia da história do Brasil” para descrever o dia 14 de maio – você a usou, é muito boa. Eu só tenderia a dizer que houve um dia mais longo: os 350 anos da própria escravidão. Mas como a gente não sabe qual foi o dia em que chegou o primeiro escravo, não pode dizer que aquele foi um dia de 350 anos. Então, esse longo dia criou vícios, amarras, e escondeu a realidade da gente.

Não conseguimos ver maldades quando a gente se acostuma com elas. A maldade só é vista por quem não se acostumou com ela, e nós nos acostumamos com algumas maldades e, por isso, não vemos que é preciso completar a abolição. Para mim, isso se dará por meio da educação igual para todos, observando a frase

de Eduardo Campos – “Filho do pobre na mesma escola do filho do rico” –, e essas escolas com muita qualidade, senão o Brasil o não avança.

Eu digo isso, mas quero passar a palavra a quem a pediu – e o Joel a pediu – e, depois, para cada membro da Mesa que queira fazer um resumo bem curtinho para a gente terminar dentro de um prazo razoável, sem sacrificar demais a audiência da TV Senado.

Professor Joel. (*Palmas.*)

O SR. JOEL CÂMARA – Senador, quero propor que, na próxima audiência, o Presidente da Mesa fale por último para não termos uma sociedade autoritária, e a gente ficar aqui sem poder falar.

Eu quero homenagear a todos – antes que ele saia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento. Não, Joel, um momento.

O SR. JOEL CÂMARA – Antes que ele saia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas você está podendo falar.

O SR. JOEL CÂMARA – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você está podendo falar.

O SR. JOEL CÂMARA – Não, mas acontece que todas as pessoas querem falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E todas vão poder falar.

O SR. JOEL CÂMARA – (Joel Câmara) – Olhe...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só saio daqui quando o último disser “Vá embora, Senador”.

O SR. JOEL CÂMARA – Hamilton, eu quero homenagear todas as autoridades presentes, na sua pessoa.

Não pertenço ao partido do governo, nunca pertenci, mas, por questão de justiça – acompanho o problema dentro dessa Casa – tudo que é feito, é possível fazer no que diz respeito à saúde, à educação e à segurança para o povo brasileiro, cuja maioria é negra, esse Governo tem tentado fazer.

Se mais não faz, é por culpa desta Casa. Numa ditadura, senhores e senhoras, o responsável por tudo é o ditador, mas, numa democracia, Senador, o responsável sou eu, quando me omito, é o Congresso Nacional, são os Senadores e os Deputados Federais.

Então, que justiça seja feita, Senador. Esse Governo, é só consultar o Orçamento da União e ver o esforço no sentido de puxar verba para a saúde, educação e segurança. Falo isso com autoridade de quem nunca foi petista. Não sou petista.

Agora, quem falou o X do problema, aqui, foi o meu amigo Hamilton. Prof. Hélio, a primeira lei de abolição no Brasil é de 1700, não é de 1800 não.

Foi um tratado internacional. Mas, como diz o amigo poeta Hamilton, o problema é cultural. Por que uma lei pega e outra não pega? Porque, se não estiver ao nível da consciência possível do ouvinte, do destinatário, ela não vale nada. É como falar inglês para um analfabeto, falar árabe para um analfabeto.

Então, a questão da escravidão no Brasil, por exemplo, se a Princesa não tivesse, rapidamente, contunentemente, sem blá-blá-blá, dito “Está extinta”, ainda hoje a gente estava discutindo.

Em 1977, Hamilton, quando foram aprovados, em 1966, o Estatuto da Terra, Embrapa, o Instituto de Pesquisas Sociais, foi elaborado um projeto de reforma agrária, eu, sendo processado, tendo sido preso, fui chamado a ajudar. Fizemos um projeto de R\$30 bilhões para tirar todos os escravos do Nordeste para trazer para o Mato Grosso.

Hamilton, quando o projeto chegou aqui, até hoje, não saiu. Um projeto ao qual eu dava o nome de Nupcia, Núcleo Permanente de Colonização e Integração da Amazônia.

O Professor Hélio Santos falou em talento: quem tem talento não se perde, quem tem talento não se perde.

Todas as análises feitas aqui, eu posso analisá-las uma por uma, mas eu vou dizer qual é a solução.

A solução está nessa Casa, e eu vou falar em pé, em homenagem ao nome da pessoa que eu vou citar. É um negro, quilombola, exemplo para todo o Brasil, não é só para os negros não, para todo o Brasil. E tenho certeza de que, um dia, ele vai ter uma estátua aqui. Chama-se Domingos Dutra, Deputado Federal, nasceu numa família miserável, pobre, 15 filhos, sem ter comida, sem ter nada, mas não baixou a coluna vertebral, não baixou a cabeça. Foi à luta e venceu, e, hoje, é Deputado Federal, aqui dentro.

Meus amigos, se nós queremos respeitar os negros, os negros têm que se fazer respeitar. Ninguém respeita quem não respeita a si próprio. Não é pedir esmola, nem mendicância de caridade a nós amarelos, porque ninguém aqui é branco não. Aqui, todos nós somos mestiços.

É erguer a cabeça e perguntar ao nosso Domingos como é que ele conseguiu ser o Joaquim Nabuco dele próprio. Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Joel, só quero dizer uma coisa, de fato, quem tem talento não se perde, mas a pessoa, para descobrir o seu talento, precisa ter acesso àquilo em que ela tem talento. Se Pelé nunca tivesse visto uma bola, ele não teria o talento. O talento não é uma coisa só interna, há uma dialética entre a pessoa com talento e os instrumentos para realizar o talento. Se você não der um piano a uma pessoa que, dentro dela, carrega o talento de ser pianista, ela não será pianista. Se você não permitir que a pessoa se identifique com aquilo que ela tem talento, ela não consegue. Se não tivessem dado um pincel a Leonardo da Vinci, ele nunca teria pintado. E aí a educação entra. O talento não aflora por si. O talento não é só a florado, mas nasce a partir de um processo educacional.

O SR. JOEL CÂMARA – O senhor foi da UnB?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sou da UnB.

O SR. JOEL CÂMARA – Ainda é? Nós fomos colegas de faculdade? Duvido. E vou defender e processar qualquer faculdade, qualquer escola que recuse o ingresso de um negro na faculdade por ele ser negro. Não existe isso. Nós estudamos juntos. O negro que tem talento é respeitado tanto quanto eu que sou amarelo; não sou branco, nem pele vermelha. A nossa questão, disse o Hamilton, é cultural.

Vou dar um exemplo. V. Exª se esforça pela educação, mas saiba V. Exª que a primeira vez em que foi feito um movimento aqui no Brasil pela educação foi por Miguel Couto, em 1922. Ele fez um movimento no Brasil dizendo: no Brasil só há um problema nacional, a educação. Mas o discurso dele, como o de V. Exª, está acima da compreensão do nível de consciência possível dos políticos desta Casa. Esse que é o grande problema. V. Exª tem talento, tem cultura, até demais e, quando começa a falar, Ave Maria! Mas vou lhe dizer o seguinte, tem que ser no nível da consciência. O problema da escravidão é que foi feita uma lei por volta de 1700, um tratado internacional, e ninguém o obedeceu. Por quê? Porque não estava no nível da consciência possível do destinatário.

Então, Excelência, meu querido Senador, a nossa questão fundamental é não fazer disso uma guerra racista, porque toda verba que V. Exª aprova aqui não é destinada para brancos não, é para todos os brasileiros, entre os quais a maioria é negra.

E vou dizer mais uma coisa, passei quatro anos na cadeia, sem ser preso. Preso só foram dois; passei seis anos, dois como preso e quatro como pesquisador. Fiz 4.300 psicotestes na Casa de Detenção do Recife, que V. Exª conhece. Quatro mil, quase cinco mil! Pois bem, na cadeia só havia um branco preso, era o padre Osana, que matou o bispo. O resto eram negros. Mas ninguém estava preso porque era negro, meu amigo! Estava preso porque havia cometido uma delinquência. É como a defesa das crianças hoje, o Estatuto da Criança. E a criança pode matar, fazer viuvez, simplesmente porque é menor? Alguma coisa está errada! Eu estive na cadeia por seis anos, quatro como pesquisador, e digo a V. Exª. que falou aqui sobre o número de presos, nenhum branco...

(Soa a campainha.)

O SR. JOEL CÂMARA – Vou respeitar a campainha. Pois bem, Excelência, acho que deve ser feita outra convocação desta audiência para aprofundarmos o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É claro, vamos aprofundar. Mas temos convidados que precisam sair. Vou passar a palavra primeiro ao Augusto Sérgio.

O SR. AUGUSTO SÉRGIO DOS SANTOS DE SÃO BERNARDO – Bem, agradeço por minha presença na audiência. Acho que, depois desses anos todos, dessas décadas, aquilo que se chama de escravidão se sofisticou. Hoje, já não chamamos de racismo só uma única conduta humana; hoje, já falamos em 20, 30 ou 40 definições de racismo. Então, isso serve para explicar a complexidade do que é esse fenômeno no Brasil.

O racismo institucional já está hoje sendo discutido nas universidades, na sociedade como um todo e talvez esteja nos ajudando a pensar como é que nos comportamos frente a essa escravidão.

Eu diria não como uma resposta, mas como algo que precisa ser pensado, é a existência do Estatuto da Igualdade Racial, que poderia ser o dia seguinte da abolição, mas que, ainda assim, precisa de regulamentação e precisa de recurso.

E, para finalizar, Joaquim Nabuco falava, como uma possibilidade de superar as escravidão, da ideia da existência de forças morais. Eu queria deixar essa observação e essa lembrança, porque, quando ele pensava na existência das forças morais, ele estava falando disso. É algo que deveria estar no convencimento, na consciência coletiva de toda a nação, que hoje, ainda hoje, 2014, ainda não está na consciência coletiva. Ele disse que já existia força moral suficiente, mas, infelizmente, Senador, estamos vivendo uma dimensão que precisamos investir nas forças morais da sociedade para enfrentar e realizar a verdadeira abolição.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Augusto, eu quero lembrar que toda essa luta dos negros não tem nada de racismo. A prova – e eu cumprimento aqui o representante – é

da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ninguém criou uma secretaria de política de promoção do negro; é da igualdade racial, ou seja, quer-se igualar, não se quer ser superior em nada.

Bem, agradecendo a sua presença, eu já passo a palavra para o Sr. Hélio Santos.

O SR. HÉLIO SANTOS – Tanto eu quanto o Prof. Sérgio São Bernardo estamos saindo antes porque temos que pegar um avião, e eu quero agradecer a oportunidade, Senador, por ter estado aqui.

E falou-se muito em talento, mas hoje é possível calcular o custo econômico da perda de talentos. Quando os economistas brasileiros se debruçarem sobre esse tema, haverá uma comoção, porque há perda de talento, sim, quando as oportunidades não são iguais, as pessoas não são iguais e nem devem ser. O filho de uma lavadeira não é igual ao filho de um publicitário da alta classe média, mas as oportunidades de ambas as crianças filhas dessas famílias deveriam ser. É isso, elas não são iguais. (*Palmas.*)

Quero também agradecer, Senador, quem instigou V. Ex^a a fazer esse debate: nosso amigo Mário Néelson, que está assistindo, neste momento, de casa, e mandou um abraço para V. Ex^a. Está lá com a esposa, com os filhos. Eu também agradeço a você, Mário Néelson, essa oportunidade.

Eu acho que a questão da desigualdade racial no Brasil, quando nós apresentamos as cotas raciais – 1995, Governo Fernando Henrique –, imediatamente se falou que era uma proposta elitista. E era, era de propósito mesmo, as cotas raciais na universidade, porque sabíamos que iríamos provocar um certo embate, mas, simultaneamente se criaram as cotas sociais. Em momento algum, hoje, num recente artigo nosso, Senador, da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, levantamos: apenas uma universidade, de quase 200, tem cotas apenas para negros; em todas há cotas para negros e cotas para as pessoas que vêm da escola pública.

Na ocasião, quando um jornalista importante do Rio de Janeiro dizia que era uma proposta da classe média, que eu estava defendendo cota para a minha família, eu disse que não; a cota só era para quem vinha da escola pública, e todo negro da classe média tem o seu filho na escola particular; não beneficiaria e não beneficiou, como não beneficia hoje negros como eu. Os meus filhos não têm direito à cota, porque vêm da escola particular. Cota é só para quem vem da escola pública, negro ou branco.

Esse subproduto das cotas para brancos pobres é uma reivindicação do movimento social negro. A sociedade brasileira não reivindicou isso. Isso é um subproduto do esforço. Quando os negros colocaram na agenda que tinha que ter cota para negros, nós entendemos, entendíamos que tinha que ter cota para quem não era negro e também vinha da escola pública. Esse é um ganho do movimento social negro brasileiro, que trouxe consigo as pessoas que vieram dessa escola, como o Senador Cristovam Buarque colocou muito bem. (*Palmas.*)

Então, eu quero dizer que a maldade, como já foi dito aqui, é uma coisa ruim, mas o que me preocupa particularmente é o silêncio dos bons. Essa é uma afirmação de Martin Luther King. Quer dizer, os bons são aqueles que entenderam, e eu acho que uma das energias pouco trabalhadas é da força moral, força moral que tiveram Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Luther King. Eram homens que não tinham armas, mas que tinham uma força na sua fala. Eu acho que Joaquim Nabuco, Pedro, seu bisavô, foi uma pessoa que tinha essa força moral.

E ele instigou a nós, do movimento social, a discussão das cotas raciais. Eu espero que essa força moral possa reverberar aqui no Século XXI, em benefício do País.

E fecho com a palavra do nosso Eduardo Campos. Nós não temos de desistir do Brasil. Desistir deste debate é desistir do Brasil.

Eu agradeço a oportunidade.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero passar a palavra ainda ao Sionei.

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, por favor.

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Agradeço por ter participado com pessoas tão brilhantes. O Hélio Santos está indo embora.

Enfim, foi um prazer estar aqui, Senador, e participar de um debate, de um momento como este.

Estamos falando do Joaquim Nabuco, honrosa e merecidamente homenageado. Mas eu queria fazer um paralelo em relação à máxima dele e trazer a máxima de uma outra pessoa, que foi mencionada aqui, o Sr. Milton Santos.

Milton Santos, embora não fosse um militante da igualdade racial, tinha sensibilidade para essa causa. Então, quando ele entrava em um debate dessa natureza, dizia o seguinte: “Olha, a discussão aqui tem de ser assim: Perguntar à sociedade brasileira o que ela quer para os seus negros”. No Brasil, não temos um problema dos negros, temos um problema do Brasil. Ou seja, interessa ao País? Interessa à sociedade brasileira que os negros continuem sendo excluídos? Ou não? Se não, como vamos enfrentar isso?

Então, aqui foi falado do talento. Concordo que é uma questão de talento, enfim, mas vamos pensar. Ora, os negros que não têm talento também devem ter direito ao sol. Aqueles que não sabem jogar futebol, que não cantem, que são pessoas comuns têm de ter direito também. As pessoas devem ter cidadania, tanto as que têm talento como as que não têm.

É disso que estamos tratando, porque os excepcionais sempre encontram espaço na sociedade. Mas e os que não são excepcionais em qualquer segmento, seja mulher, seja negro ou seja índio? A política tem de atendê-los. É disso que se trata.

Senador, mais uma vez obrigado pelas pessoas que estão, pelas pessoas que nos ouviram pela TV Senado. Fiquei muito contente. Espero que o senhor continue fazendo essas inquietações. Uma pessoa como o senhor, que defende a educação, que tem essa sensibilidade, trazer esse debate é muito importante para os negros, mas para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sionei, eu apenas quero dizer que na escola que eu imagino, todos terão algum talento. É questão de identificarmos, de localizarmos. Não existe ninguém, a não ser que tenha algum problema – e aí é questão de assistência – que não tenha algum talento embutido. O que a gente faz é não despertar esse talento, por falta de escola, ou por ter preconceitos e achar que só vale como talento aquilo que for refinado.

Mas quero agradecer muito a sua presença. Tivemos de mudar o horário e, mesmo assim, você está aqui. Com isso passo a palavra ao Pedro Nabuco.

O SR. PEDRO NABUCO – Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de agradecer ao senhor mais uma vez.

Eu não tenho muito a acrescentar ao que foi dito, mas eu gostaria, sem embargo de opiniões alheias que iluminaram a nossa tarde hoje, de me solidarizar com meu tio em relação à Lei Áurea. A diferença é que no dia 12 de maio, o sujeito podia ser lançado a ferros e espancado e no dia 13 de maio, não.

E em agradecendo ao senhor, que foi Reitor da Universidade de Brasília, onde fiz pós-graduação no instituto onde o senhor leciona, no CDS, registro aqui a presença do Chico Livreiro, que é meu amigo, a quem chamei. Os reitores passam e o Chico fica na UnB... (*Palmas.*)

Eu gostaria apenas de terminar com uma pergunta: o senhor, inúmeras vezes, defendeu a educação de base e a necessidade da educação de base. Eu poderia apostar – e essa é a minha pergunta – o senhor não sabe quantas vezes o senhor defendeu. Foram tantas vezes que nem o senhor sabe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Para encerrar, antes de fechar a reunião, tem a palavra José Tomás Nabuco Filho, a quem mais uma vez agradeço a presença.

O SR. JOSÉ TOMÁS NABUCO FILHO – Eu não tenho nada a acrescentar. Só mais um dado a propósito, que o Pedro acabou de dizer. Havia no dia 13 de maio ou no dia 12 de maio 800 mil escravos. Calcula-se que havia ainda 800 mil, ou um pouco mais ou um pouco menos, escravos no Brasil.

Então não foi uma data irrelevante, foi uma data muito importante pelo menos para esses 800 mil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Para ser fiel ao que defendemos, vou ler algumas perguntas ou comentários que recebemos por telefone ou por *e-mail*, e separei alguns porque são da mesma pessoa, e como já está tarde não vou ler mais de um.

Aqui tem a Ivonice Pereira Dias da Silva que diz que: “as cotas trarão retorno positivo à população negra do País. Segundo ela, essa política pública poderá mudar a realidade dos que sofrem exclusão por causa de raça”.

Do Luciano Benedito Davi, que mandou muitas mensagens, coloquei esta: quanto tempo até que os governantes enxerguem e entendam que o “problema racial” não é social, não é econômico e não político, é um problema de traço cultural; para desconstruir uma cultura arraigada é necessário construir uma contracultura que seja mais forte.

O Carlos Augusto Pereira Silva pergunta se as cotas para negros e pardos em concurso públicos federais realmente irão solucionar o problema da exclusão que atualmente essas raças sofrem.

Aqui respondo. Solucionar não, mas que ajuda a mudar a cor da cara da elite brasileira sim. Inclusive para dar um exemplo aqui, esse público não aparece, mas aqui quase não temos negros.

A Aderita afirma que a escravidão foi um caso muito triste, pois o negro, o branco e o mulato são todos iguais. Segundo ela, não interessa a cor da pele e sim a mente, o comportamento, a fala e a educação de cada um pois todos seres humanos, sem exceção, são capazes.

Bernadete Firmino da Silva Pinheiro afirma que é filha de mestiço de índio, negro e branco, reclama que às vezes é chamada de negra por algumas pessoas com quem não tem intimidade, não na condição de apelido, mas devido à questão do racismo; acrescenta ainda que já foi denominada de macaca e o seu filho de macaquinho, o que a deixa muito constrangida e aborrecida. Declara que inclusive alguns políticos que fazem

campanha em sua região costumam lavar as mãos antes de cumprimentarem pessoas pobres e negras. Acha que esse tipo de atitude demonstra o racismo que ainda existe na sociedade brasileira. Parabeniza a Bernadete por ter manifestado essa posição.

Francivaldo: As cotas para negros como forma de inclusão não poderiam ser uma cota social, já que existem negros inclusos na sociedade privilegiada e brancos na menos favorecida.

Aqui, digo o seguinte, cota social, na verdade, não vai ser para entrar na universidade porque raros brasileiros pobres realmente conseguiram sair do analfabetismo, conseguiram terminar o Ensino Fundamental, conseguiram terminar o Ensino Médio e passar no vestibular.

As pessoas se esquecem de que para se beneficiar da cota têm que passar no vestibular. É uma questão de vagas, não é questão de abrir mão das cotas. A cota racial tem por finalidade eliminar uma vergonha brasileira. Não temos um embaixador negro.

Há um agora? Recentemente.

Ou seja, é uma vergonha para o Brasil.

Eu sempre digo, quando defendo cotas para negros na universidade: não estou defendendo pensando naquele jovem que entrou, eu estou usando esse jovem para que ele mude a imagem que o Brasil tem de ser com uma elite branca, sendo a maioria da população negra.

Luciano Menezes: Sou forçado a discordar, – eu já li uma dele –, mas ele diz que “sou forçado a discordar – não, esse é igual – o problema é cultural”.

E finalmente, a Roseli de Oliveira afirma que: o Estado brasileiro tem respondido de forma tímida e melancólica à pressão dos movimentos negros associados ao desenvolvimento da política de reparação histórica. Diante do exposto, pergunta como será desconstruído o mito da democracia racial e desnaturalizado o racismo subjetivo. Pergunta ainda qual o tempo para a superação das desigualdades no Brasil. E aproveita para parabenizar a iniciativa desta audiência.

Eu li praticamente todas as perguntas.

Eu vou dizer que para minha satisfação, temos aqui diversos representantes da família Nabuco. Eu acho isso formidável saber que temos vocês aqui: Isabel Nabuco, bisneta; a Júlia Nabuco da Fonseca, trineta; a Ana Rosa Nabuco da Fonseca, trineta; a Clara Nabuco Fonseca, trineta; o Cláudio Manuel Nabuco, trineto; o Pedro Manuel Alves Nabuco, tataraneto.

Isso mostra como o avô de vocês foi importante, a ponto de vocês juntos aqui estarem homenageando-o.

Parabéns pela família que vocês têm e por serem herdeiros desse que foi, sem dúvida alguma, um dos maiores maiores dos brasileiros.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 16 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 55 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Fleury e do Senador não membro Antonio Aureliano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 27 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para “*Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – estado da arte do debate a partir da ciência e da saúde pública*”. A audiência pública é realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Renato Malcher Lopes, Neurocientista, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília – UnB; Vladimir de Andrade Stempluk, Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Nara Santos, Assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. O Senhor Presidente lê mensagens de cidadãos recebidas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Rossana Brasil Kopf, Presidenta da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da OAB/CE e Coordenadora de Políticas Públicas sobre Drogas do Município de São Gonçalo

do Amarante (CE); Fabio Gomes de Matos e Souza, Professor de Psiquiatria da Universidade Federal do Ceará e Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; Luciana Bezerra Von Szilagyi, Articulação de pais e mães pró-cannabidiol – Paraíba; Luiz Bassuma, Ex Deputado Federal da Bahia; Sheila Geriz – Articulação de pais e mães pró-cannabidiol – Paraíba; Julio Américo Pinto Neto – Articulação de pais e mães pró-cannabidiol – Paraíba; Nazareno Vasconcelos Feitosa, Policial Federal, Conferencista Internacional e Especialista em Dependência química e Criminologia; Fernando Antonio Lobo, MOVIDA – Movimento em favor da vida, Fortaleza-CE; Maria Antonia Goulart, usuária do cannabidiol com finalidade medicinal/tratamento de câncer/fibromialgia; Adriano Andrade, representante do Fórum Advogado contra o Proibicionismo; Luciana Nolli, Neuropediatra da UnB; Katiele Fischer, mãe de usuária do cannabidiol para fim medicinal; Andréia Salles, do Grupo de autoajuda contra dependência química; Robson Silva de Souza, biólogo; Cassiano Teixeira – ONG Cannabis Esperança; Sérgio Fernando Raimundo Harfouche, Membro do CONAD – Conselho Nacional sobre Drogas, Promotor de Justiça da Infância e Juventude no Estado do Mato Grosso do Sul, Presidente da CEAD – Conselho Estadual Anti Drogas; João Antunes Vasconcelos, Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal; Cibelle Gomes Fernandes, mãe de duas crianças portadoras de epilepsia, que precisam fazer uso do cannabidiol; Filipe Marques, Militante do Coletivo Apologia e Estudante de Ciência Política da UnB; Luis Eduardo Girão, do MOVIDA Brasil sem drogas; Olga Lúcia Freire Maia, Presidente da Associação Peter Pan; Alexandre Tomás, ex- paciente de câncer e usuário do cannabidiol com fim medicinal; Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciência Política; Luiz Carlos Lages, do Coletivo Apologia; José Weder Cardoso Sampaio, Advogado, Presidente da Comissão da Diversidade Religiosa da OAB/DF; Rozangela Alvez Justino, da ABRACEH – Associação de Apoio ao Ser Humano e a Família; Vanessa Barbosa, ex-usuária de drogas; Valdery Alves Ribeiro – FENASP; Marlon Gustavo, Pastor; Moisés Moreno, Membro do Movimento “Maconha Não!”. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um! Quero começar chamando os convidados de hoje.

Chamo, primeiro, Renato Malcher Lopes, neurocientista, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília; Vladimir de Andrade Stempluk, membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Nara Santos, assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; e Grazielle Custódio, que, no momento oportuno, chegará a esta Comissão.

Quero começar citando três manifestações que me deixaram na Mesa. Uma é da OAB do Ceará, que se manifesta contra a legalização. Trata-se de uma página de um jornal, em que há a manifestação clara do Presidente da OAB, Valdetário Monteiro, afirmando que a Ordem é a primeira do Brasil a se posicionar sobre a questão debatida no Senado.

Quero também ler aqui um documento que vem da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, dizendo o seguinte:

Os debates da Comissão de Direitos Humanos do Senado sobre a possibilidade de regulamentação da produção, comércio e uso da maconha volta a ser debatido na segunda-feira [hoje]. A discussão faz parte da segunda rodada de uma série de audiências públicas promovidas pela Comissão, para decidir, com base em relatório, que será elaborado pelo Senador Cristovam Buarque, se o tema será alvo de projeto de lei.

Quero parabenizá-los, porque muitos não entenderam ainda isso. Daqui vai sair um relatório que vai dizer se deve ou não elaborar o projeto. Não há projeto de lei.

Nós, Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, queremos, através deste documento, manifestar a nossa posição contrária à liberação ou regulação de qualquer tipo de droga e, neste caso específico, contra a liberação da maconha. Como cidadãos e pais de família, acreditamos que a legalização das drogas não vai trazer nenhum benefício para a nossa sociedade, já tão afetada pelo avanço da criminalidade, vitimando, em sua maioria, nossos jovens.

Nesta oportunidade, externamos nossa estima e apreço, colocando esta Casa de Leis à inteira disposição. São dez Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, tem do outro lado!

Vou ler os nomes bem rápido: Jerson Domingos; Maurício Picarelli; Eduardo Rocha; Júnior Mochi; Amarildo Cruz; Antônio Carlos Arroyo; Cabo Almi; Osvane Ramos; Dione Hashioka; Felipe Orro; George Takimoto; Laerte Tetila; Lauro Davi; Lídio Lopes não assinou, mas o nome está aqui; Londres Machado não assinou também, mas está aqui; Mara Caseiro; Marcio Fernandes; Marcio Monteiro ainda não assinou; Marquinhos Trad; Onevan de Matos não assinou; Paulo Corrêa não assinou; Pedro Kemp; Zé Teixeira e Carlos Marun.

Essa é mais uma manifestação.

Há também uma carta que eu recebi de uma senhora, Priscila Inocente, que diz o seguinte:

Bom dia, Senador. Peço humildemente que leia esta carta na audiência, para que muitos que ainda acham que a regulamentação da cannabis é apenas desculpa entendam o sofrimento de uma mãe, entendam que para nós isso é remédio que está salvando vidas e está dando qualidade de vida para muitas crianças e outros que necessitam da planta.

Meu nome é Priscila Inocente, sou mãe do Miguel, uma criança de 5 anos que tem epilepsia de difícil controle e ainda sem um diagnóstico. Desde 1 ano e 10 meses meu filho apresenta crises convulsivas. Começaram muito leves e, conforme medicações foram entrando, ele só piorava; suas crises foram ficando mais fortes, mais violentas a ponto de arremessá-lo longe, a ponto de estar comendo e fazer ele quebrar pratos com a cabeça, pois a violência com que seu corpo e sua cabeça eram jogados para frente fazia com que ele quebrasse os pratos com a testa quando estava se alimentando. Nessa época ele estava em média com 30 crises por dia. Tomou todas as medicações existentes, algumas não surtiram efeito algum, outras o deixaram dopado e outras quase o levaram a morte. Chegou a tomar tanta medicação junta que mal conseguia segurar a cabeça e andar. Meu filho teve um desenvolvimento normal até começarem as crises. Falou, andou, tudo no tempo certo. Quando elas começaram, seu cognitivo foi sendo afetado, não tinha mais tanto equilíbrio, não conseguia formar frases e cada vez mais regredia. As crises o afetaram tanto que ele parou de falar completamente, e essa é uma dor sem tamanho para nós, pois sinto muitas saudades de ouvir meu filho chamando mamãe. As convulsões afetaram muito sua parte respiratória, tendo pneumonias recorrentes e diversas infecções respiratórias, algumas até por conta de medicações. Por muito pouco não chegou a parar na hemodiálise, pois uma das medicações (valproato de sódio) estava intoxicando o Miguel por amônia. Fez aplicação de imunoglobulina como uma tentativa cega para controlar suas crises (uma vez que não tem diagnóstico). Para realizar esse procedimento era internado a cada 21 dias por 5 dias, o que lhe causava tamanho desconforto, estresse e muitas crises, pois tinha que ficar conectado em uma máquina que mandava a medicação para ele o dia todo. Esse tratamento lhe trouxe algum alívio, mas nada de controle. Sua média de crises por dia com medicação e aplicação estava em 10 a 15 crises por dia. Iniciamos o canabidiol no dia 17 de julho e, desde então, a vida do Miguel e da nossa família mudou. Hoje meu filho acorda cedo, antes não conseguia acordar antes do meio-dia e ainda assim passava o dia todo cansado, sem forças para nada. Durante o sono tinha microconvulsões de 10 em 10 minutos, era impossível ele descansar e eu também, pois passava a noite ao seu lado monitorando seus sinais, pois só quem é mãe e pai de uma criança que sofre dessa enfermidade sabe o medo diário que nos assombra de perdê-los. Hoje, com o canabidiol, meu filho tem vida. Ele brinca, corre, acorda cedo e está conseguindo realizar suas atividades nas terapias que faz. Já não tenho mais medo de deixá-lo dormir sozinho, correr. Antes disso, era aterrorizante, pois a qualquer minuto ele poderia ter uma crise e se machucar muito. Hoje vejo meu filho sorrir, entender o que falo para ele e também ter a iniciativa de querer jogar jogos, coisa que antes não acontecia. O canabidiol trouxe qualidade de vida para o Miguel e para todos nós da família, que vamos lutar muito para dar continuidade a esse tratamento que tenho certeza que irá voltar a fazer com que ele diga novamente o que tantos sonhamos em ouvir um dia de novo: “mamãe e papai”.

[Aqui ela conclui dizendo:] Carta de uma mãe que precisou traficar o remédio do seu filho para poder voltar a dar vida a ele.

Essas são as manifestações que temos aqui.

Temos um número imenso de inscritos. Eu vou tentar que todos falem, mesmo que tenha de reduzir o tempo para terminar por volta do meio-dia.

Antes disso, eu quero falar, sobretudo para o público, por que estamos aqui. Nós não estamos aqui por uma iniciativa do Senado, ainda menos por iniciativa minha.

Nós estamos aqui por iniciativa de um jovem: André Kiepper, está aqui ele hoje, ele hoje, que está ali, e que reuniu assinaturas em número suficiente para provocar o Senado a debater o assunto. Esses assuntos que vêm de fora do Senado entram pela Comissão de Direitos Humanos. Então, a Presidente da Comissão recebeu, sem pedir, a proposta liderada pelo Kiepper.

A Presidente Ana Rita, Senadora, indicou-me, sem que eu pedisse – aliás, sem me consultar; eu soube pela mídia, quando uma notinha no Twitter me parabenizou pelo assunto, e outra me criticou, e eu não sabia

o que era. Quando um presidente indica um Senador, não tem que consultar. Eu mesmo fui Presidente desta Comissão e não consultava. Agora, nós temos o direito de recusar. Confesso a vocês que cheguei a pensar em recusar a relatoria. É um abacaxi tremendo, eu tenho muitas atividades, não sou um Senador de poucas atividades; isso me desvia a atenção de muitas outras coisas fundamentais. Cheguei a pensar, mas não recusei. Primeiro, porque acho que seria uma covardia diante das dificuldades, e acho que não temos esse direito. Segundo, porque este é um assunto importante a ser debatido, tanto que está tendo tanta atenção, e tanta gente querendo e não querendo a regulamentação, mas todos querendo debater. Jogar o problema da droga no Brasil para debaixo do tapete, ignorar que ele existe é um suicídio nacional e eu diria até humanitário.

Esse é um problema sério. E não estamos ganhando a guerra contra as drogas. Aumenta o número de usuários de todas elas – mais do que de usuários, aumenta o número de dependentes – e aumenta o tráfico. Não podemos jogar para debaixo do tapete. Essa foi a segunda razão que me fez não recusar a tarefa.

E uma terceira é que eu sou o Senador da educação, e esse é um problema que está afetando muito a educação. Está afetando muito a educação, porque, ao usar, alguns podem ter diminuição do seu desempenho educacional e está, sim, afetando, porque as escolas estão rodeadas de traficantes. Nós temos que enfrentar o assunto.

E, diante disso, assumi a responsabilidade de debater com a sociedade, enquanto for preciso, o assunto, com quatro perguntas fundamentais, embora tenhamos outras, que coloco para vocês que estão aqui. Podem falar de outras coisas, mas eu queria que tocassem nessas quatro perguntas.

Primeiro, se a regulamentação, ou seja, o fim do tratamento como crime pelo usuário, aumenta ou não o consumo. Essa é uma pergunta para a qual eu gostaria de ter uma resposta. Já ouvi que sim, já ouvi que não.

A segunda é se a maconha é uma porta de entrada para outras drogas piores. Essa é uma pergunta, Senador, que ninguém conseguiu responder com clareza ainda.

A terceira é se a regulamentação diminui morte por violência do tráfico. Também há dúvidas. Alguns dizem que, se regula, não há mais tráfico; outros dizem que o tráfico vai mudar para outras drogas.

E a quarta é do ponto de vista moral. Supondo que não aumente o consumo, não seja porta de entrada e diminua a violência, tudo bem, mas e, diante da moral coletiva da população brasileira, estamos preparados para tratar a maconha como uma droga comum? Falo do ponto de vista moral, não do ponto de vista religioso, porque, do ponto de vista religioso, este é um país que tem centenas de religiões; portanto, não dá para dizer que uma vai impor. Se houvesse a imposição religiosa, como no Brasil existem muitos muçulmanos, o álcool seria proibido, e o álcool não é proibido, apesar de haver religião no Brasil que vê o álcool como um pecado muito grave. Religiosamente, temos posições diferentes; mas a moral é algo que precisamos medir. Eu não gostaria de fazer uma proposta que se chocasse radicalmente com uma espécie de pensamento, de sentimento moral.

Durante muitos anos, o divórcio foi adiado no Brasil por causa disso. Não era só a Igreja católica que era contra; havia também a ideia de que quem se separava de um casamento não merecia mais ser respeitado, como hoje acontece com quem fuma maconha. É tratado como o homem que se separava da mulher ou a mulher que se separava do marido. Eram vistos como párias. Chegou-se a um ponto em que isso é aceito com a maior naturalidade. Até temo que já comece a ser visto como esquisito quem é casado há muito tempo, como eu. Hoje em dia, já começam a ficar sem entender como um sujeito segura 44 anos de casamento.

Pois bem. Quero ver também esse lado moral, até eu fazer o meu relatório. Eu vou fazer o meu relatório com base na consciência que eu for adquirindo na medida em que o debate for avançando. Se eu fosse escrever hoje, não saberia o que colocar. Hoje eu não saberia, hoje eu teria dúvidas sobre o impacto disso no aumento, ou não, na porta de entrada, ou não, na violência, ou não, e quanto aos impactos morais que isso provocaria.

Por isso, estamos aqui e, por isso, passo a palavra ao Prof. Renato Malcher Lopes.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Cristovam. Bom dia, colegas Nara Santos e Vladimir de Andrade. Bom dia a todos que vieram.

Agradeço muito – eu o chamo de professor porque fiz minha graduação na UnB na época em que era reitor – ao Prof. Cristovam. Eu o conheço com esse respeito de aluno diante da sua tremenda capacidade de compreender algo de que todo mundo fala, mas que ele demonstra, na prática: a importância da educação, a importância da construção de uma sociedade com base no conhecimento, com base na serenidade que o desvendar do desconhecido traz. É algo que se opõe a todas as angústias que o desconhecido traz. Então, conquistar o desconhecido não é combatê-lo com mais helicópteros, com bombas, com violência. É descobrir suas nuances, descobrir, através do conhecimento, a forma de domar as circunstâncias para o bem da sociedade.

É uma iniciativa muito importante da sociedade trazer essa discussão. Queremos guiá-la a partir de uma perspectiva que ficou muito obliterada pela guerra contra as drogas, que é o histórico do uso da *Cannabis sativa* como planta medicinal. Trata-se de uma planta que acompanha os seres humanos desde a antiguidade pré-histórica. Nas mais antigas agriculturas conhecidas, nos fósseis de artefatos feitos com a fibra do cânhamo,

havia indícios de que ela era usada como medicina. Esses registros existem junto com as lavouras mais antigas, encontradas há mais de cinco mil anos.

Então, é importante entender de onde surgiu a relação do homem com essa planta, compreender que, ao longo dessa relação, houve uma domesticação dessa planta, modificação. Da mesma forma que o lobo foi domesticado, a maconha foi sendo conduzida e tratada geneticamente para aprimorar suas finalidades medicinais. Ao longo desse processo, as diversas civilizações compreenderam que o uso medicinal pode ser feito de forma consciente, evitando, como se evita em qualquer remédio, o abuso que pode não ser tão efetivo do ponto de vista medicinal.

Eu trouxe aqui esta apresentação; está um pouco desviada. Para explicar essa relação, vou ter que fazer uma pequena introdução, para que as pessoas entendam o papel de um sistema que se chama sistema endocanabinoide.

O nosso organismo produz substâncias que são imitadas pelas substâncias presentes na maconha. Essas substâncias foram isoladas, e esses sistemas foram mais bem compreendidos a partir do final da década de 80.

Eu estou ouvindo muito ruído na plateia. Está me desconcentrando um pouco.

Então, esse sistema tem uma peculiaridade única em todos os sistemas que nós temos. Ele integra um mecanismo de orquestrar todos os aspectos que geram manutenção do bem-estar do indivíduo e da espécie. Então, ele conecta processos cognitivos, processos emocionais, processos fisiológicos que coordenam o nosso comportamento para otimizar a nossa sobrevivência, processos de regulação de reações inflamatórias, processos que regulam a fisiologia do nosso organismo, para que, no nosso contato com o nosso ambiente e com outros seres, tenhamos o nosso organismo orquestrado.

Como esse sistema ocupa um ponto central nessa orquestração, ele pode ser alvo de várias formas de terapia. Da mesma forma que, se há um abuso, pode causar alguns problemas. Porém, os problemas que o abuso da *Cannabis* pode causar são problemas administráveis e muito menos graves do que o abuso de algumas drogas inclusive vendidas na farmácia. É bom a gente compreender isso não com uma perspectiva do tipo: “Ah, olha, a maconha não vai causar esquizofrenia, não vai causar a morte. Então, pode-se usar.” Não! Como há uso médico, a gente tem que saber os limites na verdade.

Não adianta chegar aqui com uma postura alarmista, achando que se está fazendo o bem para a sociedade, quando, na verdade, se está subtraindo da sociedade o direito de conhecer a verdade, que, por sua vez, subtrai de outras pessoas o direito de escolher a forma de cuidar da sua saúde de maneira mais consciente. Então, às vezes, o discurso vem imbuído de uma boa intenção, mas o resultado dele é gerar uma nuvem de pavor que acaba causando sofrimento, acaba causando um mecanismo na sociedade que, se por um lado, supostamente ajuda a proteger, por outro, acaba criando uma guerra.

Uma maneira de a gente olhar bem esse sistema é uma situação de estresse agudo em relação a uma situação de bem-estar. Uma situação de estresse agudo gera emoções que demandam alterações no nosso organismo. Alterações para luta, fuga, alterações para lidar com inflamação etc. Quando essas alterações acontecem, o organismo tem que retornar à normalidade, porque é como se ele tivesse entrado numa guerra. Então, o organismo também tem mecanismos para perceber quando ele está em sintonia com o ambiente, quando o ambiente fornece condições para ele viver bem, quando ele está bem orquestrado com o seu apoio comunitário. Então, as emoções são sempre coordenadas com comportamentos e com mudanças fisiológicas.

Quando há, por exemplo, um estresse agudo, que é a maneira de a gente exemplificar o limite dessa situação, as emoções são de pânico, de fúria, para situação de luta e fuga. Ao mesmo tempo, existem uma série de adaptações fisiológicas para a situação de luta e fuga, situações que favorecem a fuga, a luta, a atividade de vigilância. Nesse momento, é ativado um sistema chamado sistema autônomo simpático, que prepara o nosso organismo para a guerra. Ele estimula a resposta inflamatória. Aí, o organismo dispara o coração para o organismo lutar, brigar ou fugir. Esse é o extremo do estresse. Mas, no nosso dia a dia, a parte do cérebro que lida com isso está o tempo todo fazendo pequenos ajustes, coordenando a fisiologia com processos de aprendizado, com processos emocionais. Quando há um estresse agudo, existe a liberação de um hormônio que serve para eventualmente reverter de volta à normalidade.

No meu trabalho, à época em que eu estava nos Estados Unidos, numa universidade chamada Tulane University, nós descobrimos que esses hormônios que reverterem para normalidade – o cortisol no homem – causam a produção de endocanabinoides no cérebro. Endocanabinoides são as substâncias que a planta imita. Essa produção faz desligar esse sistema de guerra e regular os hormônios de maneira que o organismo possa agora passar para a fase de recuperação. Essa fase de recuperação implica, então, normalização dos processos fisiológicos, diminuição da dor, diminuição do estresse psíquico, aumento de capacidade de redescobrir informações cognitivamente, aumento da capacidade de união social, que é muito importante para um grupo de animais que vivem na coletividade.

Então, esses endocanabinoides são as substâncias que a planta maconha, a planta *cannabis sativa* imita. Ela tem várias substâncias que imitam e atuam direta ou indiretamente de forma diferente. Cada uma dessas substâncias atua de maneira sutilmente diferente em relação uma à outra. E o que acontece é que, ao longo do processo da relação do homem com essa planta, foram desenvolvidas várias linhagens com diferenças de componentes que servem a várias funções terapêuticas, porque o sistema sobre o qual eles atuam tem essa amplitude de aplicações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Está bom. Enquanto está reiniciando, se pudermos, depois, alcançar um pouco o tempo, vou me adiantar onde puder.

Estou trazendo, na sequência de eslaides, uma imagem de um artigo que foi publicado em 1843, num periódico científico britânico, e nele estava a primeira divulgação formal do mundo ocidental sobre as propriedades médicas da *cannabis*. No caso, era um médico irlandês que estava vivendo na Índia. Ele percebeu o uso da *cannabis indica* para várias funções, para vários tratamentos – porque, na Europa, eles não tinham ainda tratamento –, por exemplo: para tratar sintomas da cólera, tratar os espasmos do tétano e tratar convulsões. E uma coisa que me chamou muito a atenção nesse artigo, que é de 1843, é que um dos casos que ele relata é o de uma menina que chegou até ele com 40 dias de idade. Essa menina começou a sofrer crises progressivas de convulsão, e eles tentavam diversos tratamentos que havia na época, sobretudo com opiáceos, e a menina só piorava, chegando próxima da morte, com uma convulsão seguida de outra. Aí, ele conversou com os pais, disse que tinha testemunhado o uso dos locais e que ele havia feito uma solução a partir de álcool; extraiu o óleo da planta *cannabis indica* com álcool e queria experimentar na criança. Logo na primeira noite, eles tiveram um efeito extraordinário. Deram uma gota, não deu certo; depois, deram duas gotas, não deu certo; deram três e, finalmente, cessaram as convulsões da menina. Eventualmente, eles foram ajustando a dose e, em termos de três meses, a menina simplesmente parou de ter convulsões. Ela estava próxima de morrer, e acabaram as convulsões dela. Esse caso, ao que tudo indica, é muito parecido com uma síndrome chamada síndrome de CDKL5, que é um caso que ganhou notoriedade no Brasil por causa da Anny Fischer, uma menina aqui de Brasília, filha da Katiele, que passou pela mesma situação.

Vejam vocês: em 1843, já se conhecia um tratamento, que, se não fosse por causa da proibição... E, quando a gente fala em proibição, a gente fala que qualquer uso está vetado de uma maneira belicosa, beligerante. A gente fala que há pessoas que morrem para evitar que uma planta medicinal seja usada.

Nós precisamos aprender a ter generosidade no nosso coração, para entender que hoje em dia precisamos resolver as coisas de uma maneira que não seja na base da guerra, na base da violência, porque nós temos inteligência para isso. E o mundo demanda que nós usemos essa inteligência, porque tem gente morrendo, tem gente sofrendo à toa, há mais de um século por causa desse desespero. A gente vê aqui pessoas bem intencionadas, mas absolutamente desesperadas, sem conhecer a profundidade do que elas estão falando, certo?

Então, desde essa época... Eu vou mostrar aqui para vocês.

Isso aqui é uma farmacopeia chinesa, chamada Palimpsesto, uma compilação feita no século 1 a.C., ou seja 100 anos antes de Cristo. Ela traz uma compilação de saberes populares de mais de dois mil anos, e aqui há uso medicinal da *cannabis* para tratar dores severas, para tratar tensão pré-menstrual, e é usada como anestésico, misturado com álcool.

Isso aqui é um escrito mais antigo ainda, da Mesopotâmia, que traz o uso de maconha para doenças, que, na verdade, eram tidas como possessões, que incluem a epilepsia, inflamações, dor de cabeça... Isso aqui é um papiro, o segundo papiro mais antigo, o Papiro de Ebers, do Egito, que traz o uso, inclusive, de tintura, de extração de maconha como colírio, uma coisa que, hoje em dia, é também usada para glaucoma.

Então, a realidade da maconha tem sido essa por milênios, até 1937, quando ela foi proibida de maneira arbitrária.

Este é o artigo do qual eu falei, publicado no *Provincial Medical Journal, and Retrospect of the Medical Sciences*, na preparação do Indian Hemp, que é a *cannabis indiana* ou Gunjah (*cannabis indica*).

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Esse sinal é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode continuar.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Aqui, então, para mostrar o desespero dos pais.

No final, temos que em setembro/outubro começou o tratamento; e, em dezembro, olha o que o “cara” disse: “A criança, agora, está em estado de saúde robusta e reconquistou o seu vigor natural e a sua aparência feliz”.

Quando esse artigo foi publicado na Europa, houve uma verdadeira revolução na Medicina. Isso foi no final do século 19. E, a partir daí, a *cannabis indica* simplesmente dominou completamente a farmacopeia ocidental, até 1937, quando ela foi, arbitrariamente, proibida, sem nenhuma razão, sem nenhuma base, por exem-

plo, por causa de problemas adversos; nada disso. Foram outras questões – questões políticas, questões de maneira de lidar com a migração nos Estados Unidos, questões que dizem respeito ao cânhamo, que é planta de interesse industrial que nem tem praticamente THC.

Então, vejam bem: do final do século 19 até 1937, não havia nada de chocante de as pessoas buscarem alívio para os diversos males; inclusive, era usado para tratar *delirium tremens*, que é a síndrome de abstinência do abuso de álcool, mas também epilepsia, dores severas, dores nevrálgicas – que são dores em que pessoas praticamente muitas se matam, porque não há outros anestésicos –, cefaleias dos diversos tipos, dores de dente, e assim por diante.

Aqui, então, é para mostrar o contraste da situação. Por causa da proibição, o resultado foram muitas mortes. Muitas pessoas morreram, muitas pessoas tiveram os filhos definhando nos seus braços até a morte. Raríssimas são as crianças que têm a oportunidade de sobreviver, como as crianças que tiveram acesso ao uso o óleo de *cannabis* com Síndrome de Dravet, por causa da severidade da doença. E o mais irônico de tudo é a severidade dos efeitos colaterais dos remédios que elas tomam, que são muito piores do que os possíveis efeitos colaterais da maconha.

Aqui, no caso, a gente está falando do canabidiol, mas, na verdade, é um extrato oleoso de uma variedade que eles podem chamar de cânhamo, uma variedade rica em uma substância chamada canabidiol, que é o caso da *cannabis indica*, mas que não é o canabidiol puro. É isso que as pessoas estão usando, é isso que está salvando vidas no Brasil. Não é o canabidiol puro, que também é útil, mas não é, necessariamente, a única forma, O. K.? Inclusive, a quantidade de outras substâncias que existem aqui é tão pequena que pode até, na verdade, contribuir para os efeitos positivos.

Aqui, para vocês terem ideia, coloquei seis componentes diferentes da maconha, que atuam direta ou indiretamente no sistema endocanabinoide, gerando funções farmacológicas.

Tem como ajustar isso aqui? Ou é defeito na lente mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – O.k.

Olha, aqui eu estou falando do Delta-8-THC, do canabigerol, do canabidiol, do canabinol e da canabivarina.

Aqui são os efeitos: efeito ansiolítico; imunossupressor – suprime inflamações; efeito anti-inflamatório; efeito bactericida, fungicida, antiviral; impede a proliferação de tumores, de câncer; vasodilatador; neuroprotetor – protege neurônios contra hiperativação; é antioxidante; estimula o apetite; é antiemético – inibe a náusea; é analgésico; é levemente sedativo; diminui a pressão intraocular; é antipirético – diminui a febre; é antiespasmódico – diminui espasmos musculares e cólica.

Estou achando muito barulhenta a plateia. Por favor, está me desconcentrando.

Então, aqui nós temos uma indicação, comprovada cientificamente, dos efeitos medicinais da maconha, que estão em pleno acordo com o uso milenar dessa planta. Hoje em dia – e não estamos falando de uma coisa de outro planeta nem de uma coisa nova –, os países mais avançados no uso medicinal da maconha... E o país que puxou essa história foi Israel, porque a proibição impediu esse avanço científico nos Estados Unidos. Mas Israel não se deixou bloquear com isso, e ali houve um grande avanço no uso medicinal da planta, puxando consigo todos os esse países, onde, hoje, há sistemas regulamentares de uso medicinal.

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Aqui é um lugar onde as pessoas vão comprar vários produtos à base de *cannabis* nos Estados Unidos, para se tratarem medicinalmente. Eles têm uma carteira de tratamento.

Vou falar das contraindicações antes e, depois, falar para que são vendidos esses produtos atualmente.

O efeito da maconha é passageiro, dependendo da quantidade de THC, podendo causar um problema de memória de curto prazo. Por exemplo, se você pedir para a pessoa para decorar um número de telefone, durante as três ou seis horas de efeito, ela não vai conseguir fazê-lo. Mas isso não vai apagar a memória dela. É claro que, se a pessoa fizer um uso abusivo, ficando o tempo todo sob esse efeito, ela terá uma certa redução, mas isso não vai torná-la um indivíduo estúpido, burro. Há muitas pessoas que conseguem viver com essa circunstância. E é importante dizer isso não para estimular o uso, sobretudo entre jovens, que podem se desmotivar, mas para termos a clareza dos limites adequados para entendermos e não impedirmos, com isso, que se faça um uso medicinal da planta e para não matar pessoas, impedindo algo que pode ser impedido com a educação, sem a necessidade de mortes.

Dependência psicológica pode ocorrer em 9% dos usuários. A maioria das pessoas não desenvolve o uso problemático. E esses 9% são tratáveis.

É contraindicado para pessoas que tenham alguma doença psicótica em andamento ou tendências familiares. Contudo, é contraindicado se a cepa tem muito THC e pouco canabidiol, uma vez que o canabidiol é bom para quem tem psicose; é um inibidor de psicoses. Certo?

Jovens em crescimento e gestantes não devem usar.

Os jovens em crescimento não devem usar, sobretudo por causa do efeito hedonístico da maconha, que vai seduzi-los e, talvez, desmotivá-los para a prática de outras atividades. Todavia, isso não quer dizer que eles se tornarão burros, psicóticos – nada disso! É importante dizer isso, porque há como usar de forma racional, mesmo em adolescentes, com fins médicos.

Esse aqui é um registro de patente do ano passado. Trata-se do uso de óleo inteiro de *cannabis*, para impedir o espalhamento de câncer de próstata, câncer de mama e câncer de cólon. Então, o óleo de *cannabis* não só impede a dor, a náusea e o sofrimento psíquico de quem tem câncer, mas inibe a formação de metástase. Isso aqui é uma patente registrando esse uso.

Este aqui é o óleo, que o pessoal tem usado para tratar epilepsia, o que tem promovido uma verdadeira revolução, com implicações, inclusive, para o tratamento do autismo – e sobre isso, se der tempo, eu posso falar aqui.

Isso aqui é uma espécie de engenharia reversa que a indústria farmacêutica está fazendo. Ela extrai o óleo, separa os componentes e os remistura. Dessa forma, a indústria farmacêutica pode ter um ganho também com os *royalties* pelo emprego de patentes.

Aqui, no caso, existe todo um rigor científico. Esse aqui é o Real Scientific Hemp Oil. Ou seja, há todo um rigor científico para a produção desse óleo, que é extraído da planta a um custo menor e cuja efetividade não é uma teoria, não é uma hipótese. Todo mundo está vendo isso ser noticiado, ou seja, é notório.

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Isso aqui é na Holanda. Lá, eles desenvolveram plantas, com todo o rigor científico, que têm componentes conhecidos, e essas plantas podem ser usadas de forma direta para a extração gasosa. A gente mostrou a extração oleosa, mas há a extração gasosa, que pode ser feita com o uso de uma série de aparelhos sofisticados, que já existem nos países que usam a maconha medicinalmente: os chamados vaporizadores. E esses aqui são alguns entre as dezenas de modelos que existem. Eles extraem o vapor, com os princípios ativos, sem causar a fumaça. Portanto, não há o problema da toxicidade da fumaça.

Então, o uso medicinal de plantas desenvolvidas cientificamente – aqui, é um caso da Holanda –, com os componentes conhecidos, é feito de forma monitorada por médicos, em vários países, a partir desse aparelho. Não é a partir do fumo, mas do óleo, ou da substância pura, ou desse aparelho.

Então, os casos reportados sobre epilepsia ajudaram. Essa aventura a que os pais se colocaram de desafiar as leis e trazer de volta a si o direito de cuidar da sua vida trouxe uma revolução também para o autismo, porque evidenciou para a ciência a conexão etiológica entre processos que causam a epilepsia e o autismo. Tanto é assim, que vocês irão ouvir testemunhos de crianças que tiveram epilepsia e eram autistas.

Essa carta que o Professor Cristovam leu é um caso típico de uma síndrome caracterizada por convulsão e autismo regressivo. São crianças que se estão desenvolvendo bem e começam a ter crises de hiperatividade cerebral; e esta hiperatividade leva as crianças a um estado de autismo.

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Então, estou mostrando aqui por que o sistema canabinoide é importante para o tratamento de autismo. Aqui são alguns artigos, mostrando a ligação entre o autismo e defeitos no sistema endocanabinoide, que são defeitos parecidos com várias síndromes, tais como esclerose tuberosa, Síndrome de Rett, Síndrome do X Frágil, Síndrome de CDKL5 e Síndrome de Dravet.

A Síndrome de CDKL5 é o caso da filha da Katiele; a Síndrome de Dravet é provavelmente o caso descrito pelo irlandês, mas é o caso também descrito no documentário dessa menina, feito pelo âncora, um neurologista americano, o principal consultor de ciências e medicina da CNN. Ele sempre foi contra o uso medicinal da maconha, dizendo que iria causar danos à sociedade, era desculpa de maconheiro; enfim, esse discurso apavorante que vemos até hoje, infelizmente, causando mais danos à sociedade do que efetivamente bem.

Aqui, mostra, então, o fim dos sintomas de autismo dessa criança. Aqui, estamos mostrando – por favor, silêncio, gente! – como ela estava antes de tomar o canabidiol. Podemos ver o problema de conexão com o mundo exterior pelo olhar. Observem a diferença no olhar desta criança meses depois do tratamento.

Isso significa tratamento de autismo também, que é uma doença severa, uma doença que tem um impacto poderoso, infelizmente, e muito doloroso sobre a família. Para muita gente, não há como tratá-lo. Hoje em dia, graças ao espírito humano, à coragem desses pais que quebraram uma barreira feita pelos legisladores, impedindo o desenvolvimento da ciência e causando mortes por causa disso, desses pais que se aventuraram e desafiaram essas leis, que não são baseadas em valores humanos e cristãos, porque elas causam morte e sofrimento, ajudaram a ciência.

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Hoje em dia, temos, inclusive, um instrumento para tratar o autismo.

Parece que faltou um eslaide que mostra outras doenças que causam... Vou só mostrar esse último caso de uma criança. O fator em comum que existe entre epilepsia e autismo é o excesso de atividades de circuitos neuronais, criando um caos de circuito neuronal, podendo causar convulsão ou confusão mental, ou causar dor. Esse caos pode ser no centro que detecta o pior tipo de dor. E, nessas crianças, a dor é tão severa, o ruído mental é tão grande que elas começam a se autoagredir, a tacar a cara na parede, para tentar se distrair do sofrimento que surge de dentro.

Aqui está mostrando mais um caso de pais, nos Estados Unidos, que desafiaram a lei, desafiaram o pre-conceito, desafiaram o moralismo equivocado, que se acha humanista, mas, na verdade, causa sofrimento, e transformaram a vida dessa criança desta situação para esta aqui, usado extrato de maconha.

Então, existem várias possibilidades de a maconha ser usada. São várias plantas: algumas têm contraindicações; algumas têm mais THC; outras, menos THC. Elas podem ser usadas para câncer, esclerose múltipla, Alzheimer, Parkinson. Elas impedem a metástase anticonvulsivante, inibem as náuseas no tratamento de quimioterapia e dores que podem causar o suicídio.

Então, para finalizar, eu quero mostrar aqui: esse é o Sanjay Gupta, o principal âncora da CNN. Por anos ele foi contrário ao uso medicinal da maconha, usando os mesmos argumentos que a gente ouviu aqui nas outras audiências. Ele diz que se viu que maconha causa dependência em 9% das pessoas; que essa dependência é menos trágica do que a de algumas drogas, mas é importante, que a gente tem que lidar com isso de uma forma humana.

Então, ele disse o seguinte:

A maconha não apresenta grande potencial de abuso, comparada com o álcool e outras drogas vendidas na farmácia, e há implicações médicas para elas muito legítimas. Na verdade, há casos em que a maconha é a única coisa que funciona. Temos sido terrivelmente enganados por 70 anos nos Estados Unidos, e peço perdão por ter feito parte disso”

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer a fala do Prof. Renato e lembrar que ele se ateve ao lado medicinal, e não ao uso recreativo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a ele, mas ele pode responder depois: se eu poderia chamar aqui neurocientistas como o senhor que viessem fazer um discurso contrário a esse. Se o senhor conhece algum, depois me diga.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Vladimir de Andrade Stempliuk.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Bom dia, Senador Cristovam; bom dia, Renato; bom dia, Nara; bom dia a todos e a todas as presentes.

Eu vou fazer uma leitura de um texto que foi preparado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e depois estarei disponível também para debater aqueles outros temas que o senhor incluiu e que talvez não cubra o nosso texto, mas podemos depois tecer alguns comentários sobre essa questão do aumento ou não do consumo a partir da legalização e a questão da teoria da porta de entrada, essa hipótese tão debatida. A gente pode também conversar sobre isso e ver que evidências realmente confirmam essa hipótese.

Em nome Conselho Federal de Psicologia e da sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, eu gostaria de agradecer o convite para esta Audiência Pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – que tem como objetivo instruir a Sugestão nº 8 de 2014 – que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa e a coragem de coordenar este ciclo de debates, que, esperamos contribua para o aperfeiçoamento da nossa Política Nacional sobre Drogas, reduzindo suas consequências indesejadas e maximizando seus resultados positivos. Se faz necessário, Senador, incorporar de forma incontestada e definitiva o respeito aos Direitos Humanos e os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos como marcos teóricos norteadores dos programas e estratégias de prevenção, tratamento, reinserção social de usuários de drogas. Referências já incorporadas aos nossos principais marcos jurídicos e de políticas públicas como a Constituição Federal, a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas – MS, as Políticas Nacionais sobre Drogas e sobre Álcool – Senad/MJ e a Política Nacional de Assistência Social – MDS.

As posições do Conselho Federal de Psicologia com relação a este tema têm sido construídas de forma absolutamente democrática e representativa e são o resultado de anos de reflexão sobre os mais diversos aspectos do problema e que são definidas, a cada três anos, por meio do Congresso Nacional de Psicologia, instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia.

O oitavo e último Congresso Nacional da Psicologia foi realizado no ano de 2013, e teve como tema Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos. Na etapa anterior, já haviam

sido realizados 450 eventos preparatórios e atividades livres, alcançando a participação de quase 12 mil psicólogos, além de 202 pré-congressos, que contaram com a participação de quase 5 mil pessoas, em que foram produzidas as propostas a serem encaminhadas aos 23 Congressos Regionais de Psicologia (Coreps).

Neste Congresso, dentro do Eixo III – Ampliação da participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas, sobre o tema Álcool e Drogas, deliberou-se (item 3.1): “Ampliar a atuação nas frentes nacionais e estaduais sobre Drogas e Direitos Humanos, investindo esforços na construção de uma política coerente com os princípios do SUS (com ênfase na prevenção), da reforma psiquiátrica e da redução de danos; contribuindo para a superação da lógica do proibicionismo e da guerra às drogas.

Que o Sistema Conselhos de Psicologia continue realizando ações pela defesa e implementação de uma política de álcool e outras drogas que respeite os direitos humanos, objetivando a responsabilidade pública no cuidado com os usuários e suas famílias e criando espaços de diálogos que possibilitem a ruptura com o preconceito, com a exclusão e com as práticas de internação forçada (involuntárias, compulsórias e demais formas contrárias à vontade do sujeito) e favoreçam a elaboração de práticas norteadas pelo respeito à cidadania.

Promover discussões sobre políticas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e estratégias que garantam e ampliem a presença da(o) psicóloga(o) nas equipes multidisciplinares nos programas de governo de atenção a esta temática.

[...]

Ampliar a atuação e mobilização do Sistema Conselhos perante a Política Nacional de Drogas, devido às inúmeras violações dos direitos humanos que estão sendo realizadas sob a justificativa da segurança e da saúde pública.

Neste mesmo Congresso Nacional de Psicologia, decidiu-se pela elaboração da seguinte nota de repúdio:

13) REPÚDIO À ATUAL POLÍTICA DE DROGAS PROIBICIONISTA

Nós, delegadas(os) presentes no VIII Congresso Nacional de Psicologia, repudiamos o atual gerenciamento da política de drogas no país – baseado no proibicionismo e na internação compulsória das pessoas que fazem uso abusivo e/ou problemático de substâncias psicoativas (SPAs) – por entender que a proibição das drogas tem sido o argumento principal para a criminalização da pobreza e os consequentes extermínio e encarceramento massivo da juventude pobre e negra. Defendemos, em contrapartida, a descriminalização das SPAs e a garantia dos direitos das pessoas que fazem uso dessas substâncias, inclusive de, quando necessário, serem atendidas de modo efetivo na rede de atenção psicossocial.

Neste sentido, Senador, acompanhando as deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia apoia a iniciativa popular de propor a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha no Brasil.

A partir do exposto, gostaríamos de esclarecer à sociedade brasileira que evidências foram importantes para embasar esta posição, e a esta Comissão sobre quais princípios acreditamos esta regulamentação deva estar embasada:

1) A percepção de que a atual política sobre drogas não tem produzido os resultados esperados e tem agravado a situação da violência e superlotação dos sistemas prisionais, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e contribuído para a perpetuação de preconceitos e o aumento da exclusão social das parcelas mais vulneráveis das populações.

2) A proibição do uso recreativo e medicinal da maconha tem contribuído para a violação de direitos humanos como nos casos de:

- Violência associada ao tráfico de drogas: altas taxas de mortes violentas e encarceramento massivo da juventude pobre e negra brasileira;

- Negação de direito de acesso a medicamentos e métodos eficazes para o tratamento de determinados agravos à saúde;

- Negação do direito constitucional da liberdade de crença, impossibilitando pessoas de exercerem sua religião, caso inclua o consumo de maconha;

- Não reconhecimento do uso tradicional de maconha por algumas comunidades no Brasil, que acabam submetidas à mesma lógica proibicionista;

- Negação a parcela relevante da população da possibilidade de utilizar a substância de forma legal e regulada, obtida por meio do plantio caseiro.

Com relação ao primeiro ponto, vejamos os comentários do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, justificando a necessidade de os países das Américas realizarem uma avaliação crítica das atuais políticas de drogas adotadas. Isso levou a Organização dos Estados Americanos a desenvolver um estudo inédito sobre os cenários futuros para as políticas de drogas nas Américas. Citando:

Os intensos níveis de violência associados ao narcotráfico – especialmente em países afetados pela produção, pelo trânsito e tráfico de drogas ilegais – foram o fator principal de alarme que levou as autoridades do mais alto nível a se envolverem de maneira mais ativa neste debate. Outros fatores determinantes desta nova atitude foram as mudanças nos padrões de consumo de drogas no hemisfério, a maior prevalência deste consumo, a violência que afeta os grupos mais vulneráveis da sociedade e a demanda crescente de serviços de saúde para o tratamento da dependência.

Líderes hemisféricos, ex-chefes de Estado, acadêmicos e representantes da sociedade civil, preocupados com o impacto da violência relacionada com as drogas e o seu contínuo fluxo na região propuseram a adoção de políticas orientadas a reduzir a importância da justiça criminal no controle dessas substâncias.

Relatórios emanados de grupos de alto nível, como a Comissão Global sobre Políticas de Drogas, ao enfatizar a necessidade de reduzir os danos à saúde, segurança e ao bem-estar dos indivíduos e da sociedade, favorecem a visão de tratar o consumo de drogas como uma questão de saúde pública, que pode ser reduzida por meio de campanhas de prevenção embasadas em evidências, assim como o incentivo à experimentação com modelos de regulação legal de certas drogas, entre outras recomendações...

Nesse mesmo sentido, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) publicou em 2009 o texto “Da coerção à coesão: tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição.” Vou citar aqui um trecho que, acho, contribui para este debate:

A dependência de drogas é um distúrbio de saúde, uma doença, que surge com a exposição as drogas por pessoas com vulnerabilidades psicobiológicas preexistentes. Essa compreensão da dependência de drogas permite deduzir que a punição não é a resposta adequada para as pessoas que são dependentes de drogas

Na verdade, o confinamento em prisões ou em centros de tratamento compulsório para o uso de drogas em geral degradam condições de vidas já problemáticas de usuários de drogas e de pessoas dependentes de drogas, especialmente entre os mais jovens e mais vulneráveis.

Essas informações são corroboradas por dados nacionais. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a população carcerária brasileira é de 711.463 presos, a terceira...

(Soa a campanha.)

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – ... maior população carcerária do mundo.

Outra importante fonte de dados que confirma o acerto das análises realizadas pela OEA e pela ONU é o relatório “Mapa da Violência 2013, mortes matadas por armas de fogo”, organizado por Julio Jacobo Waiselfisz que mostra que:

– os registros do SIM permitem verificar que, entre 1980 e 2010, perto de 800 mil cidadãos morreram por disparos de algum tipo de arma de fogo, um crescimento de 346,5%. Entre os jovens de 15 a 29 anos, esse crescimento foi ainda maior: 414% nos 31 anos entre essas datas.

Outra característica que os registros do SIM permitem verificar é a raça/cor das vítimas. As taxas de homicídio da população preta - 19,7 óbitos para cada 100 mil pretos – são 88,4% maiores que as taxas de brancos – 10,5 óbitos para cada 100 mil brancos. Isto é, morrem, proporcionalmente, 88,4% mais pretos que brancos no Brasil. Já as taxas de óbitos por AF dos pardos são 156,3% maiores que a dos brancos.

O Brasil, com sua taxa de 20,4 óbitos por arma de fogo por 100 mil habitantes, ocupa a 9ª posição entre os 100 países analisados e, no que se refere aos homicídios por arma fogo, a 8ª posição no contexto internacional.

Quanto aos outros argumentos considerados relevantes para a composição da posição da nossa categoria profissional, não menos importante é a situação consumo ritualístico ou religioso de maconha no Brasil, que se encontra proibido pela atual legislação.

Atualmente, em função desta proibição, há pelo menos um cidadão brasileiro que se encontra preso, cumprindo pena por tráfico de drogas e que alega, nos seus argumentos de defesa o uso religioso de maconha. É o caso do Sr. Geraldo Antonio Baptista, vulgo Geraldinho Rastafári, dirigente da Primeira Igreja Niubingui Etíope Coptica de São do Brasil, condenado a 14 anos, dois meses e vinte dias de reclusão em regime fechado. Consideramos que a prisão de Geraldinho, que já dura dois anos, seja um exemplo de como a política proibicionista tem sido fonte de violação de direitos humanos.

Quanto ao uso recreativo da maconha, a necessidade da sua regulamentação justifica-se pela dimensão do seu consumo no Brasil e no mundo. As estatísticas de uso desta substância no Brasil, entre os anos de 2001 e 2005, anos em que foram realizados os dois estudos disponíveis sobre o consumo de drogas na população geral brasileira, mostram que o consumo de maconha pelo menos alguma vez na vida passou de 6,9% para 8% entre indivíduos de 12 a 65 anos. Ou seja, já estamos presenciando um aumento do consumo da maconha.

Entre estudantes universitários brasileiros, o consumo de maconha atinge índices mais expressivos, totalizando 34%, no ano de 2009, quando foi realizado o primeiro levantamento sobre uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários brasileiros das 27 capitais, realizado pela USP em parceria com a Senad/MJ.

Ou seja, já temos convivido cotidianamente com pessoas que consomem maconha nos mais variados padrões e, portanto, com todas as suas consequências, positivas ou negativas.

A questão que se coloca para todos nós é: o que seria mais vantajoso para a sociedade brasileira? Continuar a adotar um paradigma proibicionista que penaliza o consumo e produção dessa substância, como já temos feito há décadas, na esperança de que essas medidas finalmente gerem algum impacto positivo sobre o consumo e suas consequências, ou regulamentar e passarmos a conviver com o consumo lícito da maconha, lidando com suas consequências como uma questão de saúde pública, e, portanto, por meio de ações de prevenção, tratamento, reinserção social e redução de danos?

Finalmente, senhoras e senhores, gostaríamos de citar as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas de Álcool e outras Drogas produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, documento que tem orientado a atuação dos psicólogos junto à população de pessoas que usam drogas:

Nos últimos anos, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem se envolvido nas questões mais candentes da sociedade contemporânea, buscando contribuir para seu enfrentamento e solução, por meio de estudos e pesquisas para construção de novos referenciais teóricos e novas alternativas de atuação, capazes de dar conta da complexidade dessas questões.

Esta busca se referencia na necessidade de superar uma visão individualista e descontextualizada sobre o processo de constituição da subjetividade humana, que acaba por levar à responsabilização do indivíduo pelo sofrimento decorrente de questões sociais e coletivas.

Talvez, o mais significativo desses desafios seja superar a visão individualista e liberal dos fenômenos psicológicos, ainda predominante no imaginário coletivo e em muitas concepções teóricas, que tem levado a sociedade a atribuir ao sujeito e à família as causas e as responsabilidades por situações históricas e coletivas, gerando uma dupla penalização e uma intensificação do sofrimento psíquico.

A superação dessa visão implica compreender o significado da droga no contexto da subjetividade de quem a consome de forma abusiva, sem esquecer as circunstâncias sociais e culturais, considerando a interdependência entre condições objetivas de vida e subjetividade. A contextualização histórica, social e cultural é fundamental nas avaliações psicológicas de cada caso, no planejamento e aplicação de tratamentos diferenciados, e na construção de políticas públicas de intervenção e de prevenção. Na relação profissional, devem ser levadas em conta: a igualdade de direitos de acesso à saúde, preconizada nas atuais legislações; a diversidade das origens dos adoecimentos e das situações enfrentadas pelos usuários e, por fim, as singularidades das vivências e das histórias individuais de vida.

Muito Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço.

O Senador Fleury pediu a palavra. Os Senadores aqui têm prioridade.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Professor, mestre e sábio Senador Cristovam Buarque, quando jovem, para a pessoa se afirmar como homem, menino de 14, 15 anos, ela tinha que fumar cigarro. Pela criação, meus pais não aceitaram. Apanhei muito por causa disto: porque fumava escondido. Hoje, sou uma pessoa que já visitei vários amigos no caixão por causa de cigarro, enfisema pulmonar. Por aí começa uma história.

O que se fala hoje em remédio é um passo para destruir este País.

(Manifestação da plateia.)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Se maconha fosse bom, não estaríamos discutindo isso aqui. Se querem legalizar uma droga, devem procurar outros meios, não essa forjada, tentada, de convencimento de tratamento e saúde. *(Palmas.)*

Eu não conheço nenhuma família que aceite tratamento de saúde com isso para um filho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Por favor, eu sou um Senador e estou falando, senão vou pedir a Segurança para tirar quem me... da Casa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Calma, Senador.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – O que os pais querem, e eu, como avô, ao buscar as minhas netas no colégio... Não as quero contato com ninguém. Peço todo dia a elas que não aceitem nem uma balinha, porque ali se inicia o passo para a maconha.

Esse é um depoimento que estou fazendo em nome de várias famílias, inclusive de minhas netas, a esta Casa.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu passo a palavra agora à Drª Nara Santos.

A SRª NARA SANTOS – Bom dia!

Em nome do Escritório da ONU sobre Drogas e Crimes, o UNODC, eu quero agradecer por mais esta oportunidade de participar no debate sobre a Sugestão nº 8, de 2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Esta minha apresentação hoje acontece na sequência de duas outras apresentações em audiências anteriores do nosso escritório.

Na primeira audiência, o nosso representante, Sr. Rafael Franzini, falou sobre o tema através da perspectiva política, ressaltando a importância de uma abordagem baseada em evidências e no respeito aos direitos humanos.

Na sequência, o meu colega Nivio Nascimento esteve aqui destacando as implicações da regulamentação no campo da segurança pública.

Como já ressaltado nessas duas ocasiões, o nosso papel como representantes da ONU neste debate não é o de defender ou de atacar a sugestão de projeto, mas, sim, de colaborar com o debate a partir de uma perspectiva internacional.

Minha proposta, hoje, é abordar o tema pela lógica da saúde, trazendo as contribuições dos instrumentos internacionais para o debate sobre o uso medicinal e sobre as questões associadas à saúde das pessoas que fazem uso da maconha.

O Vladimir até trouxe alguns elementos aqui do que está acontecendo no âmbito internacional, e eu acho importante destacar que um debate como este é um debate nacional, mas pode contribuir muito para um processo internacional por que vimos passando extremamente importante neste momento, que é o de preparação para a realização de uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre drogas que vai acontecer em 2016.

Essa será a segunda sessão especial, a segunda UNGASS sobre drogas a acontecer. A primeira aconteceu em 1998 e foi muito importante porque representou um marco, um espaço em que a abordagem da saúde ganha mais espaço nesses fóruns de discussão, nesse espaço em que os países, e como os países se posicionam com relação à questão das drogas no mundo.

E se inicia em 1998 uma mudança de paradigma do enfoque do controle das substâncias, conforme proposto pelas três convenções sobre drogas que ainda estão vigentes, ampliando a abordagem para uma perspectiva do impacto na saúde das pessoas.

Em 1998, os Estados-membros da ONU elaboraram uma declaração política que inclui princípios orientadores das ações no campo da prevenção, do tratamento e da redução dos efeitos adversos à saúde das pessoas que fazem uso de drogas.

Essa declaração de 1998 já faz referência à necessidade de que sejam observados os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas ações de redução da demanda de drogas. Entretanto, essas orientações e diretrizes de 1998 não evitaram que práticas de violações de direitos fossem adotadas em nome de uma abordagem de saúde. Esse fato ganhou grande visibilidade no momento em que os países novamente se reuniram para fazer uma revisão dos avanços desde essa UNGASS de 1998. Isso aconteceu em 2009, durante a reunião anual da Comissão de Narcóticos, em Viena, quando os países, no que nós chamamos de Reunião de Alto Nível, elaboraram planos de ação. Fizem essa revisão dos avanços, dos desafios, desses mais de 10 anos da UNGASS de 1998 e elaboraram planos de ação. Esse plano vai refletir um aprofundamento do debate, especialmente com relação às questões de proteção e promoção dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, incluindo também a demanda de que seja observado, nas ações de redução da demanda, o respeito à dignidade humana. E isso vai refletir, logo na sequência dessa Reunião de Alto Nível, em 2009, tanto no braço executivo da CND, que é o UNODC, quanto no braço de fiscalização, que é a Jife.

Aí, Vladimir, em 2010, não em 2009, o UNODC lança o documento *Da Coerção à Coesão*, que o Vladimir mencionou, indicando que a abordagem no tratamento da dependência de drogas precisa sair de uma lógica punitiva para uma lógica do cuidado e do acolhimento.

Em 2011, a Junta de Fiscalização de Entorpecentes, Jife, no seu relatório anual, já no primeiro capítulo, faz uma análise da questão das drogas na perspectiva da coesão social. Esse capítulo traz uma reflexão sobre a associação entre os vínculos que unem as pessoas em uma comunidade e o estado de saúde dessas coletividades. E, como problemas associados às drogas, na verdade, eles são sintomas de uma sociedade fraturada, sem coesão, e estão associados a elementos muito mais complexos.

Em 2014, este ano, novamente, os Estados-membros se reuniram para elaborar uma declaração conjunta sobre a questão das drogas. Ou seja, já é um processo de preparação para o que eu mencionei, que é a UNGASS de 2016. E nessa declaração conjunta há o reconhecimento de que as respostas nacionais aos problemas rela-

cionados às drogas devem ser consistentes com as obrigações internacionais em relação aos direitos humanos e também do importante papel da sociedade civil no processo de revisão e formulação de políticas nessa área.

Com relação ao que nós vamos discutir, agora entrando no tema desta audiência de hoje, que é o uso medicinal da maconha, eu quero destacar aqui que a Convenção sobre drogas de 1961 já traz, no seu preâmbulo, que o uso medicinal de narcóticos continua a ser indispensável para o alívio da dor e do sofrimento e que a sua provisão adequada deve ser feita para garantir a disponibilidade dessas substâncias para esses fins.

Apesar disso, apesar de constar na Convenção, este ano, quando os países estiveram juntos para elaborar a declaração, essa declaração incorpora uma preocupação dos países com relação, ainda, à existência de uma lacuna importante na disponibilidade de drogas sob controle internacional para uso medicinal e científico, em especial daquelas que podem representar um alívio para a dor ou serem utilizadas em cuidados paliativos, e recomenda – esta é uma recomendação dos países – que sejam tomadas as devidas providências para garantir a sua disponibilidade e acessibilidade.

Ainda com relação ao uso medicinal – tudo isso que o Renato trouxe em sua apresentação –, o UNODC, em seu papel, realizou uma revisão de literatura – temos um documento publicado – com relação aos medicamentos derivados da maconha e identificou que eles têm sido utilizados com eficácia medicinal comprovada – não vou entrar em detalhes, pois acho que a apresentação do Renato já foi muito detalhada – especialmente para o alívio da dor em casos de câncer, de complicações relacionadas à esclerose múltipla, e há muitos estudos promissores com relação aos componentes da maconha relacionados ao tratamento da dor de uma forma geral ou ao tratamento da própria esclerose múltipla, do glaucoma, de náusea em pacientes em quimioterapia. Então, tendo em vista tais possibilidades de uso medicinal de derivados da maconha, é necessário o investimento em pesquisas e é de grande relevância.

Agora, com relação à substância e ao uso, o que também já foi bastante detalhado – acho que sua apresentação inicial aqui foi muito completa –, sabemos que o THC constitui o principal componente psicoativo dos extratos da maconha, que podem conter, pelo menos, outros 489 componentes químicos, dos quais 70 são canabinoides.

Com relação aos efeitos da maconha, quando é fumada, o seu padrão de uso mais comum, os efeitos de absorção do THC pelo organismo já são bem conhecidos na literatura nacional, na literatura internacional, assim como são conhecidos os problemas, especialmente àqueles de caráter respiratório, que podem estar associados ao uso crônico da maconha.

Em geral, há uma preocupação de que o uso continuado possa interferir nas capacidades cognitivas, com reflexos na atenção, no desempenho, coordenação motora, processamento de informações. E, em função de efeitos no organismo, há questionamentos – eu vi vários cartazes aqui – em relação à capacidade de as pessoas que fazem uso de maconha executarem atividades que demandam atenção. Mas eu acho que a reflexão que a gente precisa fazer, e é muito importante a gente começar a fazer, é: será que as decisões no campo legislativo ou mesmo de políticas públicas podem ser tomadas com base apenas nesse tipo de informação?

Então, eu acho que é importante a gente destacar o caráter dinâmico do uso de droga, que pode variar em função dos locais, das pessoas que fazem uso, do objetivo com que se faz esse uso e do tempo. Apesar das evidências que demonstram alguns impactos sobre a saúde física e mental das pessoas, que podem estar associados ao uso da maconha, é essencial conhecer as práticas associadas ao uso e o contexto no qual o uso ocorre, e não apenas da maconha, mas de qualquer outra droga. Somente dessa maneira poderemos entender melhor a verdadeira extensão dos problemas associados.

E aí eu acho interessante, acho importante a gente retomar aqui uma experiência muito recente que a gente teve no Brasil com relação ao uso do *crack* que, a partir dos conhecimentos disponíveis sobre os efeitos do *crack* no organismo, apontando para um padrão que pode levar à dependência mais rapidamente do que o uso da cocaína por outras vias, além de complicações mais severas à saúde, e com base nessas informações, se iniciou um amplo debate nacional com enfoque em propostas de tratamento por meio de internações involuntárias, apesar da não efetividade dessa prática, conforme preconizado pelo documento do UNODC no Simpósio Internacional sobre Drogas: da Coerção à Coesão.

Entretanto, no estudo publicado pela Fiocruz ano passado sobre o perfil dos usuários de *crack* e/ou similares no Brasil, se identificou que quase 80% dos usuários desejam se tratar pelo uso de drogas, demonstrando o quanto seria desnecessário investir de forma prioritária na estruturação de mecanismos de internação involuntária. As pessoas querem se tratar.

Portanto, tendo em mente esse exemplo do *crack*, uma recomendação que a UNODC deixa para esse debate é que precisamos obter mais dados, buscar melhor entendimento sobre padrões, tendências e contextos do uso da população em geral e em grupos específicos.

Eu resgato aqui, mais uma vez, o relatório que eu mencionei da GIFS, de 2011, pois, se estamos falando de problemas associados às drogas, é preciso olhar de uma forma mais ampla. É preciso olhar para os condicionantes sociais desses problemas. É preciso olhar para aqueles fatores que podem ameaçar a coesão social nas comunidades, como individualismo, consumismo, conflitos de diversas naturezas, colapso no respeito e cumprimento da lei em diferentes níveis, sistema educacional precário, entre outros vários fatores que estão associados com os problemas relacionados às drogas.

E, para finalizar, eu não posso deixar de mencionar que o estigma hoje representa uma das maiores barreiras ao acesso de pessoas que fazem uso de qualquer droga ilícita a serviço de saúde ou a qualquer outro serviço na rede que venha a ser procurado por essas pessoas. Ideias equivocadas, associadas a desvios de caráter, estereótipos com relação à falta de força de vontade e julgamentos morais ainda são um grande obstáculo à implementação de políticas na ponta. Por isso, ações voltadas ao enfrentamento do estigma e do preconceito também são fundamentais.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos mais de 30 inscritos. Vamos ter que descobrir uma maneira de terminar em tempo: ou reduzindo o tempo ou reduzindo o número. Antes de tomar essa decisão, eu quero dizer que ficam encerradas as inscrições, até porque eu acho que todos já se inscreveram.

Eu quero dizer também que nós temos ainda diversas audiências. Teremos audiências em que todos que vão estar à Mesa já disseram que são contra qualquer tipo de liberação. São radicais defensores da proibição. Às vezes coincidem, como aqui, ou que são favoráveis ao medicinal ou são mais ou menos. De certa maneira, a gente evitou também colocar muito conflito nesta Mesa, o que poderia terminar, virando isso aqui, em uma baderna. Mas nós vamos ter uma baderna, mas nós vamos ter muitas audiências ainda.

Eu quero começar dizendo também, antes de passar a palavra, que, para mim, toda droga só é tomada porque traz algum benefício. E se traz algum benefício é porque carrega um pouco de veneno também. Não existe droga que não seja venenosa. (*Palmas.*)

Aspirina provoca problemas no estômago. Eu tomo um remédio para arritmia que, se eu não tomar cuidado bem, posso ficar cego. Quer dizer, eu preciso dela.

O ideal é que ninguém precise de droga nenhuma. O ideal é uma sociedade em que todos se sintam felizes, alegres, contentes e sem dores.

Eu tenho inveja de um amigo meu que nunca tomou uma Aspirina na vida dele porque nunca teve dor de cabeça. Mas se a pessoa tem, toma. O problema é quando você fica necessitado, dependente e começa a ter outras coisas.

Eu, Senador, tenho o privilégio de nunca ter precisado botar um cigarro na boca para me afirmar diante de meus colegas adolescentes. Nunca! Nunca precisei fazer isso. (*Palmas.*)

E acho que esse é o ideal. Esse é o ideal. Acontece, entretanto, que há uma realidade: o mundo está cheio de droga. Está cheio de consumo de droga, e eu, pessoalmente, acho que está cheio da droga do consumo também. Tem gente que se não comprar um sapato por mês fica com *delirium tremens* – é assim que diz?

O que a gente precisa descobrir é se essas drogas todas, todas, todas carregam efeitos positivos – se não se usava – e negativos – se não eram droga –, é se nós proibimos, regulamentamos ou orientamos apenas. Há remédio que a gente proíbe; tem que ser clandestino para poder ter acesso. Há remédio que a gente regula, colocando uma faixa preta. E há remédio que a gente orienta. Até aqueles que aparecem na televisão, em propagandas, dizem – bem rapidamente –: “Este remédio vai fazer mal à saúde se...”. Ou seja, não deixa de ser uma regulamentação, uma orientação.

Para o cigarro escolheu-se a orientação, e se permite, embora haja regulamentação. Aqui, por exemplo, não se pode fumar. Para o álcool escolheu-se praticamente apenas a orientação, e pouca. Não existe uma campanha neste País contra o álcool. Eu já cobrei aqui que se fizesse um projeto de lei proibindo o álcool no Brasil, embora eu ache que não vai dar certo porque não deu, no passado, nos Estados Unidos. Mas acho que talvez valesse a pena tentar isso. Tragam. O André não fez um para regulamentar a maconha? Façam um de 20 mil para proibir o álcool, para nós sermos obrigados a discutir aqui as consequências da proibição do álcool. Aliás, eu gostaria de ser indicado para ser também o relator disso. Eu gostaria de ser o relator porque há argumentos fortes para proibir álcool. E há argumentos de que não deu certo em alguns lugares.

Então, a grande discussão nossa é se a melhor maneira é proibir, regulamentar ou apenas orientar. Essa é a discussão que eu gostaria de ouvir e em relação a que tenho dúvidas profundas.

Quando ao fato de que é melhor que ninguém precise usar a droga, eu não tenho dúvida. Por exemplo, todos esses medicamentos, essas mãos aqui adorariam não precisar de usar esses medicamentos. Como vocês gostariam de não precisar disso, meu Deus! Como seria bom que nenhum jovem precisasse, para entrar num

barato, usar drogas. Que fizesse isso lendo Dostoiévski, lendo poesia. Poesia gera um estado de felicidade também. Mas alguns talvez não consigam. Então, o que a gente faz com esses? Proíbe, tratando como criminoso; regulamenta, para dizer que em certas condições sim, em outras, não; ou apenas passa a orientá-los, acreditando que a educação vai ser suficiente para que a droga, seja ela qual for, remédio, álcool ou cigarro, possa existir na sociedade sem que ninguém caia na dependência dela, como a gente cai de remédios também, muitas vezes.

Pois bem, este é o grande desafio: orienta, regulamenta ou proíbe?

Para isso nós temos muitos inscritos. Vou começar a passar a palavra para cada um e vamos ver até onde a gente chega, dependendo do tempo que se leve.

A primeira convidada a quem passo a palavra é Rossana Brasil Kopf, Presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da OAB, que nos deu o privilégio de ouvi-la aqui da outra vez também.

A SRª ROSSANA BRASIL KOPF – É isso mesmo!

Bom dia, Senador!

Um bom-dia a todos!

Eu gostaria de dizer, em nome do nosso Presidente no Ceará, Valdetário Monteiro, que nós fomos a primeira OAB contra a legalização da maconha. Falo também em nome do Governo do Estado, na pessoa da Drª Socorro França; em nome da Prefeitura de Fortaleza, da Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas, na pessoa da Drª Juliana Sena; e também em nome do Município de São Gonçalo do Amarante, na pessoa do Prefeito Cláudio Pinho. Nós somos contra a regulamentação da maconha, principalmente porque temos um objetivo maior: a prevenção. Nós trabalhamos a prevenção no Estado do Ceará em escolas municipais, estaduais e particulares. Já levamos a prevenção a mais de três mil crianças. Com o projeto da OAB, juntamente com o jornal *O Estado*, estamos levando a prevenção.

O que é a prevenção? A prevenção é a não legalização. Se nós já temos o álcool e, principalmente, o cigarro, que são drogas lícitas legalizadas, por que mais uma? Por que não investimos na educação? Por que não investimos num debate sobre a prevenção? É esse o posicionamento da OAB-CE.

Nós, juntamente com o Presidente Valdetário, vamos conseguir fazer com que, em Brasília, no dia 1º, simplesmente a OAB Nacional se posicione contra a legalização da maconha.

É esse o meu posicionamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, doutora, especialmente pela concisão na sua fala.

Passo a palavra agora a Fábio Gomes de Matos e Souza, Professor de Psiquiatria da Universidade Federal do Ceará.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Bom dia, Senador!

Um bom-dia a todos!

Eu queria levantar aqui a questão que foi recentemente publicada no *The New England Journal of Medicine* pela Nora Volkow. O *The New England Journal of Medicine*, para quem não é da área, é o jornal de maior impacto em saúde do mundo. A Nora Volkow é a diretora do NIDA – National Institute on Drug Abuse. Esse é um artigo que ela publicou, juntamente com a equipe dela, sobre os Efeitos Adversos da Maconha, em 5 junho de 2014.

Para repor a coisa no seu lugar devido, a gente lembra algumas questões fundamentais.

Por que álcool e fumo são tão importantes em termos de prejuízo para a nossa população? Pelo acesso. Quanto maior o acesso, maior o consumo, porque droga inicia-se por uma coisa que a gente chama de consumo por estimulação, não consumo por necessidade. Trata-se de consumo por disponibilidade e por acessibilidade.

Então, talvez, Senador, a gente precisasse de uma política por meio da qual a gente colocasse nos rótulos das bebidas, tal qual é feito hoje nos rótulos dos cigarros, tudo o que a bebida faz. É isso que acho que a gente precisa fazer como cuidador da população brasileira.

Nós, como pessoas preocupadas com a saúde, não podemos admitir alguns pontos que ela levanta quanto a essa questão. É um equívoco a gente pensar, por exemplo, que, ao se regulamentar a maconha, diminui o tráfico. Em 30 anos em que lido com dependentes, eu nunca vi um relato de um dependente de que há butique específica só para maconha. O traficante que trafica maconha trafica todo o resto, não trafica só maconha. Esse é um ponto que a gente precisa levantar.

O segundo ponto importante é o que o ilustre Senador levantou. Até a Primeira Guerra Mundial, o fumo era basicamente ligado à questão masculina. O que foi que aconteceu? O que a indústria, muito diabolicamente, fez? Na parada de comemoração da Primeira Guerra Mundial – vocês podem acessar pela internet esta frase –, ela colocou a expressão “*torches of liberty*”, “*tochas da liberdade*”.

(*Soa a campanha.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Ela contratou mulheres para fumarem um cigarro enorme na frente das pessoas, dizendo que aquilo era um indício de liberdade.

Há três ou quatro pontos finais.

No final de 1800, 90% do fumo eram destinados ao consumo de pequenos agricultores. Em 1910, 20 ou 30 anos depois, ele todo era feito pela indústria, de 90% a 95%.

Algumas falas aqui vão longe da verdade em termos científicos. Dizer que maconha é um neuroprotetor? Não é verdade, não é verdade! Ela causa disfunção na conexão. Ela causa disfunção na conexão. Isso está sendo dito não por mim, mas por Nora Volkow. E é fácil o acesso.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Você leu errado.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Ou alguém leu errado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Depois, o senhor fala.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Se a gente lembrar que a gente é contra, por exemplo, mães que usam álcool e drogas quando estão grávidas, como é que você vai permitir que adolescentes que estão grávidos do seu cérebro – porque o cérebro só se forma aos 21, 23 anos de idade –, como é que ele vai usar drogas exatamente para diminuir 10% da inteligência dele? Se a gente permite este tipo de coisa, como “vamos fumar um baseadinho, fica legal”, você iria para um motorista de ônibus que tivesse fumado? Você iria para um piloto de avião que tivesse fumado? Você iria para um cirurgião que tivesse fumado?

Então, a gente precisa se lembrar disto: os acidentes motores, em Colorado, aumentaram 30% depois da legalização.

Por fim, a gente tem que pensar em políticas – e aí concordo plenamente com a Rossana – com as quais a gente possa diminuir a quantidade de drogas, a gente possa fazer o que o Senador propõe: que a gente possa ser feliz e ter dignidade sem a necessidade de outras drogas.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora a Luciana Bezerra Szilagyi. É assim que se diz?

A SRª LUCIANA BEZERRA VON SZILAGYI – Von Szilagyi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Faltou o “Von”.

A SRª LUCIANA BEZERRA VON SZILAGYI – Bom dia, Srs. Senadores, Deputados Federais, representantes dos demais Poderes, a todos que estão aqui da sociedade civil.

Quero dar o meu muito obrigada, como mãe, ao Dr. Renato Malcher, por pesquisar, sem preconceito, uma substância que está dando chance a muitas famílias.

Meu nome é Luciana. Sou da Paraíba, do Nordeste desse grande Brasil. Sou mãe de Vítor. Vítor é um rapaz de 21 anos.

Estou aqui não sozinha, não pela minha luta pelo meu filho. Estou aqui representando, além do nosso grupo de articulação de mães e pais pró-cannabidiol da Paraíba, estou representando 600 mil pessoas, em torno de 600 mil pessoas que têm epilepsia de difícil controle. Só que não são só 600 mil pessoas. Existem pais, familiares, amigos envolvidos em tudo isso.

Eu gostaria que passassem um vídeo. Vou pedir a todos que prestem atenção.

Esse é Vítor, meu filho.

Pode passar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª LUCIANA BEZERRA VON SZILAGYI – Eu peço que assistam. Olhem! Não desviem o olhar, por favor! Olhem para o vídeo.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

A SRª LUCIANA BEZERRA VON SZILAGYI – Vocês assistiram 15 segundos de uma convulsão que durou 38 minutos. Ela começou a 1h30 da manhã e parou às 2h15. Essa é uma das 200 convulsões que Vítor tem no mês, em média. Dói, não é?

Foi citado aqui o estímulo à educação, à prevenção. Eu queria saber como se previne epilepsia. Falou-se em ser feliz e ter dignidade. Concordo. Mas quero que Vítor seja feliz e tenha dignidade. (*Palmas.*)

Obrigada.

Vítor, Camile, Samuel, João Vítor, Pedro, Gabriel, Davi e tantos outros do nosso grupo e tantos outros que estão por aí. Infelizmente, o filhinho de Selma Ferreira faleceu.

Falou-se aqui que a OAB é contra. Mas eu queria pontuar – inclusive me foi permitido e me foi pedido que falasse – que a OAB da Paraíba, na Comissão de Direito Sanitário e Biodireito, está nos apoiando e, no próximo dia 29 de agosto, promoverá um encontro.

Eu faço um apelo: que esta Comissão e que os senhores que são contra – eu respeito o ponto de vista, e é o princípio do direito humano individual ter direito opinião, e eu concordo –, peço a todos que não têm acesso a uma situação dessa que pensem e que pesem.

Tudo na vida eu aprendi, eu aprendo... A minha questão moral, como o Senador muito bem colocou, é um dos questionamentos que devem ser feitos, sim, no momento em que se tem que tomar uma decisão tão importante para o nosso País.

A minha questão moral, profissional, no combate à droga ou ao pensamento da liberação vem de encontro ao meu sentimento de mãe. E eu pergunto a qualquer um de vocês o que não fariam por um filho.

Trafiquei. Trafiquei, comprei o remédio antes de sair a minha liminar, porque eu quero dar ao meu filho, sim, a oportunidade de ser feliz, de ter dignidade e, principalmente, de viver, porque a nossa luta é pela vida. E é isto que eu peço aos senhores encarecidamente: discutam essa nossa urgência de um projeto de lei que libere o uso medicinal. O CBD, o Canabidiol, é um dos componentes. *(Palmas.)*

Mas existem vários. Não fechemos as portas à pesquisa. O nosso País está muito atrasado. E nós precisamos de urgência, porque o nosso tempo é curto.

Vítor sofrer 200 convulsões desse tipo num mês não é fácil. Eu vivo a cada dia, se amanheço com o meu filho, agradecendo a Deus, agradecendo a oportunidade de conhecer o Dr. Renato, agradecendo pela pesquisa e agradecendo a tantos que procuram aliviar a nossa dor. Pena daqueles que utilizam uma planta por gozos e com propostas que, a meu ver, não seriam tão nobres. Mas isso é uma questão minha, particular. Mas não podemos fechar os olhos e dar as costas a essa coisa boa que pode ser a *Cannabis*, que é a *Cannabis*, eu tenho certeza disso.

Queria agradecer a vocês a oportunidade. Muita paz para todos. *(Palmas.)*

Só um minuto, por favor.

Este é Vítor sorrindo. Estes dois são João Vítor e Samuel, filho de nossa outra mãe que está aqui presente. E é esse sorriso que eu quero ver na vida dele, durante as 24 horas do dia.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esta pergunta eu ia lhe fazer: se ele tinha tomado e se tinha feito efeito. Mas você já mostrou aqui...

A SRª LUCIANA BEZERRA VON SZILAGYI – O Vítor começou a tomar há 17 dias. Como, infelizmente, ainda não há essa pesquisa e por não ter acesso lá no Nordeste do Brasil, a gente fica ainda tateando com a quantidade que está sendo dada. Mas a gente já enxerga melhoras em Vítor, sim, na forma de atenção dele. Ele está mais atento, ele está mais presente na nossa vida. As convulsões já estão, mesmo tomando uma dose pequena do óleo – ainda não é o extrato, que é o ideal, que a gente não conseguiu importar –, diminuindo, as crises e a sua intensidade. Vítor tinha oito, nove, dez crises perceptíveis. Hoje ele está tendo em torno de três a quatro. Mas eu sei e tenho certeza de que... Quando conheci Anny ontem, fiquei muito feliz em ver a evolução dela. É isso que eu quero para Vitinho e é isso que ele vai ter, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Luiz Bassuma, ex-Deputado Federal da Bahia, que também nos deu a honra de estar aqui na última reunião – nas duas últimas, não é, Deputado?

O SR. LUIZ BASSUMA – É, perfeito. Vou ser breve.

Bom dia a todos!

É evidente que aqui nós, que estamos contra a legalização, somos todos a favor disso. Parece que somos alguns monstros. Só monstros seriam contrários ao Canabidiol, o CBD, para resumir. Somos contra o THC, que é uma coisa completamente diferente, que leva à dependência.

Senador, nós estamos aqui, e o Dr. Fábio falou agora há pouco, que é um especialista. Eu não sou especialista, eu sou um ser político. Ele é um técnico, um especialista, como é ou parece ser o Sr. Renato. Agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ BASSUMA – Bom, eu não o conheço pessoalmente. Eu conheço o Fábio.

O Renato teve 40 minutos – eu contei aqui, Senador –, 40 minutos para a exposição dele, que, na minha opinião, não foi de técnico; foi de um verdadeiro ativista. Ele fez apologia ao uso da maconha no Brasil. Apologia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero... *(Palmas.)*

Um momento. Deputado,...

O SR. LUIZ BASSUMA – Minha opinião, Senador. Minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, Deputado. Não, Deputado. Deputado.

O SR. LUIZ BASSUMA – Minha opinião, Senador. Dê-me três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não. Não.

O SR. LUIZ BASSUMA – Ele teve 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor vai ter 50 minutos. Eu lhe dou 50 minutos.

O SR. LUIZ BASSUMA – Não, eu preciso de três.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, respeite. Ele foi chamado como cientista da Universidade de Brasília! (*Palmas.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Respeite-o! (*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Eu quero pegar esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele não foi chamado como ativista – como o senhor tem o direito de ser inclusive.

O SR. LUIZ BASSUMA – Sim, eu sou ativista.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. Tem direito.

Ele veio como cientista...

O SR. LUIZ BASSUMA – Mas não tem nenhum problema. Não é xingamento por ele ser ativista, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... e se manifestou.

Não, não é...

O SR. LUIZ BASSUMA – Eu defendo uma causa! Eu defendo uma causa!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas respeite-o como cientista também.

O SR. LUIZ BASSUMA – (Luiz Bassuma) Pronto. Então, eu vou repetir, Senador, entenda o que eu falei: a fala dele, os 40 minutos, excetuando um minuto, que eu cronometrei...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como cientista.

O SR. LUIZ BASSUMA – Ativista, fazendo apologia do uso da maconha.

É minha opinião, Senador! O senhor tem que respeitar! Agora, se o senhor tivesse chamado para a Mesa o Dr. Fábio, o contraponto talvez seria riquíssimo – escute bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Ele será chamado sozinho.

O SR. LUIZ BASSUMA – Senador, o senhor vai me deixar falar? Pelo amor de Deus! Eu estou aqui falando para o Brasil. Eu sou defensor da saúde dos brasileiros. Ele falou, em segundos, em segundos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ BASSUMA – Por favor, eu quero pedir... Eu tenho três minutos. Eles tiveram quase duas horas. Os três na Mesa, quase duas horas. Eu tenho três minutos, me respeitem.

Olha, ele falou em segundos, Senador, que a maconha leva à dependência 9% das pessoas que a usam. Então, no Brasil, em que se estimam 3 milhões de usuários, há mais ou menos 250 mil dependentes de maconha! Duzentas e cinquenta mil pessoas que sofrem por serem viciadas no uso da maconha. Ele disse, como forma secundária, como ativista: “Ah, jovens em crescimento não devem usar!” Isso é grave, senhores! Causa danos ao cérebro! O cérebro está em formação! O adolescente que vai usar maconha vai ter problema! Isso é comprovação científica, Senador! Comprovação científica.

Agora, ele gastou segundos para isso. Agora, para fazer a defesa do uso da maconha, de maneira aberta, não é essa que alguns...

Nós estamos totalmente a favor disto aqui. Isto aqui é absurdo! Quem é contra o CDB (canabidiol)? Ele não causa dependência, é o princípio ativo. Isso o mundo civilizado não pode ter nenhuma... A Anvisa já tinha que ter regulamentado e acabado com isso há muito tempo. É ridículo que o Brasil tenha problemas com isso, que tenha que haver liminar.

E aí o Senado deveria fazer isso. E sabe o que o Senado deveria fazer, Senador? O senhor estava inspirado. Inspiração, Senador. Inspiração. Sabe o que o Senado deveria fazer? Deveria fazer com que os governos não gastassem bilhões de propaganda e autopromoção e fizessem campanha educativa para os jovens e adolescentes para isso que o senhor falou. Eles são bombardeados todos os dias, e os governos fazem o quê? Autopromoção, gastando nosso dinheiro dos impostos. O Senado deveria se inclinar para isso. Aí, sim, é prevenção. Agora, mostrar os dependentes sofrendo.

Então, nós vamos estimular na sociedade isso?

Toda vez que se legaliza... E a palavra é legalizar. Não venham com regulamentar, porque, na minha opinião – na minha opinião, respeitem –, regulamentar é sinônimo de legalizar. Por quê? Uma coisa que é ilegal passa a ser legal. E aí, Senador, minha neta, que está hoje com dois anos, vai ouvir a família, os amigos, a escola

dizerem: “Maconha é legal no Brasil”. Aí ela vai aprender, vai assimilar, ao longo dos anos, que o que é legal é moral. Isso é a gravidade para o nosso Brasil.

Eu não quero esse título para o nosso Brasil.

Sabe o que eles querem fazer para ganhar dinheiro? Que o Brasil se torne o maior produtor e exportador de maconha para o mundo, que tem 200 milhões de usuários, segundo a OMS.

Eu quero outro título para o meu País, Senador, que o senhor também quer: que o País seja campeão na educação, na saúde, no combate à corrupção! Mas esse título de o Brasil, o meu país, ser campeão na produção de maconha, para alimentar viciado e dependente no mundo todo, eu não quero. O Uruguai fez isso, tenho pena do povo do Uruguai. Mas eu sou brasileiro e vou lutar, até o fim dos meus dias, para que esse crime não seja cometido no meu País!

Então, Senador, terminando minha fala: no início, a Srª Tânia, que assessora a Comissão... Quero fazer um registro lamentável: foi discriminação. O cidadão da Bahia chegou cedo, sentou às 8h30 numa das cadeiras aqui, ela o retirou, arbitrariamente, dizendo que essas cadeiras estavam reservadas apenas para deficientes físicos. O cidadão saiu, respeitosamente, retirou-se. Então, isso foi, na minha opinião, lamentável, uma discriminação desnecessária, porque os espaços aqui são livres para todos os brasileiros que vêm aqui debater de maneira livre e respeitosa.

Parabéns, mais uma vez, Senador, pela sua posição. O Senado tem um papel fundamental na história do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que, da outra vez, o senhor também levantou suspeita sobre o comportamento nosso aqui, e eu lhe expliquei. E agora eu volto a dizer: isto aqui estava previsto para receber crianças com as mães. As crianças não vieram. Por isso que a nossa Secretária tomou aquela posição.

Eu passo a palavra agora à Sheila Geriz.

A SRª SHEILA GERIZ – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer primeiramente a Deus, porque eu acho que é um presente, Senador Cristovam, o senhor estar nesta Comissão. Eu acho que, nesta Casa Legislativa, não existia pessoa melhor para essa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

A SRª SHEILA GERIZ – Eu me sinto extremamente amparada e certa de que o senhor vai tomar as decisões certas sobre esse assunto, vai conseguir descascar esse abacaxi, como o senhor falou.

Inicialmente eu queria destacar algumas coisas que vão ficando no nosso coração ao longo das falas. Como Luciana falou, quando a gente convive com a realidade de dor, de sofrimento no nosso cotidiano, a gente começa a enxergar a vida de outra forma.

Agora mesmo o Senador falou que não conhecia famílias que aceitam o uso da maconha medicinal. Depois que nós começamos essa luta lá na Paraíba, nós tivemos uma entrevista que passou numa TV local, que nós fizemos ao vivo. Em uma manhã, na cidade de João Pessoa, que é uma cidade que não tem nem 1 milhão de habitantes, em cerca de duas horas, doze mães me ligaram desesperadas, angustiadas, perguntando a mim o que fazer para ter acesso legal ou não a essa medicação, a essa substância. E em pouco mais de 20 dias, nós conseguimos reunir um grupo de 18 pessoas que conseguiram documentar a sua situação para nós ingressarmos com uma ação civil pública através do Ministério Público federal e conseguimos uma liminar. Hoje já são mais de 30 só na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, que o souberam, de alguma forma, sem falar nos contatos de internet – Katiele depois pode muito bem falar nisso, porque a vida dela virou de cabeça para baixo.

Então, nós estamos sendo bombardeadas, como mães que estamos à frente dessa história, estamos sendo todo tempo bombardeadas de todos os lados por pessoas desesperadas, realmente precisando, desejando. Nós somos capazes de mudar do nosso País, de ir morar onde for permitido para ter acesso a essa substância.

Eu fiquei pensando aqui: alguns falaram nos netos. O senhor disse que vai pegar suas netas na escola e se preocupa. Que bom que o senhor pelo menos pode matricular suas netas na escola, porque esses três que o senhor viu aí não podem chegar a uma escola! (*Palmas.*)

A gente não tem acesso aos bancos escolares; não tem acesso. Esta semana eu fui ao *shopping*, meu filho fez as necessidades fisiológicas e eu não tinha onde trocar as fraldas dele. Então, esta sociedade em que nós vivemos não está preparada para essas situações excepcionais.

Aqui se falou também do CBD. O CBD, para o caso dos nossos filhos, é sim a substância especialmente recomendada, mas o THC, que é tão condenado – o THC medicinalmente utilizado –, é um analgésico tão potente ou mais potente do que a morfina, que quem teve câncer aqui, teve dores de câncer sabe o que é e se desespera atrás de uma dose de morfina, que é uma substância extraída de uma planta do mesmo jeito que o é o THC, mas é legalizada e todos usamos sem questionar. Ansiamos por uma dose de morfina. Eu tive câncer,

fiz quimioterapia e o sei na minha pele. Além de ver o meu filho convulsionando 30, 40 vezes por dia, eu sei na minha pele o que é precisar daquele alívio, e não ter acesso. Então, eu acho que quem se coloca em situações contrárias com argumentos outros precisava pelo menos conviver com uma realidade diferente como essa.

Para vocês terem uma ideia, dia 29 de maio foi o último dia em que a Anvisa discutiu o canabidiol em sua reunião, pelo menos falou no assunto. De lá para cá nunca mais falou. Do dia 29 de maio para cá, o meu filho teve em torno de 1.305 crises convulsivas; ele tem pelo menos 15 crises convulsivas ao dia. Hoje é o aniversário dele e nós estamos aqui, Senador, porque essa é a nossa vida, é a vida dos nossos filhos. Me desculpe a emoção.

Nós somos a favor, pelos nossos filhos e por esses tantos outros filhos que nós estamos tendo.

Eu recebi o telefonema de uma mãe no dia de viajar para cá e ela dizia: “O meu filho teve uma crise convulsiva na frente do médico, ele resolveu medir os níveis de oxigênio e o médico me disse que, se continuar desse jeito, meu filho não vai resistir, porque o nível de oxigênio baixou demais durante a crise. Me ajude. O que é que eu faço?” Como nós ficamos diante dessas inúmeras e inúmeras... Há momento em que desligamos os nossos celulares e os escondemos, porque não conseguimos, psicologicamente, lidar mais com essa situação.

E o Estado brasileiro está sendo omissivo. A gente se sente órfã. A gente diz que continua traficando, infeliz e lamentavelmente, porque, se preciso for, todos vamos continuar traficando. Desafio o pai e a mãe, que vive a mesma situação que a nossa em casa, a não continuar.

Quero somente registrar. É um apelo angustiado, porque temos não somente o desejo dessa regulamentação, mas principalmente a urgência do uso medicinal. Não é só o desejo, mas a urgência. Imaginem que, em 87 dias, o meu filho já teve 1.305 crises. O meu filho já chegou a falar comigo, já chegou a andar. Em um ano sem crise, ele passou, de uma criança que mal sustentava a cabeça, a ficar em pé e andar. Hoje, o meu filho está numa cadeira de rodas – está fazendo cinco anos hoje –, e não fala mais.

Para registrar o que o Senador tinha perguntado à Luciana, meu filho ficou em pé no berço. A primeira em que isso aconteceu, ele tinha um ano e oito meses. Foi nesse período que ele ficou sem crises. Faz hoje 29 dias que estamos dando canabidiol a ele, que compramos ilegalmente antes de sair a nossa liminar, antontem, faz três dias, quando cheguei ao quarto, o meu filho estava em pé no berço. (*Palmas.*)

Ele olha pra gente. A terapeuta ocupacional, a fisioterapeuta, a fonoaudióloga dele, dizem que Pedro é outra criança. Para nós, isso não tem preço. Vamos até onde preciso for. Temos urgência.

O que viemos da Paraíba dizer aqui, Senador, é que nós temos pressa. Que essa discussão da regulamentação do uso recreativo, do uso industrial, se estenda no Brasil. É necessário que ela se estenda no Brasil, mas o uso medicinal da maconha – porque não é só o canabidiol, mas o THC também; são os outros canabinoides também – possa ser o mais depressa possível regulamentado, para que as nossas universidades possam pesquisar, para que possamos ter ao menos a noção da dosagem, porque uma mãe acaba sendo a médica de outra, pois os neurologistas não podem estudar, não têm acesso e, muitas vezes, nem conhecem.

Então, eles perguntam pra gente: “Que dose você vai recomendar para aquela outra mãe?” Enfim, estamos sendo as médicas umas das outras. Se isso for regulamentado, as nossas universidades vão poder nos dar esse suporte, vão poder estudar, aprofundar-se, e nos dizer o lado bom dessa planta, porque já conhecemos o lado ruim. Não precisamos discutir tanto.

Agradeço.

Tenha um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Júlio Américo Pinto Neto.

O SR. JULIO AMÉRICO PINTO NETO – Sou pai do Pedro, filho de Sheila, que acabou de falar.

Fico orgulhoso de estar aqui, porque me sinto lá na ponta. Eu sou aquele que todo mundo fala aqui nos discursos – povo brasileiro. Eu estou lá no dia a dia. Sou um pai de família. Sou um assalariado. Sou um funcionário. Sinto-me orgulhoso de estar aqui e de me sentir “povo” neste Congresso. Eu sou alguém que está lá no dia a dia. Eu estou lá na ponta.

Há algumas questões que gostaria de colocar aqui. Às vezes, a discussão, aqui, beira o fundamentalismo – de uma parte, ou de outra. Não me representa o povo brasileiro aquele que está gritando, fazendo discursos emocionados contra ou a favor. Não me representam! O que me representa é o diálogo radical, o respeito ao diferente, à pluralidade, a abertura para que se discuta cada coisa racionalmente, ouvindo uns aos outros, com respeito profundo, que eu considero ser o papel desta Casa – promover este diálogo, para que cheguemos a alguma coisa que contemple a maioria da população e também aquelas minorias que estão sofrendo. Seja como for, isso é fundamental.

Queria registrar também que tive contato com um irmão que faleceu por conta da dependência química. Tive um amigo de trabalho que morreu recentemente, por conta de câncer no pulmão, da dependência também do cigarro, e tenho este filho aqui.

Alguns elementos precisam ser colocados com muita propriedade. É preciso a gente estar ciente da urgência desse tema, o tema medicinal. Meu filho usa Topamax, Depakote e já usou Sabril. Quando a gente lê a bula desses remédios, não dá! O Sabril, usado de forma prolongada, pode causar comprometimento irreversível da visão periférica. O Depakote pode causar insuficiência hepática. O Topamax, cálculos renais, e uma série de outros... Mas são drogas legalizadas, convencionais, que, quando se faz o peso custo/benefício, reações adversas, efeitos colaterais, pesa-se essa coisa toda e aí se diz: “Bem, tem esses perigos, tem isso tudo, a gente alerta, mas tem também o benefício, que aqui é maior ou não.”

Peço isso também em relação à planta *Cannabis*, a gente sair um pouco dessa coisa muito fundamentalista, ou de um lado ou de outro, radicalmente, para vermos isso de forma mais racional, de forma mais concreta. São 600 mil pessoas com epilepsia de difícil controle. Se você trazer para o debate as pessoas que sofrem com doença de Alzheimer, Parkinson, câncer mesmo... Eu tive depressão, sei o que é. Transtorno de ansiedade, também me tratei. Rivotril é um dos remédios mais vendidos no País, com efeitos colaterais fortíssimos. É um verdadeiro absurdo!

Nós estamos com o canabidiol aí. A planta, do ponto de vista científico, medicinal, ainda é muito pouco estudada. Muitos estudos estão sendo feitos. E a gente estudou. Eu não sou um pai irresponsável, eu amo meu filho. Não sou irresponsável e tenho esse amor por ele. Então, é pouco estudada ainda, e precisamos estudar.

A gente defende que haja linhas de financiamento, no Ministério da Ciência e Tecnologia, para estimular, para que se estudem todas essas substâncias. São mais de quatrocentas substâncias, cerca de sessenta a oitenta canabinoides, que precisam ser estudadas. Não é só uma substância. A gente tem todo respeito por quem está colocando tudo aqui, o Senador, cada um deles. Parto do pressuposto de que ninguém aqui é a galera do mal ou do bem. Não, eu não quero cair nesse fundamentalismo, ou é o preto ou é o branco, ou está do meu lado ou é satanás. Não. (*Palmas.*)

Isso não é a melhor forma de conversar, de discutir. Estou como pai de família e sou representado pelo diálogo. Estou na ponta, vivendo cotidianamente. Já vivi uma situação de dependência química, e não só da questão... Se for partir para o radicalismo, vamos tirar de circulação o fumo, vamos tirar de circulação a bebida, mas tirar mesmo, não é só educar não, porque se eu digo só educar para prevenir, eu vou também educar para prevenir a maconha ou qualquer outra droga. Educar para prevenir qualquer uma. Porque tão nocivo quanto é o LSD, tão nocivo quanto é a cocaína ou qualquer um desses, é nocivo também o álcool, é nocivo também o cigarro, que tem não sei quantas mil substâncias cancerígenas. Por que a gente não defende também a proibição de tudo isso, então? (*Palmas.*)

Partir para o radicalismo: é tudo! Ou, então, o que acho mais racional: é abrir o diálogo, discutir os prós, discutir os contras, discutir a melhor maneira de encontrar uma alternativa que realmente sane o problema da melhor forma possível. Para isso, é preciso aprofundamento, abertura ao diálogo, e isso é fundamental.

Nós queremos, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO AMÉRICO PINTO NETO – A nossa proposta aqui, como pessoas, como povo... A gente sofreu para estar aqui, para deixar nossos filhos aos cuidados de outras pessoas, para conseguir dinheiro para aqui estar, a gente fez todo tipo de visita, fomos a políticos, fomos a pessoas amigas para estar aqui, porque a gente assistiu à última audiência e a gente queria ser representado como povo brasileiro. A gente não está aqui como “o proibicionista”, “aquele que defende radicalmente todos os usos”. Não. A gente está aqui como povo brasileiro e a gente quer ser respeitado como povo brasileiro e contemplado.

Nossa proposta: que esse fórum tire ações contundentes em relação à Anvisa para que pressione, o mais rápido possível... A gente não aguenta mais esperar nem eleição, porque muita gente alega eleição para se esquivar de um problema tão sério. Se essas pessoas nos representam, elas não poderiam usar esse artifício. Elas têm que assumir responsabilmente, mesmo que isso custe a reeleição para um mandato, já que ela me representa ou diz me representar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO AMÉRICO PINTO NETO – Esta é uma proposta: que, de alguma forma, chegue à Anvisa esse nosso grito. É preciso que se reclassifique o canabidiol, sob qualquer argumento que se use. Precisamos de um projeto de *Cannabis* medicinal, estudando todas as potencialidades dessa substância, os prós, os contras. A ciência precisa debruçar-se sobre isso, sem paixões, mas precisa debruçar-se sobre isso com respeito profundo uns pelos outros, com abertura para o diálogo, Precisamos dessas duas propostas e não queremos sair daqui sem uma esperança. Precisamos disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, demais integrantes da mesa, é sempre uma alegria estar aqui, é uma honra também trazer a nossa opinião e manifestar, mais uma

vez, Sr. Senador, a nossa admiração pelo seu trabalho, sobretudo na educação, e pela coragem de trazer à discussão um tema tão difícil.

Vamos pedir a autorização do senhor para citar um assunto que é muito recente: a palestra que um especialista, um dos maiores do mundo, o Kevin Sabet, fez agora no sábado. Eu trouxe alguns pontos que, acho, vão ajudar na elucidação das perguntas que o senhor elaborou logo no início da fala. Não é grande a fala dele, está inclusive em entrevista, e vou deixar com seus assessores também.

O primeiro ponto que gostaríamos de abordar é que não somos contra a regulamentação do uso medicinal do canabidiol e mesmo do THC. Sabemos, sim, dos efeitos terapêuticos que podem ser verificados. Não há problema algum quanto a isso. Há até previsão de pesquisas no Brasil. Mas é preciso definir realmente porque os colegas, os nossos companheiros aqui estão tendo dificuldade de acesso, e sabemos dessa questão.

O uso terapêutico deve ser, sim, permitido, mas temos que fazer isso com o maior cuidado possível. O Dr. Kevin Sabet vai demonstrar que, nos Estados Unidos, em que vários estados regulamentaram o uso terapêutico, boa parte dos usuários são adolescentes inclusive, que continuam buscando no tráfico ilegal, já que é proibida a venda para menores. Então, eles conseguem de amigos que têm a carteirinha.

Há até um repórter – foi feito um Profissão Repórter – que foi a São Francisco e, em uma consulta de cinco minutos, conseguiu a receita médica e a carteirinha para a utilização da chamada maconha terapêutica. A maioria deles não tem câncer, não tem nenhuma outra enfermidade grave, mas estão utilizando sob a alegação de dor nas costas. Lá, eles prescrevem, como se fosse uma panaceia, para diversos males.

Então, temos de ter esse cuidado para, na hora de se regulamentar, de se legislar, haver cautela. O Brasil tem um problema muito grande de fiscalização. Um dos nossos maiores receios, Senador, é que os adolescentes que, hoje no Brasil, compram drogas livremente, em um índice altíssimo... Temos uma dificuldade muito grande de fiscalizar. Imaginem a fiscalização de uma droga que sabemos – isso não é matéria que está em discussão – dos danos que causam. Todos sabem dos vários danos que a maconha produz no organismo sobretudo nos nossos adolescentes.

Então, tentando responder aqui a uma das suas primeiras perguntas – fizemos muitos estudos sobre o assunto – a regulamentação aumentaria o consumo? Não, ela não aumentaria o consumo não; ela aumentaria muito o consumo! O Kevin Sabet chega a declarar que o consumo explode onde ela é regulamentada. Agora, às vezes, o que pode acontecer? Do mesmo modo em que, nos Estados Unidos, onde o aborto foi legalizado através da Suprema Corte, as estatísticas estavam hiperinflacionadas. Quem declarou isso em um Congresso em Madri foi o Dr. Bernard Nathanson, um dos maiores abortistas do mundo e autor do filme O Grito Silencioso. Ele mostrou que eles multiplicavam por cem, por mil o número em estatísticas, já que não há estatísticas oficiais sobre esse assunto, para justificar a legalização do aborto nos Estados Unidos, como, de fato, conseguiram, há quase 40 anos. Nos países onde ela é legalizada, o consumo aumenta drasticamente. Então, isso é um assunto também que ele traz à baila.

“É a porta de entrada?” também pergunta o senhor. Bom, essas drogas fumadas, como o próprio tabaco, que é tão comum hoje em dia, estimulam também a facilitação do uso do *crack*. Então, a maconha fumada facilita o *crack*, que também é fumado, entre outras drogas também. Numa pesquisa do Lenad (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas), que foi feito em 2009 e em 2012, verifica-se que 70% dos usuários de cocaína utilizam também a maconha; então, vejam que normalmente há dependências cruzadas. É também considerada como porta de entrada.

Terceira pergunta: “A regulamentaria diminuiria a morte por violência com o tráfico?”. Ela pode até diminuir um pouco o tráfico, mas a própria Associação Brasileira de Psiquiatria e também o Kevin Sabet mostram que a maconha representa muito pouco do faturamento da droga. O crime organizado... Como a maconha é uma droga barata, grande e malcheirosa até facilita que, na Polícia Federal, nós detectemos outras drogas que estão sendo carregadas junto. Então, ela até ia prejudicar. Vejam que o tráfico vai continuar existindo. Ele diz que para acabar com o tráfico você teria que vender a preço de custo para poder competir com o tráfico e, ainda assim, como os adolescentes não têm acesso, porque é proibida a venda, eles vão também continuar comprando no tráfico. Então, não acaba o tráfico e também não acaba a violência, porque a gente vai ter uma grande expansão do consumo.

“Diante da moral, estamos preparados?”, pergunta o Ex^{mo} Sr. Senador. Vejam que o próprio Fernando Henrique Cardoso, que tem sido um grande defensor desse debate, vai dizer que o Brasil ainda não está preparado para legalizar ou regulamentar a maconha. Estou falando isso no uso recreativo, não estou tratando do uso medicinal. A gente sabe que o sistema de saúde hoje mal dá conta de atender os dependentes que hoje nós temos. Imagine se esse número aumenta! A gente não tem... Infelizmente o nosso serviço de saúde está praticamente falido nessa área da dependência química. Então, é importante que levemos tudo isso em consideração.

O senhor disse que a violência aumentou por causa da maconha, por causa das drogas. Mas o aumento do consumo de drogas vem sobretudo do materialismo, do ateísmo, do consumismo, das desigualdades sociais, da falta de educação, de emprego, de limites de educação moral e espiritual, o aumento das mães solteiras, crianças abandonadas, da publicidade, da impunidade que reina em nosso País, da apologia, exemplo dos famosos, da expansão do álcool – a principal porta de entrada é realmente o álcool – e sobretudo, Sr. Senador, no Brasil, houve uma explosão de consumo, como depois o Dr. Sérgio deve explicar melhor, com a mudança da legislação.

Quando a legislação “descarcerizou” o uso das drogas, ou seja, o usuário não vai mais preso, embora ele ainda esteja apenado, fica na ficha de antecedentes dele na polícia e o juiz leva isso em consideração em outras condenações futuras, o que aconteceu? Acabou a juventude acreditando que o uso e o porte estavam legalizado. Explodiu o consumo, de 2006 para cá, por conta dessa mudança.

No Rio Grande do Sul, logo que houve a mudança da lei, a princípio foi utilizada a Justiça Terapêutica, ou seja, a pessoa que era flagrada com o consumo de drogas proibidas tinha que obrigatoriamente se submeter a tratamentos, a reeducação, a uma série de atividades. Lá no Rio Grande do Sul, eles tiveram 70% de recuperação de dependentes químicos com essa atividade. Agora, hoje, com a atividade que tem, as pessoas estão fumando até na frente da própria polícia, nos estádios. Enfim, hoje há uma consciência deturpada do que seja realmente o porte. Então, a volta da Justiça Terapêutica seria uma coisa muito interessante!

Também houve um aumento muito grande do consumo de drogas por conta das comorbidades: o aumento de depressão, bipolaridade, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno obsessivo compulsivo, TDH. Tudo isso leva também ao consumo de entorpecentes, não é? Içami Tiba, um psiquiatra, também fala da quantidade de pessoas que ficam até mais tarde em casa, morando com os pais, não casam cedo, então, não têm tanta responsabilidade, não têm filhos, não têm esposa, não têm um lar.

O Brasil, nós sabemos, é uma rota para o tráfico internacional. São 17 mil quilômetros de fronteira. Sei que é muito difícil a gente controlar a droga no Brasil, vizinho dos três maiores produtores do Planeta, e é o álcool que está presente em quase todos os crimes, boa parte dos homicídios, dos estupros, dos assaltos, violências domésticas, pedofilia e dos acidentes automobilísticos. Como no Colorado – o Dr. Kevin muito bem demonstrou – porque acidentes fatais foram pesquisados, dentro das vísceras da pessoa, grandes índices de substâncias associadas à maconha. Então, os índices de acidentes de carro no estado do Colorado, que legalizou também o uso recreativo, dobraram, sobretudo com acidentes letais.

O fato de o álcool e o tabaco serem drogas lícitas não quer dizer que... A gente já tem dois grandes desastres na saúde pública, que são essas duas drogas. Mais uma droga lícita, aumentando o acesso... Realmente, nós entendemos que não é a melhor coisa.

A maconha tem efeitos como a diminuição dos vínculos afetivos, do interesse pelo estudo, trabalho, esporte, lazer, família, e leva a um processo gradual de alienação, expondo a pessoa a utilizar outras drogas, por conta dessa alienação também.

A gente já sabe dos altos índices de morte de adolescentes. De 15 a 29 anos de idade, a maior causa de morte dos nossos jovens no Brasil é acidentes automobilísticos. Então, vejam que, com a utilização também de mais um entorpecente... E, no Brasil, não somos obrigados a produzir provas contra nós mesmos. Mesmo que a gente tenha um bafômetro que detecte a maconha, a pessoa pode dizer que não vai se expor, que tem esse direito constitucional, e, pelos sinais exteriores, você não tem como dizer que ela usou maconha. “Ah, está com o olho vermelho.” Mas uma noite mal dormida, um colírio também podem provocar isso. É um problema sério porque a gente não tem como detectar a utilização da droga.

Ela, segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, usada na adolescência, tem o mesmo índice de dependência química da cocaína, que é 15%.

Outra coisa: se legalizarmos a maconha, Senador, será muito difícil voltar atrás, porque nós teremos uma legião de pessoas dependentes químicas porque ela desenvolve a tolerância, desenvolve a dependência química e psicológica, segundo a própria Organização da Saúde, como muito bem falou o Dr. Prof. aqui.

O estigma social. A nossa convidada falou aqui da questão dos negros, dos pobres. O estigma social a gente estuda em criminologia, na Polícia. Na verdade, os negros e pobres vão continuar sendo presos. As pessoas que têm... É um estigma social. Não é por causa da droga ou da maconha em si.

(Soa a campanha.)

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Legalizando a maconha, nós não vamos acabar com essa discriminação, esse estigma, porque já há isso incrustado no ser humano.

Outra coisa, quando se falou aqui do álcool. “Ah, por que não se proíbe o álcool?” Na verdade, a proibição do álcool, Senador... É uma droga que está completamente arraigada no costume da sociedade. Então, vejam

que é muito difícil se tirar uma droga como o álcool, proibir, como foi feita na Lei Seca, nos Estados Unidos, que, do ponto de vista de saúde pública, deu certo. Ela foi ruim durante aquele tempo porque criou aquelas máfias, o crime organizado, mas a repressão, por exemplo... Vejam o ópio na China: 25% da população utilizava ópio. Foi reprimido, proibido, e, praticamente, já não existe o consumo de ópio na China. No caso do álcool, é mais difícil por conta disso, mas a maconha é utilizada somente por 2% da população do Brasil, segundo o Dr. Kevin Seibt, e 6% a 8% nos Estados Unidos. É um índice muito pequeno que você vai “beneficiar” – entre aspas –, e possibilitar um aumento muito grande dessa questão.

O álcool também foi legalizado nos Estados Unidos porque houve o grande *crack* da Bolsa de Valores, em 1929. Os estados americanos estavam falidos e queriam a receita do álcool. Do ponto de vista de saúde pública, talvez estivessemos melhor hoje sem o álcool do que com ele, porque é um dos maiores danos realmente que nós temos, não é?

A deficiência na nossa segurança pública, nós vemos aí.

Sugerir aos Parlamentares que a gente tenha uma legislação penal adequada e propor algumas ações aqui, Senador, para a gente já concluir, lembrando apenas que o dependente químico é uma pessoa doente, é uma enfermidade. Se ele tiver acesso à droga, ele vai utilizar cada vez mais, comprometendo a sua saúde, a sua vida, os seus vínculos. Aumenta a evasão escolar. A gente quer tanto defender a educação, Senador, e um dos maiores provocadores de evasão escolar é a maconha. Na Suécia e no Japão, por exemplo, a política é restritiva. A Suécia liberou na década de 70, mas voltou atrás também. Portugal também teve aumento de consumo, e o tráfico não acabou. Matérias na televisão mostram repórteres adquirindo nas principais ruas de Lisboa.

E algumas ações que a gente sugeriria para combater à drogadição e à violência: prevenir; educar, especialmente com relação aos valores humanos, como Dr. Ulisses Riedel, nosso querido ex-Senador, que apresentou aqui, tem um programa disso; combater o materialismo; voltar a utilizar a Justiça terapêutica, que deu excelentes resultados; oferecer atividades e empregos para os nossos adolescentes; coibir, realmente, a apologia às drogas; proibir, Sr. Senador, a propaganda de álcool que acontece em nosso País – Isso é um absurdo! Nós precisamos acabar pelo menos com a propaganda, como fizemos com o tabaco –; ter uma segurança pública de verdade; controlar fronteiras; melhorar a capacitação; exigir nível superior para os policiais, dar um aumento do efetivo e da qualidade desses servidores; acelerar o leilão dos bens apreendidos; reduzir a impunidade com um sistema criminal rápido e justo; investir em Defensoria Pública para as pessoas carentes; implantar o RICS, que está aqui no Senado, Senador Pedro Simon, desde 1997, projeto de Registro de Identidade Civil Segura – No Brasil, muitos bandidos usam identidades falsas, mudam de nomes e passam como primários –; e utilizar modelos de solução comunitária, com participação de toda a sociedade, como propõe também o Dr. Ronaldo Laranjeira, Psiquiatra, que tem liderado esse trabalho no Estado de São Paulo.

Quero apresentar essas matérias que foram publicadas no *site* da UOL, as entrevistas que ele fez, o Dr. Kevin Sabet, para ilustrar e enriquecer o debate.

Que o senhor continue sendo iluminado e conte com o nosso apoio, sempre buscando os argumentos científicos e da criminologia e da Ciência Política nesse área.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora ao Fernando Antonio Lobo.

O SR. FERNANDO ANTONIO LOBO – Eu sou do Movida. O Movida é uma instituição do Ceará, de Fortaleza.

Temos um trabalho, Senador, já iniciado este ano, com um rapaz que – eu acredito – esteve aqui em audiências passadas. Ele faz um trabalho muito sério que é o de visitar as escolas, fazendo palestras. É um ex-empresário do Ceará. O resultado que a gente obtém e o que a gente vê das palestras que ele dá, das consultas, das conversas com garotos, conversas com adolescentes nessas escolas, é catastrófico. Recordo-me de uma, principalmente, que talvez possa contribuir como resposta para o senhor. Visitamos uma instituição que trata de adolescentes em recuperação de drogas. Em pesquisa feita, ele afirma que 100%, dentro dessa escola, das pessoas que estão lá em tratamento, entraram em outros tipos de drogas, principalmente o *crack*, a partir da maconha, e isso nos preocupa bastante. Esses dados, talvez o senhor possa buscá-los nessas clínicas de recuperação que existem a centenas no País. Faça uma pesquisa lá dentro para ver como as pessoas, adolescentes principalmente, começaram a utilizar o *crack*.

O que a gente vê, hoje, em Fortaleza, é algo alarmante: todos os dias são assassinadas adolescentes, crianças, por dívidas de R\$10,00, R\$5,00 por consumo de *crack*. Quando eu associo esse consumo à entrada, e eles me dizem que foi o consumo da maconha, fico cada vez mais preocupado com o que pode acontecer se nós legalizarmos o uso da maconha de forma recreativa.

O que nós devemos fazer – eu acho que isso é o consenso de todos que estamos discutindo aqui – é que o uso medicinal deve ser aprovado. Isso é lógico, faz parte do mundo civilizado. Agora, aproveitar a caro-

na para se discutir uma situação dessa com mães, com crianças, com pessoas que estão sofrendo para tentar introduzir a maconha! (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO ANTONIO LOBO – Isso, sim, é covardia! Isso, sim, é criminoso! Me desculpe!

Isso, sim, é criminoso. Desculpe-me, Senador.

Eram essas as minhas palavras, para ser bem breve, pois sei que há muita gente aqui que vai falar.

Eu acredito que uma coisa é nós legalizarmos o uso medicinal da maconha. Tudo bem! Eu acho que isso já deveria ter sido feito há muito tempo. Agora, o que nós não podemos é aproveitar isso para liberar a maconha, inclusive promovendo, cada vez mais, o aumento da violência em nosso País.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa sua última colocação faz sentido. Talvez nós devêssemos separar os dois debates. (*Palmas.*)

Vamos à Srª Maria Antônia Goulart.

A SRª MARIA ANTÔNIA GOULART – Bom dia! Obrigada pela oportunidade.

Meu nome é Maria Antônia Goulart, tenho 65 anos e sou usuária de uma erva medicinal, que é a maconha.

Em 2007, eu tive câncer e, quando fiquei sabendo do diagnóstico, eu já conhecia alguma coisa a respeito do uso medicinal da maconha. Então, fui com familiares conversar com médicos; e todos com quem conversei foram unânimes em dizer que a maconha poderia me ajudar muito.

Os médicos não podem recomendar, mas, quando você fala, eles são os primeiros a apoiar.

Como qualquer pessoa que se submete a um tratamento contra o câncer, a quimioterapia dá enjoos terríveis, você só vomita, não dorme, não come direito. As dores do câncer são insuportáveis, e a maconha ajuda muito durante o tratamento, reduzindo os efeitos colaterais causados pela medicação. Então, ela diminui os enjoos, diminui as dores, faz com que você coma melhor, durma melhor. Então, a sua qualidade de vida aumenta; você se fortalece mais. E, numa pessoa fortalecida, a possibilidade de cura é bem maior.

Existem estudos que dizem que ela reduz as células tumorais. Eu já li, mas não tenho esse conhecimento científico, esse conhecimento médico, mas tenho a vivência, a experiência; eu já vi muita gente morrendo do meu lado porque não conseguia comer. As pessoas desistem mesmo. Chega-se a uma certa hora em que a dor é tanta, que o mal estar é tanto que a pessoa desiste de viver. Com a maconha, você consegue segurar muito essa parte. Então, você dorme melhor, come melhor; e, principalmente, o efeito analgésico da maconha, do THC, que o pessoal está contestando tanto, ajuda muito na redução desses sintomas.

Após o término do tratamento, fiquei dois anos sem usar a maconha. Daí me vem uma sequela, a fibromialgia, uma sequela do tratamento contra o câncer, que é uma síndrome, não degenerativa, mas que é incapacitante. Eu não estaria aqui conversando se eu tivesse que fazer o tratamento convencional. O tratamento convencional é à base de medicamentos tarja preta, que me deixam drogada o dia todo. Com a maconha, eu fico medicada.

Agora, eu quero falar um pouco das nossas dificuldades.

Eu sei que é até meio desagradável falar, mas eu vou às biqueiras, às bocas de fumo. Eu vou, pois eu não posso mais não ter a minha qualidade de vida.

Com a maconha, eu curto a minha família, eu estou aqui, eu curto meus cachorros, eu curto meus amigos. Com o tratamento convencional, eu estaria deitada numa cama, drogada, sem qualidade de vida nenhuma.

Quem, agora, sim, em sua consciência pode chegar para mim, para ela e para ela e falar que é proibido usar a maconha? Como? Eu vou mesmo às biqueiras e me arrisco não na própria biqueira, porque eu sempre fui muito bem tratada. Mas, no caminho, posso ser assaltada, posso ser atropelada, pode vir um carro com um bêbado e me matar ou me atropelar. Eu vou lá e compro meu prensadinho, nem sempre de boa qualidade. Se alguém ou a Polícia me pegar com meu prensadinho, o máximo que pode acontecer é eu ter de responder como usuária.

Se eu quiser cultivar na minha casa o meu remédio, isso é fácil. Fazer o óleo é facilíssimo. Acho que todo mundo consegue fazê-lo. Se eu cultivar seis pezinhos ou uma quantidade bem pequena, eu vou ser presa como traficante. Na biqueira, eu vou ser presa como usuária. Então, por que não posso?

O senhor já imaginou o carinho de uma mãe ao fabricar o remédio para o filho, ao fabricar o seu próprio remédio? E não serve só para o câncer e para a fibromialgia, a maconha ajuda em muitas patologias, como na esclerose múltipla, no câncer nas crianças. Ela é uma erva medicinal. Pode-se dizer: “Ah, eu vou fazer uso recreativo.” Tudo bem! Mas você vai usar uma erva medicinal. Não há jeito de desassociar a maconha recreativa e a medicinal. É uma erva medicinal.

Então, acho que, agora, em nome de todos os usuários – falo mais dos adultos, porque as crianças estão bem representadas –, o que a gente gostaria, Senador, era sair da ilegalidade. A gente vai continuar indo à biqueira, indo à boca de fumo. Não há jeito! A nossa qualidade de vida é muito importante.

Então, a ajuda que a gente pede para as pessoas... Às vezes, o preconceito é baseado na falta de informação. “Maconha dá câncer.” Imagine! Ela ajuda na cura do câncer. Quer dizer, são certas colocações meio absurdas.

Então, em nome dos usuários de maconha, como é o meu caso, o que eu peço é mais dignidade para a gente, mais compreensão. A gente gostaria muito de sair da ilegalidade.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ANTÔNIA GOULART – Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra a Adriano Andrade.

O SR. ADRIANO ANDRADE – Bom dia! Bom dia, Senador Cristovam, palestrantes, todos os presentes e todos os que acompanham esta audiência pública pela mídia e pelas redes sociais!

Meu nome é Adriano Andrade. Eu estou aqui representando o Fórum Advogado contra o Proibicionismo, pela Ampla Discussão sem Tabus e Erradicação da Violência Advinda da Política de Guerra às Drogas, que pode ser acessado pelo endereço [facebook.com/advogadocontraoproibicionismo](https://www.facebook.com/advogadocontraoproibicionismo).

A guerra tem um único objetivo, que é matar. E a guerra às drogas foi criada há tanto tempo, que ninguém se pergunta mais sobre suas origens, sobre o que motivou a sua criação. Como já foi dito exaustivamente no decorrer destas audiências, a chamada guerra às drogas foi criada não para combater as drogas em si, mas como uma política econômica e social de isolamento, de exclusão e de eliminação de etnias e de grupos tidos como ameaças aos interesses econômicos.

No caso da maconha, nos Estados Unidos, a guerra foi contra os mexicanos; no Brasil, foi contra os negros, que traziam o hábito do uso da erva como forma de socialização e de estreitamento de laços, da mesma forma como fazemos hoje nos bares e em nossas casas, com reuniões regadas à comida farta, a boas cervejas, a vinhos e a destilados.

Uma pesquisa de 2013 do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia afirma – abrem-se aspas: “Os argumentos baseados nas teorias racialistas levam a crer que tal hábito estava associado ao estilo de vida africano, incluindo a religião.

Os demais textos seguem a linha inaugurada por Dória. Os anteriores à proibição, efetuada em 1932, ressaltam os aspectos negativos e muitas vezes falaciosos decorrentes do uso da maconha e clamam por medidas proibitivas. Os posteriores à proibição reclamam da repressão ineficiente ou usam dados de hospitais psiquiátricos para testar os perigos que a erva representava.

A associação entre maconha e loucura esteve presente em todos os discursos que buscavam a criminalização e a repressão do cultivo e o uso da planta. Os estudos médicos legais já testavam que os negros e seus descendentes seriam dotados de características transmitidas geneticamente responsáveis pela personalidade infantil, animalesca, agressiva e mesmo tresloucada. Associados a uma substância tida como altamente perigosa e capaz de levar a crimes, embora pouco se conhecesse dos aspectos químicos e farmacológicos da maconha, a imputação de tais características como intrínsecas à – entre aspas – “raça negra” – seria intensificada, e o controle sobre essa população deveria ser ampliado.” – fecham-se aspas.

Então, a primeira etapa de uma guerra é eleger ou criar inimigos. Sim, porque não existe guerra às drogas ou à potencial nocividade que elas carregam, pois não se combatem substantivos ou adjetivos, mas apenas se pode combater sujeitos determinados.

No Brasil, o inimigo número um da dita guerra, desde sua origem, é o jovem pobre, negro e periférico. Basta ver os dados da população carcerária brasileira. Mas, como o discurso de fundo da maioria dos proibicionistas, normalmente ressaltados por alguma crença ou valores religiosos tem cunho moral, a conclusão a que se chega ruma no sentido de confirmar o corte social dessa guerra, associando a maioria dos presos negros e pobres como os derradeiros responsáveis pela perpetuação do que há de pior na sociedade. É daí que vemos uma grande parcela da sociedade aceitar com naturalidade a morte de um bandido em potencial, mas enxergar como os piores dos pecadores aqueles que fumam um baseado. Argumentos como “bandido bom é bandido morto” e “se fosse boa pessoa não teria morrido” encobrem uma moral duvidosa, assim como duvidosos são os tão aclamados – entre aspas – “valores da família tradicional brasileira cristã”, que não têm definição própria, mas são genéricos e abstratos ante a multiplicidade de religiões, costumes e valores que temos no Brasil.

A banalização das mortes de todos os agentes envolvidos nessa guerra, seja do lado dos traficantes, do lado da polícia ou de pessoas inocentes, é automaticamente substituída pelos programas policiais, noticiários de massa, colocando-se novamente a droga como a culpada por tudo isso, o que é um absurdo, embora óbvio, já que não é necessário trocar tiro com ninguém para se comprar cervejas ou cigarros, drogas muito mais nocivas do que a maconha.

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO ANDRADE – E aqui nós temos especialistas que podem falar disso com muito mais propriedade, como é o caso do Dr. Renato Malcher.

Então, a guerra contra as drogas é uma guerra moral: o certo contra o errado, o bem contra o mal, o sim contra o não. E enquanto se trava essa luta futebolística entre os goles de cereja e baforadas de tabaco, pessoas morrem. É uma guerra hipócrita.

Falando em hipocrisia, na semana passada, o Deputado Osmar Terra soltou em seu perfil público no Twitter – abre aspas: “Maconha medicinal: maior hipocrisia do século” – fecha aspas. Sim, senhores, para o Deputado Osmar Terra e muitos dos seus seguidores, todas as mães, pais, filhos, parentes e amigos de pessoas que aqui estão presentes e que procuram na maconha talvez a última esperança de cura ou de alívio das dores, de qualidade de vida e um mínimo de alegria não passam de hipócritas. A dor dos parentes que perderam seus entes queridos antes que pudessem ao menos tentar administrar a planta em busca de uma sobrevida também não passa disso. Pura hipocrisia, segundo o Deputado. E o mais grave: o Deputado é médico.

Na última audiência desta Comissão, algumas pessoas se posicionaram contra a legalização da maconha sob o argumento de que haveria forte interesse econômico em prol da legalização. Mas devemos lembrar a todos quais são os interesses econômicos por trás da proibição da legalização das drogas. A título de exemplo, citamos o maior e mais importante banco da Europa. Nascido com a guerra do ópio, na China, em 2002 veio a público pedir desculpas. É porque o Senado norte-americano, após investigações, descobriu que esse mesmo banco lavava o dinheiro do narcotráfico mexicano. E podem ter certeza de que não é o varejista, aquele que vemos algemado, de cabeça baixa, nos noticiários, o maior interessado pela continuidade da proibição.

E não é somente os bancos que lucram com a proibição. Voltando ao nobre Deputado Osmar Terra, observa-se que ele milita abertamente em prol dos interesses das clínicas de reabilitação de drogados, que lucram milhões de reais por ano, pagos inclusive com dinheiro público.

E a legalização da maconha irá cortar a mina de ouro.

Pela mesma razão, o seu Projeto de Lei nº 7.663, de 2010, prevê expressamente não somente o aumento das penas para traficantes, em uma realidade em que o pobre vai preso – e na última semana a Justiça determinou a devolução do helicóptero que foi pego com 500kg de cocaína aos seus donos –, com a internação compulsória dos usuários de drogas em clínicas de reabilitação mantidas por entidades religiosas e com previsão de pagamento com dinheiro público a essas entidades religiosas. Quem não acredita é só ler o projeto.

Não por coincidência, o Deputado elaborou recentemente um manifesto de cunho religioso contra a legalização da maconha juntamente ao psiquiatra Ronaldo Laranjeira, eminente defensor da proibição e coincidentemente proprietário de clínica de reabilitação. Ronaldo Laranjeira também preside a Comissão de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), ao lado de outros membros que também possuem clínicas de reabilitação.

Alguém tem dúvidas de que a legalização trará uma perda irreparável nos seus lucros? Pois ao menos do ponto de vista ético o Ministério Público do Estado de São Paulo não tem dúvida alguma. Conforme notícia do jornal UOL de abril deste ano:

O Governo do Estado de São Paulo contratou uma entidade filantrópica presidida pelo psiquiatra Ronaldo Laranjeira (...) para administrar o futuro hospital de dependentes químicos da Cracolândia, na região central [de São Paulo]. A Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), organização associada vinculada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) [Não haveria, em tese, problema algum nessa contratação, não fosse Laranjeira também o coordenador do programa anticrack da Secretaria Estadual da Saúde]. Pelo contrato a SPDM, de Laranjeira, vai receber cerca de R\$114 milhões, no período de 5 anos, para gerenciar a unidade da Rua Helvetia – [Já estão atuando lá inclusive].

(...)

Do ponto de vista ético, merece uma reflexão maior. (O contrato) É algo que precisaria ser mais bem pensado e investigado. É uma situação muito inusual alguém estar dos dois lados, como contratante e como contratado”, afirmou o promotor da Saúde Pública Arthur Pinto.

Na prática, se de um lado a turma da defesa da moral, dos bons costumes e da família tradicional brasileira não se importa com os ainda mais pobres, negros e periféricos, presos, torturados e mortos, de outro, certamente não se importarão com mais usuários internados à força e a garantia dos bolsos de poucos cheios de dinheiro às custas dos hipócritas que aqui se encontram e que buscam nada mais que o amplo acesso à saúde, garantido pela nossa Constituição Federal..

(Soa a campanha.)

O SR. ADRIANO ANDRADE – Para finalizar, Senador.

Disse ressaltar que o índice de sucesso no tratamento das internações compulsórias é de aproximadamente 2%, enquanto o índice de reincidência dos presos em regime fechado é de mais de 70%. Não por acaso,

esse tipo de intervenção não é mais recomendado pela terapêutica internacional, sendo a internação compulsória medida excepcional e por período breve, em caso de surto e difícil contenção.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), priorizar a internação compulsória para tratamentos de drogas é inadequado e ineficaz. Na mesma linha, as leis contra as drogas vêm sendo revisadas no mundo todo, já que a prisão torna a dependência ainda mais severa. E quem diz que o usuário não vai preso aqui no Brasil tem que se aprofundar um pouco mais na realidade carcerária brasileira. A campanha proibicionista tem como bandeira a moral e os bons costumes cristãos, mas como núcleo principal o interesse econômico e não a saúde e a vida.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado ao Senador. E rogamos que o senhor continue sem pressa em tomar sua decisão. A democracia agradece. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu até diria que sem pressa no que se refere à parte recreativa, mas na parte medicinal a gente não pode demorar. *(Palmas.)*

Com a palavra, Luciana Nolli

A SRª LUCIANA NOLLI – Bom dia, Senador. Bom dia a todos. Vou falar, em primeiro lugar, como neuropediatra.

Acompanho o tratamento dessas crianças há dez anos. Imaginem tratar de uma criança por dez anos e não haver evolução no quadro! Com a contração muscular dessas crianças não se consegue fazer um alongamento, abrir uma mão. Já é algo vergonhoso debater isso em nosso País. Então, tem que legalizar. A única coisa que conseguimos foi o Canabidiol, que propicia o relaxamento da musculatura.

A gente pode ver os vídeos.

Agora eu quero falar como pesquisadora do Laboratório de Toxicologia da UnB, sobre o estudo das pesquisas.

Se a gente tem um receptor do Canabidiol no cérebro, há o que se discutir. Então, a gente tem que pesquisar.

A gente estava realizando a pesquisa na USP usando o Canabidiol sintético. Olha isso.

Isso tem que caminhar. Temos que fazer pesquisa, não há mais para onde correr. Não temos que ficar brigando por isso.

As nossas crianças estão sendo dopadas com remédios que os nossos psiquiatras receitam. Elas ficam dopadas. Vai se fazer um tratamento com a criança, mas a química dos remédios é tão forte que não se consegue evolução nenhuma. Então, o quadro fica estacionado. Não há como. Está feio demais.

Olha lá, da área de pesquisa de novo. Vamos voltar.

Eu peço aqui, eu faço o pedido para a gente poder pesquisar essa planta, a planta mesmo, e não ter que importar o Canabidiol e dar o remédio sintético. Se o cérebro tem os receptores que estimulam a produção de tudo isso, então, a gente tem que...

Senador, a gente tem a produção de dopamina, de serotonina, de adrenalina. Com o tempo, isso tudo vai acabando. Se a gente tem uma planta que estimula a produção de dopamina, de serotonina, devemos usar essa planta e não usar esses remédios químicos que não produzem nada, que só estacionam o quadro desses pacientes, sem haver evolução. Então, a gente tem que partir para o natural.

O nosso receptor precisa ser alimentado. Nosso organismo é alimentado com vitaminas. Nosso cérebro também precisa de uma alimentação. A gente está com o receptor plantado no cérebro para quê?

Eu só queria falar isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora à Katiele, que tem um depoimento a fazer.

A SRª KATIELE FISCHER – Bom dia, Senador!

Eu sou a mãe da Anny e gostaria de dizer que eu não sou uma pessoa hipócrita, como foi mencionado aqui. A gente está discutindo aqui hoje o uso medicinal, caso alguém não saiba ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KATIELE FISCHER – Sim. Perdão. Então, vamos lá.

Eu vou falar sobre o uso medicinal, que é a parte de que sei falar e que é a minha experiência.

Eu queria dizer que doeu muito ouvir, aqui do meu lado, do Senador que estava aqui, que era uma causa forjada. Doeueu que correu uma lágrima. Doeueu quando ele falou que, se fossem as netas dele, ele não faria isso. É porque ele não sabe o que diz.

Neste período em que a gente está sentado aqui, Senador, discutindo isto, se a minha filha estivesse aqui, nestas poucas horas que estamos aqui, o senhor teria o desconforto de presenciar várias crises convulsi-

vas, generalizadas, cada uma delas trazendo um risco iminente de morte. Porque, considerando-se a epilepsia refratária, sabemos que há um risco de uma parada cardíaca ou uma parada respiratória em cada uma delas. Agora, o senhor pode imaginar viver isso 24 horas por dia? O senhor imagina uma mãe acordar oito vezes durante a noite para poder acudir um filho?

O que a gente pede é que seja discutido isso com as armas abaixadas. Vamos parar para ouvir um instante apenas.

Quando o Sr. Júlio estava falando, vimos pessoas contra que nem sequer prestavam atenção no que ele estava dizendo. Não é, senhor?

Vamos ouvir, por favor.

Eu queria fazer uma única pergunta: se fosse você, o que você faria?

Eu dei inúmeras medicações que deixavam minha filha dopada. Eu submeti minha filha a uma cirurgia, e eu não consegui nada com isso. Aí um dia, na internet, apareceu a palavra canabidiol, CBD. Aí fui pesquisar sobre o que se tratava. Conversando com uma mãe do Rio de Janeiro, a Margarete, que já tinha lido sobre o assunto, veio a possibilidade. “Nossa, e agora? Meu Deus, é o negócio da maconha! Vamos estudar o assunto.” Esta foi a primeira barreira a ser quebrada: “vamos estudar o assunto”. É isto que eu peço; libertem-se as universidades. A palavra é esta: libertar, para que vocês possam pesquisar dosagens, pesquisar o caminho dessa substância no cérebro.

É inegável o ganho que a minha filha teve. Estou falando de experiência própria. Hoje ela tem o controle cervical, ela tem controle de tronco, e ela sorri para mim quando eu chamo. Isso só tem um nome: qualidade de vida. A minha urgência, assim como a de todas essas mães, de todas as pessoas que lidam com essa situação todos os dias é pressa. O meu tempo, o nosso tempo é diferente do tempo de quem avalia e do tempo de quem discute o uso recreativo, o uso industrial.

Eu peço, encarecidamente, que isso seja discutido com a guarda baixada, e pensando pelo ângulo de qualidade de vida.

Eu sei que, em algum momento, o assunto é amplamente polêmico. Não é em algum momento; em todos os momentos, esse assunto é amplamente difícil de lidar. Mas, se nós temos provas científicas de que o canabidiol ajuda em casos de epilepsia, de que o THC, que é tão condenado, tão hostilizado, que dizem que é a substância do capeta ou sei lá o que, ajuda no tratamento de câncer, dando qualidade de vida para quem está fazendo, diminuindo os gastos de dinheiro público com tratamento de câncer, que dá uma suavização nos tratamentos de quimioterapia, por que não colocar mais força, colocar mais energia para tentar discutir isso agora? Por que nós temos que esperar as eleições?

A cada dia que passa, são centenas de pessoas sofrendo.

Então, eu acho que o tempo é uma coisa de quem espera. Se fosse provavelmente o presidente da Anvisa a estar na minha situação, a pressa dele talvez fosse diferente. Esta é a grande questão: é a pressa, é o nosso tempo.

Por favor, eu peço encarecidamente que o senhor ouça esse apelo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nesse aspecto aí, eu vou ter pressa, mesmo que no resto eu demore. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra agora à Andréia Salles.

A SRª ANDRÉIA SALLES – Boa tarde, Senador; boa tarde, integrantes da Mesa.

Senador, na última audiência, o senhor disse uma frase que ficou martelando muito na minha cabeça, e aí eu decidi correr atrás da legislação; eu decidi correr atrás da legislação para entender o que não está sendo cumprido no País.

Eu vou separar aqui a questão dos medicamentos – vou falar no final –, porque eu estudei só um pouquinho da legislação. Vou falar mais da área que eu entendo, porque eu participo de grupos de autoajuda contra a dependência química há 11 anos.

Primeira coisa que eu encontrei: desde 1986, existe o Fundo de Prevenção e Combate às Drogas, que versa sobre a utilização do dinheiro de bens apreendidos em ações contra o tráfico, dinheiro de ações de combate às drogas.

É o que, em 2001, vira o Fundo Nacional Antidrogas. Mas é de 1986 e mudou pouca coisa.

O que acontece? Esse dinheiro advindo da arrecadação de bens de traficantes, de cheques de traficantes, de dinheiro de traficantes deveria estar sendo aplicado – o art. 5º é claro – em programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento e recuperação. Onde, Senador? Em programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas. Onde? Em programas de esclarecimento ao público com

campanhas educativas e ações comunitárias. Onde? Em apoio a organizações que desenvolvem atividades de recuperação de usuários.

Aqui um parêntese. Na última audiência, eu até comentei que, por ser este um ano de eleições, todo mundo está correndo atrás para ajudar lá no grupo de autoajuda, para internar quem precisa ser internado, para arrumar curso para quem precisa. Eu quero ver no ano que vem. Porque eu nunca tive, como estou tendo este ano, apoio de governo para isso. Eu quero ver no ano que vem.

E o dinheiro dever ser aplicado em custeio de atividades de controle e repressão ao tráfico.

Nossa fronteira é um queijo suíço. Eu não sei como está sendo feito esse custeio. Eu queria entender. Eu estou aqui trazendo a legislação, a Lei nº 7.560, de 1986, para dizer que, em relação ao que o senhor falou, que não pode ficar do jeito que está, só está do jeito que está porque as leis não estão sendo cumpridas. (*Palmas.*)

Segunda lei. Em 2012, foi criado o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), pela Lei nº 12.594, de 2012. O que acontece? O Sinase junta entidades para aplicar medidas socioeducativas a menores infratores. Por que eu trouxe isto aqui? Porque a maconha vai diretamente no menor, primeiro de tudo. No grupo de autoajuda de que eu participo os maiores problemas com usuários são em menores de 19 anos.

Essa lei fala, no art. 64 da Seção II do Capítulo V, que “o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente dependência de álcool ou substância psicoativa deverá ser avaliado por equipe multidisciplinar”.

Aí eu vou dar o exemplo de um adolescente do grupo de que participo e que está no Centro de Detenção Provisória. O que acontece? Não existe isso de atendimento multidisciplinar. No caso de todas as apreensões com maconha anteriores a essa – agora ele completou 18 anos e vai para a Papuda, não vai ter jeito –, a única coisa que aconteceu foi o juiz determinar onde ele iria prestar serviços comunitários. Ele não foi atendido por médico, ele não foi atendido por psicólogo... A lei não diz que teria que ser multidisciplinar? Cadê o multidisciplinar? O art. 82 do Título III do Capítulo VIII da mesma Lei nº 12.594, diz que “os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente têm que garantir, junto ao sistema de educação pública, a inserção do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na rede pública de educação”. Onde? Nunca um adolescente... Meu grupo de autoajuda atende a 3 mil adolescentes por ano e nunca vi um adolescente ser inserido na rede pública de educação. Todos eles perdem os anos. Todos! Está na lei e teria que ser cumprido.

Bom, essa lei é de 2012 e diz que é preciso três anos para ser avaliado o que está acontecendo. A coordenação é da União, mas a execução é feita pelo Estado, pelo Município e pelo Distrito Federal. Agora, quem deveria estar fiscalizando... Está escrito aqui e eu vou ler: “Os Poderes Legislativos federal, estaduais, distrital e municipal tenha a incumbência de acompanhar a execução dos planos.

Estão acompanhando? Eu nunca vejo nada. Eu só vejo não acontecer o cumprimento da lei.

Voltando à questão do medicamento, eu achei o art. 22 da Lei nº 11.346, de 2006, que criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad): “Atividades de atenção e de reinserção social”... Desculpem-me, eu ia falar de medicamento, mas vou um pouco mais à frente sobre medicamentos. “Atividades de reinserção social do usuário dependente de drogas e família devem observar os seguintes princípios: respeito ao usuário dependente de drogas, independente de qualquer condição”.

Estou com um caso de usuário, esfaqueado, que estava sob o efeito da droga, que precisou de atendimento no Hospital do Gama e só não morreu porque conseguiu me dar um telefonema, para eu me despençar até o Hospital do Gama e fazer com que ele fosse atendido, porque as redes de saúde que deveriam tratar o usuário multidisciplinarmente, pois há médicos envolvidos no multidisciplinar, que deveriam tratar o usuário de forma digna, como está escrito aqui, sem qualquer preconceito, quando olha que ele está sob o efeito da droga, deixa de lado.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANDRÉIA SALLES – Bem, vou acelerar. Falaram aqui da pesquisa científica, que é necessário o medicamento, para mim, isso é ponto pacífico, e estou muito feliz, Senador, de, pela primeira vez, ter escutado V. Exª dizer que vai separar essa questão. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

É isto que estou esperando de V. Exª desde a primeira vez em que vi que V. Exª era o relator: separar. O que acontece é o seguinte: nesta mesma Lei nº 11.343, de 2006, parágrafo único, nas disposições preliminares: “Pode a União autorizar plantio, cultura, colheita dos vegetais, referidos no *caput* deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo determinados, mediante fiscalização.”

Existe uma lei. Mais uma vez, o Brasil não cumpre a lei. Pesquisa científica devia estar sendo feita. Quem precisa do medicamento deveria ter acesso a ele. Está aqui na lei, e é preliminar. Quer dizer, não é aquela parte lá na frente da lei.

O que peço é o seguinte: regulamentação aos moldes da Califórnia é brincadeira! Não há condições! Conheço a Califórnia de trás pra frente! Rodei 5.000 km lá! Para qualquer um – e eu vi isso, ninguém me contou, não vi na TV, eu assisti – um médico, em cinco minutos, numa consulta de US\$80, por dor nas costas, autoriza a compra de maconha. Oitenta dólares!

Aqui, também vai ter esse tipo de médico. Então, a regulamentação tem de ser muito bem-feita, como medicamento, para quem precisa. Agora, Califórnia? Nem pensar!

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero, antes de continuar, dizer duas coisas. Uma: o Senador Antonio Aureliano nos prestigia aqui, e ficou lá atrás, não pediu para sentar na frente, no lugar das crianças que viriam aqui.

Obrigado, Senador!

Outra: temos um problema. Até aqui, são 15 participantes; faltam, 19. Preciso terminar uma. Nós temos, até onde medimos, quase 500 manifestações da população através da internet.

Claro que, pela primeira vez, não vou ler o que eles falam, porque não há tempo, mas vou levar em conta, pensar e considerar.

Então, vou pedir para ouvirmos o mais rápido possível, daqui pra frente, os que ainda faltam e vemos se chegamos a todos.

Robson Silva de Souza.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Senador Cristovam Buarque, boa tarde! É uma honra, de novo, estar participando desta audiência. A todos os presentes o nosso agradecimento.

Tenho que ser breve e homenagear essas mães e pais que estão aqui à frente, porque a dor deles não é a minha dor. Se eu tivesse a dor que eles estão tendo hoje, talvez... Eu até arriscaria dizer que eles são verdadeiros guerreiros, porque o que eles suportam eu não sei se eu teria condições de suportar. Então, permitam-me aqui falar uma frase religiosa: Deus não bota fardos pesados em ombros frágeis. Ele está corretíssimo. Deus é perfeito nesse ponto. Eu não sei se eu teria suporte psicológico para conviver com uma criança assim ao meu lado. Eu arriscaria até dizer, até cometer uma loucura na minha vida. Eu não sei se eu teria essa condição.

Então, é mais do que emergente, Senador, urgente separar o que o senhor falou. O senhor está claríssimo. O senhor foi inspirado quando disse que quer enxergar de forma separada o assunto. Isso é claro, Senador, está claro para todos nós. Eu digo para o senhor que não precisa nem mais fazer audiência pública nesse ponto. É ponto pacífico. Está resolvido aqui. E eu acho, inclusive, que tem até consenso de ambas as partes, tanto dos que defendem o uso recreativo quanto daqueles que são contra o uso recreativo. É consenso ou não é?

Então, Senador, eu digo ao senhor: basta esta assembleia, esta audiência de hoje. Está contemplado para nós e vamos discutir mais à frente de forma acalorada o uso recreativo. Vamos ver. Aí a coisa fica verdadeira, como disse aqui o nosso amigo Renato.

Temos que usar a verdade em todos os pontos, Renato. Concordo com você. Isto não seria verdade, Renato, separar as coisas? O que o senhor acha? É uma pergunta que eu faço ao senhor.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Eu acho o seguinte: quando a gente vem aqui como cientista colocar essas questões, a gente sente de uma forma aguda o mal que a pesquisa científica tem sentido ao longo dos últimos séculos na questão do medo que as pessoas têm de que pode causar problemas a quem quer que seja, e é um medo legítimo. Nós estamos juntos. Nós queremos paz, queremos menos crimes, mas a maneira como a sociedade se organiza é uma maneira que não é estanque, não é compartimentalizada.

Então, a minha preocupação é a seguinte: a mesma engrenagem que tenta gerar uma consciência exagerando no argumento, criando medo, essa mesma engrenagem faz com que os cientistas sejam agredidos quando eles trazem a verdade, e, não fosse ela, essas mães não teriam como estar aqui, entendeu? Não fosse o trabalho de cientistas como eu, que botam a cara a tapa para sofrer as agressões que eu sofro, essas pessoas não teriam sequer chegado a ter conhecimento para fazer isso. E isso acontece cotidianamente. Essa é uma engrenagem.

A outra engrenagem é a seguinte: qual é a maneira de evitar os problemas para os adolescentes? Eu acho que a maneira é separar as questões médicas e a questão do uso não médico, porque o uso não médico tem implicações, sobretudo para os jovens e adolescentes, do ponto de vista motivacional. Essas implicações muitas vezes não são a questão de que a droga cria o problema, mas ela entra como oportunista. Por outro lado, esse mesmo jovem que é imaturo e pode ser seduzido pela droga também, dependendo de seu contexto socioeconômico, como é imaturo, pode ser seduzido para o crime. E a gente não quer que a sociedade alimente engrenagens que, de um lado, previnam o problema de alguns e, do outro, gerem um contexto que seduza para o crime. Então, qual é a maneira de resolver isso? A maneira de resolver a questão da saúde pública é pensar nas duas coisas, porém, separadamente.

O senhor está certíssimo. Se nós todos queremos paz, se nós todos queremos menos mortes, se nós todos queremos que os adolescentes se exponham menos, temos que ter humildade de parte a parte, primeiro, para desarmar o espírito, porque parece que está implícito que somos inimigos aqui. Eu não sei por que isso. Aliás, eu sei o porquê: é por causa desse exagero que existe em se falar sobre os males das drogas. Temos que falar na medida certa. Nós somos adultos. Não tem criança aqui. A gente não precisa ficar assustando ninguém. A gente quer paz. Todo mundo aqui quer paz? Eu acho que sim. Acho que todo mundo quer paz.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – E vai existir.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Não entendi.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – E o Paes vai existir. É um trocadilho.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – É, eu estou falando da paz, quando um policial não precisa morrer para evitar que alguém faça uso de uma substância, já que há maneiras de fazer isso diferente. A gente tem que discutir qual é a maneira de fazer isso. Eu não sei. Mas eu concordo com você.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Renato, eu queria ouvi-lo mais, mas o meu tempo é curto.

Senador, eu queria que o senhor me deixasse concluir.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – E eu queria, sinceramente, pedir desculpas às pessoas que se ofendem...

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Não, perfeito, Renato.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – ...com o que eu venho trazer aqui, mas eu preciso fazer isso, porque eu tenho consciência dos sofrimentos que acontecem, entendeu?

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Perfeito, Renato.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – Eu tenho consciência plena disso, porque eu estou falando de sobre o uso medicinal há anos. E eu sou agredido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E a gente agradece ao senhor.

O SR. RENATO MALCHER LOPES – E eu sou agredido! A ciência é agredida, neste País, por causa desse excesso, desse excesso. A ABP comete excessos quando ela tenta proteger as pessoas, porque a gente que ter o limite do bom senso. A gente não pode querer que a nossa posição... Quem quer ser intransigente, que o seja, mas que não faça os outros pagarem o preço da sua intransigência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Muito bem, Renato.

Senador, eu queria fazer, aqui, um pedido. Não sei se pode ser um encaminhamento e eu até paro a minha fala, aqui, se o senhor permitir, para dar espaço para que outros também falem.

Se houver consenso de que o senhor irá separar as partes, eu deixo o tema da parte recreativa até para a próxima audiência que vou fazer. Aí, eu encerraria minha fala aqui agora.

Se o senhor me garantir que, daqui para a frente, esse tema será...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não preciso garantir. Eu tomei a iniciativa de fazer isso. Então, fica a meu critério.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Ótimo. Então, eu suspendo, aqui, a minha fala, em respeito ao senhor, ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – ...agradecendo, e deixo espaço para outros, porque, depois, a gente discute a questão recreativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem, eu passo a palavra, agora, ao Cassiano Teixeira.

O SR. CASSIANO TEIXEIRA – Boa tarde. Meu nome é Cassiano Teixeira. Eu sou de João Pessoa e represento – vou tirar a máscara, porque eu não preciso me esconder – muitas pessoas que, hoje, precisam de um apoio ou tirar uma dúvida. A gente criou a ONG *Cannabis Esperança*.

Senador, eu venho, há um bom tempo, defendendo essa causa, porque eu tenho percebido que existe um debate e existe um consenso. Então, eu propus, e inclusive está no Senado... Algumas pessoas ficaram contra mim, porque eu queria já dividir, separar estas causas: a causa medicinal, a causa industrial e a causa recreativa. Tanto é que eu fui ao *site* do Senado e fiz o que o André fez: eu propus uma ideia, uma sugestão. Está lá, ainda. A gente deve ter uns mil votos, mais ou menos, para que a gente separasse, não pela sua importância. A medicinal não seria mais importante do que a recreativa ou a industrial, que também é muito importante, mas a prioridade.

Eu já estou... Inclusive Renato me apoiou e disse que acreditava que o senhor apoiaria também.

A gente tem essa urgência...

(Soa a campanha.)

O SR. CASSIANO TEIXEIRA – E a minha ideia é que nós – Júlio, inclusive, sugeriu – construíssemos esse projeto e o entregássemos pronto, pela urgência, o mais rápido possível, porque a gente percebe que também não existem Deputados que tenham capacidade de fazer esse projeto.

A gente acredita que é um regulamentação progressiva, parecida com a da Califórnia ou não. Nós vamos adaptar para o Brasil, mas o mais importante é a urgência.

Então, eu também fico feliz.

Digo a todos, aqui, que eu também sou evangélico e a minha missão, hoje, é o amor. Então, eu prego o amor, penso igual a eles, sou contra também o uso abusivo. Perdi vários alunos. Perdi, nos meus projetos sociais que eu tive, vários alunos para o tráfico e isso me motivou também.

Então, o meu irmão também é epilético, minha também sofre com doenças que também...

(Soa a campainha.)

O SR. CASSIANO TEIXEIRA – ...usam CBD. Eu uso CBD. Eu tenho, hoje, já o contato. Quem precisar de CBD, pode falar comigo.

Obrigado, Professor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só quero dizer que a ideia de apressar não vai me levar a arquivar a parte recreacional. *(Palmas.)*

Nós vamos continuar debatendo.

Bem, o Sérgio Harfouche.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Cumprimento-o mais uma vez, Senador, por o senhor levar sobre os ombros essa questão e essa discussão.

Eu sou Promotor de Justiça da Infância e Juventude do Mato Grosso do Sul e também membro do Conad (Conselho Nacional Antidrogas).

Há 20 anos eu venho lidando com essa questão, até porque fui Promotor de Ponta Porã, um lugar onde o trânsito de drogas tem um fluxo fácil, uma vez que temos 800km de fronteira seca só no meu Estado, contemplando esse trânsito tanto a Bolívia quanto o Paraguai, sabidamente os maiores países produtores de drogas em todo o mundo.

Peço permissão para abordar as quatro questões, em respeito à colocação que o senhor fez: aumento do consumo, também a entrada de outras drogas com a maconha, redução da violência e afetação moral.

A primeira e a segunda questões, sobre o aumento do consumo, estão interligadas com a terceira proposição que o senhor colocou para refletir, que é a redução da violência. O que temos observado é que a legislação, nos últimos 12 anos, migrou do eixo criminológico para o eixo saúde, fazendo com que se transportasse para os ombros da saúde pública – e não só a saúde mental – a questão puramente sobre respostas, tanto sobre o controle da oferta ou da demanda, quanto a questão do uso. O fato é que, nessa linha da 6.368, onde o usuário era preso – ele ficava preso –, nós tínhamos uns 70% de reincidência porque o sujeito usava droga, era preso, condenado, cumpria pena, ia para a rua, usava de novo, era preso de novo, de sorte que, de cada dez presos do sistema carcerário, sete deles já eram reincidentes, mostrando o fracasso dessa orientação. No entanto, com a Lei 10.409, de 2002, quando houve a descarcerização do uso, houve uma explosão do consumo porque o usuário passou a entender que não havia mais pena; já que ele não era mais preso, ele estava sujeito a responder a qualquer outra... E a justiça terapêutica, nesse momento, entrou, trazendo uma resposta que reduziu a reincidência para 12%. E foi por causa dessa redução que se entende que houve apressadamente a Lei 10.409. Primeiro, a justiça terapêutica começou a resolver a questão, porque o sujeito era preso e tratado, ele não tinha escolha, ele não tinha opção do uso.

Com isso, a redução da reincidência foi tão grande, que nós percebemos que, por conta disso, medidas provisórias, de origem presidencial, começaram a provocar o Congresso a dar uma resposta. A 10.409 descarcerizou o uso sem oferecer tratamento a um único usuário, sem abrir concurso para sequer um único agente de saúde pública mental, para que pudesse dar atenção.

Antes, pior. O Ministério da Saúde, juntamente com alguns outros parceiros, promoveu, em nome...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – ... de sanear o sistema de hospícios, aquelas casas de promoção de loucura, no lugar de sanear esse sistema e oferecer leitos saudáveis para a necessidade de internação, simplesmente, nos últimos dez anos, destruiu 90% desses leitos. Essa é a luta antimanicomial, que, no lugar de regularizar e regulamentar a saúde pública, demole aquilo que é contrário aos seus interesses.

Então, aqui, até vendo uma fala da Dr^a Nara Santos, em que ela coloca que a Fiocruz diz que 80% quer se tratar: e por que não trata? Cadê a saúde pública? Cadê o Ministério da Saúde, que tem, nas mãos, agora, bilhões de reais para o tratamento e não trata? Porque é isso que tem ocorrido, eles trouxeram para seus ombros e, com a descarcerização, o usuário foi para as ruas e eles não têm tratado. E qualquer coisa que venha do

Ministério da Saúde, eu tenho como suspeita. Perdoem-me a colocação, mas tenho acompanhado essa luta há muito tempo e eu percebo isso por conta desse seminário internacional que foi feito, “Da coerção à coesão”. Eu estava lá presente. Não existe liberdade neste País quando o Ministério da Saúde organiza algum debate. Não é como o senhor está fazendo aqui, onde cada parte pode falar. Nós não tivemos voz. Inclusive, um dos psiquiatras presentes disse: estamos falando para nós mesmos porque aqui só tem saúde. E saúde nesse sistema liberacionista.

A questão é que, à medida que a legislação vem arrefecendo, porque aí veio a 10.409, que descarcerizou, houve uma explosão no consumo, gerando o efeito chamado epidemia do consumo, e, conseqüentemente, nos índices de violência também.

Em quatro anos, por conta até de resquícios da justiça terapêutica, que estava trazendo soluções, veio a 11.343, em 2006, que banalizou de vez, despenalizou o uso.

O art. 28, hoje, é quase imprestável, porque ninguém vai para a cadeia por uso de drogas. Não vai. E acompanho isso, faço parte...

(Manifestação da plateia.)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Não vai! Sou promotor de justiça, acompanho o Brasil nisso.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Por uso, não vai! Vai por tráfico. O problema é que o usuário começa a fazer paradinha picada de dez papelotes para distribuir, e dane-se a sociedade e as pessoas que estão nisso, são traficantes. Juntamente com o usuário, depois que descarcerizou, o traficante foi para a cadeia. Hoje, os cárceres estão entupidos de traficantes. E estão descarcerizando também porque há o tráfico privilegiado. O traficante já está indo para as ruas: queremos legalizar!

Senador, eu queria deixar assinalada uma coisa aqui: se legalizar ou regularizar a maconha como está nessa proposta, todos os traficantes presos no Brasil, por maconha, vão para as ruas no dia seguinte. No dia seguinte, porque vai deixar de ser produto de ilícito. Eles vão ser soltos, assim como aconteceu com o esvaziamento do cárcere na questão do uso, haverá o esvaziamento do cárcere do tráfico. Mas o traficante que está preso hoje não está preso só por causa disso; é porque está consorciado com sequestros, homicídios.

Então, finalizando, respondendo a pergunta que o senhor trouxe: vai aumentar, sim, o consumo. Agora, pela Lei nº 11.343, já temos a pandemia. Já não é mais uma epidemia. Cada vez que temos uma lei que avança na liberação, na banalização das drogas, temos uma explosão no consumo e no tráfico.

Evidentemente, temos que nos sensibilizar com a questão que hoje se manifesta com relação ao tratamento de pessoas, de mães que choram as convulsões dos seus filhos, mas a liberação e o aumento do consumo vai gerar também uma explosão na mortalidade de outros adolescentes, inclusive, que são assassinados. Fui promotor do júri e digo que as mortes mais cruéis que enfrentei no júri foram pelo uso de drogas, porque o sujeito sobe, na frente da mãe, e atira na cabeça do filho dela várias vezes. E isso é dor. E tenho centenas de mães pedindo a internação dos seus filhos porque são dependentes de *crack* e estão ameaçados de morte, e não há onde interná-los, onde desintoxicá-los, não há para onde conduzi-los, não há como tratá-los porque só o CAPS é a oferta que se tem.

Nessa proporção, eu colocaria os pontos sobre efeitos moral ...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Estou encerrando. Estive nessa palestra antontem lá em São Paulo, em que o Dr. Kevin Sabet trouxe os efeitos que isso gerou nos Estados Unidos, especialmente no Colorado e especialmente em Washington. Não é aquela foto que vimos ali, uma banca de ervas; é uma banca cheia de balas, cheia de coloridos, que atraem crianças. Como está aumentando o envolvimento de crianças e adolescentes no consumo de maconha nesses dois países.

Acerca da ideia de se tributar, os Estados Unidos estavam esperando receber US\$120 milhões em tributos e não conseguem receber US\$30 milhões. Enquanto decuplicou o efeito social danoso do consumo da maconha nesses Estados a mais de US\$300 milhões só nesse início, sem dizer o interesse, sim, de grandes investidores como George Soros, que foi bem citado juntamente com todos aqueles que, no início da década de 60, 70, promoveram o uso do cigarro no Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Nesse sentido, sensibilizado com a dor – sou promotor de justiça da infância, lido com essa questão – de mães que sofrem por seus filhos, o Brasil, hoje, é o quarto país no mapa da violência, Senador. É o quarto país do mundo que mais mata jovem. Isso é mapa da violência do Ministério da Justiça. O Brasil é o quarto país do mundo onde mais se matam jovens. Sei disso por

conta do levantamento que fizemos. Parece-me que não há dor maior do que a de se enterrar um filho. Somos feitos para ser enterrados pelos filhos e não para enterrarmos nossos filhos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Sabemos que o uso e abuso de drogas vai trazer esse sistema.

Eu queria, se o senhor me permitir, compartilhar uma reflexão porque sofro em relação a essas quatro outras questões que o senhor traz juntamente como efeito moral e os demais elementos. É quem paga a conta? Quero saber onde estão aquelas pessoas que, há 12 anos, começaram a dizer que era preciso dar mais oportunidade aos usuários, e começaram a descarcerizar. Sabemos muito bem quem foi o Presidente da República patrocinado pelo George Soros assim como o Presidente da República dos Estados Unidos patrocinado por grandes empresários, porque eles têm interesse na Bolsa. Na hora em que a *cannabis* cair na Bolsa, eles vão explodir de ganhar dinheiro. Não podemos compactuar com essas coisas.

A sua proposta de estar dissociando a questão eu acho que vai dar oportunidade de melhor abordarmos a questão, porque não podemos trazer a reboque os usuários que querem simplesmente se divertir a essas custas. E não são negros, não. Os que temos pegos são pessoas da sociedade, de todas as cores; não são só brancos, não. Vinte por cento dos usuários correspondem a 80% do consumo que patrocina o tráfico neste País.

Por isso quero parabenizar o senhor mais uma vez e dizer, incluindo a minha reflexão aqui, que me preocupa, que se nós errarmos no que vamos fazer aqui, quem é que paga essa conta, já que nos últimos anos de liberação, de flexibilização do uso ninguém se apresentou para pagar essa conta, ao contrário, tem fugido cada vez mais, exigido cada vez que se amplie ainda mais essa tolerância?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero fazer um pequeno comentário, lembrar uma frase do Coronel Jorge da Silva, da outra vez aqui. Ele disse que a lei que descriminalizou, descarcerizou, transformou os ricos traficantes em usuário e os usuários pobres em traficantes, porque deixou a critério da polícia quem prende e quem não prende. Isso aí eu acho foi uma coisa fundamental que ele falou.

Ele falou outra coisa que eu considero das mais importantes para eu me orientar. Ele disse que temos trabalho muito em como não deixar a droga chegar nos jovens, pela polícia. E temos trabalho pouco em como não deixar o jovem chegar à droga, pela educação. Ou seja, isso vindo de um coronel da segurança me tocou profundamente. Ele disse que hoje continua sendo preso dependendo do que a polícia quiser.

Bem, nós temos 27...

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Pela ordem. Eu só pedi que anexasse, da última vez, a legislação 5.912, de 2006. O art. 14, diz que o Ministério da Saúde já tem competência para autorizar o plantio, pesquisa de drogas no Brasil, para fins medicinais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A 5.910...

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – A 5.912, de 28 de setembro de 2006, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso, que não foi citada pela Dr^a Andréia.

Muito bem! Eu quero dizer o seguinte: nós temos 28 inscritos. Até aqui falaram 16. Eu quero saber se há alguém que faria um gesto de boa vontade dizendo que abre mão da fala. Eu vou, para isso, ler os nomes, porque aí, na hora de chamar, eu nem precisaria chamar, talvez por que já tenha escutado o que pensa dizer.

Filipe Marques, Alexandre Thomaz, Carlos Penna, Luiz Carlos Lages, Vanessa Barbosa, Luiz Eduardo Girão, Olga Maia, Paulo Ferreira, João Antunes, Weder Sampaio, Rozângela Justino, Dr^a Damares Alves, Valdery Ribeiro, Marlon Gustavo, Moisés Moreno. Algum desses abre mão da fala?

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – Senador, boa tarde.

Meu nome é João Antunes Vasconcelos. Sou Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nem está inscrito.

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – João Antunes Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu li?

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – Leu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tá bom. João Antunes Vasconcelos.

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está abrindo mão?

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – Estou abrindo mão em relação ao que o Dr. Sérgio já falou e o nosso Dr. Nazareno também em relação à sua fala. Eu só queria deixar uma observação para encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, depende. Se ele vai abrir mão e é só uma rápida... Tudo bem. Senão, é melhor esperar a vez.

O SR. JOÃO ANTUNES VASCONCELOS – É uma observação, 30 segundos.

É só para dizer que, de tudo o que foi falado, não foi falado que a maconha tem 5% de THC e a sua liberação vai trazer uma droga muito prejudicial, que é o haxixe, que contém até 30% de THC.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

Dos outros, alguém quer abrir mão da fala?

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Senador, eu era a sexta pessoa da lista e fui quase para o final e estou vendo que a maioria está falando são pessoas pró.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não estou vendo quem é que está falando? Por favor, levante o braço.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Sou eu. Eu era a sexta pessoa da lista e quando eu disse que era contra a liberação da maconha me passaram lá para o final.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, escute, a senhora chegou aqui para se inscrever e já estavam quase todos inscritos. A senhora veio pedir para se inscrever comigo. Os outros falaram diretamente com a Secretaria.

Agora, eu tentei dividir colocando os a favor e os contra para não chamar todos só pela ordem.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Então, a maioria que está falando é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, a maioria falou a favor, realmente. Foram 15. Contra foram nove, se não me engano. Não, não, 15 é o total.

Como é o nome?

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Rozângela Alves.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu li seu nome, ou não? Li, está aqui. Quer abrir mão?

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Não, não vou abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Alguém quer abrir mão? Não, ninguém. Bem, então, eu vou cortar o tempo e vão falar mais rapidamente.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – É... Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque às 13h a gente precisa terminar.

A SRª CIBELLE GOMES FERNANDES – Senador, veja se meu nome está aí, porque eu me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Qual é o nome?

A SRª CIBELLE GOMES FERNANDES – Cibelle.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu não li seu nome.

A SRª CIBELLE GOMES FERNANDES – De todo jeito, eu abro mão. Já falaram... E agradeço a todos pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

Cibelle? Alguém falou por você porque eu anotei como se tivesse falado. Você me desculpe. Você era a segunda inscrita de um lado.

Então, eu vou passar a palavra para você agora. Foi uma falha, e eu marquei aqui como se tivesse falado.

A SRª CIBELLE GOMES FERNANDES – Então, eu vou falar. É rapidinho.

Eu vim de João Pessoa, sou mãe de duas crianças. Deus me presenteou duas crianças portadoras de epilepsia. Estou aqui em nome de todas as mães do Brasil, pedindo urgência para desmembrar o processo medicinal.

Me emocionou quando o senhor falou daquela criança que se machuca... Eu passo a noite acordada segurando meu filho batendo a cabeça na parede. Por isso, estou aqui pedindo em nome de todas as mães. Quantos Samuel têm que passar a noite acordado batendo a cabeça na parede, se mordendo, autista? Então, agradeço imensamente pela sua boa vontade.

Falo que eu trafiquei também. Faz mais de um mês que eles estão tomando remédio e hoje vejo uma grande evolução no meu filho. O autista me olha, sorri para mim e vê que sou eu. Esse é o melhor presente que existe para uma mãe. Eu não quero escutar “papai”, eu não quero escutar “mamãe”. Não quero escutar isso. Eu quero qualidade de vida. Eu, não, todas as mães. Então, eu acho que realmente o CBD é a solução para essas crianças.

O outro meu filho é uma plantinha que não se sentava. Ficava deitado o tempo todo. Hoje ele voltou a se sentar, coisa que ele tinha perdido há não sei quantos anos.

Eu queria pedir ao senhor urgência, em nome de todas as mães, pelo desmembramento do processo medicinal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos o seu depoimento.

Bem, eu vou então pedir que sejam o mais rápido possível, cada um.

Felipe Marques.

O SR. FILIPE MARQUES – Boa tarde a todos!

Eu queria agradecer a presença do Prof. Renato. Estou muito feliz de estar aqui hoje de novo e queria resgatar uma fala que o ex-Deputado Federal Luiz Bassuma disse em entrevista à página do Senado no YouTube, no vídeo que pode ser achado na página: “Debate sobre a regulamentação do uso da maconha e opiniões divergentes.”

Ele disse – abre aspas –: “Até hoje ninguém provou que a maconha traz benefícios. As pessoas apenas dizem que é menos problema do que o *crack*, mas ninguém diz que a maconha causa bem. Eu já aprendi nas minhas poucas pesquisas que o efeito do cigarro de maconha sobre o cérebro e o pulmão é cinco vezes pior do que o cigarro comum.”

Então, diante dessa fala, e diante de uma fala de depois que o pai, o Fábio, falou do bem que a maconha medicinal trouxe para a filha dele, eu acho que é muito irresponsável a gente chegar aqui e falar uma coisa dessas! Não traz benefício? Poucas pesquisas mesmo, pouquíssimas, porque é muito perigoso a gente chegar com esse discurso que a gente sabe de tudo e que as poucas pesquisas que fizeram... Eu fiz poucas pesquisas no Google e achei inúmeros benefícios da maconha. Acho que o Prof. Renato deu um *show* de argumentos favoráveis. Eu fico impressionado de como essa gente usa de qualquer argumento, artifício para desqualificar o discurso. O Prof. Renato chegou aqui como especialista e foi chamado de ativista para desqualificar o discurso dele! Que é isso? Que falta de respeito! É uma falta de respeito com as pessoas que estão assistindo pela primeira vez a um debate que se propõe a ser sério e fala sobre legalização de maconha. Tem gente no Brasil inteiro que nunca teve a oportunidade de enxergar esse debate por outra perspectiva. É a oportunidade que o Senado tem hoje e que a gente tem de mostrar a essas pessoas que a maconha não é o demônio que vocês vêm aqui para pintar... Isso é uma oportunidade ímpar, uma oportunidade que gente do Brasil inteiro está tendo pela primeira vez, e é isso que a gente tem que considerar.

É irresponsável, é perigoso a gente trazer...

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE MARQUES – ...esses discursos fundamentalistas para o Senado Federal para desinformar as pessoas! É um desserviço!

Na última audiência tinha um candidato a Deputado Distrital que falou que tinha gente que fumava maconha para passar a fome. Vocês têm noção do absurdo que é se falar uma coisa dessa? Qualquer pessoa que tem um pingão de consciência, que já estudou um pouco sobre a maconha, você nem precisa ter usado, sabe que maconha causa uma fome terrível, entendeu? Causa fome. É até utilizada como tratamento para inapetência em muitos casos de câncer, de AIDS e de outras doenças. Então, isso tem que ser considerado. As pessoas vêm aqui sem informação, sem embasamento teórico, sem embasamento científico, vêm aqui movidos pelo moral, pelo fanatismo religioso e político e vêm desinformar a população. Eu acho isso... É o interesse...

Então, assim, a gente tem que levar em consideração, sim, que têm pessoas que nunca tiveram acesso a esse debate. Têm pessoas que estão, pela primeira vez, assistindo ao debate. Então, a gente tem que considerar que não pode vir aqui desinformado, trazendo falsas afirmações, dizer que o cigarro causa menos mal do que a maconha!

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE MARQUES – Eu não vou nem ler para não perder tempo, mas vocês podem entrar no site da Anvisa e ver que o cigarro tem mais de mil substâncias que fazem muito mal: cianeto, alcatrão, butano, que é o gás de cozinha. Você não encontra isso em um baseado. Então, vir aqui e falar essas coisas, essas mentiras que vocês escrevem nos cartazes de vocês, eu acho isso um absurdo! Não poderia entrar com cartazes. A gente tem que lembrar que, de novo, os cartazes favoráveis tinham sido proibidos e tem um monte de cartazes aqui contra. Então, mais uma vez, eu peço que se a gente pode se manifestar contra, pode se manifestar a favor também. Eu queria que respeitassem isso.

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE MARQUES – E mais do que tudo: chega de hipocrisia! A gente fala de vida, de defender a vida. Eu acho que todo mundo que é a favor da vida – ninguém aqui vai falar que é contra, eu espero que não –, pelo bom senso, analisem essas vidas, analisem as vidas dos adolescentes que morrem pelo tráfico, tráfi-

co esse que não deveria existir se a gente encarasse a situação com mais seriedade, com mais racionalidade. Porque se você chegar aqui com fanatismo, discurso moral e não apelar para a razão, você vai trazer desinformação, você vai fazer as pessoas serem contra sem nem saber por quê. Porque a gente reproduz um discurso que existe há mais de 100 anos e muita gente já pôs a mão na consciência e viu que esse discurso está falido, o discurso proibicionista, o discurso punitivo. Fala-se em educação. Educação de novo! Qual é o problema de vocês entenderem que a gente não precisa tratar de educação e de prevenção sem necessariamente punir. Qual é a dificuldade em entender isso? (*Palmas.*)

O SR. FILIPE MARQUES – Todo mundo fala em educação, e ninguém aqui é contra educação, mas a gente também não pode pegar as pessoas que não foram educadas e punir e jogar na cadeia. E falar que não são presos os usuários ainda, reforço, é irresponsabilidade, porque, no dia a dia da polícia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FILIPE MARQUES – O Coronel George falou também na última.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos lá, vamos lá!

O SR. FILIPE MARQUES – Não trabalha, mas o Coronel George trabalhou 30 anos e ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que conclua, Filipe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que respeite a todos. Agora, eu quero que você termine.

O SR. FILIPE MARQUES – Sim, eu vou concluir.

Então, eu queria pedir novamente: vamos deixar de moralismo, de fanatismo religioso, vamos analisar a questão com os olhos da razão, com os olhos da racionalidade. A gente teve provas aqui cabais, a gente teve argumentos científicos que dizem, sim, que a maconha traz benefícios, ex-Deputado Luis, traz, sim, benefícios. E a gente tem que parar de analisar a situação, a questão com preconceito, com ignorância, porque, como eu disse da última vez, ignorância faz mais mal ao cérebro mais do que a maconha. Está bom?

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o Luis Eduard do Girão.

Eu só queria dizer uma pequena coisa aqui, que é importante, da fala do Filipe: é que tanta gente aqui manifestou com clareza os problemas que a droga está causando, que me desperta para a ideia de que o proibicionismo não está dando certo... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...porque se estivesse, não o tinha problema que está aí, gente! É possível que a regulamentação não seja a saída em relação ao proibicionismo. É possível. Agora, do jeito que está, a proibição não está conseguindo reduzir o consumo de drogas entre os nossos jovens. Então, nós precisamos de alguma coisa alternativa, mesmo que não seja a regulamentação.

Com a palavra o Sr. Girão.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Meu querido Senador Cristovam Buarque, amigos da Mesa, as pessoas que estão aqui, é com muito respeito que eu vejo essas mães, esses pais que hoje vieram aqui e trouxeram uma luz muito grande para esse debate. Vocês não têm ideia da colaboração que vocês deram ao debate com a experiência de vocês na carne, porque estava havendo uma confusão muito grande aqui.

Eu vim para a três audiências – esta é a terceira –, nas duas outras eu estava aqui. Colocava-se tudo no mesmo saco: maconha medicinal, maconha fumada, via oral. Era tudo assim.

Hoje, a coisa está clara, e o Senador já disse que vai levar por caminhos distintos. Eu acho que vai sair rápido.

Eu tenho uma filha de 12 anos, Ana Cecília, que tem problema de epilepsia. Eu sofri muito com o que aconteceu com ela. Fui para São Paulo, levei-a e aquele momento foi difícil para mim. Hoje, ela usa Trileptal. Não é uma convulsão muito grave, muito séria como a de vocês, mas ela toma diariamente Trileptal.

Quanto ao canabidiol, se a ciência está mostrando que o uso do canabidiol oral...Ótimo! Tem de ser liberado. Agora, Senador, tem de haver uma distinção. Falou-se muito de ciência aqui. O nosso colega, que também estava na última audiência, jovem, falou muito em ciência, assim como também o Renato, cientista.

Assim como o Renato falou aqui com argumentos por 40 minutos, mostrando porque é importante a liberação, dando a entender que também pode ser a maconha fumada, eu quero dizer para vocês que há muitos cientistas que vão, ponto a ponto, quanto ao que ele colocou aqui, questionando cientificamente isso.

A associação brasileira... Não foi chamada ainda. O Senador vai chamar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Ele já explicou...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já chamamos o Presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria. Mas eu quero nomes, se você os tiver, de cientistas, de neurocientistas como o Renato.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Ótimo. Senador, eu trouxe aqui.

Eu falei nas duas outras audiências nomes de cientistas aqui. Não sei se passaram para o senhor, mas eu trouxe, por escrito, os cientistas da área médica. Um deles nos dá a honra de estar aqui, o Dr. Fábio Gomes de Matos e Souza, que falou por três minutos.

Ele tem doutorado na Escócia, onde morou e estudou esse assunto. Hoje, faz parte da Associação Brasileira de Psiquiatria e precisa ser ouvido, porque ele tem pontos que batem de frente com o que o Dr. Renato falou aqui. Não estou falando de maconha medicinal, da oral, a qual os pais têm o legítimo direito de pedir.

Agora, quanto à questão da maconha fumada, com todo respeito aos usuários, tenho amigos, acompanhei a vida de amigos que tiveram problemas sérios com a maconha fumada. Nós não queremos isso para o nosso País! Não queremos mesmo, Senador, porque foi dito aqui, foi lido aqui um texto que colocava – falando das clínicas que tratam os dependentes em recuperação – que se acontecer a legalização, será ruim para as clínicas de recuperação, porque aquele senhor, o Sr. Renato Laranjeiras, estaria ganhando dinheiro com isso.

Qualquer um pode comprovar – e o Dr. Fábio pode mostrar isso também – que se você legalizar, o consumo aumenta. O consumo aumenta! Vai haver mais dependentes em nosso País, Senador. Então, eles vão ganhar mais dinheiro! Se você legalizar, as clínicas de recuperação vão ganhar mais dinheiro.

Esse argumento não é por aí!

A questão da sombra...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Para encerrar, a questão da sombra que o Dr. Sergio Harfouche colocou, que paira nessa discussão, é a seguinte: a quem interessa a legalização da maconha recreativa no Brasil? A recreativa. A quem interessa?

Essa é a pergunta que tem de ser feita às famílias, às mães, que, graças ao senhor, hoje estão começando a entender do assunto, começando a ver essa ameaça no País, graças ao senhor que teve a coragem de pautar esse assunto aqui no Senado Federal.

A quem interessa, Senador Cristovam? A quem interessa isso? Às mães e aos pais de milhares e de milhões de brasileiros é que não é. Se é industrial, um megainvestidor industrial dos Estados Unidos que investiu no Uruguai, que investiu nos Estados Unidos, oficialmente, para legalizar a maconha, que interesses ele tem? O Sr. George Soros? Eu não sei. Algo de bom não é!

Então, eu gostaria de ao encerrar para o senhor, dizer que, para fechar, o Dr. Kevin...fechar mesmo aqui, certo? O Dr. Kevin foi convidado pelo governo de São Paulo para uma palestra no Palácio dos Bandeirantes, no final da semana passada. Ele é da ONU, grande especialista da ONU.

Vou deixar aqui com a senhora a entrevista dele, que saiu na capa de *O Estado de S. Paulo*, importante jornal brasileiro. A manchete é a seguinte: “Descriminalizar a maconha não afeta tráfico”, diz o especialista do governo americano.

Olha só, o senhor que gosta muito de colocar essa questão da química, do problema que a química faz no ser humano: “Eu conheço muito mais pessoas que bebem uma taça de vinho sem intenção de ficarem bêbadas. Não conheço quem fume um baseado sem um intuito de ter um “barato” – entre aspas. A razão para fumar um baseado é se drogar.”

O Dr. Kevin é um dos homens fortes da Casa Branca também. É da ONU.

E vou deixar com a senhora esse material.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora à Olga Freire Maia, pedindo que a gente amarre ao máximo, sobretudo para não repetir o que os outros já disseram.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Nós não vamos repetir porque sabemos que o tempo está avançado.

Mas eu queria ratificar. Há um axioma impressionante, curto e profundo que fala assim: “Concentre-se nos interesses por trás, que motivam as posições.” Nós trabalhamos com o câncer infanto-juvenil. Fundamos e presidimos uma das maiores ONGs do Estado do Ceará e fizemos isso por causa das mães.

Então, é pacífico. Vocês tiveram uma oportunidade maravilhosa, e a gente agradece a eles e a Deus por isso. Contudo, o que nos preocupa e que já foi colocado, e o Júlio falou assim: “Quem é do bem, quem é do mal”, aí é onde eu quero chegar. Cada um tem a sua consciência, porque nós estamos vendo o quê? Pessoas que têm convicção, embora ele as tenha chamado de irresponsáveis. Mas ele, o nosso promotor, tem a convicção do que fala e a autoridade, porque é a área dele. Então, a gente vê aqui, de um lado, a convicção, ou motiva-

da pelo ideal, ou motivada pela necessidade. Mas a convicção, Senador, pura! Então, nós todos estamos desse lado do bem, do mundo que precisa ser transformado. Agora, quem fizer por interesse, como falou o Eduardo...

(Soa a campanha.)

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – ...esse está pelo lado do mal. E contra fatos não existem argumentos. E a pessoa que está fazendo sem ser pela convicção ou pela necessidade, está fazendo pelo interesse. Ela está esquecendo – isso é um fato, e contra fatos não existem argumentos – de milhares de jovens, de mães e de famílias destroçadas.

A maconha não é porta de entrada, não, é droga. E o Senador aqui falou muito bem. Ele não estava se referindo ao remédio. Ele estava se referindo ... Por exemplo, eu, quando for votar agora, vou perguntar se a pessoa, se aquele político é ou não a favor da droga ou do aborto. Eu vou fazer isso.

Então, aquele Senador estava dizendo que era contra esse interesse, essa carona que o Fernando disse. Fernando, você foi perfeito. Pegou carona.

Senador, não deixe esse mal, esse horror dessa droga...

(Soa a campanha.)

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – ...pegar carona na necessidade.

Eu queria, já passando para o final, colocar uma coisa aqui. Nós estamos numa Comissão de Direitos Humanos e o senhor começou dizendo: "Eu sou o Senador da educação". Eu vejo a educação de um modo um pouco mais transcendente também do que a educação moral.

O senhor falou que as escolas estão rodeadas de traficantes. Não vai ser pegando essa carona que o traficante vai sair da escola, não. Aí as pessoas chegam aqui – e eu fico impressionada –, com um mal justificando o outro: "Ah! Tem a bebida, tem o cigarro". Pelo amor de Deus, nós já vimos o mal que a bebida já fez e o mal que o cigarro faz. Então, por causa disso a gente vai legalizar aquilo?

Outra coisa: as escolas hoje. Se a gente legalizar, hoje, a maconha, essa maconha que se fuma, essa maconha que causa dependência, que faz a evasão escolar – ou mesmo imagine aquele que não é vadio, mas está totalmente perdido, olhando o professor falar –, aquela maconha que, já no ventre, não permite que a criança tenha o direito de vir normal, porque ela foi prejudicada... Essa maconha está sendo legalizada hoje. Então, amanhã, vai ser o *crack*.

Eu queria concluir minha fala chamando, de novo, essa mesma pessoa que assessora o governo dos Estados Unidos agora neste momento, porque eles legalizaram a maconha. Ele pergunta assim: "Há diversos estudos citando, inclusive, que a maconha pode ajudar pacientes. A paciente estará lá – para não me estender – para diminuir a dor, aliviar. Diante de tantos benefícios, é possível defender a proibição dessa droga?" Sabe o que ele responde para nós? Ele responde assim:

Ter medicamentos que usam substâncias derivadas da maconha é algo promissor; como vocês estão pedindo.

(Soa a campanha.)

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Mas nós não fumamos ópio para ter os efeitos da morfina (que também é boa para o câncer quando está em fase terminal. Eu sei muito bem disso). Nós não chamamos a morfina de heroína medicinal. Usar o termo maconha medicinal só confunde as pessoas, vem acompanhado da crença de que você tem que fumar para obter benefícios.

Concluindo a minha fala, eu queria um tempo a mais para ler um trecho pequenininho de um livro publicado pelo Chico Xavier em 1941. E eu falo para o senhor, que está na cadeira de Senador, que pode decidir, eu falo para o cientista, eu falo para o médico, eu falo para nós outros, eu falo até para os jovens, porque, se a gente analisar e aprofundar tantos malefícios, todos os outros argumentos, porque são fatos que a gente está levando, vão por água abaixo.

Ele diz assim – Paulo falando para o César:

Atentai para a extensão gloriosa de vossos deveres. [...] Lembrai-vos [mesmo que a gente não acredite] de que, numa vida mais elevada [...], ser-vos-ão pedidas contas de vossa conduta nos atos públicos. [...] vosso cetro não é eterno. [...] voltei um olhar apenas ao passado [...]. Onde estão os vossos antecessores? Em vossos palácios faustosos perambularam guerreiros triunfantes, reis improvisados, herdeiros vaidosos [...]. Onde estão eles? A história nos conta que chegaram ao trono com os aplausos delirantes das multidões. Vinham soberbos. [...] Entretanto, bastou um sopro para que resvassem do esplendor do trono para a escuridão do sepulcro.

(Soa a campanha.)

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Está terminando.

Recordando semelhante situação, não desejo transformar o culto da vida em culto da morte, mas demonstrar que a fortuna suprema do homem é a paz da consciência pelo dever cumprido.

Eu lhe desejo, Senador, muita luz.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, D. Olga. Agora, eu queria lhe dar uma sugestão. Quando for escolher o seu candidato, não pergunte se ele é a favor ou contra a droga, porque todos vão dizer que são contra.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Da maconha e do aborto que eu falei. Eu vou perguntar, Senador, porque é um direito meu de eleitora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Deixe-me sugerir a pergunta. Pergunte: o que você vai fazer para enfrentar a droga? É isso que eu quero saber dos nossos candidatos.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Eu não, Senador. Perdoe-me, mas eu vou perguntar se ele é a favor, se ele defende, porque, às vezes, a gente está com interesses até inconfessáveis...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. Está bom.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Eu vou perguntar se ele é mesmo a favor da legalização da maconha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Está bom.

Agora, além disso, pergunte o que ele vai fazer para parar essa tragédia que está aí. Pergunte isso, porque do jeito que está, proibido apenas, não está dando certo. Precisa algo mais.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Não é questão de proibir que estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Alguns podem até dizer para fazer como no Oriente. No Oriente há pena de morte para quem trafica droga. Algo tem que ser feito. Eu não defendo pena de morte de jeito nenhum, mas algo tem que ser feito. Não está bem. Não adianta dizer: sou contra; sou a favor. É preciso fazer algo que realmente traga impacto.

Eu só quero sugerir que façam uma pergunta a mais, que, aliás, faço em todos os lugares: como? Não basta “sim” ou “não”, é “como”. Por exemplo, todo mundo é a favor de educação boa para todos, mas quando se diz que para fazer isso é preciso federalizar, há muitos que ficam contra. Quando se diz que para financiar a educação é preciso aumentar o preço do automóvel para haver mais imposto, todo mundo começa a ficar contra.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Mas aí já é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, “como” é a chave do assunto. Hoje, para mim, a chave é como barrar essa maldição que está se espalhando por todo o mundo, especialmente pelo Brasil.

Mas agora passo a palavra...

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Senador... Senador, só um segundo.

A cidadania não é só feita de direitos, é de deveres.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Então, há 18 anos, a gente está na luta contra o câncer, e o que eles falaram aqui, da imediata posição da Anvisa, do Ministério da Saúde, é tão sério, que desde 2007 as ONGs que trabalham e que transformam o câncer infanto-juvenil no Brasil de uma forma voluntariada, mas eficiente, pedem ao Ministério da Saúde uma política pública para o câncer infanto-juvenil, e ainda não há.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas pergunte...

A SRª OLGA LÚCIA FREIRE MAIA – Ainda não há.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, vou passar a palavra ao Alexandre Tomás.

Mas pergunte “como” aos candidatos. Esses candidatos por aí todos precisam dizer como vão enfrentar, senão caem na demagogia, seja a favor, seja contra.

Com a palavra, Alexandre Tomás.

O SR. ALEXANDRE TOMÁS – Alô...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ainda quer falar ou quer abrir mão?

O SR. ALEXANDRE TOMÁS – Muito. Gostaria muito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dois minutos, está bem?

O SR. ALEXANDRE TOMÁS – Perfeito.

Meu nome é Alexandre Tomás. Vim de Porto Alegre para compartilhar com vocês uma experiência que vivi de forma involuntária, há alguns anos. Vou contar para vocês também como a maconha me ajudou muito e vou contar também como a maconha me atrapalhou demais.

Então, vou falar como ela me ajudou muito. Tive um câncer, um neoplasma maligno, que se manifestou na região do pescoço, e, para quem tinha uma saúde de ferro até então, descobrir que tem uma doença como essa é literalmente o fim do mundo. Então, tu contabilizas: quanto tempo de vida tu tens? Isso mexe muito com a tua estrutura.

E o médico, na sequência do tratamento, estimou: “Alexandre, tu vais passar por oito sessões de quimioterapia e 25 de radioterapia. Há possibilidade de dar tudo certo, depende de ti e de mais algumas coisas”.

Fui para esse tratamento, na segunda sessão eu puxava aqui, meus cabelos caíam. Eu comecei a passar momentos... Eu me preparei muito para esse tratamento, porque todo mundo dizia que era muito complicado. Os enjoos eram... Sintomas terríveis. Eu não dormia à noite... porque tua cabeça é confusa, tu não sabes o que pode... Cria-se uma ansiedade de alguma forma. E meu médico também disse: não posso te prescrever, mas sei que, em outros países, estão utilizando a maconha como atenuador desses sintomas. E fui pesquisar na internet.

O que eu descobri ali me surpreendeu demais, porque, a partir dali, vi que não sabia realmente nada. Eu sabia o que a maioria aqui deve saber.

Pesquisando, tomei a liberdade, então, de importar algumas sementes, já buscando, assim, uma redução de danos. Eu comecei a fazer uso da maconha, e ela me ajudou demais. Ela começou justamente a reverter esses sintomas, para eu poder me alimentar, ter vontade de comer em primeiro lugar e me alimentar melhor. Eu passei a ter noites de sono na forma que todos gostariam de ter: um sono em que tu deitas e descansas, não em que tu dormes com o olho aberto. Então, nesses momentos a maconha me ajudou demais.

Agora, vou contar para vocês como ela me atrapalhou muito. Eu trabalhava, há 20 anos, no mesmo emprego; foi o único emprego da minha vida até então. Eu levava uma vida normal. Num belo dia – eu moro numa propriedadezinha rural, numa chacarazinha afastada, a 15 quilômetros da minha cidade; era onde eu trabalhava –, resolvi, então, cultivar na minha horta orgânica, que já mantinha. Eu plantava hortaliças, outras ervas medicinais como sálvia, alecrim, manjerona, usava-as nos meus alimentos, em chás. E, num belo dia, então, numa operação surpreendente da Polícia, através de uma denúncia anônima, dizem eles, sem mandado judicial, invadiram a minha propriedadezinha lá, destruíram portas, arrombaram armários. Eles estavam procurando alguma coisa, e, no final da operação, então, o que aconteceu?

Eu não tinha drogas em casa, eu não tinha armas, eu não tinha dinheiro, mas eles levaram meus dez pezinhos que eu tinha lá, que é, justamente, o método que eu estava tentando utilizar para não ter que comprar maconha do traficante, exatamente. Era uma maconha mais pura, eu podia usar na minha alimentação, inclusive. Eu vaporizava e, graças a Deus, eu estou aqui, hoje, podendo compartilhar isso com vocês, porque eu sobrevivi a essa experiência, estou vivo, estou muito bem de saúde hoje, graças a Deus.

Agradeço à maconha por ela me ajudar a superar o momento mais difícil da minha vida, e digo, assim, Senador, se a lei já diz que prevê o cultivo medicinal, então, a gente não pode descartar, em hipótese alguma, que, nessa regulação, se preveja o cultivo, o autocultivo, caseiro. É uma forma, assim... é como eu plantar uma sálvia e fazer um chá de sálvia para baixar a minha pressão. É uma planta, ela é muito simples, e ela tem efeitos surpreendentes.

Então, eu acho que a regulação tem que prever, também, o autocultivo.

Era isso que eu queria deixar com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra, agora, ao Carlos Penna.

Lembrando que temos pouquíssimo tempo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, eu vou ficar de pé, porque a Diretora de TV pediu, só para eu poder mostrar isso, claramente, para a câmera.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Isso daqui é um copo em que eu coloquei um cigarro – um cigarro –, está ok? Isso daqui que amarelou o copo é, basicamente, nicotina. Essa nicotina, em maior concentração, o equivalente a 10, 12 cigarros, era utilizada, até algum tempo atrás, nos Estados Unidos, nos parques florestais para matar ursos enraivecidos. Então, eu chamo isso de tóxico, eu chamo isso de droga, e é legalizado.

Então, eu quero, eu posso até voltar, no final da minha fala, a falar sobre isso, mas estou mostrando isso para lançar a grande questão: o que é e o que não é droga; o que é e o que não é tóxico. Acho que esse é o ponto principal que a gente deve colocar.

Eu vou responder àquele artigo que me foi entregue pela colega da OAB do Ceará, e, se vocês olharem ao final, é sempre o mesmo estudo da NDA, que já foi acusado, centenas de vezes, de ser um estudo manipulado.

E, aí, vamos ver porque a gente descobre que esse estudo não pode, não tem segurança científica.

Primeiro, já aqui, na primeira parte, ele já admite... e a questão, a pergunta se a *marijuana* causa ou não danos continua, ainda, sem esclarecimento. Ou seja, o próprio estudo admite que não conseguiu concluir.

Aí, vai, efeitos no desenvolvimento do cérebro. Aí, eles falam, falam, falam, da experiência, da experiência e não citam quais foram as experiências que eles acompanharam para poder afirmar isso. É o que, em inglês, é chamado de *bad science*, ciência ruim – ciência ruim.

Vamos chegar – vamos chegar.

Teoria da porta de entrada. É a velha história: teoria da porta de entrada. A maconha pode ser porta de entrada? Se for comprada na mão do traficante, sim, porque o traficante quer o vício, ele quer que a pessoa se vicie.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E o grande tráfico, hoje, trabalha com o *crack*. O traficante, hoje, não quer vender maconha, ele quer vender *crack*, porque a dependência é radical.

Terceiro, relação com doenças mentais. Aqui está dizendo que as pessoas já teriam preexistência genética, vulnerabilidade, ou já teriam exacerbados os casos de doença em pacientes com esquizofrenia. Ou seja, as pessoas já tinham esquizofrenia. Aí, está fácil, não é? É como dar álcool. Qualquer substância que afete o cérebro para uma pessoa que já tem problemas cerebrais claro que vai dar efeito.

Aí, tem outra coisa, inconsistência entre os diversos estudos. Está aqui, olha.

Então, não há contabilidade dos bons e maus alunos que usaram a *cannabis sativa* por um motivo simples, porque, como a *cannabis* é ilegal, não há como você medir o que é ilegal, porque o dado que você tem é sempre o dado da polícia.

Os dados com que a gente trabalha são os dados da polícia...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...os dados da repressão, os dados de suposição.

Quando você legalizou em vários países, “Ah, houve uma explosão”. Não, não houve uma explosão. Houve a mostra da realidade. Era aquele o número que havia, só que, como não é mais... (*Palmas.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...como não é mais proibida, as pessoas puderam se expor, porque elas não foram mais penalizadas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Vai mais adiante: não são claros. Há estudos de relação com câncer. Aí olha aqui, na quinta e sexta linhas: mas há uma potencial correlação porque vários fumavam cigarro. Claro, nós sabemos que o cigarro causa câncer. Aí você pega pessoas que fumam cigarro e utiliza como parâmetro para poder afirmar que a *cannabis* causa câncer? Isso é distorção.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Limitação de provas e vazios de conhecimentos.

Pessoal, o que eu quero dizer, finalmente, é o seguinte: a quem interessa a legalização? Ao traficante não interessa.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu digo isso com certeza.

Meu grande medo – vou terminar, Senador – é o seguinte: vocês viram o caso do ebola na África? Vocês viram que dois missionários norte-americanos foram levados para os Estados Unidos e se salvaram? Vocês viram que eles foram tratados por medicamentos de laboratórios norte-americanos que já existem? Então, o meu medo dos estudos da *cannabis* serem levados só e somente para o lado medicinal e entregues aos laboratórios é que eles omitem informação. Eles querem vender aluguel de saúde...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...não cura e saúde. Então, nós sabemos que existem dezenas de drogas hoje que podem ser trabalhadas, podem ser baratas, ou substâncias que não precisam ser quimicamente trabalhadas em drogas podem ser conseguidas na natureza...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...como disse o rapaz lá do Rio Grande do Sul, e essas pessoas não podem ter acesso à cura gratuita porque têm de comprar na mão de laboratório ou de alguma outra coisa.

Então, é esta a minha observação final: não se dissocia uma coisa da outra, porque, como bem disse o Coronel Jorge, quando esteve aqui, que está mais que provado, pela experiência da lei seca nos Estados Unidos, que a proibição só facilita o surgimento da criminalidade. Se nós deixarmos a criminalidade...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...ela vai continuar dominando a situação.

Nós não queremos isso. Nós somos todos brasileiros, nós queremos o melhor para todos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Nós queremos o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Delgado...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao Paulo Ferreira.

Cadê? Não está.

Então, eu passo a palavra agora ao Luis Carlos Lages, pedindo rapidez.

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador.

Eu vou tentar ser rápido, mas queria começar minha fala evocando uma pergunta que o médico brasileiro Drauzio Varella fez recentemente, quando ele se manifestou favoravelmente ao uso da maconha para fins medicinais. Ele falou: “A quem interessa impedir que os comprimidos de canabidiol cheguem a quem precisa?” E essa é uma boa pergunta para a gente começar.

Então, eu posso falar assim: a quem interessa? Primeiro, interessa ao traficante, que prefere que as mães, os pais, as pessoas que precisam comprem deles e não cultivem em casa ou não consigam de outras maneiras. E também interessa, como já foi dito aqui, a muitas clínicas de reabilitação, que são pagas com o dinheiro público, inclusive, mas que usam métodos científicos muitas vezes escusos, muitas vezes é uma coisa sem embasamento, e criou-se uma indústria dessas clínicas. Quer dizer, mês passado foi pego um pastor dando eletrochoques nos pacientes de uma clínica dele. A gente está entregando as pessoas que precisam de atenção, que precisam de saúde, para... como se fosse, assim, jogando com bode expiatório para lavagem de dinheiro e outras coisas.

Mas o que acontece? Eu vejo que muita gente aqui tem medo; medo do desconhecido, eu diria. Mas o problema é esse medo: medo do que vai acontecer com o Brasil quando a gente legalizar as drogas, porque vão soltar os traficantes na rua, vai sair todo o mundo matando todo o mundo, todo o mundo se drogando. Eu não acho que isso vá acontecer.

A experiência nos países que regulamentaram as drogas é totalmente diferente. Em Portugal mesmo, onde foi descriminalizado, há 10 anos eles vêm mostrando índices positivos em relação ao consumo, em relação ao tratamento das pessoas, em relação à criminalidade também.

Mas o que acontece no Brasil? No Brasil, a proibição da maconha, em especial, está ligada muito a uma espécie de preconceito contra os negros, e contra os negros do Brasil, porque a maconha, como já foi dito aqui, foi trazida da África e, inclusive, no começo da república, no começo do século passado, o mesmo delegado que era responsável por prender o capoeirista e o vagabundo de rua era a pessoa que tinha que prender o maconheiro também. Quer dizer, era juridicamente institucionalizado isso. A maconha é ligada à cultura negra.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – Isso era uma coisa jurídica, na época.

E assim, eu só queria rebater rapidamente algumas coisas que foram faladas aqui. Falou-se que em uma consulta na Califórnia, você consegue, em cinco minutos, um remédio à base de CBD. A receita, isso. E eu quero falar que é claro que consegue, é um medicamento, é um remédio. Eu posso ir a um psiquiatra, falar cinco minutos com ele, e ele me dá um Rivotril; aí eu tomo a caixa inteira e me mato. Bom, isso aqui... Parece que ninguém tem problema com isso, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – Mas eu só queria falar o seguinte: é importante a gente separar o uso medicinal do uso recreativo na discussão? É importante sim. Mas é importante a gente ver também que a fonte do preconceito é a mesma, a fonte da proibição é o preconceito, e esse preconceito é mantido.

E eu queria finalizar, Senador, falando ao senhor o seguinte: as pessoas sempre vão usar drogas, a gente não vai acabar com o uso de drogas, a gente não vai; mas cabe a nós...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – ...como sociedade escolher como vamos lidar com isso, se é com punição e segregação, com obscurantismo, ou se é com política de redução de danos, política de saúde pública e política de afirmação da liberdade e da autonomia das pessoas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra agora ao Weder Sampaio.

Ainda temos muita gente aqui, viu?

O SR. JOSÉ WEDER CARDOSO SAMPAIO – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, que enfrenta esta matéria com muita coragem e também conduz este debate com bastante ordem e educação. Meus cumprimentos ao senhor. Cumprimento também toda a Mesa, que trouxe aqui muita informação e, de certa forma, enriqueceu sim os debates. Cumprimento todos da Mesa, que trouxeram conhecimentos para cá, científicos, dados. E cumprimento todos que exaustivamente debateram aqui e defenderam suas ideias.

Senador, a minha fala vai ser bem rápida. Eu sou advogado, milito, estou aqui, fiz a minha inscrição como membro da Comissão de Liberdade Religiosa, como Presidente desta Comissão de Liberdade Religiosa da OAB.

Mas aqui, Senador, eu quero falar como advogado militante e trazer alguns dados que são importantes e con-
dizem com o que está sendo falado.

Nós percebemos, na nossa militância, referente à pergunta que o senhor fez no início do debate, sobre
se a liberação ou a regulamentação aumenta o consumo. E nós temos vivido isso e precisamos enfrentar com
bastante cautela esse tema, porque não temos dados específicos, a partir da lei de drogas, a partir da lei de
2006, sobre de que forma isso explodiu. O que é certo é que explodiu, e nós temos isso como uma realidade.

Os adolescentes... Eu tenho uma experiência. O meu escritório fica próximo a um shopping; quando eu
desço ali, adolescentes que estão com uniformes estão utilizando maconha. Não é nenhum outro tipo de dro-
ga, bebida ou *crack*, não. É a maconha. E eles estão sim desinteressados em retornar para as suas atividades.
Então isso atrapalha.

V. Exª falou que o ideal é que não utilize droga. Eu quero dizer que estou bastante feliz com o enfrenta-
mento do tema e com a divisão para uso medicinal ou uso recreativo. Há uma urgência, Excelência, porque as
mães estão aqui gritando com dores dos seus filhos. E eu quero trazer, Excelência, uma outra urgência que o
senhor também bem sabe, como militante, e está enfrentando esse tema com bastante incisão.

Eu tenho um cunhado que foi assassinado...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WEDER CARDOSO SAMPAIO – ...há dois anos por um usuário de drogas, e a droga que ele
estava usando nesse dia específico foi maconha, não foi qualquer outro tipo de droga. Então há sim um aumento
de violência, e liberar significa promover, ao meu ver. Com a legalização, o Estado promoveria o uso das drogas.

O que nós precisamos debater e aprofundar no tema é como nós devemos educar os nossos jovens, os
nossos adolescentes para não ter acesso a nenhum tipo de droga, porque há um consenso aqui: a droga não
é boa, seja ela qual for. E a forma que nós temos aqui para reprimir é sim a educação e a cultura.

Eu queria apenas trazer esse relato e agradecer a todos aqui pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra agora a Rozangela Alves Justino.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Boa tarde, senhores.

A gente observou, aqui, nesta audiência, que o discurso de todos os preletores se assemelha aos dos
ativistas com finalidades políticas e econômicas, financiados pelas fundações internacionais. E há uma relação
estreita entre as drogas e a morte. Quem tem interesse na redução drástica da população brasileira?

A gente sabe que a força de um povo está no número dos seus habitantes e a gente sabe que, na ONU,
a maior parte das atividades dela é discutir ideias e impor uma nova ordem social, visando à mudança da cul-
tura de todas as nações para a eliminação da família tradicional.

Liberar as drogas aumenta o número de usuários, alimenta o tráfico, movimenta dinheiro, leva à morte.
E a quem interessa a morte dos nossos jovens e a destruição das famílias dos usuários? É o que a gente vê, na
prática, acontecendo no Brasil.

Drogas também estão estreitamente ligadas à liberação sexual. A gente sabe que a liberação sexual é um
assunto que vem sendo discutido, também, nas Nações Unidas, e o Brasil enfrenta, na atualidade, um problema
sério – um problema de saúde pública, eu diria –, porque adolescentes de 13, 14 anos de idade vêm morrendo,
com infecções sexualmente transmissíveis, nos nossos hospitais; é uma realidade nos pronto-atendimentos. E,
na ONU, a gente vê o trabalho incessante para a liberação sexual de nossas crianças, através de uma agenda
chamada Agenda de Gênero.

Que futuro espera o Brasil? A morte de crianças com infecções sexualmente transmissíveis e liberação
de drogas? A gente vê que a ONU não cessa de trabalhar para o aborto compulsório, inclusive já aprovado no
Brasil de uma forma muito sutil. Uma vergonha para a nossa Nação.

Vemos, aqui, uma velha...

(Soa a campainha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – ... estratégia que aconteceu, já no passado. Quando estavam
querendo aprovar as pesquisas em células-tronco, trouxeram mães com crianças em cadeiras de rodas, e essas
crianças acharam que seus filhos sairiam andando se aprovassem tais pesquisas em células-tronco. As mães
foram enganadas.

Não estariam, aqui, as mães, também, sendo levadas a um engano? Ou essas mães são ativistas?

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Câncer... A minha mãe sofreu, também, com câncer. Eu a acom-
panhei, durante um ano e meio, com câncer no pulmão. A minha mãe... as dores dela foram minimizadas com
oração, em nome de Jesus...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, gente. *(Soa a campanha.)*

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – ...e com dipirona! Ela não precisou de maconha!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, está bom.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Vários psicólogos vêm denunciando...

(Soa a campanha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – ...o ativismo político do sistema Conselho de Psicologia. Os congressos onde ocorrem deliberações são compostos...

(Soa a campanha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – ... não pela maioria, por profissionais da área de psicologia, mas por ativistas, não profissionais, que têm usado o sistema Conselho de Psicologia com finalidades políticas e econômicas. No momento, o Conselho Federal de Psicologia, infelizmente, trabalha contra a psicologia, os psicólogos e a população brasileira; trabalha pela liberação sexual, pela liberação das drogas, pelo aborto compulsório.

O SR. (Não Identificado) – Glória a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Fizeram eleições por computadores, para vocês verem que o Conselho Federal não representa os psicólogos.

E eu sou eleitora do Distrito Federal. Estou muito preocupada, perplexa com esta audiência pública, porque os preletores são todos ativistas da cultura da morte. A gente não teve, aqui – somente no auditório – pessoas que trabalham em prol da vida. Não tivemos preletores que fizessem o contraponto aos que foram...

(Soa a campanha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – ... apresentados na Mesa.

O discurso medicinal me parece uma estratégia para aprovar o uso recreativo, e a lei é para tratar do uso recreativo e não medicinal.

(Soa a campanha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Eu tenho, aqui, um abaixo-assinado em prol da vida e da família. Nós somos da Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família. Quem quiser receber os nossos informativos, por favor... Nós trabalhamos contra a cultura da morte e em prol da vida. Sim, da vida e da família.

(Soa a campanha.)

A SRª ROZANGELA ALVES JUSTINO – Então, Senador, desculpe-me, mas eu não votaria no senhor enquanto eleitora do Distrito Federal.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não se preocupe, porque, primeiro, eu não penso em ser candidato; e, segundo, estou disposto a perder todas as eleições se o meu dever me obrigar a tomar posição que acho correta.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E terceiro, que já perdi uma eleição por dizer a verdade na hora de um debate com o meu opositor; e perderia de novo, mas não mentiria.

Com a palavra, agora, Vanessa Barbosa.

A SRª VANESSA BARBOSA – Oi, boa tarde! Meu nome é Vanessa Barbosa, já fui usuária, não só da maconha mas da bebida, da cocaína; não cheguei à pedra.

Na minha família tem muitos usuários, não só da bebida mas como da pedra e também da merla, que já passou; inventaram a nova droga, que foi essa agora. Sempre nenhuma dessas outras drogas tem alguma coisa para salvar vidas, entendeu? Não tem.

A maconha, um usuário que usa maconha não sabia que podia salvar vidas, agora que a gente sabe, não só um usuário, ou um ex-usuário que usa maconha vai ficar contra a liberação do uso medicinal para crianças que precisam. Se fosse uma pessoa igual eu, que não tem muita renda de vida, que não tem um trabalho fixo, se tivesse uma filha ou um filho com uma deficiência comentada aqui, como que eu ia poder ajudar meu filho no tratamento, né, dessa doença? Porque, para mim, seria mais difícil, porque para uma pessoa que tem dinheiro é difícil, imagine para quem não tem.

Na outra audiência que teve, falaram que uma pessoa de outros lugares, né, como posso falar, Paranoá, São Sebastião, esses lugares mais baixos, não estariam aqui, e sim só a elite. Sim, estou aqui, não sou de elite, não tenho emprego, não tenho dinheiro, e sim, posso falar que qualquer um que quiser parar de usar um tipo de droga tem condição sim, depende da pessoa.

Nas escolas, tem sim drogas já dentro, não só a maconha, como a cocaína, a bebida, *thinner*, cola, tudo prejudica sim um adolescente a sair da sala de aula. E sim você não fica com seu filho 24 horas por dia, porque

um pobre na escola já é recriminado, imagine uma pessoa que tem um filho de rico que estuda em outros colégios aí de alta, ninguém sabe o que ele está fazendo. Ele pode sair com os amigos pra passear e pode estar fumando a maconha porque a mãe não sabe. Aí defende o filho como se ele fosse santo. Sim, tem gente rica aí, adolescente, que fuma sim, só que os pais não sabem porque não têm o conhecimento, enganam a própria família. Por quê? Porque são ricos.

E sim, lá, o traficante que está lá dentro da cadeia, pobre, fica lá dentro, pega de dois a três anos de cadeia, ou mais; agora, um traficante rico, ele paga uma cesta básica, paga um advogado e sai mais rápido. E como vai aumentar mais a criminalidade que já está devastada? É pai matando filho, é estuprando, é fazendo um monte de coisa. O que vai piorar mais? Tem que ajudar a melhorar, não a piorar, e sim, a droga do outro é melhor para criticar do que a própria sua. Entendeu?

Obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Vanessa.

Passo a palavra agora, e faltam poucos, à Dr^a Damaris Alves.

Não está.

Então, só mais três: Valdery Ribeiro, Marlon Gustavo e Moisés Moreno.

Valdery.

O SR. VALDERY ALVES RIBEIRO – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela coragem de enfrentar um debate como este, que diverge de interesses, que diverge de pensamentos.

Antes de prosseguir, gostaria de fazer um pedido àqueles que aqui estão e que estão nitidamente pegando carona no sofrimento daqueles que aqui vieram para discutir sobre a regulamentação para uso medicinal.

Eu, no último semestre, embalei no meu colo uma senhora de 68 anos que sofria de câncer e que, infelizmente, veio a óbito. Não existe ainda uma cura. A Medicina, há anos, vem investindo em pesquisa, tentando solucionar esse e outros males que estão destruindo a nossa sociedade.

Uma criança que sofre com epilepsia hoje, já deveria ter o Estado agindo com esse medicamento e com estudos mais profundos, porque já existe um decreto, já citado aqui, o Dr. Sérgio Harfouche já o mencionou. Ele regulamenta o estudo, o cultivo para o fim medicinal. Não dá para pegarmos aqui carona: vamos, então, fazer essa lei, essa sugestão, cujo objetivo é estabelecer o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e a venda tanto no atacado quando no varejo.

O Senhor, sabiamente... E queria dizer, Senador, que o Senhor me deixou muito feliz aqui e a todos os que aqui represento, o Fenasp. O senhor nos deixou felizes com a sua sabedoria em pensar, isso é um pensamento do senhor, compete ao senhor decidir. Não é à toa que o senhor está aí incumbido do poder de tomar essa decisão. E vai pensar na possibilidade de separar. Há uma urgência.

Enquanto discorremos, debatemos aqui, filhos estão sofrendo nos lares, nas suas casas, os pais, desesperados, cometendo, inclusive, atos de infração para encontrar uma solução para remediar uma situação como essa. Mas, eu sinto muito, eu gostaria de aqui registrar o meu repúdio total, completo, a essa carona que estão pegando para regulamentar não apenas o fim medicinal, mas também o uso recreativo e o comercial.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDERY ALVES RIBEIRO – Dizer, ainda, Senador, que o senhor está incumbido desse poder porque representa – quero frisar mais uma vez – uma sociedade, uma população, especificamente no Distrito Federal, a quem presta esclarecimento e deve explicações para este que o colocou onde está. A decisão é do senhor, mas também lá fora existem aqueles que, tanto contra quanto a favor, estão esperando do senhor uma decisão.

Nós, do Fenasp, seguimos declarando que somos contra a regulamentação da maconha, mas reivindicamos, deixamos aqui o nosso apelo, pois, hoje, está no Ministério da Educação essa tarefa. Perdão, hoje, encontra-se nas mãos do Ministério da Saúde para que se possa encontrar um caminho para ajudar essas famílias que sofrem com essas enfermidades.

Muito obrigado. Que Deus possa conceder ao senhor sabedoria para tomar a decisão correta. Mais uma vez, é motivo de indignação ver pessoas quererem pegar carona no sofrimento dos outros. Isso é egoísmo, chega a ser algo banal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que não vamos deixar que ninguém pegue carona, mas também não vamos usar a separação como barreira para impedir a discussão do assunto, do recreativo. Nós temos de separar, mas a proposta que aqui chegou, que não é de origem do Senado, muito menos de minha iniciativa, entrei nisso porque fui indicado, a proposta veio para os

dois. Nós vamos ver os dois. Apenas, por uma questão de urgência, nós vamos, provavelmente, trabalhar primeiro, se o regulamento permitir, o caso medicinal.

Marlon Gustavo. Estamos chegando ao final. Por último, será...

O SR. MARLON GUSTAVO – Boa tarde a todos. Quero dizer que fiquei muito comovido com o vídeo do Vítor. A luta de vocês é a minha luta. Quero dizer que existem milhares de mães hoje que também sofrem e chegam a amarrar os seus filhos para não usarem *crack*, porque não há sistema governamental que possa ajudá-los.

Quero dizer que, até hoje, não foi regulamentada a venda da droga aqui, e esse rapaz falou que ele tinha o CBD para vender. Então, peço a sua prisão agora. Ele falou que ele tinha, em cadeia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpem...

O SR. MARLON GUSTAVO – Ele falou que ele tinha, em cadeia nacional, fez chacota com esta Casa dizendo que ele poderia servir. E eu quero que você dê explicação para isso. Senador, eu peço que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, mas você não tem autoridade aqui para prender ninguém, nem cobrar de ninguém nada. Ele falou usando da liberdade que esta Casa oferece. Agora, qual é a sua comunicação?

O SR. MARLON GUSTAVO – O senhor acha assim, então?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele falou o que ele quis falar. A polícia é outra coisa. O que o senhor quer falar?

O SR. MARLON GUSTAVO – Eu quero dizer isto, que eu precisava que o senhor tomasse uma posição quanto a isso, porque ele veio aqui, em cadeia nacional, no Senado. Estou esperando até agora, porque ele falou que ele tinha. E quero que ele explique hoje na Justiça como é que ele adquiriu isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. O senhor não é da Justiça. Tem que esperar que o Ministério Público peça. Está bem?

O SR. MARLON GUSTAVO – É só isso, então.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Marlon Gustavo, já falou.

O último é Moisés Moreno.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Com sua permissão, Senador... A questão do Ministério Público... Eu sou Promotor de Justiça e realmente o que houve aqui foi, no mínimo, uma apologia ao uso. Ele não tem autonomia para vender, ele fez...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então tome a sua providência. Qual é a providência?

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Mas não sou Promotor aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então pronto. Vamos esperar que um promotor que tenha assistido pela televisão faça isso.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Essa autoridade é do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Minha não!

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Essa autoridade é sua.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sou o zelador da liberdade aqui dentro. E ele veio convidado para dizer o que ele pensa. E ele falou.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Ele fez apologia à venda de drogas e ele não tem autonomia para isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra Moisés Moreno.

O SR. MOISÉS MORENO – Senador, não quero aqui polemizar. Sou um policial civil do Distrito Federal. Não quero polemizar, se vamos dar voz de prisão para o rapaz ou não. Aí compete ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu creio que, nesta Casa, o senhor não teria autoridade para isso. Teria que procurar a Polícia...

O SR. MOISÉS MORENO – Então, está resolvido. Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...Legislativa, antes disso.

O SR. MOISÉS MORENO – Então, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não está em discussão isso.

O SR. MOISÉS MORENO – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E eu admiro as pessoas que têm coragem de dizer as coisas.

O SR. MOISÉS MORENO – É isso aí, Senador.

Bom, Senador, queria começar a minha fala, que será um pouco rápida. Sou Moisés Moreno, integrante da International Police Association, sou do movimento Maconha Não, e sou policial civil do Distrito Federal, como já falei.

Gostaria de fazer um repúdio, porque me chateou muito quando uma senhora aqui atrás falou algumas coisas em relação à sua fé, religião, Jesus e tal, e as pessoas sorriram. Acho que cada um está aqui para dar sua contribuição; e se ela tem uma contribuição na área da fé, que pode inclusive ajudar a libertar pessoas do uso da maconha, acho que tem que ser respeitada por todo mundo. Acho que o nosso Estado está passando de laico para ateu. É uma coisa diferente. Uma coisa é Estado laico, outra coisa é ateu. Então, temos que separar um pouquinho isso aí.

Quero aqui dizer que me solidarizo demais, demais, demais com as mães, com os pais. Sou pai também. Também não sei – como o colega ali disse – se eu teria força para caminhar em uma situação dessa. Quero dizer que acho interessantíssima esta questão da divisão sim, porque, a meu ver, uma coisa é você regularizar o canabidiol e essas substâncias para uso medicinal realmente, que dará até o alívio para essas crianças, até a cura, enfim, outra coisa é você liberar realmente a maconha para uso recreativo, para o cara fumar, dar um barato, porque é uma droga alucinógena, o cara sai sem estar com 100% de suas faculdades. Assim como a bebida, que também sou contra. Hoje em dia, sou policial, vejo que, no trânsito, muitos acidentes, muitas confusões, tudo na rua tem a ver com droga ou com bebida.

Mas quero dizer também que me solidarizo muito com outras mães que não estão aqui e estão agora enterrando seus filhos. Por quê? Por conta do uso de drogas, porque, repito, quem fala aqui sabe o que está falando. O promotor sabe o que está dizendo, o colega da Polícia Federal sabe o que está dizendo, e eu sei, porque lido com isso. Como o rapaz colocou, a maconha não é o demônio, mas a maconha é muitíssimo responsável por milhares de assassinatos, roubos, estupros e todos os outros crimes que acontecem. Por isso, sou contra a legalização da maconha para uso recreativo.

Então, quero aqui trazer minha contribuição para esse plenário e me solidarizar, mais uma vez, com as famílias, com todos que estão aqui.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Eu tinha mais coisas para dizer, mas como estamos no final, vou respeitar.

Outra coisa, um detalhe, desculpa. O senhor disse que não tinha visto ainda um policial falar sobre educação; o senhor está vendo o segundo, porque, para mim, os três pilares... Tenho para mim que a gente tem que desenvolver um projeto de retornar ao currículo escolar a disciplina Educação Moral e Cívica, sabe por quê? Porque hoje está faltando a pessoa entender, o garoto entender que o direito dele termina onde começa o do outro. Então, ele pega um garoto, só porque torce para outro time, e mata, espanca, pisa na cabeça até matar. Então, precisamos passar pela educação e – vou dizer rapidamente – pela repressão do traficante, sim, tem que reprimir o traficante, sim. Acho que – vou voltar àquela parte – precisamos colocar um pouco mais de Deus no centro da nossa discussão, precisamos disso, certo, precisamos disso.

Acho que estamos num estado democrático de direito e a audiência pública sobre ciência, que o rapaz está falando, eu falo o que eu quiser. O rapaz acabou de dizer que tem o produto para dar, que não poderia dar; então, estou lhe falando que precisamos de três estágios para acabar com a questão da droga e da legalização da maconha: educação, repressão dos traficantes e um pouco mais de Deus, realmente, um pouco mais de tolerância, e abaixar um pouco mais as armas das pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, eu quero concluir falando uma coisa sobre tolerância: entender que o papel que o Senado está cumprindo é receber uma sugestão da população. Não foi iniciativa do Senado, muito menos minha, como tantos tentam dizer por aí. Recebo aqui centenas de mensagens como se eu fosse o responsável por essa discussão.

Mas estou satisfeito que essa discussão esteja sendo feita, não só por causa dessas crianças aqui, dessas mães e pais, mas também por causa do tráfico e porque pessoas estão sendo criminalizadas por algo que está na hora de discutir se deve ou não ser. Discutir é fundamental.

A droga é uma tragédia no Brasil de hoje. A pior coisa são os traficantes. Depois dos traficantes, é quem quer esconder o problema, quem quer jogar o problema para debaixo do tapete. Ou quem diz que as coisas, como estão aí, estão bem, não tem que mudar nada. Tem que mudar, do jeito que está não está bem.

Agora, o que a gente vai fazer? Pena de morte? Regulamentar? Liberar totalmente, como, aliás, alguns defendem hoje, em alguns países? Vamos discutir, vamos debater. E vamos debater, como o senhor disse, respeitando todos.

Agora, falando em respeito, quero dizer o seguinte: é diferente um Estado laico de um Estado ateu, ateu. Agora, um Estado laico tem que respeitar quem for ateu também. Desde que esse respeito os religiosos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desde que ele respeite também quem tem religião. Outra coisa: é preciso saber que são muitas as religiões, e cada uma delas dividida em

diversas formas. Às vezes, a gente acha que defender religião é defender só a nossa. Não, é muito mais amplo, é um problema da liberdade religiosa e não de defender uma só religião.

Este País já teve uma religião que dominava, e não era bom. Os evangélicos sofreram muito tempo aqui, séculos. Então, a gente precisa ter liberdade plena, plena, plena. Inclusive para quem não tiver religião.

Agradeço a todos. Lamento ter demorado tanto, mas foi necessário. Ouvimos todos.

Na próxima Mesa...

A senhora acha que aqui todo mundo foi a favor da maconha? A senhora não está sendo direita. Não. Aqui houve um cientista analisando o que pode ser. Isso não é ser a favor ou contra. Ele analisou. Aqui teve um representante das Nações Unidas com toda a independência que tem.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não sei se foi a favor.

Agora, eu vou ler aqui as próximas audiências. Além disso, considero muito bem vindos e que venham todos. Vieram e falaram todos, todos. E eu espero que voltem outra vez.

O Deputado eu disse que poderia falar 50 minutos. Ele não quis.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, o senhor já falou muito. Agora, o Deputado Osmar Terra está convidado e foi citado como um dos maiores líderes. O Dr. Osmar. O Dom Raymundo Damasceno Assis, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. O Psiquiatra Marcos Zaleski, que é citado sempre aqui por um documento da sociedade. A Dr^a Ana Cecília Petta Roselli Marques, que também tem uma posição muito contrária.

Então, não diga que existe parcialismo aqui, por favor, porque não estão sendo honestos, e desonestidade é pecado também.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Lobão Filho, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Humberto Costa, José Pimentel, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 26ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) Nº 51, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**. Item 2 – **Mensagem (SF) Nº 52, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ROMEU DONIZETE RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**. Item 3 – **Mensagem (SF) Nº 53, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor TIAGO DE BARROS CORREIA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**. Após as exposições dos indicados, fazem uso da palavra os senhores Senadores **Jayme Campos, Cidinho Santos, Lobão Filho, Pedro Taques, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Ruben Figueiró**. **Resultado dos itens 1, 2 e 3:** realizadas as sabatinas e aprovadas as indicações. Item 4 – **Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2014**, de autoria do Senador **Alfredo Nascimento**, que “*suspende as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre o óleo diesel utilizado no transporte fluvial de passageiros desenvolvido na Amazônia Legal e dá outras providências*”. **Relatoria ad hoc:**

Senador Jayme Campos. **Resultado:** parecer aprovado na comissão. **Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que requer, “*nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Infraestrutura – CI, para tratar instruir devidamente o Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2011, de iniciativa do senador Marcelo Crivella. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. Ildo Grudtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Romeu Ruffino, Diretor-Geral da ANEEL; Sidney Simonaggio, Vice-Presidente de Operações da AES Eletropaulo; Eduardo Camillo, Superintendente de Relações Institucionais da LIGHT; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do SindiTelebrasil; Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA).* **Resultado:** aprovado. Item 6 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 23, de 2014**, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que “*na forma regimental e, em aditamento aos Requerimentos nºs. 55 de 2013 e 16 de 2014, solicita que seja também incluído o nome do senhor Jorge Soria Quiroga – Prefeito da cidade de Iquique no Chile, como convidado para a Audiência Pública a ser realizada no dia 06 de agosto, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile.* **Resultado:** aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão em exercício, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 26ª Reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Panorama econômico internacional

BRICS – Reunião de Cúpula em Fortaleza.

Realizou-se, em Fortaleza, a sexta reunião de cúpula dos BRICS – grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que foi fundado formalmente em 2009. A origem do acrônimo BRIC remonta a 2001, quando o economista do Goldman Sachs, Jim O’Neill, o criou para designar um conjunto de países em desenvolvimento que prometia rápido crescimento e a possibilidade de vir a liderar a economia mundial. A África do Sul entrou para o grupo posteriormente, em 2010. Embora a liderança da economia mundial não se tenha materializado, e o crescimento do grupo tenha diminuído drasticamente, os BRICS fazem parte inegável da realidade internacional atual.

A cúpula de Fortaleza apresentou dois resultados que mostram a intenção de se atingir objetivos práticos. O primeiro é a criação do banco de desenvolvimento do grupo, que terá a função principal de financiar obras de infraestrutura nos países– membros. Embora na quinta cúpula em Durban, na África do Sul, em março do ano passado, já se concordasse com a ideia de fundação do banco, não havia consenso quanto ao local de sua sede, tampouco quanto à distribuição dos aportes de capital. Essas decisões ficaram para a reunião de cúpula no Brasil, quando se decidiu que a sede será em Xangai, na China, e a primeira presidência será ocupada pela Índia. O nome oficial da entidade é Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank), NDB, em inglês.

Outro compromisso assumido foi a criação de um fundo de reserva financeiro de US\$100 bilhões, que deverá funcionar como uma *safety net*, uma espécie de poupança, para eventuais crises dos países membros ou combate a ataques especulativos. Na verdade, seria um compromisso dos membros de possível dispêndio em caso de necessidade e não desembolso real na composição do fundo. A criação desses dois mecanismos não deve, realisticamente, ser entendida como substituição das estruturas de Bretton Woods, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, mas sim como uma possível complementação.

O grupo engloba cerca de 43% da população mundial, de 25% do PIB global e aproximadamente 17% do comércio mundial. No entanto, a crise internacional de 2008, e a desaceleração brusca dos BRICS mostram que as análises que previam cenário no qual o grupo seria o motor da recuperação econômica mundial foram um pouco apressadas.

No âmbito do grupo, destacam-se a heterogeneidade de seus componentes e os interesses conflitantes, fatores que limitam seu funcionamento como foco de influência mundial individualizado. A China deve,

cada vez mais, destacar-se pela pujança e não subordinará seus interesses aos desígnios dos BRICS. Coloca-se em patamar no qual sua relação com os Estados Unidos é prioritária. Trata-se de relacionamento, a um tempo, de disputa e de simbiose (no caso, dos investimentos americanos em seu território, e na maciça aquisição de *bonds* dos Estados Unidos com suas reservas), por parte da China naturalmente. Não se coloca a possibilidade de uma liderança chinesa terceiro-mundista quanto os Estados Unidos.

A China de hoje é um ator conservador e não revolucionário no concerto mundial e é interessada direta na sua estabilidade. Do ponto de vista econômico, verifica-se também importante divisão entre os participantes do BRICS. A China e a Índia e importadores de *commodities* interessam-se por uma queda dos preços de mercadorias, ao passo que o Brasil, a Rússia e a África do Sul, exportadores, lutam por preços mais altos.

Essas posições são exemplos das diferenças a que se entrelaçam os fatores geopolíticos do complexo relacionamento com áreas de convergências e disputas da China, Índia e Rússia, que impedem uma atuação mais orgânica dos BRICS.

A Rússia, pressionada pelas sanções dos Estados Unidos, em menor grau da Europa, por causa de sua atitude voluntarista em relação à Ucrânia e especialmente à Crimeia, tem procurado reaver a antiga posição de proeminência estratégica da União Soviética. Para a Rússia, os BRICS, além de contrastarem os Estados Unidos, são uma plataforma de reafirmação da nostalgia da influência internacional da antiga União Soviética.

A Índia vive dificuldades econômicas sérias, e a África do Sul está em virtual marasmo econômico. Os BRICS constituem um foro que pode repercutir vozes pedindo mudanças, mas não liderar essas mudanças na ordem internacional.

Embora não tenha conseguido sediar o banco ou ocupar a sua presidência, o Brasil, em abordagem realista, ainda pode exercer função de aplainar diferenças de posições dos participantes do grupo e, assim, procurar pragmaticamente concentrar esforços no objetivo concreto de que o Banco de fomento venha a contribuir decisivamente para nossa infraestrutura.

Hoje, quarta-feira, dia 16, os chefes de Estado do BRICS reúnem-se em Brasília com a presença também de líderes da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). A cúpula está prevista para se encerrar após o almoço, no dia de hoje.

O segundo comunicado: Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

O custo do setor elétrico depois da edição da Medida Provisória nº 579, de 2012, que tratou da renovação dos contratos de concessão de geração de energia aliado à operação das térmicas, chega a R\$53,8 bilhões desde 2013. Desse total, R\$35,3 bilhões serão pagos pelos consumidores de energia elétrica nas suas contas de luz. Os outros R\$18,5 bilhões serão pagos em impostos. Os dados constam do documento – abro aspas – “Setor Elétrico: uma agenda para garantir o suprimento e reduzir o custo de energia” – fecho aspas –, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que faz parte de uma série de propostas do setor que foram entregues aos candidatos à Presidência da República.

Roberto Wagner, especialista em políticas e indústria da CNI, explica que o objetivo do estudo é propor aos candidatos medidas de aperfeiçoamento do modelo do setor elétrico, essenciais para redução das tarifas de energias industriais, o que beneficiará toda a cadeia de fornecedores, chegando também a todos os consumidores finais. Segundo o especialista, todas as propostas indicam tarifas mais módicas para as indústrias, com vista a aumentar a sua competitividade tanto no mercado interno como no externo. E esses benefícios serão estendidos a toda cadeia produtiva.

As propostas incluem a permissão da participação dos compradores do chamado mercado livre nos leilões de energia, hoje restrito ao mercado cativo. A análise da possibilidade de construção de hidrelétricas com reservatórios em algumas regiões e a adoção de medidas que estimulem a geração distribuída, pequenas usinas, cogeração, energia solar e eólica, etc., por meio de um retorno mais rápido do que foi investido nesses projetos.

O documento destaca que os ganhos da indústria com a redução das tarifas em 2013 já foram quase que totalmente perdidos com os reajustes que as distribuidoras estão fazendo nas tarifas neste ano e em 2015. Segundo o estudo, as tarifas do ano que vem deverão voltar ao nível de dezembro de 2012, ou seja, o patamar prévio à redução promovida pela MP 579, que tratou da renovação dos contratos de concessão de geração de energia, aliada à operação das térmicas.

A CNI ainda destaca que os serviços de transmissão de energia têm-se deteriorado e que os recentes *blackouts* que têm ocorrido no País foram causados por falhas nas subestações, e não por atrasos nas obras de reforço na transmissão, apesar de sua importância.

Por outro lado, cálculos feitos pelas consultorias especializadas em energia – Safira, Itimos, Demos – demonstram que os aumentos médios nas contas de energia dos consumidores residenciais neste ano devem ficar entre 16% e 17%, o que praticamente anula a redução do ano passado. E, em 2015, o reajuste ficará entre 21% e 25%.

Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), revelam que, das 34 concessionárias que já tiveram seus reajustes autorizados entre janeiro e 4 de julho deste ano, 31 aumentaram seus preços. Desse total, 27 distribuidores tiveram altas acima de dois dígitos, com percentuais que variam de 11% a 36,54%. Ou seja, até agora, cerca de 43,2 milhões de residências já pagam mais caro pela conta de luz. Até dezembro, ainda haverá reajuste em outras 30 distribuidoras de energia.

Segundo a Aneel, os aumentos concedidos às distribuidoras estão atrelados aos – aspas – “custos com compra de energia” – fecho aspas.

Fábio Cuberos, gerente de regulação da Safira, destacou que, apesar dos elevados aumentos que estão sendo concedidos pela Aneel neste ano, o reajuste médio entre as 31 distribuidoras está em 15,43% até julho, as tarifas ainda estão represadas. O executivo explicou que os custos adicionais com as usinas térmicas em 2013 que seriam repassados aos consumidores neste ano, foram diluídos em quatro anos, a partir de 2015. Além disso, o impacto nas tarifas do empréstimo de R\$11,2 bilhões, feito por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), via consórcio de bancos para as distribuidoras em abril, só será repassado às tarifas em 2015 e 2016.

As distribuidoras ainda têm dificuldades no fluxo de caixa e já usaram todos os R\$11,2 bilhões disponibilizados pelo consórcio de bancos.

Para arcar com os contratos de maio, as empresas não tiveram recursos suficientes, o que levou o Governo a postergar para o fim deste mês o pagamento de R\$1,3 bilhão. E já se pensa em um novo financiamento para o setor, no valor de R\$2 bilhões.

Cuberos ressalta que, apesar de as distribuidoras terem reduzido sua exposição ao mercado livre, ainda estão sendo obrigadas a comprar no mercado à vista cerca de 700 megawatts médios.

Na avaliação do Economista Walter Fróes, da CMU Comercializadora de Energia, a conta de luz precisaria de um reajuste de 35%, para engordar o caixa das distribuidoras, para ele, o único índice capaz de cobrir o buraco em que se encontra o setor. Mas Fróes não acredita que isso ocorrerá antes de 31 de dezembro deste ano. Eu também não.

Ainda que o Governo mantenha as tarifas represadas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é obrigada a conceder um reajuste anual às concessionárias para equilibrar os custos. Grande parte das empresas, porém, já elevou as tarifas.

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União determinou a seus técnicos a fiscalização do Ministério das Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética, com o objetivo de apurar responsabilidades pelo sistema de contratação das usinas térmicas. O Tribunal deu ao Ministério e à EPE mais 90 dias para apresentação de novas justificativas. O TCU questionou esses órgãos sobre a influência das térmicas nas tarifas e no meio ambiente.

Quer dizer, essa terrível burocracia em que pontifica o Tribunal de Contas da União, cria, praticamente um governo paralelo, sem um aparente responsável por isso. Metendo-se agora na questão ambiental, para saber a influência das térmicas nas tarifas e no meio ambiente? É um tribunal de contas, para aferir e apurar contas! É um monstro que está sendo criado neste País, e a burocracia se alastrando para esconsos que jamais poderíamos imaginar para o Brasil.

Entre 2007 e 2008, o Governo leiloou 42 usinas térmicas a um custo médio de R\$136 por megawatt-hora, valor esse referente a um despacho inferior a mil horas por ano. Com o funcionamento ininterrupto das usinas térmicas há um ano e meio, esse custo já ultrapassou R\$500 por megawatt-hora.

São também motivo de investigação pelo tribunal os empréstimos de R\$12,4 bilhões (dos quais R\$11,2 bilhões serão cobrados na tarifa... Isso, sim, é o que tem fazer, auditar contas, empréstimos, números, e não se meter em questão de meio ambiente e influência das térmicas, nisso ou naquilo. Feitos pelo Governo às distribuidoras, a fim de evitar inadimplência no setor. De acordo com a lei, o Governo Federal é responsável por garantir a contratação, por parte das distribuidoras, de 100% do consumo esperado. Mas dois leilões realizados no ano passado, para cobrir contratos, falharam. As distribuidoras foram ao mercado de curto prazo, que vende mais caro a energia – como nós sabemos – e o Governo teve de socorrê-las com o repasse.

O TCU quer apurar o custo dessa operação para o consumidor, assim como saber por que companhias como a Cemig, Copel e Eletrobras, que possuem geração e distribuição, receberam ajuda do Governo para suas distribuidoras, uma vez que essas empresas lucraram ao vender energia de suas geradoras no mercado de curto prazo, no qual o preço por megawatt-hora chegou a 822 reais este ano. Só ele não sabe disso, porque, é claro, na medida em que a Cemig, Copel e Eletrobras não aceitaram antecipação do término da concessão, eles ficaram livres para vender a energia no mercado livre. Portanto, basta o TCU ler alguns desses meios que circulam pelo Brasil.

Outra investigação refere-se a obras atrasadas na Amazônia: o gasoduto Urucu-Manaus, concluído em 2011 ao custo de R\$ 4,5 bilhões, ainda não pode entregar o gás que conduz, pois a indústria térmica que de-

veria receber o combustível e a rede de distribuição que levaria o gás para Manaus ainda não foram nem licitadas. E a linha de transmissão Tucuruí-Manaus, concluída este ano, ao custo de R\$3,5 bilhões, também não pode fornecer energia para a cidade porque a subestação ainda não foi construída.

Terceiro comunicado: Notícias de infraestrutura.

Em época de balanço de recente evento esportivo que findou há poucos dias, balanço esse elaborado e repercutido pelos meios nos últimos dias, aquele que deveria ser o principal legado das obras de infraestrutura para a população das cidades-sede referentes à mobilidade urbana teve o menor desempenho entre todos os empreendimentos. Dos 50 projetos previstos pelo Governo em 2010, apenas 32 foram mantidos. E importantes obras de mobilidade permanecem inacabadas.

É o caso, como todos puderam constatar, dos projetos de construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Brasília e de Manaus, que ficaram no papel (este último foi substituído por corredores de ônibus); do monotrilho de Cuiabá, com previsão de conclusão apenas no segundo semestre do próximo ano; em São Paulo, o projeto do Expresso Aeroporto, que ligaria o centro da capital ao Aeroporto de Guarulhos, foi cancelado em 2012 e retirado da lista de obras dos jogos na última consolidação das obras da chamada “Matriz de Responsabilidade da Copa” – Copa do Mundo de Futebol –, apresentada pelo Ministério dos Esportes em setembro do ano passado; e o monotrilho do Morumbi ainda está sendo construído.

Entre outras obras por acabar, encontram-se a do BRT Antônio Carlos/Pedro I, em Belo Horizonte, da qual o viaduto Guarapés, que desabou durante a Copa, faz parte do projeto; em Fortaleza, o projeto VLT – construção do ramal Parangaba-Mucuripe teve apenas metade executada e não há previsão de entrega da obra; em Natal, as obras no entorno da Arena das Dunas têm entrega prevista para outubro; no Recife, a Via Mangue tem previsão de entrega para dezembro e, no Rio de Janeiro, o BRT Transcarioca continua inacabado. A lista não é definitiva, e o custo acabou maior que o inicialmente previsto pelas três esferas do Governo.

No balanço geral, que inclui todas as obras de infraestrutura – e não apenas as de mobilidade urbana – 23 obras planejadas para o Mundial não ficaram prontas, como a reforma do Porto de Manaus, em que apenas o terminal de passageiros foi concluído a tempo. Em Cuiabá, o terminal, sistema viário e estacionamento do Aeroporto Marechal Rondon tiveram o projeto alterado, e apenas parte das obras ficou pronta.

Em Porto Alegre, a ampliação do terminal do Aeroporto Salgado Filho também teve seu projeto alterado, e apenas parte dele, assim como da ampliação da pista, ficou pronta. O mesmo ocorreu com relação aos aeroportos de Confins, em Belo Horizonte, Afonso Pena, em Curitiba e do Galeão, no Rio de Janeiro.

Essas 23 obras ainda por terminar são parte de 167 projetos que o Governo se comprometeu a fazer. Do total, 88 (ou 53%) foram entregues completas antes do Mundial. Segundo o Ministério dos Esportes, todas as ações fundamentais para a realização da Copa ficaram prontas a tempo. As outras serão concluídas como obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), pois, na sua maioria, já haviam sido excluídas da Matriz de Responsabilidades e não eram prioritárias para a Copa do Mundo.

Por outro lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem concedido seus maiores empréstimos ao setor da infraestrutura, e a tendência de priorizar projetos dessa área vem se consolidando nos últimos três anos, de acordo com balanço divulgado nos últimos dias pela instituição.

A Prumo Logística figura no topo do *ranking* dos maiores empréstimos do BNDES. O montante de R\$1,8 bilhão evidencia a política do banco de dar prioridade à infraestrutura. Dos 15 maiores contratos do banco no primeiro trimestre deste ano, nove foram para o setor.

O segundo na lista é o aeroporto de Viracopos, em Campinas (São Paulo), que captou R\$1,5 bilhão. Em 2010 a indústria tinha 47% de participação nos desembolsos contra 31% da infraestrutura. Neste ano, o cenário se inverteu: a infraestrutura tem 37% e a indústria, 26%.

Foram também contempladas a concessionária da BR-101 no Espírito Santo e parte da Bahia (controlada pela EcoRodovias), que obteve R\$267 milhões, e a concessionária de ferrovias MRS Logística, com R\$114 milhões.

Segundo Claudio Frischtak, fundador da Inter.B Consultoria de Negócios, o fato de a infraestrutura ocupar mais espaço no cenário do banco é um movimento natural, que pode ser explicado também por uma baixa demanda de crédito da indústria. Segundo o consultor, “a indústria está indo mal e o setor de comércio e serviços também não está no seu melhor”. O que há de mais significativo são as obras de infraestrutura, impulsionadas também por conta dos recentes jogos ocorridos.

Segundo Claudio Leal, superintendente de planejamento do BNDES, o volume de investimentos exigido pelas obras de infraestrutura no País, impulsionado pelas concessões, “é um desafio para o País”. No seu entender, são necessários mecanismos alternativos e o desenvolvimento do mercado de capitais.

Apesar dessa prioridade do BNDES ao setor de infraestrutura, Leal esclarece que essa política se refere a melhores condições de apoio, tais como em maiores níveis de participação no financiamento, mais prazo e

menos custos. Segundo ele, “jamais haveria uma opção do Banco de reduzir empréstimo para a indústria, que é um setor tão importante.

No seu entender, a redução dos desembolsos para a indústria reflete o momento econômico da atividade privada, pois os projetos de infraestrutura são definidos, na maior parte dos casos, pelo calendário de licitações. Seu ritmo é ditado por definições regulatórias, ao contrário da definição privada da indústria de investir.

E aqui encerro os nossos comunicados. Passamos à nossa pauta da reunião de hoje.

Gostaria inicialmente, como fiz ontem, de tecer alguns comentários, especialmente às S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Serviços de Infraestrutura com relação à realização desta reunião extraordinária. Considerando que a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica é um órgão colegiado composto por cinco diretores e que o mandato de dois deles encerra-se na primeira quinzena de agosto; considerando, ainda, a proximidade do recesso parlamentar, que poderia comprometer a análise tempestiva das indicações presidenciais à Agência; e com base nos atos e procedimentos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura; esta Presidência entendeu conveniente a realização da presente reunião extraordinária e da reunião ordinária de hoje para viabilizar a realização da sabatina dos indicados pelas mensagens de nºs 51, 52 e 53, de 2014, que será realizada hoje, nesta nossa reunião.

Tal procedimento está de acordo com os atos normativos desta Comissão e propiciará a celeridade requerida na tramitação das referidas mensagens, sem prejuízo da análise de S. Ex^{as} as Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 15 de julho de 2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ROMEU DONIZETE RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 15 de julho de 2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor TIAGO DE BARROS CORREIA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: No dia 15...

Aqui houve um engano quando eu li, acho que li corretamente, 15 de agosto. Eu imaginei que tivesse lido... Não há um aqui que está errado. Em relação ao Sr. André Pepitone da Nóbrega, eu disse que no dia 15/07 foi lido o relatório. Na realidade, foi 15/08, ontem. Digo 15/07. Esse aqui está certo... Então, o que está errado é o que está aqui, no dia 15/08, né? Esse está errado. O que está errado é o que tem 15/08. O 15/07 está certo, foi julho. Então, por gentileza, retificação no item nº 2 da pauta, Mensagem nº 52. Vou reler a observação na forma correta.

No dia 15/07/2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Em relação ao item nº 3, a observação: no dia 15/07/2014, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Convido para que tomem assento à Mesa, desejando-lhes, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nossas melhores boas-vindas os Srs. Romeu Donizete Rufino, André Pepitone da Nóbrega e Tiago de Barros Correia, indicados ao cargo de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu quero apenas manifestar aqui a satisfação de participarmos hoje desta reunião, que tem a missão maior de aprovarmos a indicação dos diretores da Aneel. Dizer que é louvável a iniciativa de V. Ex^a, não só na apresentação do belo relatório em relação aos andamentos das obras, em que umas foram concluídas e outras não foram concluídas. Entretanto, o mais importante é que todos nós desta Comissão tomamos conhecimento dos trabalhos, sobretudo das obras, como está o seu andamento em todo o Território Nacional. Isso é muito importante para o conhecimento de todos nós Senadores desta Comissão.

Segundo, louvar a iniciativa de V. Ex^a de abrir em caráter extraordinário esta reunião para aprovarmos o nome dos diretores da Aneel, órgão muito importante que regula o sistema elétrico do Brasil e, como V. Ex^a bem disse, nesses próximos dias, estará inspirando o mandato desses diretores. E, para o bom andamento dos trabalhos da Aneel, evidentemente é preciso manter o quadro completo praticamente de todos os diretores, para que possamos aprovar os projetos para que não sejam paralisadas obras tão importantes para o desenvolvimento socioeconômico do nosso Brasil.

De maneiras que tenho a certeza absoluta de que a iniciativa de V. Ex^a é correta, é perfeita e tem o apoio de toda esta Comissão pela iniciativa que V. Ex^a tomou de convocar no dia de ontem uma reunião e, hoje, de forma transparente, temos a oportunidade ímpar de ouvir os nossos indicados, votarmos e, se possível, em caráter urgência encaminharmos para o plenário da Casa para que no dia de hoje, aproveitando este esforço concentrado, que os nossos diretores não sejam só aprovados aqui, mas no plenário da Casa, para que seja remetido para a sanção da Presidente da República.

Parabéns a V. Ex^a, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, pelas manifestações de V. Ex^a a esta Comissão e a solicitação de V. Ex^a, caso os sabatinados sejam aprovados no dia de hoje, serão encaminhados o seu nome, com pedido de urgência, para serem analisados e submetidos à deliberação do Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Iniciando a nossa audiência de hoje, as sabatinas de hoje, informo aos senhores sabatinados que cada um terá 20 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, haverá perguntas dos Srs. e Srs. Senadores.

Passo a palavra, como primeiro a expor suas ideias, no exercício da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. André Pepitone da Nóbrega.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor; Ex.^{mo} Sr. Senador Humberto Costa, Relator desta matéria; Srs. Senadoras e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Infraestrutura; colegas da Agência Nacional de Energia Elétrica, meus companheiros de jornada, colegas do setor elétrico; representantes de associações; profissionais da imprensa e a todos aqui presentes, bom dia!

Antes de tudo, destaco a honra que sinto de estar aqui no Senado da República de meu País para cumprir relevante rito do processo legislativo, que é o de colocar-me à inteira disposição de V. Ex^{as} para esclarecer,

em sabatina, perante esta conceituada Comissão, eventuais dúvidas e questionamentos sobre minha pessoa e sobre minha área de atuação profissional, que é a regulação do setor elétrico brasileiro.

A confiança da Presidenta da República conforta, redime e aumenta minhas responsabilidades. Confesso que me senti lisonjeado pela indicação de meu nome e, caso venha a receber de V. Ex^{as}, pela segunda vez, a aprovação para exercer tão relevante função, irei dedicar-me diuturnamente às causas de interesse de nosso País e de sua querida população.

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, com a autorização de V. Ex^a, saúdo os Diretores da Aneel, José Jurhosa e o Diretor Reive, Diretor Romeu, que está aqui em sabatina, e nosso novo integrante Diretor Tiago.

É digno de nota o compromisso desta Comissão de Infraestrutura para com a instituição Aneel, uma vez que conferiu agilidade no processo de sabatina dos indicados para as funções diretivas da agência, empregou as medidas cabíveis, preocupadas em evitar a vacância na diretoria colegiada, o que foi registrado pelo Presidente desta Comissão, Presidente Collor, em sua fala.

Nesta semana, entre o recebimento, pelo Senado, da mensagem presidencial e esta reunião, procurei visitar os membros titulares e suplentes da Comissão de Serviço de Infraestrutura. Desculpo-me, inicialmente, com as Sr^{as} e Srs. Senadores com quem não foi possível eu estar em razão das dificuldades da agenda parlamentar e, sobretudo, da exiguidade do tempo, mas agradeço sensibilizado às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores com quem estive pela cordialidade na acolhida que recebi e atribuo isso à distinção feita à instituição Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, determina a liturgia que rege este momento que devo falar um pouco de meu histórico pessoal e profissional. Nasci em Maceió, Alagoas, mas fui acolhido como filho de Pombal. A cidade de Pombal fica no sertão da Paraíba e, ao longo de minha vida, me tornei um cidadão do Brasil. Devo isso a meu saudoso pai, Francisco Nelson Queiroga da Nóbrega, engenheiro da Eletronorte, atividade que o levou a deixar sua terra natal, a cidade de Pombal, no sertão paraibano, para atuar na construção de obras estruturantes na Região Norte do País.

Cresci, portanto, acompanhando o esforço dos bravos técnicos da Eletronorte. Ver meu pai trabalhando na construção de projetos que garantiriam energia elétrica aos brasileiros era algo que me fascinava. E meu destino, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, então, estava selado: aos 17 anos vim cursar Engenharia Civil aqui em Brasília, na Universidade de Brasília (UnB), tendo concluído minha pós-graduação, em geotecnia, em 1999.

E já com o sonho de seguir os passos do meu pai e me dedicar ao setor elétrico brasileiro e nele labutar.

Após breve passagem pela iniciativa privada, onde atuei na construção em projetos de usinas hidrelétricas, iniciei, em 2000, minha carreira no setor público. E minha carreira no setor foi iniciada na própria Agência Nacional de Energia Elétrica, quando comecei no quadro temporário e, depois, no quadro efetivo. Nos dois processos, adentrei ao quadro da Agência sempre por meio de processo seletivo público.

De 2000 a 2006, desempenhei atribuições nas áreas técnicas da Aneel. Em 2006, assumi o cargo de assessor da diretoria, exercendo funções no gabinete do Diretor Sena, no qual atuei até agosto de 2010. E serei muito grato ao Diretor Sena, que tinha um doutorado pelo MIT e era professor do ITA e que, para mim, foi mais do que um diretor da Aneel, foi uma referência nos aspectos humano e profissional, cuja perda, no ano passado, entristeceu a todos nós, a toda a casa da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2010, tive a honra de comparecer a esta Comissão sob o comando do Presidente Fernando Collor, para ter meu nome submetido à apreciação de V. Ex^{as} para exercer o cargo de Diretor da Aneel. Após aprovação desta Casa, assumi o cargo de Diretor da Agência, com a peculiaridade que reputo inovadora: pela primeira vez, um funcionário concursado da Aneel foi designado a compor seu quadro dirigente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, naquele momento, tornei-me o primeiro servidor efetivo da carreira de regulação a ocupar o cargo de Diretor da Aneel. Aquela ocasião serviu, sobretudo, de estímulo aos que, pela elegante, democrática e seletiva forma do concurso público, ingressam nos quadros de servidores das agências reguladoras.

Após o exercício de um mandato pleno em desafios e aprendizado, venho, com espírito renovado, novamente à presença de V. Ex^{as}, motivado para exercer relevante missão de auxiliar o desenvolvimento do setor elétrico nacional.

E um dos desafios recorrentes no setor de infraestrutura e, em especial, na área de energia elétrica, está vinculado à nossa capacidade de criar ambientes propícios para investimento, com regras claras e clima de confiança. E um dos pilares indispensáveis a esse fim é uma regulação eficiente e profissional da qual o Estado moderno, em que hoje se insere o Estado brasileiro, não pode prescindir, uma regulação amparada em quadros técnicos qualificados e em processos transparentes de atuação.

É esse o papel das agências reguladoras. São elas que disciplinam e fiscalizam a implementação das políticas públicas desenhadas pelos governos. São as agências reguladoras que zelam pela eficiência econômica

na prestação do serviço público, buscando sempre – este é o nosso principal desafio – o equilíbrio entre o benefício social e o lucro do agente econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, conscientizei-me, desde cedo, dos objetivos que, em minha ótica, espelham a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica, que sintetizamos na tríplice vertente: a regulação, a fiscalização e a mediação do setor elétrico brasileiro.

Sabemos que o setor elétrico é um ramo muito técnico e a regulação, da mesma forma, tem o seu tecnicismo, mas entendo que o servidor de um órgão regulador e, sobretudo, seu dirigente não podem se encastelar, não podem incorrer no insulamento e muito menos ignorarem a realidade, quando da aplicação dos regulamentos e das decisões que adotam dentro da repartição pública. Por mais que nos esforcemos para prever os impactos de determinada decisão ou edição de regulamento, e a Aneel conta com uma equipe de servidores, um quadro técnico da mais alta qualidade e espírito público, por mais que sejamos uma agência pioneira na adoção da análise do impacto regulatório, que é uma ferramenta importante na mitigação de riscos decisórios, temos a certeza de que precisamos sempre aprimorar.

Então, por isso, entendo como desafio para o regulador, primeiro, zelar pela estabilidade regulatória; segundo, zelar pela transparência – esse é um item muito importante – no exercício de suas funções; terceiro, zelar pela preservação técnico-administrativa da agência; e também zelar e buscar manutenção sempre do equilíbrio entre Governo, agente do setor elétrico e usuários do serviço de energia elétrica, para que, assim, dessa forma, o interesse público seja preservado.

Além desses desafios, que não são poucos, há uma característica que não pode faltar ao regulador e, sobretudo, ao seu dirigente, que é saber ouvir: ouvir os consumidores, ouvir os agentes, seja diretamente, nas audiências públicas, nas consultas públicas e nas reuniões com participação da sociedade, seja indiretamente, por meio dos representantes eleitos pela população. Afinal, dentre as inúmeras funções relevantes da classe política, reputo uma das mais importantes o seu papel de canalizar as demandas populares.

Por isso, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ao ouvir cada um dos senhores, escuta-se a voz de 500 mil, 1 milhão, 10 milhões de brasileiros, e uma preocupação que atinge tamanho contingente de brasileiros deve ser tomada em elevada consideração por qualquer gestor público. Esse certamente adotará a melhor decisão, na medida em que melhor compreenda todos os aspectos que dizem respeito ao assunto tratado.

Não por acaso, ao longo de meu mandato, desde agosto de 2010, nos últimos quatro anos, busquei conciliar intensa agenda técnica de instrução processual – foram mais de mil processos deliberados, entre finalísticos e administrativos – com igual e intensa agenda de interação pública com toda a sociedade: consumidores, agentes, parlamentares, prefeitos e governadores. Foram centenas de reuniões, audiências públicas, palestras, eventos. Em cada um desses momentos, um aprendizado, uma certeza está robustecendo a decisão a ser tomada pelo órgão regulador.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, se me for concedida por V. Ex^{as} a oportunidade de continuar servindo ao nosso País na condição de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, seguirei minha atuação pautado pelo diálogo, pela ponderação, buscarei sempre – e tenham em mim isso – simplificar procedimentos para os agentes e simplificar rotinas para os consumidores e também para os servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O Presidente Collor falou aqui, no início, nós estamos comprometidos em desburocratizar o aparato estatal. Será motivo de grande honra continuar a contribuir para o esforço coletivo da Diretoria Colegiada e dos servidores da Aneel, no cumprimento de sua missão institucional, que é propiciar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

E para enfrentar as dificuldades e os desafios do setor elétrico, precisamos contar com a notória contribuição desta Casa, do Senado da República, dos Parlamentares, que são representantes legítimos da sociedade.

Ex.^{mo} Sr. Presidente, são essas as considerações que inicialmente gostaria de fazer e que complementarei com muita satisfação ao longo da sabatina. Estou inteiramente à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouvimos a exposição do Dr. André Pepitone da Nóbrega, indicado para Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ouviremos agora o segundo sabatinado da reunião de hoje, Sr. Tiago de Barros Correia, também indicado para a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor; Ex.^{mo} Senador Humberto Costa, Relator; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, colegas servidores públicos do MME, da Aneel, da Secretaria de Portos da Presidência da República, da Antaq, profissionais

de imprensa, senhores e senhores, eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade para falar um pouco da minha trajetória profissional e pessoal, descrever alguns assuntos que considero estratégicos na gestão de uma agência reguladora, e me colocar à disposição para qualquer esclarecimento adicional, perguntas.

Acho esta oportunidade essencial no processo de garantir que a agência reguladora tenha autonomia. O Diretor, ao receber o mandato do Senado, precisa estar disponível para que possa esclarecer toda e qualquer dúvida sobre a sua qualificação técnica e as diretrizes que vão pautar o seu trabalho.

Eu nasci em 12 de agosto de 1978, em Moçambique. Meu pai e minha mãe são brasileiros; meu pai é pernambucano, do interior de Pernambuco, Belo Jardim; minha mãe, nasceu em João Pessoa, na Paraíba. Eles estavam trabalhando no exterior, e eu nasci fora, mas sou brasileiro; fiz a opção pela nacionalidade brasileira. Nos termos da Constituição, sou um brasileiro nato, filho de brasileiros a serviço no exterior.

Em 1997, ingressei no curso de Ciências Econômicas, na Faculdade Estadual de Campinas (Unicamp), onde me graduei em 2002. No mesmo ano, iniciei o meu mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Um pouco como o André, meu pai teve um papel fundamental na minha escolha profissional. Meu pai foi engenheiro eletricista da Chesf. Foi para Moçambique para ajudar na reconstrução do País, pois, depois da independência, os portugueses haviam se retirado, e ele foi ajudar na reconstrução de Moçambique como engenheiro eletricista. Quando ocorreu a crise de racionamento de 2001, meu pai era professor na Unicamp, no Departamento de Planejamento Energético, e ele teve uma conversa importante comigo. Ele me disse que a crise era tão profunda que haveria uma ruptura, o modelo teria que ser reconstruído do zero; era uma excelente oportunidade para alguém que tinha acabado de se formar ingressar na carreira do setor elétrico, porque haveria amplas oportunidades de crescimento profissional.

Então, ingressei no mestrado, e, na época, meu orientador foi o Prof. Sérgio Bajay, que foi Secretário de Planejamento Energético no Ministério de Minas e Energia, por ocasião do governo Fernando Henrique, mas já pós-crise. É uma pessoa extraordinária, que me deu muitas informações – informações públicas, obviamente –, mas com as quais se podia fazer uma crítica realista e honesta sobre o que ocorreu na crise de 2001.

Então, inicio a minha trajetória profissional como um pesquisador interessado em entender a crise do setor elétrico e as consequências para a economia, a atividade econômica e a vida das pessoas, em relação ao fornecimento de energia elétrica.

Durante o mestrado, também tive a oportunidade de trabalhar em um grupo de pesquisa que tinha um convênio com a Chesf. Esse convênio aplicava a teoria dos jogos nos leilões de energia elétrica então realizados pelo Governo Federal. Um pouco por conta do trabalho que fizemos na Chesf, esse grupo foi convidado a participar de reuniões técnicas no Ministério de Minas e Energia e na Aneel, para a elaboração do primeiro leilão de energia existente em 2004, conhecido como o “megaleilão”, porque foi o maior leilão realizado na história, em termos de volume financeiro relacionado com projetos de energia.

Um pouco por conta da minha atuação nessas reuniões, fui convidado, em novembro de 2004 – quando já tinha terminado o mestrado e estava ingressando no doutorado –, para assumir o cargo de assessor na Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia. A minha primeira chefe foi a Elbia Melo, que hoje é presidente da ABEEólica. Ela me fez o convite, e fui trabalhar, então, na Assessoria Econômica, no gabinete da Ministra Dilma.

A minha principal atribuição, naquele momento, foi fazer o desenho das sistemáticas dos leilões de energia nova, e trabalhei, também, na concepção dos contratos de comercialização de energia elétrica, os CCEARs, energia nova, e na introdução de uma cláusula de cessão de garantias que foi fundamental para que o modelo, como desenhado pela Presidente Dilma, ficasse de pé.

Essa cláusula permitiu que o financiamento das novas obras não dependesse das receitas provenientes dos empreendimentos existentes. Então, conseguiu-se introduzir no setor elétrico um modelo de *project finance*, para o financiamento de infraestrutura, que, depois, foi se estendendo para todas as áreas de infraestrutura: rodovias, ferrovias – com um pouco menos de sucesso do que com as rodovias –, mas foi uma experiência extremamente rica.

No final de 2005, passei no concurso para especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, uma carreira do MPOG, Ministério do Planejamento, voltada à introdução de uma gestão pública moderna com foco no resultado e não nos processos.

Então, é uma carreira criada para se dedicar essencialmente à desburocratização do serviço público, à construção de mecanismos que foquem, de fato, no resultado.

Toda administração pública tende a se tornar auto-orientada. Então, se os gestores não estiverem atentos e, o tempo inteiro, modernizarem os processos, o servidor voltado a uma única etapa do serviço dele, sem saber, de fato, qual é o resultado esperado, acaba criando processos desnecessários. Ele cria um ciclo de caminhar de lado e não tomar decisões.

Durante toda minha trajetória, eu percebi essa faceta no serviço público de uma maneira muito clara e sempre me dispus a auxiliar os meus superiores na tomada de decisões de maneira clara e célere, de modo que o resultado possa ocorrer a tempo e à hora.

Em 2006, eu tive que me afastar por seis meses para fazer o curso de formação nessa carreira, mas voltei à Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia logo em seguida. Em 2010, eu fui promovido; fui nomeado assessor especial do Ministro; fiquei lotado também na Assessoria Econômica, mas, aí, minhas ações já eram um pouco mais amplas. Eu trabalhei muito, juntamente com a Secretária-Executiva, com o Secretário Márcio Zimmermann, com o Secretário Nelson Hubner, que também ocuparam como ministros interinos a pasta, com o Ministro Lobão, basicamente como um assessor técnico voltado a fazer as análises de impacto regulatório de toda ou qualquer alteração realizada em regras de mercado de energia elétrica.

Tive oportunidade de vir algumas vezes ao Congresso Nacional debater alterações legislativas e medidas provisórias – muito mais vezes à Câmara, um pouco por conta do rito processual da medida provisória na época, em que a Câmara acabava ficando com os processos muito tempo, e o Senado não tinha condições de debater com mais calma os temas propostos. Participei basicamente de todos os processos que envolveram alterações de decreto, de portaria.

Tinha uma discussão constante com a Aneel; sou conhecido, na agência, na EPE, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, como alguém capaz de construir soluções técnicas, essencialmente um colaborador que busca entendimentos, não busca o convencimento. Acredito que as decisões colegiadas são sempre melhores e, por isso, reputo acertada a escolha realizada atrás na construção do modelo de agências – de tratar isso como órgão colegiado, em que o contraditório é colocado em sessões públicas. A Aneel é pioneira em transmitir as sessões, inclusive pela internet.

Em 2012, eu me afastei novamente do setor elétrico para assumir o cargo de assessor na diretoria do Conselheiro Rodrigo Zerbone na Anatel. Eu fiquei na Anatel até março de 2013, quando eu fui nomeado assessor especial do Ministério da Fazenda, para atuar na Secretaria de Acompanhamento Econômico. Na época, a minha atribuição era acompanhar os setores de infraestrutura regulada – a energia, mas também transporte e telecomunicações.

Durante esse período, eu fui do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Energética, como representante do Ministério da Fazenda. Eu gostaria de ter ficado mais tempo na Fazenda. A minha passagem foi muito rápida, o meu secretário, o Secretário da Seae, acabou sendo nomeado Ministro da Secretaria de Portos e me convidou para acompanhá-lo. Então, em outubro de 2013, eu fui nomeado Secretário de Infraestrutura Portuária na Secretaria de Portos da Presidência da República, que é o cargo que atualmente ocupo. Atualmente ocupo o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo.

Então, durante toda minha trajetória profissional, eu atuei, primeiro, como pesquisador na área de energia elétrica. Eu ainda tenho essa veia de pesquisador, tenho alguns artigos publicados em revistas e em congressos internacionais e nacionais – sempre na área de comercialização de energia elétrica e teoria de leilões. E trabalhei sempre na área de infraestrutura regulada em diversos setores, tanto na elaboração e implantação de políticas públicas quanto na área de regulação na Anatel e na área de fiscalização e execução de obras na Secretaria de Portos.

Então, eu tenho uma experiência bastante ampla, tenho conhecimento das dificuldades enfrentadas nos diversos setores – o problema da burocracia, o problema da necessidade de se ter que ter várias licenças, de se ter que trabalhar com o TCU, com o Ministério Público, ter que levantar barreiras para que os projetos sejam construídos a tempo, no prazo previsto, porque, senão, há perda de dinheiro, há perda de recursos públicos, há perda de benefícios.

Tenho conhecimento das melhores práticas e soluções adotadas. E durante esse período, também criei um entendimento bastante sólido da importância da infraestrutura, especialmente da energia elétrica para a sociedade brasileira.

A energia elétrica é um bem essencial, a vida como conhecemos hoje não seria possível sem energia elétrica. Mesmo aqueles brasileiros que ainda permanecem nos sistemas isolados ou que ainda não foram atendidos pelo Luz para Todos, boa parte dos produtos que eles usam não seriam produzidos sem energia elétrica.

Ao mesmo tempo, a energia elétrica é fundamental hoje para manutenção do ciclo de desenvolvimento econômico do Brasil. Um setor elétrico bem gerido deve permitir que os ganhos de produtividade que a indústria consegue absorver, os ganhos de tecnologia, a melhor gestão das empresas sejam transmitidos para a sociedade através de modicidade tarifária. Isso deve gerar ganho de competitividade para nossas indústrias. Isso deve gerar sobra no orçamento familiar, para que possa haver poupança e para que essa poupança possa alavancar investimento.

Acredito que, para que haja essa gestão correta, é preciso haver um entendimento correto de como funcionam os órgãos e instituições do setor elétrico. O setor elétrico tem uma estrutura descentralizada, com a competência dividida entre a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Operador Nacional do Sistema, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética e principalmente o Ministério de Minas e Energia e o Congresso Nacional.

O regulador precisa atuar com autonomia, ele tem que ter autonomia de gestão e autonomia financeira, que o André Pepitone já ressaltou; precisa ter uma autonomia técnica extremamente importante, mas ele não está insulado, ele não pode virar de costas para os demais órgãos. E é preciso haver uma atuação colaborativa. Essencialmente todo mundo deve buscar o interesse público, com a mesma compreensão e dedicação e deve buscar a implantação das diretrizes e das políticas públicas que são estabelecidas pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo, o poder concedente, que é quem de fato possui a legitimidade dos votos para ditar como as decisões de política devem ser adotadas.

O papel da agência é essencialmente garantir que a solução da política pública estabelecida seja adotada da melhor forma possível: célere, transparente, baseada em fundamentos técnicos.

Na atribuição da agência, acredito que existe um espaço importante para redução e simplificação de procedimentos administrativos. Em recentes reuniões com os colegas que hoje ocupam a diretoria, pude verificar que a diretoria já identificou uma possibilidade importante de simplificação de procedimentos em relação à autorização de pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs. Isso é extremamente importante, reduzir esse processo burocrático, possibilitar que o investimento privado ocorra. Mas durante a minha experiência na Anatel, também tivemos uma experiência interessante de redução e simplificação dos processos de fiscalização e de apuração de descumprimento de sanções. A Anatel criou uma forma mais célere de julgar os procedimentos administrativos e estabeleceu incentivos para que os agentes não recorram e fiquem litigando mesmo nas causas que sabem que vão perder. Então, foi criado um mecanismo para que os agentes entrem em acordo, não recorram daquelas causas que eles sabem que basicamente já está pacificado na Agência o entendimento. Acho isso importante, porque gera estabilidade ao setor, gera incentivos adequados aos agentes.

Outra ação que acho estratégica e que o André mencionou – e isso na minha passagem pela Fazenda ficou muito evidente –, é que a Aneel foi pioneira na utilização de análise de impacto regulatório. Análise de impacto regulatório nada mais é do que uma verificação ampla de cada medida e suas causas e efeitos perversos que possam ocorrer. Então, para se garantir que haja de fato efetividade na ação e na política pública, é preciso analisar todos os impactos colaterais. A Aneel é pioneira na utilização desse instrumento entre as agências, ela é referência técnica, mas é sempre importante não relaxarmos. Concordo com o Diretor André de que existe espaço para melhoria na análise técnica e na aplicação de impactos regulatórios.

Acredito que a experiência da Aneel deva ser transferida também aos demais órgãos que atuam no setor elétrico, com base em um debate franco, em que apresentemos os impactos regulatórios analisados dentro da Agência, de modo que, a quem cabe estabelecer a política pública, a decisão seja realizada com base na melhor informação possível.

Outro ponto que acho importante é que a Aneel deve gerar conhecimento. A atividade de fiscalização da Aneel obtém uma série de dados e de informações que devem ser traduzidas em conhecimento concreto, de modo a orientar a atuação do próprio regulador e do gestor que faz a política pública, para que a gente possa mitigar alguns riscos que são inerentes ao setor, que nós identificamos o tempo todo, mas que as soluções acabam sendo aplicadas de maneira descentralizada.

Parte dos investimentos, no Brasil, a parte significativa deles, tem sido tocada por investidores privados. Eles enfrentam problemas com órgãos de licenciamento, com órgãos de controle, ocorrem atrasos de obras e as melhores práticas, às vezes, não são disseminadas. Existe uma competição entre os agentes privados, então, é normal que eles segurem a informação para eles, mas a Agência deve pensar no bem público. Então, a melhor prática deve ser disseminada, às vezes a partir de cartilhas, às vezes em algum tipo de evento em que se reúnam os agentes.

Então, eu acredito que seria essa a atividade estratégica de um gestor na agência reguladora.

Eu queria aproveitar os meus últimos minutos para agradecer ao Secretário Zimmermann e ao Ministro Edison Lobão pela lembrança e pela indicação do meu nome. Já fazia algum tempo que eu tinha me afastado do setor elétrico e eu fiquei extremamente honrado por ser lembrado.

Eu gostaria de agradecer à Presidenta Dilma por ter aceito a indicação e a encaminhado ao Senado.

Eu gostaria de agradecer, imensamente, aos Ex.^{mos} Senadores Fernando Collor e Humberto Costa pela celeridade e compreensão com o problema que a Agência enfrenta, de ter que ter os diretores reconduzidos até agosto, para que a deliberação da diretoria não seja interrompida.

E gostaria de me colocar à disposição dos Srs. Senadores para os esclarecimentos que julguem necessários e gostaria de ressaltar que eu me sinto preparado para o cargo e ficaria muito honrado em ter o meu nome confirmado pelos senhores, tanto hoje, quanto mais tarde no Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouvimos o Sr. Tiago de Barros Correia, indicado também para diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ouviremos, agora, o Dr. Romeu Donizete Rufino, para fazer a sua exposição, ele que é o atual Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e indicado para ser reconduzido à função.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Bom dia, Ex.^{mo} Sr. Senador Presidente da Comissão de Serviço de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Ex.^{mos} Srs. Senadores e Senadoras.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Comissão, especialmente ao Presidente Fernando Collor, pela compreensão e pela celeridade que foi dada a esse processo de submeter os nomes indicados pela Presidenta Dilma Rousseff à sabatina aqui na Comissão e, posteriormente, ao Plenário do Senado, em função do que o próprio Senador já esclareceu, no início desta sessão, da proximidade do vencimento do mandato dos diretores, do Dr. André e do meu mandato, que vencem agora, no começo de agosto. Sem esse encaminhamento célere, aqui, correria o risco de a Agência não poder ser deliberada por falta de quórum.

Então, agradeço muito a compreensão e a celeridade que foi dada ao processo aqui nesta Casa.

Eu também gostaria de agradecer ao Ex.^{mo} Sr. Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, e à Presidenta Dilma Rousseff, por ter indicado o meu nome para ser submetido à apreciação dos senhores.

Como se trata de uma recondução, também, aqui, quero agradecer pelo reconhecimento, porque posso entender que, em sendo uma recondução, é uma forma de reconhecer o trabalho que temos desenvolvido à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sinto-me muito orgulhoso de ter o meu nome indicado para uma Agência que ajudei a estruturar. Estou na Agência desde o seu início, há mais de 16 anos, então, costumo dizer que, na minha compreensão, é uma agência bem-nascida, uma agência bem-estruturada, com uma estrutura moderna, com um processo decisório moderno, com um processo transparente, como aqui já foi colocado, observando o devido processo legal, com práticas modernas de gestão e com um quadro excepcional. A agência, na minha compreensão, tem um quadro de servidores digno de elogio. Conheço várias instituições, não desmereço as outras, mas a Aneel é diferenciada pelo quadro que tem, um quadro de excelência.

Certamente, nós temos práticas modernas, como eu coloquei e como o Dr. André e o Dr. Tiago já mencionaram. Isso nos coloca o desafio de sempre buscar melhorar, aprimorar o nosso processo. No nosso planejamento estratégico que fechamos recentemente, certamente está entre os nossos objetivos principais essa busca da desburocratização e da agilidade nos processos, porque temos a compreensão de que uma agência reguladora atua num segmento de infraestrutura muito importante e não pode emperrar, demorar a atuar nos seus processos decisórios, sob pena de prejudicar toda a dinâmica do setor.

A agência reguladora, como sabemos, no Brasil, é uma instituição, é um modelo de gestão. É uma coisa recente e, muitas vezes, não bem compreendida.

Na minha maneira de ver, é igualmente importante ter clareza dos papéis. A governança do setor elétrico é uma governança complexa, como o Tiago comentou. Há papéis importantes, que são desempenhados pelo Poder concedente, pelo Ministério de Minas e Energia. Há a EPE, que faz o planejamento e que assessoria de maneira importante o Ministério em várias atividades. Há o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que é regulado e fiscalizado pela Aneel. Há a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que também tem um papel importante. São agentes regulados e fiscalizados pela Aneel, mas com atribuições absolutamente distintas, o que destaca a relevância do setor de energia elétrica. E há os demais agentes de geração, de transmissão e de distribuição.

Quanto a essa clareza de papéis, muitas vezes, isso é confundido. Realmente, é um desafio buscar a melhor compreensão do papel de cada um. O Ex.^{mo} Sr. Senador Fernando Collor mencionou, na abertura desta sessão, o desafio dessa compreensão também pelos órgãos de controle e de fiscalização.

Senador, muitas vezes, nós nos deparamos com alguma dificuldade, porque, por vezes, os órgãos de controle e de fiscalização querem substituir a função do órgão regulador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Exatamente.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Entendo eu que cabe a eles fiscalizar, como bem colocou o Presidente, aquilo que é seu papel, aquilo que é de sua competência. Por exemplo, quanto à escolha regulatória, há uma agência reguladora que foi criada e que está aparelhada para fazer essas escolhas regulatórias no que diz respeito à sua competência.

Nessa mesma linha, julgo ser de fundamental importância a autonomia, que aqui já foi muito falada. Eu costumo dizer que faço uma distinção entre independência e autonomia. Acho que nós temos de ter autonomia, sim. Com já foi dito, temos de ter autonomia financeira e administrativa, mas, especialmente, eu diria, autonomia decisória.

A diretoria da Aneel tem mandato conferido aqui por esta Casa. Ela é submetida à sabatina. Seus dirigentes são escolhidos depois da análise de sua condição, de sua capacidade para exercer o cargo. E, nessas decisões que são tomadas pela Aneel, nós nos orgulhamos de contar com um processo absolutamente transparente. O nosso processo decisório, desde a escolha do diretor-relator, Senador Collor, é feito por sorteio público, absolutamente aleatório. Não há direcionamento de nenhuma matéria para um diretor A, B ou C. É uma escolha pública, cujo sorteio é transmitido pela Rede Mundial de Computadores, pela internet. As reuniões são públicas e também transmitidas, com possibilidade de eles fazerem sustentação oral em defesa de suas visões. Esse processo decisório é tomado pela diretoria colegiada depois de uma instrução do devido processo, tanto com a análise técnica quanto com a jurídica de todas as matérias que são submetidas ao colegiado.

Então, acho que é um processo absolutamente transparente, e isso dá legitimidade, isso fortalece o processo decisório, porque não há nada que se decida que não seja de conhecimento de todos.

Entendo que precisamos ter alguns avanços. Aqui já foram citados alguns, mas eu destaco, a exemplo do que comentou o Dr. Tiago, a questão da fiscalização.

A Aneel, certamente, faz um processo de fiscalização que está buscando esse aperfeiçoamento, e, a meu ver, está no caminho certo. O que nós defendemos – eu em particular defendo – é que seja um processo que busque mais o aspecto orientativo e educativo e menos punitivo. Punitivo se não houver outro jeito, mas o punitivo não é o caminho. O caminho é evitar acontecer o problema.

Então, no setor elétrico, nós temos um belo desafio...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – ... de buscar o equilíbrio entre a modicidade, de atender o princípio da modicidade tarifária, e a qualidade do serviço.

Cada vez mais, todos os usuários do serviço de energia elétrica pretendem receber um serviço de qualidade para os seus processos industriais. Hoje a energia elétrica, como foi dito, é essencial. Não basta ter energia elétrica, tem que ser energia elétrica de boa qualidade. Então, esse é um grande desafio também, que naturalmente exige grandes investimentos, e isso pressiona a tarifa. Mas o papel principal da Aneel é buscar esse equilíbrio entre a modicidade e a qualidade do serviço. E o processo de fiscalização é importante, mas certamente tem que ser aperfeiçoado para, cada vez mais, ser mais orientativo e preventivo, e punitivo só em último caso.

Outra questão que eu acho que é um desafio para o setor elétrico, enfim, para todo o segmento de infraestrutura, é buscar o atendimento, o cumprimento dos prazos que foram contratados. Certamente, a Aneel está buscando aperfeiçoar o seu processo, tanto dos editais, o processo de seleção dos agentes, colocando prazos os mais realistas possíveis, buscando também a responsabilidade desses agentes.

No Brasil, no setor elétrico, nós temos muito orgulho de honrar de maneira rigorosa os contratos de concessão. Mas é importante que os agentes também honrem os contratos de concessão. Então, ao assumir um compromisso de entregar a energia na data em que foi contratada, o agente precisa respeitar, precisa entregar essa energia no prazo. E nós temos tido problema.

Em investimento em infraestrutura, especialmente em projetos estruturantes, em grandes usinas hidrelétricas, em sistemas de transmissão importantes como temos no setor elétrico, cada vez mais, o desafio, quer no campo do meio ambiente, quer na questão fundiária, está sendo mais complexo o processo de viabilização. Como disse o Tiago, com a experiência dele, a mais desafiadora foi essa parte de realmente fazer acontecer, de tocar as obras. Porque muitas pessoas têm lá suas legítimas preocupações, têm o seu papel, a sua responsabilidade, mas muitas vezes tomam a decisão sem assumir junto a responsabilidade de estar provocando um atraso exagerado nas obras. Então, nós temos usinas hidrelétricas importantes em construção com atrasos igualmente importantes e, muitas vezes, é uma luta, uma luta que, em grande medida, se dá no âmbito da Justiça para que as coisas aconteçam de acordo com o que foi planejado.

Mas nós temos consciência de que a Aneel tem um papel importante e pode contribuir; está fazendo o seu melhor, mas vamos aprimorar para fazer com que esses prazos sejam observados, porque causam realmente um problema muito grande para o setor elétrico.

O Presidente Collor, ao ler alguns informes no começo da reunião, falava inclusive dessa situação que está vivendo o setor elétrico, especialmente o segmento de distribuição, com esse nível do custo da energia elétrica. Isso tem causado de fato um certo desequilíbrio no fluxo de caixa das distribuidoras, e o Governo, junto com a Aneel, tem buscado de todas as formas administrar essa questão, no meu modo de ver, com sucesso. Mas, na medida em que o agente se compromete a entregar a energia num dado momento e não cumpre esse

prazo, a distribuidora fica exposta ao mercado de curto prazo, está sujeita ao valor da energia no mercado de curto prazo, que é um valor que hoje, em função do regime hidrológico absolutamente severo, é muito mais alto do que o contratado.

E nós temos de buscar a mitigação disso, e depois vai impactar a tarifa para o consumidor final. Então, essa questão eu reputo de grande importância.

Eu já aproveito para fazer outro comentário também, e que foi objeto desse informe, que é a questão da nossa matriz energética. Se compararmos, Presidente Collor, 2001, em que tivemos o problema de racionamento que conhecemos, com até o final do ano passado, 2013, nesses 12 anos, a demanda em valores acumulados nesses 12 anos cresceu algo em torno de 60%. A capacidade instalada do Brasil cresceu algo em torno de 70%. Portanto, a capacidade instalada acompanhou, com folga, a demanda. Nós temos hoje, proporcionalmente, mais capacidade instalada do que naquela época, em torno de 10%.

Na questão da nossa matriz de geração de energia elétrica, a geração hidráulica, naturalmente, no Brasil – somos um país privilegiado, sob todos os aspectos, em termos de geração de energia, inclusive a geração hidráulica –, cresceu, nessa capacidade instalada que cresceu 70%, em torno de 37%. Em torno de 37% foi decorrente do crescimento da geração hidráulica. Mas a nossa capacidade de armazenamento, que é a coisa que muito importa para a geração hidráulica, cresceu algo em torno de 22%. Então, o grande desafio é construir usina com reservatório. Sabemos que o armazenamento da energia elétrica, depois que é gerada, é complexo, é muito restrito. Então, a forma de armazenar energia, no caso do Brasil, é no reservatório. Se tivéssemos capacidade de regularização e capacidade de armazenamento da água no reservatório, um regime hidrológico tão severo como foi esse último poderia ser muito atenuado – se tivéssemos muitos reservatórios. Mas sabemos nós que, cada vez mais, é difícil construir hidrelétricas; usinas hidrelétricas com reservatório ainda mais difícil. Eu acho que esse é um desafio, é uma escolha que a Nação tem que fazer.

Certamente, esta Casa tem papel muito importante na ajuda para essa solução.

O Brasil tem realmente, como eu disse, em todas as fontes, uma situação privilegiada. Se nós falamos em eólica, o Brasil tem um potencial fantástico; na solar, sem dúvida alguma.

O Senador também fez menção à questão da importância, no informe dele, da micro e minigeração distribuídas. É importantíssima, Senador. Além de ajudar muito no processo, ela alivia o sistema de transmissão e distribuição, porque ela é gerada na ponta, onde está a carga. Esse é outro grande desafio do Brasil. Como a capacidade de geração, via de regra, está distante da carga, também se exige investimento importante no sistema de transmissão, para transmitir os blocos do local de geração para o local de consumo. E, quando temos gerações em extensões como temos e em volume como temos, é evidente que é mais um risco que se agrega de algum acidente com o fornecimento de energia elétrica. A Aneel tem uma Resolução que eu reputo das mais importantes, que é uma Resolução que disciplina a questão da micro e minigeração distribuída, que, na minha maneira de ver, é uma ideia interessantíssima, mas falta, na minha compreensão, uma política mais bem articulada dessa questão.

Essa alternativa está, em grande medida, tendo dificuldade, está um pouco patinando, porque há uma questão tributária importante: nós tivemos todo o cuidado no regulamento para não caracterizar a comercialização como circulação de mercadoria, vamos dizer assim, para não haver incidência, por exemplo, do ICMS. Mas não foi o entendimento geral. O entendimento de grande parte dos Estados e do Confaz, de modo geral, é que há, sim, a incidência do ICMS. E, se houver a incidência de ICMS, está inviabilizada, no meu modo de ver, essa solução, porque, com essa micro e minigeração distribuída da forma como ela está, o consumidor pode estar lá, a sua micro ou miniusina pode produzir para seu próprio consumo, e o excedente ele deposita na rede, ele injeta na rede; ele tem um medidor bidirecional que, quando ele está gerando mais do que consome, ele armazena na rede; quando ele tem um consumo maior do que a geração, ele tira da rede. E ele faz, digamos assim, uma forma de armazenar essa energia na rede; ele não comercializa, ele não vende e compra; ele apenas, como se trata de uma geração que pode ser sazonal, gera num determinado momento mais do que consome e, em outro momento, consome mais do que gera.

Ele usa a rede para isso. Então, a falta de uma linha de financiamento apropriada a esse segmento também tem dificultado.

Assim, concordo com o que aqui foi dito, ou seja, que a micro e minigeração são os caminhos certos também para nós alcançarmos essa melhoria nos processos do sistema elétrico, na matriz energética.

Então, Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoría/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, com a vênua do Dr. Romeu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a, até pelo fato de nós já termos sabatinado dois indicados e estarmos no terceiro, o Dr. Romeu, que abrisse o processo de votação, tendo em vista também que temos um quórum bastante razoável e ainda que nós temos de comparecer a outras Comissões, cujas reuniões serão abertas daqui a pouco.

Assim, solicito a V. Ex^a que, da forma gentil que lhe é peculiar, abra o processo de votação, naturalmente aguardando a conclusão da exposição do Dr. Romeu Rufino. Penso que esse pleito é consenso entre todos os Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

Coloco à deliberação do Plenário a solicitação de S. Ex^a o Senador Jayme Campos de declarar aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro, portanto, aberto o processo de votação para as Mensagens do Senado Federal de nºs 51, 52 e 53, de 2014.

As cédulas se encontram à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores aqui na Mesa.

Assim, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem votar já poderão fazê-lo.

Volto a palavra ao Diretor-Geral da Aneel, Dr. Romeu Donizete Rufino.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Obrigado, Presidente, mas eu já estava mesmo me encaminhando para encerrar a minha fala, naturalmente, colocando-me à disposição dos Srs. Senadores para responder a eventuais questionamentos.

Obrigado.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero, primeiramente, ressaltar a indicação dos três nomes à Direção da Aneel, o Dr. André, o Dr. Romeu e o Dr. Tiago, pela excelência dos seus currículos. Tenho certeza de que estão de parabéns o Ministro Edison Lobão e a Presidente Dilma, pelo trabalho que têm desempenhado o Dr. Romeu e também o Dr. André à frente da Aneel, e também, agora, pelo Dr. Tiago. Tendo em vista a exposição que ele fez, o seu currículo e o seu trabalho, tenho certeza que vem a engrandecer os quadros da Aneel.

Então, da nossa parte, têm nosso total apoio.

Eu queria apenas solicitar a V. Ex^a que, após o processo de votação, que espero será positivo, colocássemos as matérias em regime de urgência para que as mesmas constassem na pauta do plenário do Senado hoje à tarde, especialmente porque teremos um recesso nos próximos dias e não teremos oportunidade de apreciar a matéria em plenário.

É o que solicito a V. Ex^a, se assim for possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cidinho Santos. A sua solicitação está recebida pela Mesa da Comissão de Serviços de Infraestrutura e será encaminhada à Mesa Diretora do Senado Federal.

Antes de passar a palavra a S. Ex^{as} os Srs. Senadores inscritos, eu gostaria de registrar a presença em nosso plenário dos Srs. José Jurhosa Júnior e Reive Barros Santos, ambos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, que se fazem presente a esta sabatina dos três indicados para compor a Diretoria da Aneel.

Sejam muito bem-vindos os Srs. Diretores.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Sr. Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós não teríamos que colocar em votação o pedido de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Foi solicitado agora por S. Ex^a o Senador Cidinho Santos e já foi acolhido pela Mesa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Foi acolhido? Não precisa ser colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Não, acredito que não.

Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu também queria me inscrever para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Ex^a está inscrito.

Eu gostaria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O Senador Cidinho.

Antes de passar a palavra a S. Ex^{as} os Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma primeira pergunta com base em um ofício recebido, por esta Comissão, pelo Diretor-Geral da Antaq, e que tem a ver com a ação regulatória da Aneel. O ofício refere-se à paralisação da navegação da hidrovia Paraná-Tietê.

Diz o Diretor Mário Povia.

Ao cumprimentá-lo, reporto-me às recentes limitações impostas à navegação na hidrovia Tietê-Paraná e, mais precisamente, a sua paralisação ocorrida acerca de 20 dias, provocando sérios prejuízos ao escoamento de mercadorias que se valem do uso da multimodalidade para alcançarem os principais portos brasileiros localizados nas regiões Sudeste e Sul do País.

A restrição à navegação da citada hidrovia iniciou-se há dois meses, quando as usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, em São Paulo, passaram a gerar mais energia, tendo o Operador Nacional do Sistema (ONS), promovido a redução do nível de seus lagos que estão interligados pelo denominado canal Pereira Barreto. Não restam dúvidas de que se esteja priorizando a geração de energia em detrimento da navegação hidroviária, questão que é merecedora de uma reflexão, uma vez que o setor elétrico, salvo melhor juízo, paralisou integralmente a utilização de uma importante estrutura logística sem que tenha dado a sua contribuição no sentido de esgotar a discussão sobre o tema.

Observamos que o chamado “uso múltiplo das águas” vem sendo determinado com o estabelecimento de uma espécie de hierarquia, preocupando-nos o fato de que o setor elétrico esteja à frente das decisões. Referida constatação foi observada em reunião, ocorrida na Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 11 de julho passado, com a participação de uma série de órgãos, dentre os quais destacamos o Ministério das Minas e Energia, o Operador Nacional do Sistema; o Ministério dos Transportes; a Cia. Energética de São Paulo; o Ibama; representantes de três Secretarias do Governo do Estado de São Paulo, além de Diretores da ANA e da própria Antaq.

Nessa reunião, verificamos a existência de divergências de diagnóstico entre a concessionária local, Cesp, e a visão do Operador Nacional do Sistema sobre o assunto. Não observamos qualquer alteração de procedimento ou minimamente a abertura para discussão, por parte do Operador Nacional do Sistema, levando-se em conta um cenário novo, ou seja, as chuvas torrenciais que assolaram o Estado do Paraná e que serviram de farto suprimento hídrico para a usina de Itaipu Binacional.

Sem deixarmos de reconhecer a importância dos recursos hídricos para o setor elétrico [continua o ofício da Antaq, assinado por seu Diretor-Geral, Dr. Mário Povia], acreditamos sinceramente que haja espaço para imediata retomada de atividades da hidrovia Paraná-Tietê sem comprometer a segurança energética, conforme dados fornecidos pela própria Cesp, concessionária local.

Ressalte-se, não se está por propor uma aventura para o setor elétrico nacional; contudo, não podemos nos submeter às decisões unilaterais advindas de um setor que não detém a adequada neutralidade acerca do uso múltiplo das águas. É nesse sentido que gostaríamos de sensibilizar a Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Senado Federal, para fatos recentes que estão por inviabilizar, totalmente, a utilização de uma hidrovia responsável pelo escoamento de cerca de 7 milhões de toneladas/ano de mercadorias oriundas, principalmente, da região Centro-Oeste e Sudeste do Brasil e que, inevitavelmente, vai demandar a utilização do modal rodoviário, encarecendo fretes, provocando congestionamentos junto aos portos, prejuízos ao meio ambiente, mas principalmente promover a descrença daqueles que acreditaram e investiram no setor hidroviário nacional, seja na aquisição de embarcações ou em sistemas logísticos, gerando uma série de empregos que fatalmente serão afetados caso medidas imediatas não sejam levadas a efeito, visando à imediata retomada das operações naquela hidrovia.

Além do retrocitado encontro, a Diretoria desta Agência já esteve reunida individualmente com o Ministério dos Transportes e com a ANA (Agência Nacional de Águas). Contudo, até o momento não vislumbramos perspectivas visando a uma solução imediata que contemple minimamente a retomada da navegação da hidrovia Paraná-Tietê, ainda que seja mediante o estabelecimento de algumas restrições.

Diante dos fatos narrados, contamos com a contribuição e o imprescindível apoio desta Comissão em prol do desenvolvimento e do estabelecimento de condições estáveis de provisão de infraestrutura para o transporte de mercadorias por meio dessa importante hidrovia brasileira.

É um fato realmente extremamente grave. Há aí uma discussão entre o multiuso da água, no caso a água para geração de energia elétrica e a água como um corredor de transporte multimodal. Naturalmente, à medida que não esteja sendo autorizada a utilização dessas embarcações para trafegar com 7 milhões tonela-

das/ano de grãos oriundos do Centro-Oeste e do Sudeste, fatalmente isso desembocará nas rodovias nossas já literalmente tomadas por um excesso de veículos e congestionamentos nas cercanias dos nossos portos.

Fica, portanto, a leitura deste documento que a Comissão entende ser da maior importância. Gostaria de passar aos senhores diretores, caso aprovados nesta Comissão, que levem isso em consideração e que resolvam rapidamente esse fato. Quanto à reunião desta Comissão que aqui foi dito, é claro que qualquer pessoa que desejasse fazer ou realizar uma reunião para que o assunto em foco não fosse resolvido faria exatamente uma reunião assim. Quer dizer, com a participação do Ministério de Minas e Energia, Operador Nacional do Sistema, Ministério dos Transportes, Companhia Energética de São Paulo, Ibama, representante de três secretarias do Governo do Estado de São Paulo, além de diretores da ANA e da própria Antaq. Aí, não se resolve nunca. Isso é questão de se sentar – no meu entender – Aneel com a ANA, com a Antaq e resolverem essa questão acho que com boa vontade e com esse espírito colaborativo aqui referido por V. S^{as}, isso terá condições de ser resolvido.

Fica, então, essa como também uma primeira pergunta sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores.

Passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, que é o Relator das indicações feitas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... Senador Humberto Costa, que não está presente.

Pela ordem, S. Ex^a, o Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Desculpe-me, V. Ex^a estava aqui. Desculpe-me, Senador.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, pela ordem, S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, sou suplente nesta importante Comissão. Gostaria de saber se já posso votar, se o procedimento se encontra aberto ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, pode votar.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores sabatinados aqui presentes, eu, em verdade, não tenho novas questões a apresentar.

Tive a oportunidade e a honra de ter sido escolhido por V. Ex^a, Presidente, para relatar os três processos e, ao longo desse relato de todas as informações que obtive, creio que os três candidatos atendem perfeitamente à necessidade que temos hoje de continuidade de um trabalho que vem sendo feito pela Aneel.

Dois são reconduzidos; um novo diretor que agora assume. E, não somente pelos currículos, mas pelas próprias apresentações, os posicionamentos sobre o papel de regulação que tem a Aneel e as questões mais relevantes do nosso sistema elétrico hoje, eu me dou por satisfeito.

Vou votar e vou pedir a anuência de V. Ex^a para que eu possa ir para a Comissão de Assuntos Sociais, porque tenho alguns projetos lá para relatar. E desejo muito boa sorte aos três, novamente, dois diretores, e ao novo diretor da Aneel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Humberto Costa.

Informo que o processo de votação já está aberto. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que queiram votar podem solicitar à Mesa a cédula para depositar o seu voto.

Senador Humberto Costa, já votou? Vai votar.

O segundo inscrito é S. Ex^a o Senador Ciro Nogueira.

O próximo inscrito é S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores indicados para diretor da Aneel, Dr. Tiago, Dr. Romeu e Dr. André, antes de mais nada, quero cumprimentar V. Ex^{as}, até porque, através dos currículos que nós tivemos a oportunidade de ler e de ver aqui, são pessoas altamente técnicas e capacitadas para o exercício do cargo ora reconduzido.

Entretanto, Sr. Presidente, eu queria fazer duas indagações ao Dr. André e também ouvir a opinião do Dr. Romeu Donizete em relação ao setor elétrico no Brasil. Vou me dirigir primeiro ao Dr. Romeu, para saber de S. Ex^a qual a sua opinião sobre a construção das usinas hidrelétricas no Brasil, sobretudo em rios que têm capacidade de navegabilidade. Particularmente, eu falo do Estado de Mato Grosso, em que nós estamos implantando algumas usinas hidrelétricas, no Rio Teles Pires-Tapajós, e uma também no próprio Juruena.

Entretanto, a visão que eu tenho, Dr. Romeu, é de que é importante o Brasil, quando vai construir uma usina num rio que tem capacidade...

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – ... de navegabilidade, eu acho que nós temos que ter também a implantação das nossas hidrovias. E eu estou vendo a construção de várias nos leitos desses rios e, lamentavelmente, nem as eclusas têm projeto e muito menos a perspectiva de serem construídas.

Eu falo isso diante de Tucuruí, em que, depois de 20 anos, é que foi implantada a eclusa, uma obra que teria que ser – imagino – feita em conjunto com a implantação da usina, da mesma forma das eclusas, permitindo a navegabilidade, que é um transporte menos poluente e, sobretudo, mais barato.

Após 20 anos, Tucuruí construiu, e os preços de lá para cá, com certeza, se implantassem na época da construção da usina, seriam bem mais baratos, sobretudo aproveitando os potenciais hidráulicos do Brasil, não só para o setor elétrico, mas de forma toda especial também para as hidrovias, que são importantes para o escoamento da nossa produção, em especial lá da Região Centro-Oeste do Brasil.

Aqui, o próprio Ministro Edison Lobão, numa oportunidade em que esteve conosco nesta Comissão, quando fizemos a indagação a ele, disse que isso oneraria o setor elétrico, tendo em vista que seriam praticamente duas obras distintas. Eu, particularmente, tenho uma visão diferenciada, na medida em que eu acho que poderia até onerar, mas nós temos que buscar outras fontes de recursos, parcerias PPP e outras fontes que certamente poderiam irrigar, naturalmente, a implantação das eclusas. E, com isso, estaríamos melhorando sobremaneira a questão do transporte intermodal no Brasil.

Quando vejo Mato Grosso, é um sonho nosso melhorarmos... O Presidente Collor conhece muito bem a questão logística no Brasil, de forma especial no Mato Grosso, pois já teve a oportunidade de conhecer bem de perto, inclusive, esses dias, quando esteve em Alta Floresta, no nosso Estado.

Eu acho que seria um trabalho exitoso, seria um trabalho que certamente permitiria que o Brasil, de uma maneira geral, tivesse a implantação dessa hidrovia e, com isso, escoada toda a nossa produção, não só indo, mas também recebendo a grande demanda nossa, principalmente de fertilizantes, de adubos etc., para o nosso Estado.

Quero saber a opinião do senhor sobre a perspectiva, sobre o que há de esperança para nós, brasileiros, sobretudo dessa região do Brasil, em relação à implantação das eclusas nesses rios que têm capacidade tranquilamente para fazermos esse transporte hidroviário e intermodal.

E me dirijo também ao Dr. André, que, tenho certeza, é um técnico altamente capacitado: a partir da experiência de V. S^a, quando da recente visita da comitiva brasileira à Europa, a centros de pesquisas de usinas de geração tanto fotovoltaica quanto heliotérmica, na sua opinião, quais são as tendências de inserção da energia solar em nossa matriz energética?

Segunda. Uma vez que a Alemanha possui demanda de ponta similar à do Brasil, com cerca de 85 mil megawatts, em parque instalado de aproximadamente 140 mil megawatts, dos quais 31 mil megawatts de energia fotovoltaica e 30 mil megawatts de energia eólica, sendo que o Brasil precisa incrementar todos os anos aproximadamente 5 mil megawatts para suportar o crescimento econômico, como V. S^a avalia o objetivo de substituição de energia nuclear por renováveis prevista para ocorrer naquele país até 2020? Queria saber a impressão e opinião de V. S^a, que, com certeza, já vai ser aprovado aqui, à tarde, no plenário da Casa. Qual a opinião de V. S^a em relação às eclusas? Da mesma forma, essas perguntas que dirigi ao Dr. André.

No mais, Sr. Presidente, cumprimento todos, na certeza de que Deus vai abençoar todos os indicados para que façam um bom trabalho para o bem do Brasil, sobretudo para essa área tão importante para o desenvolvimento não só econômico, mas também para o bem-estar da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, S^{ras} e S^{rs}. Senadores, senhores indicados, Dr. Romeu Rufino, Dr. André Pepitone, Dr. Tiago de Barros Correia. Parabenizo-os pela exposição, são profissionais experientes, principalmente o Presidente, o André, que já está sendo conduzido, e o Dr. Tiago também, com vasta experiência no setor elétrico.

Na verdade, não seriam perguntas, seria uma sugestão.

Na semana passada, fiz um pronunciamento na tribuna do Senado Federal acerca da demora da Aneel em analisar os projetos de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas, conhecidas como PCHs. Em audiência pública nesta Comissão há algum tempo, perguntei ao Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, o que poderia ser feito para que essa análise fosse mais ágil. Ele sugeriu que a Aneel poderia firmar convênios com as universidades federais e as fundações universitárias públicas com a finalidade de aproveitar sua capacitação técnica na análise do estoque de projetos de posse da Aneel, porque

a informação é a de que há um grande número de projetos pendentes. Nesse sentido, face à importância das PCHs para superação dos problemas brasileiros no setor elétrico, faço um apelo para que essa sugestão seja estudada com a devida atenção pela agência.

Então, essa sugestão que faço ao Presidente e aos dois Diretores e àqueles que estão aqui também, como o Dr. Jurhosa e Dr. Reive, para que essa sugestão seja acatada e que sejam acelerados os processos, os projetos de pequenas centrais, que estão sendo muito importantes para sustentar a geração de energia elétrica limpa, ao contrário das térmicas que têm entrado em operação constantemente, gastando bilhões de reais e poluindo mais o meio ambiente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra ao próximo inscrito, S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, senhores diretores indicados, inicialmente, meus cumprimentos a V. S^{as} pela exposição que fizeram, extremamente esclarecedora, com relação às ações da Aneel.

Eu desejava fazer algumas indagações – eu não sei a quem me dirigir. Em primeiro lugar, eu sou do Estado de Mato Grosso do Sul e temos uma empresa originária da Enersul, que era uma empresa estatal. Posteriormente ela foi alienada a empresas privadas, e o que vem acontecendo lá no últimos tempos é que, periodicamente, essas empresas são transferidas para outras. Agora mesmo, assumiu lá, me parece, a Energisa. Isso é um assunto que causa uma certa preocupação porque gera uma desconfiança, uma instabilidade, sobretudo, para os consumidores.

Eu gostaria que V. S^{as} me informassem qual é a razão dessa mutação de empresas lá, se é por ineficiência administrativa, se é por dificuldades financeiras ou outras que, sinceramente, não vêm à percepção do público, que fica preocupado com essa instabilidade da direção do sistema de distribuição de energia elétrica no Estado.

Outra coisa que até o Senador Valdir Raupp mencionou é a questão dessas miniusinas. Lá no Estado, nós temos duas ou três miniusinas em funcionamento e parece que uma utilizando as águas do Rio Coxim, no Município de São Gabriel do Oeste, outra no Rio Verde, Rio Sucuriú, no Município de Água Clara. Há uma perspectiva também da construção de outra usina utilizando as águas do Rio Camapuã e do Rio Coxim. Mas corre uma notícia por lá que a Aneel teria suspenso as autorizações para essas miniusinas.

Eu tive a oportunidade e o prazer de ouvir do Dr. Romeu que esse é um sistema de sustentação na ponta e que deveria ser estimulado. Isso, de certa forma, me deixa na dúvida. A Aneel é favorável ou contra a instalação dessas miniusinas, sobretudo na orla do Pantanal sul-mato-grossense e mato-grossense?

Outra indagação que eu gostaria de fazer é também baseada na brilhante exposição do Dr. Romeu, com relação aos reservatórios. Eu tenho ouvido – não sou especialista na área – que hoje a tendência é a utilização do fio d'água. Então, estou em dúvida agora. Qual é o sistema que nós devemos adotar no País? Eu, por exemplo, entendo, como um simples cidadão, que deve ser o reservatório.

Essas são as dúvidas que eu tenho e que gostaria de ser esclarecido sobre elas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

Próximo inscrito é o Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Não se encontra.

S. Ex^a o Senador Lobão Filho tem a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu encaminharia a minha pergunta – nós já conhecemos à exaustão o Sr. Romeu Rufino e o Sr. André Pepitone, é a recondução deles – ao Sr. Tiago, que aqui representa o novo, fazendo a seguinte indagação: os leilões de energia, tanto para a contratação da expansão da transmissão quanto da geração, têm garantido, efetivamente, o aumento da nossa capacidade de instalar. Há espaço para aprimoramentos, dentro das competências a Aneel?

De que maneira a análise de impacto regulatório traz benefícios aos empresários e aos cidadãos do nosso País?

São as perguntas que eu faria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – As duas perguntas dirigidas ao Sr. Tiago.

Muito obrigado.

Passamos agora a ouvir as respostas dos senhores indicados, começando pelo Dr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, indicado para ser reconduzido a esta mesma função.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, a indagação feita pelo Ex.^{mo} Sr. Senador Jayme Campos, que indaga sobre a questão das eclusas.

A minha compreensão, eu diria que é da Aneel, é que é importantíssimo, sim, que haja em todo o barramento, em toda a construção de usina, naqueles rios que são navegáveis, a construção da eclusa. Entendo eu que talvez o que o Ministro quis se referir – eu não ouvi o que o Ministro da época falou –, que talvez o desafio seja equacionar fonte de recurso para financiar eclusa, porque, evidentemente, a construção da usina para fins de geração de energia elétrica é importante, e a eclusa é importante para a questão do transporte. Então, eu acho que, no setor elétrico, que sempre nunca foi bem resolvido é essa questão de quem é a responsabilidade, tanto por viabilizar a construção da eclusa quanto da equação do recurso para aquela finalidade.

É claro que, se houver como política pública uma definição de que a construção da eclusa deve onerar o custo da energia elétrica, no caso da Aneel, cabe a ela incluir no processo licitatório e implementar isso. Mas já há, como todos sabemos, uma preocupação muito acentuada com o valor da energia elétrica. Sabemos que é um custo alto, a indústria tem reclamado muito isso, e com razão, tem uma carga tributária importante embutida. Então, se esse valor, que não é barato, da construção da eclusa, for incluído como sendo custeado pela energia elétrica, certamente vai onerar. Mas, na minha maneira de ver, essa não é uma questão afeta diretamente à Aneel. Como aqui já foi dito, à Aneel compete implementar as políticas públicas.

Então, na minha maneira de ver, o que de novo não está bem equacionado, Senador, e precisava buscar isso, é a forma de como equacionar fonte de recurso para custear a construção da eclusa.

Mas, já de alguma maneira respondendo a indagação que foi feita pelo Senador Ruben Figueiró, a visão da Aneel é de que realmente a usina hidrelétrica é importante, nós achamos que o Brasil não deve abrir mão dessa fonte de geração, e de preferência usinas com reservatório. Fio d'água é naquela situação em que não é possível, não tem condição topográfica, não sugere, vamos dizer assim, não seria adequado ter um grande reservatório, mas, na minha maneira de ver, devemos sempre priorizar usina com reservatório. Mas, entre ter usina, vamos dizer assim, sem reservatório e não ter, ainda é melhor ter sem reservatório, a fio d'água, como o senhor colocou, como algumas que nós temos viabilizado.

Agora, claro que sabemos que há outras preocupações, muitas vezes legítimas, podemos até, em termos do setor elétrico, entender que há algum exagero, mas legítima, evidentemente, cada um tem a sua competência – há os impactos ambientais, que têm que ser mitigados, têm que ser resolvidos. Mas acho que todas as vezes que tivermos a oportunidade de explorar um potencial hidrelétrico, devemos explorar, sim, e de preferência com reservatório, pelos benefícios que ela tem à gestão, à operação do sistema, e, sempre que for necessário ou for adequado, ter, então, como disse o Senador Jayme Campos, a eclusa, para permitir a navegabilidade do rio.

Bem, o Senador Valdir Raupp fez um comentário, não foi bem uma pergunta, mas eu queria manifestar a concordância com o Senador de que certamente a Aneel está empenhada, temos uma percepção de que essa questão está entre aqueles assuntos que nós mencionamos aqui que devemos aperfeiçoar, devemos caminhar na direção de conferir uma maior agilidade à resposta a essas questões do aproveitamento das pequenas, das usinas PCH, usinas de pequeno porte.

Então, tanto o Mato Grosso do Sul quanto qualquer Estado – Mato Grosso e outros Estados – têm potenciais importantes. É claro que, de novo, aí temos um desafio. Eu não sei se o caminho que vamos chegar à solução é a que foi sugerida pelo Secretário Márcio Zimmermann.

Nós estamos estudando, estamos fazendo a discussão com a sociedade para buscar agilidade no processo, naquilo que depende de autorização e de aprovação da Aneel para acontecer com agilidade, buscando interação e até convênio de cooperação com os órgãos ambientais que têm a responsabilidade de conceder o licenciamento ambiental, que certamente é outro ponto importante a ser superado com agilidade.

Então a Aneel está aperfeiçoando o seu processo, está numa fase de repensar todo o processo para resolver essa questão das pequenas centrais hidrelétricas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu gostaria de ouvi-lo, Dr. Romeu Donizete Rufino, sobre o ofício que chegou a esta Comissão, sobre a Hidrovia Paraná-Tietê, a posição da Aneel e o que poderá ser feito em relação a isso.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Senador, como o senhor comentou, houve realmente a discussão, a reunião.

Eu não estou totalmente inteirado dessa questão, mas já que o senhor me ofereceu cópia do ofício vou me inteirar e contatar o Presidente da Antaq para compreender e ver o que podemos fazer no sentido de buscar essa solução.

De fato, como sabemos, em função dessa situação do nível dos reservatórios e do regime hidrológico absolutamente desfavorável, essas discussões são feitas no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que é presidido pelo Ex^{mo} Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no qual têm assento várias instituições, entre elas a Aneel. E quem de fato tem a responsabilidade de operar o sistema, como está dito aí, é o ONS. E, dentro do que estabelece o próprio contrato de concessão entre os parâmetros de operação de cada usina, o nível mínimo e o nível máximo, certamente o ONS está buscando maior eficiência em termos de geração hidráulica. Certamente ele está atento a isso.

É claro que a ANA tem um papel importante, como o senhor colocou, dada a característica do uso múltiplo das águas, então nenhuma movimentação é feita sem levar em consideração a opinião da ANA em função da responsabilidade que ela tem.

Eu me coloco à disposição do Diretor-Geral da Antaq e vou procurá-lo para me inteirar um pouco melhor sobre o assunto e ver o que cabe à Aneel fazer no sentido de resolver a questão.

O Dr. André foi relator de um processo recém-conduzido pela Aneel, que era a estação da Usina Três Irmãos e em alguma medida esse assunto esteve presente. Talvez ele possa complementar a minha percepção sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem, mas, de sua parte, caso seja reconduzido à Diretoria-Geral da Aneel, fica o compromisso com a Comissão de Infraestrutura de que V. Sa irá entrar em contato com o Diretor-Geral da Antaq para tentar, junto com ele e outros congêneres, encontrar uma solução para o problema da Hidrovia Paraná-Tietê.

Foi assim que eu entendi. É isso?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Sem dúvida, Presidente.

Eu até lhe diria que ainda que não seja reconduzido remanesce uma data até 3 de agosto e nesse período farei isso também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, ainda que não seja reconduzido, remanescendo nesse período que lhe falta, o senhor tomará a iniciativa da mesma maneira?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Tomarei da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A sua não aprovação eventual não vai desanimá-lo em relação a isso?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Certamente não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu agradeço.

Passo a palavra ao Sr. André Pepitone da Nóbrega para responder às perguntas formuladas.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, vou seguir a ordem de formulação das perguntas.

No que diz respeito à navegação da Hidrovia Tietê-Paraná, é um problema complexo.

Aqui estão cotejados os interesses de dois setores importantes: o setor de transporte e o setor de energia elétrica. E já existe uma decisão tomada, que confirma a preocupação de V. Ex^a. A decisão tomada foi privilegiar o setor de energia elétrica em detrimento do setor de transporte, na medida em que se privilegiou a geração nas usinas da cascata, sobretudo em Três Irmãos, e, em contrapartida, não há água para que seja feita a atividade na eclusa, atividade esta que tem uma importância regional no que diz respeito ao escoamento de grãos.

Então nós temos que envolver os atores que têm competência na questão para melhor equacionar o ponto.

E a Aneel certamente não tem a competência para tomar essa decisão, mas pode contribuir bastante na formulação da decisão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Sim, nós estamos vivendo um período restritivo de chuvas. Nós temos bastante água na Região Sul do País e na Região Norte do País. Entretanto, a Região Sudeste está sendo penalizada. Está chovendo, mas está chovendo no lugar errado, digamos assim. Não está chovendo nas bacias que contribuem para o enchimento do reservatório.

Inclusive, recentemente, como bom brasileiro, torcedor da Seleção, fui a Belo Horizonte ver o jogo do Chile, e fui de carro. Passei pela Usina de Três Marias e me impressionei na estrada. O reservatório está muito baixo. A gente observa uma série de ilhas no meio do reservatório do Rio São Francisco. Então, a Região Sudeste está sendo castigada com esse cenário hidrológico desfavorável.

E isso contribui com o problema que ora o senhor enuncia, Presidente, mas a Aneel vai contribuir. Como o Diretor-Geral já colocou, é um compromisso, digamos assim, da instituição. Nós temos um mandato vigente até 13 de agosto, e vamos buscar acionar o próprio Ministério de Minas e Energia, o próprio Comitê de Monitoramento, que é o órgão máximo do setor elétrico. O Comitê confere as orientações para o ONS.

E também buscaremos a interação com o Ministro da pasta, Senador Edison Lobão, para que em conjunto com o Transporte se tome a melhor decisão, que se tenha todas as variáveis à mesa, as variáveis técnicas, e que se permita a melhor decisão, privilegiando sempre o interesse público. Então, tenha certeza, alinhado com o que o Diretor-Geral colocou aqui, assumo também o compromisso. E vamos nos empenhar em encaminhar essa discussão.

Bom, seguindo os pontos que me foram colocados, temos a observação do Senador Jayme Campos no que diz respeito à energia solar. De fato, Senador, este ano fui convidado pela GIZ, que é a agência de fomento do governo alemão, e participei de uma comitiva cujo objetivo era ver o aspecto e o avanço da energia, da introdução da energia solar em Portugal, na Espanha e na Alemanha.

Então, nós primeiro passamos um dia em Portugal, e observamos que Portugal tem um parque pequeno em comparação com o Brasil. O Brasil tem 128 mil megawatts de potência instalada. Nós temos a grande magnitude desse número oriunda de fontes renováveis. Portugal, para se ter uma ideia, reduziu: ele tinha 18 mil e reduziu para 17,8 mil a potência instalada do país.

Então, são realidades distintas. O Brasil é um país com uma economia pujante, em crescimento, e exige, conforme V. Ex^a colocou, a instalação de 5 mil, 6 mil megawatts todo ano. É como se fosse, fazendo uma analogia com o segmento de agricultura, a plantação. Nós temos que semear para depois colher. Se não se semeia, não há o que colher. Então, a Aneel exerce um papel preponderante nesse sentido. Nós temos que estar conferindo a semeadura, digamos assim, todos os anos para que lá na frente possamos colher. Três anos usinas térmicas, cinco anos usinas hidrelétricas de grande porte.

E, nesse contexto, temos a novidade, que são as usinas solares. Então, as usinas solares, hoje, não tratam de um desafio tecnológico, uma inovação, uma aposta no incerto. Conforme V. Ex^a mesmo observou, a Alemanha tem um pacote arrojado – são 140 mil megawatts de potência instalada. Surpreendi-me quando estive lá: desses 140 mil, 31 mil megawatts são de usina solar, 30 mil de usina eólica, e há todo o empenho para se desligarem as usinas nucleares até 2020. Acredito que são apenas sete que ainda continuam em funcionamento na Alemanha.

E nós fomos observar o principal desafio que é a operação do sistema, com a injeção de blocos de energia intermitentes, porque há energia solar ao longo da duração do sol, e no período que não tem sol não há injeção na rede, e como isso se comportava, como isso criava distúrbios, tanto na transmissão como na distribuição de energia elétrica.

Um ponto que cabe mencionar é que o setor elétrico brasileiro, diferente de outros países, tem... Aqui eu não vou falar de potência instalada, vou falar da geração de energia, a energia de que o País precisa.

Nós temos, no ano de 2011, que foi um ano em que houve um período úmido favorável, 94% da energia gerada no País para atender a carga da indústria, do consumidor, das residências brasileiras, esse número foi oriundo de fonte renovável, sobretudo a hidráulica, a eólica, que agora se insere, e a térmica, com bagaço de cana. Então, vejam, um número expressivo de energia renovável. Esse número coloca o Brasil em destaque em relação ao mundo. Significa dizer que os produtos da indústria brasileira são produzidos com energia renovável.

Chegando a 2013, que foi um ano mais crítico no que diz respeito à hidraulicidade, devido ao período crítico que vivemos em 2012, vivenciamos em 2013 e que agora acena com uma mudança em 2014, esse percentual caiu de 94% para mais ou menos 80%. Continua um número expressivo, quando comparado com os países da OCDE, cuja energia oriunda de fonte renovável atende um percentual de 17%. Então, vejam só a discrepância: num momento favorável, temos 94% e, num momento crítico, 80%, muito superior a 17%, que seria o dos países da OCDE.

Isso influi sobremaneira na introdução da energia solar no Brasil. Isso porque a energia solar é uma energia cara; ela foi muito cara, tinha um preço muito alto, mas, com essa política dos países europeus de querer alavancar o percentual de energia renovável em seu parque e devido às características geográficas daqueles países o que restava seria a fonte solar, então começou um trabalho de inserção dessa fonte. Com isso, criou-se um mercado, atraiu a indústria e temos grandes produtores hoje de painel fotovoltaico. E, com isso, o preço caiu bastante. E, na sociedade brasileira, que já tem um parque renovável, a pergunta que se fazia: em que momento vamos introduzir a energia solar no Brasil. Nós vamos onerar a sociedade para o desenvolvimento tecnológico, considerando que o País tem patamares, comparado com outros países do mundo, muito elevados de energia renovável? Seria justo esse ponto?

Acredito que foi essa a decisão tomada e o que postergou um pouco a introdução da energia solar no Brasil, mas chegamos ao momento, o momento é agora. E, devido a isso, os preços já estão em níveis muito competitivos, competitivos até com outras fontes que se encontram aqui no nosso parque, e a Aneel saiu na vanguarda nesse processo.

Em 2011, nós criamos uma chamada estratégica, que foi a Chamada Estratégica nº 13, que contratou R\$420 milhões em parques solares; isso envolveu 96 empresas, 62 instituições, 584 profissionais e contratamos a potência de 25 megawatts. Então, foram diversos projetos, o que permitiu introduzir essa fonte em nosso parque.

Em paralelo à geração centralizada de solar, que foi iniciada com esse projeto estratégico de 2011 e que agora o Governo Federal já lançou o edital de leilão, já sinalizando a contratação de energia solar, nós também tivemos a resolução da geração distribuída, que é o que o Diretor Romeu mencionou, que permite aos consumidores residenciais instalar placas solares em suas residências, injetar energia na rede e, ao final do mês, fazer o encontro de contas: calcula-se o que consumiu, o que foi injetado na rede e o consumidor paga apenas o residual. Essa matéria já está regulamentada, já está em franca ascensão no País.

Destacamos o Estado do Ceará, onde hoje, digamos, os consumidores melhor usufruem desse regulamento, onde há têm mais instalação de residências com essas placas. Caso o consumidor faça essa opção, de acordo com a regulamentação da Aneel, do dia em que ele toma a decisão de instalar a placa ao dia da placa instalada, são no máximo 82 dias. Então, ele tem que fazer uma interação com a concessionária, pedir uma licença de conexão para acessar o sistema de distribuição, mas os prazos estão todos regulamentados e o prazo limite, o prazo máximo é de 82 dias, se todos esses prazos intermediários forem usados ao máximo.

O passo está dado. Nós tivemos dois eventos decisivos, que foi a resolução de 2011, que permitiu a geração concentrada, ou seja, a solar como usina mesmo para injetar na rede, e a geração distribuída com esse regulamento da microgeração distribuída.

Agora, o grande passo será o evento do Governo Federal de contratação de energia solar mediante leilão. Será contratado por 15, 20 anos, com as distribuidoras. Certamente, esse leilão vai dar novo ímpeto para a energia solar no Brasil.

Quanto às considerações dos Ex.^{mos} Senadores Valdir Raupp e Ruben Figueiró sobre a pequena central hidrelétrica, Senador, o senhor fez uma pergunta e eu vou ser muito objetivo na resposta. A Aneel apoia a instalação de pequenas centrais hidrelétricas. Não só apoia como move todos os esforços nesse sentido. Entendemos que as pequenas centrais hidrelétricas são uma fonte de energia muito importante e têm muito a contribuir com o setor elétrico nacional, sobretudo num país que tem crescimento vegetativo. Precisamos de 5 mil a 6 mil megawatts todo ano, para garantir o suprimento da Nação.

As usinas, as PCHs, hoje, têm praticamente 7 mil megawatts hoje operando. Desses 7 mil megawatts, 1.500 estão no Estado de Minas Gerais, seguido por Mato Grosso, com aproximadamente 1.100 megawatts. São, digamos assim, os dois celeiros das PCHs.

Em terceiro lugar está o Rio Grande do Sul, já operando com 800 megawatts. Perdão, em operação, há 4.500 megawatts. Em construção, nós temos 340 megawatts e, já com outorga, 2 mil megawatts. Então, operando, temos 4.500 mil megawatts, dos quais a operação Mato Grosso está com 792 e Minas Gerais com 769. Entretanto, Minas Gerais tem 600 para construir e Mato Grosso, 180. Isso já outorgado, que já saiu da Aneel.

Na Aneel, ainda temos 7 mil megawatts de projetos para serem analisados e nós vamos mover todos os esforços nesse sentido, na linha do que o diretor-geral colocou. Nós temos ciência de que as PCHs são uma geração descentralizada, contribuem para diminuir perda e para a melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição, do sistema elétrico local. Elas operam, em sua grande maioria, a fio d'água. São usinas que têm uma limitação de reservatório. Então, praticamente, o impacto ambiental, se não for totalmente reduzido, é muito baixo.

Nós temos a geração de empregos e geração de impostos em grotões do Brasil que necessitam do desenvolvimento da atividade econômica. Nós temos, sobretudo, tecnologia 100% nacional. Os fornecedores das PCHs, de geradores de turbinas, são uma indústria 100% nacional e precisa ser movimentada. Essa indústria precisa ser demandada. Com a paralisação na construção das usinas, estamos criando dificuldades nas fábricas de geradores e de turbinas, pela falta de demanda. E é uma indústria, volto a frisar, 100% nacional. Então, é importante que a gente crie um estímulo e dê continuidade e celeridade ao avanço das pequenas centrais hidrelétricas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – V. S^a, Dr. André, me deixou uma dúvida. V. S^a falou que os maiores geradores são Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Agora, aqui há uma dúvida de escuta: Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul?

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Senador, o Estado do Mato Grosso tem em operação, hoje, praticamente 800 megawatts. O Estado de mato Grosso do Sul tem 215. Então, o Mato Grosso se apresenta como um relevante celeiro de PCHs, aliado ao Estado de Minas Gerais. Mas há muitos potenciais a serem desenvolvidos ainda nesses Estados, tanto em Minas como em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Aneel está se empenhando. Nós fizemos, recentemente, um evento, um seminário que movimentou toda a sociedade, todos os segmentos e associações, ABRAPCH e Abragel, que são as duas associações representativas do segmento, na linha de apresentar as dificuldades e buscar soluções para destravar essa pauta.

Nós, já como conclusão desse seminário, e a diretoria atual e entendo, caso tendo a aprovação de V. Ex^{as}, mandato renovado, nós vamos nos empenhar para implantar essa pauta, na linha de simplificar os processos de análise de PCHs, simplificar o processo de análise de projetos de inventário. Nós temos que aprimorar – e aí é um ponto que a Aneel pode ajudar muito – a interlocução com os órgãos ambientais. Nós temos empreendimentos que são licenciados pelo Ibama ou órgão federal, mas as PCHs, como são de pequeno porte, sua grande maioria, sua esmagadora maioria é licenciada por órgãos estaduais. E a agência pode ajudar nesse sentido, interagindo, trocando informação, inclusive dando até suporte técnico para esses órgãos estaduais. E o desafio maior, criar um manual, uma rotina, para que, em todos os Estados da Federação, tenha praticamente o mesmo estilo de análise para buscar dar celeridade, celeridade porque nós precisamos da licença ambiental para instalar essas usinas. Só o projeto aprovado na Aneel não adianta. Temos dois caminhos a serem percorridos: aprovar o projeto técnico na Aneel e ter a licença de instalação exarada pelo órgão ambiental.

E, nessa linha de avanço, nessa pauta positiva, outro ponto que nós precisamos aprimorar é que, quando um projeto for apresentado na agência, a agência apresente para esse empreendedor, para esse investidor, a data que esse projeto vai ser aprovado, dar um limite temporal: até tal data, o seu projeto estará analisado. É algo que os empreendedores cobraram bastante, que nós entendemos como razoável, e nós vamos aprimorar e vamos avançar nesse sentido.

Outro ponto importante, na linha da expansão da oferta de energia, é a questão do preço. As PCHs também precisam de preço para se viabilizarem, e há dois mercados: pode-se comercializar energia em um ambiente livre ou em um mercado regulado, que ocorre por meio de leilões promovidos pelo Governo. E nós também já estamos envolvidos nessa questão e interações e interlocuções com o Ministério de Minas e Energia, com a empresa de planejamento, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), buscando avaliar e dar o correto sinal econômico para energia oriunda de PCH, para que essas usinas possam voltar a ser empreendidas no País.

Mais uma vez, Senador, a Aneel – e aqui não falo por mim, falo pela agência – apoia, sim, tem todo o interesse em desenvolver esse empreendimento, esse empreendimento renovável de pequeno impacto ambiental, que são as Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Bom, por fim, o Senador Ruben Figueiró colocou a questão da Enersul. A Enersul é a concessionária de distribuição do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nós fizemos, digamos assim, um trabalho que foi a maior intervenção federal feita em uma área de serviços públicos concedidos, que foi quando a Aneel interveio nas concessionárias do Grupo Rede; e temos lá a Enersul, que era administrada pelo Grupo Rede. E o principal motivo dessa intervenção, no caso da Enersul e das outras concessionárias do Grupo Rede também, não seria a qualidade dos serviços, mas, sim, a falta de condições econômico-financeiras do grupo de permitir a expansão. O Estado do Mato Grosso do Sul é um Estado que tem uma atividade agrícola muito importante e tem uma demanda de expansão no interior do Estado de linha e rede para fomentar essa atividade agrícola, e a gestão da concessionária tinha perdido completamente as condições econômico-financeiras de realizar esse investimento de ampliar sua rede; e não só de ampliar, mas também de garantir a qualidade existente, que já começava a se deteriorar.

Então, diante desse atestado, nós, a agência resolveu promover essa intervenção, e a intervenção também foi concluída e concluída com sucesso. Passamos, agora, o controle da concessionária para o Grupo Energisa. O Grupo Energisa apresentou, foram mais de um ano de interação com a Energisa, quando a agência avaliou sua capacidade técnica e sua capacidade econômica, do grupo, de arrecadar recursos para investir na concessão. E tendo todos esses itens analisados, avaliados e atendidos, nós finalizamos a intervenção do Grupo Rede, no caso, a intervenção que acontecia na Enersul, que teve até o nosso ex-diretor-geral, Dr. Jerson Kelman, como interventor na concessionária, e passando a concessionária, agora, ao atual controlador, com um novo contrato assinado e já em condições normais, digamos assim.

Foi uma experiência, um desafio grande para a Aneel, mas foi uma atividade de sucesso em que nós conseguimos intervir, conseguimos afastar um controlador que não estava atendendo às condições pactuadas no contrato de concessão e colocamos um novo controlador com uma série de metas a serem cumpridas, níveis de investimento, índice de qualidade. E tenha certeza de que nós estamos acompanhando isso de perto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. André Pepitone da Nóbrega pelas suas respostas.

Eu indago a S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró se está satisfeito com as respostas oferecidas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Perfeitamente satisfeito. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Para complementar, solicita a palavra novamente o Dr. Romeu Donizete Rufino.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só quero alertar um pouco da...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de V. Ex^a, passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – É para a gente agilizar um pouco.

Eu, por exemplo, tenho comissão agora, às dez horas. E nós temos alguns outros compromissos também. Daqui a pouco os Senadores vão sair e não vai ter Senador para escrutinar os votos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cidinho Santos pela sua advertência.

Com a palavra o Dr. Romeu Donizete Rufino.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Obrigado, Presidente.

Essa advertência me coloca o desafio de ser ainda mais breve do que já pretendia ser.

Senador Ruben Figueiró, eu me esqueci de falar sobre a Enersul. O Dr. André já comentou, mas eu só gostaria de complementar, porque de fato não compete ao órgão regulador, no caso à Aneel, essa questão da transferência do controle societário.

Como o senhor bem sabe, a Enersul era de controle estatal, o Estado optou por fazer a privatização à época. E foi a EDP a empresa que comprou o controle acionário, depois transferiu ao grupo Rede. O Dr. André já comentou as dificuldades que teve o grupo Rede no caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de outros Estados, como Tocantins, Pará e algumas pequenas do interior do Estado de São Paulo e do Paraná, que levaram a essa questão da intervenção da Aneel.

A intervenção culminou com uma nova transferência de controle, aí sim uma transferência um pouco mais forçada, porque o grupo Rede, na nossa compreensão, perdeu a condição econômico-financeira de seguir gerindo o grupo, colocando em risco a continuidade do serviço, o que justificou a intervenção, fazendo-se a transferência.

Na nossa compreensão, a Enersul talvez seja uma das empresas melhores do chamado grupo Rede, uma vez que o serviço seguiu com boa qualidade, talvez até melhorando, passando por esses controles, inclusive pela intervenção.

Era essa a complementação que eu queria fazer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Romeu Donizete Rufino.

Passo a palavra agora ao Dr. Tiago de Barros Correia para responder às perguntas feitas.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Eu vou tentar ser bem breve para atender à recomendação de S. Ex^a o Senador Cidinho Santos. Vou tentar demonstrar aqui a celeridade que eu defendi na fala inicial.

Primeiro, Sr. Presidente, em relação ao ofício da Antaq, eu gostaria de eximir um pouco o ONS. O ONS é um operador técnico. Ele não tem muita autonomia para uma decisão política. O despacho operativo que o ONS faz é com base numa função muito clara, que é a redução do custo de operação tanto atual quanto futuro. Para isso, o ONS faz uma simulação de vazões hidrológicas e joga para o futuro. Ele joga para cinco anos e vai trazendo. Uma vez definidos todos os caminhos, ele escolhe a melhor viagem, aquela que vai reduzir o custo do setor elétrico.

Essa viagem normalmente coincide com o armazenamento adequado. Você não pode deixar deplecionar demais. Mas, em alguns eventos críticos, quando você tem uma série hidrológica que começa muito bem, mas depois sofre uma ruptura, o modelo de simulação hidrológica do ONS pode ser enganado.

No começo de 2013, a gente teve sinais contraditórios, então vinha um mês bom, um mês ruim, um mês bom, um mês ruim. Isso fez com que os reservatórios do Sudeste, no verão de 2013/2014, acabassem sendo deplecionados, o que surpreendeu muita gente, inclusive o sistema de abastecimento de água de São Paulo. O pessoal espera um volume de água, prepara-se para recebê-lo, e esse volume não vem. Você precisa deplecionar, senão vai gerar enchente.

Então, o ONS operou de maneira muito técnica. O que ocorre é que, agora, precisamos monitorar isso quase que semanalmente. Temos que sentar com a ANA, que é quem tem, de fato, autonomia de estabelecer a restrição para o ONS operar, e com a Antaq, para atualizar os dados hidrológicos, porque a hidrologia tem melhorado. Embora estejamos atravessando um período seco, o risco de déficit que foi anunciado na última reunião do CNS chegou a zero, com a série completa sintética, e, na série histórica, está muito baixo, em 1.2.

Durante a minha estada na SEP, tivemos algumas restrições de transporte na hidrovia Tietê e conseguimos superar em parceria com o Ministério do Transporte, com agendamento de carga. Então, parte do transtorno rodoviário foi superado neste ano.

Eu queria ressaltar que fomos surpreendidos por uma situação hídrica muito rigorosa que não foi percebida pelos modelos de simulação, mas o Governo, o Ministério dos Transportes, o Ministério da SEP, o Ministério de Minas e Energia já atuaram tempestivamente e não tivemos o transtorno na safra que seria o esperado diante dessa situação.

Então, acredito que tenhamos que fazer não uma reunião, mas várias, e monitorar, para que a hidrovia seja liberada no prazo mais curto possível. Acho que temos que montar quase que um comitê de crise. Temos que olhar isso, porque a crise no setor elétrico não ocorreu, mas uma hidrovia não pode ficar parada. Temos que criar uma comissão para acompanhar isso periodicamente.

Em relação às perguntas do Ex.^{mo} Senador Lobão Filho, achei bastante interessantes porque elas se relacionam com a mesma causa. Quando estamos trabalhando no serviço público, uma preocupação importante é que os sinais de políticas públicas sejam percebidos pelos agentes de mercado de uma maneira correta. Então, parte da atuação do Ministério de Infraestrutura ou de uma agência de infraestrutura é garantir que os investimentos sejam feitos de maneira adequada. Lá, na frente, quando a demanda se materializar, o investimento tem que ter acontecido muito antes, porque ele demora. Há um prazo de maturação. Uma hidrelétrica grande pode demorar cinco, seis, sete anos até a última máquina entrar em operação.

Para que o sinal seja adequado, é importante que você detenha instrumentos de sinalização ao mercado.

Mas o que é o mercado? O mercado tem os agentes, que atuam de maneira descentralizada, em busca de seu próprio interesse. Você não sabe o que o agente vai fazer, mas pode tentar entender qual é a lógica por trás do negócio. Que tipo de risco ele aceita assumir? Qual é aquele risco que ele precifica? Qual é a função e o objetivo dele? É maximizar lucro? Então, você deve traduzir isso para dentro do seu planejamento no serviço público.

No caso da análise de impacto regulatório, você trata com o mercado de uma maneira aberta. Uma regulação da Aneel vai gerar efeitos, porque a decisão do agente é limitada pelas regras e instituições do mercado. Como é que a propriedade privada, no setor de energia elétrica, é definida? A garantia física, como ela vem, como ela é calculada? Tudo isso gera efeito na decisão.

No caso específico das usinas de reservatório, que foi comentado pelo Senador Ruben Figueiró, a análise de impacto regulatório é essencial, porque, quando se trabalha *lato sensu*, é difícil achar alguém, inclusive nos órgãos ambientais, que não entenda e se sensibilize com a ideia do reservatório. O reservatório, além de regularizar o rio e permitir uma geração constante ao longo do ano, ajuda no transporte hidroviário, porque as hidrovias são feitas em geral em região de desnível. Tem que ter diferença de potencial. Se existe uma queda de água e o trecho não é navegável, quando se coloca uma usina, cria-se um lago, e esse lago, mesmo na usina fio d'água, mesmo nela pequena, é navegável. Então, no momento em que se introduz um barramento de energia elétrica, se torna navegável um trecho de rio. Assim, uma eclusa associada a ele gera a possibilidade de uma hidrovia. Resolvido o problema de quem vai pagar a eclusa, não existe ninguém que discorde disso.

O problema é que a análise individual dos empreendimentos não é feita de maneira holística. Então, você fica olhando o impacto... Fazemos até o inventário da bacia para saber o potencial e fazer o licenciamento integrado, mas é muito difícil haver a análise do efeito de não se ter aquela usina com reservatório. Os órgãos de controle e o Ibama não fazem a conta do efeito na geração térmica. Então, temos uma meta de redução de gases de efeito estufa, mas, ao mesmo tempo, o instrumento para reduzi-lo acaba não sendo incorporado na análise. Uma análise de impacto regulatório que acompanhe as decisões nossas de instrução de preço de usina para aprovar é um documento que, uma vez inserido, serve de defesa na hora em que o Ibama vai fazer o licenciamento. Se eu colocasse o efeito de fazer esse lago com área 30% maior reduz em 80% a geração.

Essa conta a gente tem que fazer, porque o Ibama não tem a condição nem a expertise para isso. Então, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel têm que levar a experiência que eles têm com os seus regulamentos para o diálogo com a sociedade. Então, é muito comum – a imprensa tem relatado isso –, os agentes solicitam que a Aneel e o Ministério tomem a vanguarda nessa discussão. Então, acho importante.

E o instrumento correto para isso é a análise de impacto regulatório, porque ela separa o joio do trigo. Nenhuma usina de Santo Antônio e de Jirau, dificilmente elas poderiam ter reservatório. Ali – vimos o efeito da chuva em Rondônia este ano –, você alaga o Estado inteiro. Não há como colocar o reservatório dentro de um envelope, dentro de um *canyon*, dentro de um... Vai inundar tudo. Belo Monte talvez também não seja uma opção para ter reservatório. Ela está muito a jusante. Talvez o ideal seja regularizar o rio mais acima. Então, essas são discussões que têm de ser feitas de uma maneira mais genérica. E, normalmente, a gente acaba discutindo o empreendimento sem olhar para o lado. E o instrumento correto é a análise de impacto regulatório.

No caso de leilões, é exatamente a mesma coisa. Você está lidando com incerteza e com agentes que atuam em prol do seu próprio benefício. Eles querem maximizar a utilidade deles.

Por outro lado, o que você precisa, em um leilão, é definir um preço, e que nós não sabemos. Se a Administração Pública soubesse qual é o preço daquele empreendimento, não precisaria haver licitação. A licitação não é, meramente, como o TCU às vezes gosta de acreditar, um instrumento de compra impessoal. Ele é um instrumento que revela o preço. Então, quando a Administração aperta demais, e ela acaba fracassando com a licitação, são meses de trabalho jogado fora, e lá na frente há um impacto também de atraso de obra. Então, a Administração deveria estar mais preocupada... É claro que tem de haver um preço de reserva. Não pode comprar qualquer preço. Mas ela devia estar mais preocupada em assegurar uma forma de leilão justa, honesta, em que haja competição efetiva, resistente a colusão, resistente a cartel, do que preocupada em acertar no centavo o preço.

Às vezes, você está em uma licitação... No Ministério de Minas e Energia, uma vez, tive uma discussão por conta de R\$1,00 em R\$200,00 que foi o leilão de eólica, o primeiro. A gente queria colocar 198, e o TCU falou que eram 197.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O que o TCU tem a ver com isso?

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – A licitação deu 130 o resultado. É claro que poderia ter dado fracassado, se a gente tivesse colocado 195, sei lá. Mas, quando você coloca um preço mais alto, o investidor se preocupa em estudar. E aí ele descobre de fato qual é o valor. E aí ele descobre que não eram 200, que eram 130.

Mas a teoria dos leilões é a teoria na qual eu me especializei. O meu mestrado foi nisso, a minha atuação inicial no Ministério de Minas e Energia foi nisso, a minha ida para a Anatel, essencialmente, foi também para ajudar no leilão de 4G. Depois, quando fui para o Ministério da Fazenda, fui para ajudar a destravar os leilões de rodovias.

A teoria dos leilões parte do pressuposto de que você precisa conhecer o produto que vai ser leiloadado, você precisa conhecer as regras do setor, e você precisa conhecer o ânimo dos agentes. Então, no leilão de geração, temos um leilão diferente para projeto estruturante e para um projeto normal. Temos uma regra diferente para hídrica e uma regra diferente para eólica, por quê? Porque não são os mesmos agentes. Então, a mesma regra não serve. E, ao longo do tempo, os agentes mudam, a estrutura muda. Existe aquisição, os blocos se consolidam, ou então vem um novo competidor que entra. Então, existe, sim, sempre, espaço para a melhoria na formulação de leilões.

Inclusive, o que sempre defendi, lá na minha atuação no Ministério, é que existem alguns instrumentos no leilão que devem ser aleatórios. Então, o leilão de energia elétrica parte do que se chama de leilão *clock*, que é um leilão em que existe um único preço, e os participantes simplesmente dizem se querem ou não continuar. Esse é um leilão que a gente chama de leilão de segundo preço. É um leilão muito resistente à maldição do ganhador, que é a pessoa que ganha e descobre que fez um mau negócio. E é um leilão que atrai participantes, facilita ao entrante entrar.

Mas a gente conduz esse leilão até um determinado patamar. Depois, a gente fala: agora, está na hora da proposta final. Então, você converte um leilão de segundo preço, em que há aprendizado, em um leilão de primeiro preço. Você dá, de fato, a sua proposta, que é o seu preço de reserva.

Nesse momento, a gente consegue apropriar um ganho para o consumidor. E a gente também consegue gerar um instrumento para que o entrante tenha uma chance de ganhar, porque, senão, a empresa consolidada vai nos centavos e expulsa, e não deixa que um novo competidor ingresse no mercado. O ingresso de competidor é essencial, porque é ele que vai trazer, de fato, algum ganho de eficiência e de tecnologia. Ele traz algo de fora. Ele bota todo mundo em uma situação de estresse.

Então, esse patamar que se separa um momento do outro é aleatório, porque, se o empreendedor aprender, não faz mais sentido. Então, um leilão nunca deve ser igual ao outro. Você sempre tem que mudar um pouquinho.

Quando trabalhei no Ministério de Minas e Energia, trabalhava muito em conjunto com a Superintendência de Estudos de Mercado. Tínhamos um diálogo constante, inclusive porque essa superintendência ajudava no desenho da sistemática. Então existia uma portaria de diretrizes, era elaborada na assessoria econômica do Ministério de Minas e Energia, dois técnicos excelentes estão aqui do lado, que hoje estão carregando essa função, e a SEM aprovava o detalhamento junto com a CCE. Existe hoje, na Aneel, uma equipe com a formação em teoria dos leilões excelente. Tenho certeza de que é possível aperfeiçoar e que vamos continuar sendo excelência em licitações.

Parte da minha saída do setor foi para espalhar essa melhor prática e, agora, retorno para o setor elétrico e quero continuar com isso. A teoria dos leilões é, do meu lado acadêmico, é minha paixão e acredito que vamos continuar sendo exemplo em relação à licitação justa, honesta, e que, de fato, traz benefício a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Respondeu às perguntas o Dr. Tiago de Barros Correia, indicado para Diretor da Aneel.

Rogaria aos Srs. Senadores que permanecessem aqui no plenário, depois da apuração dos votos, porque temos uma pauta ainda a merecer a nossa deliberação.

Encerradas as respostas dos senhores sabatinados, convido S. Ex^{as} os Srs. Senadores Cidinho Santos e Ruben Figueiró, para atuarem como escrutinadores.

(Procede-se à apuração da votação.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, 16 votantes apurados no total.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dezesesseis votos apurados?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Apurados. E há 16 votos SIM para o Dr. André Pepitone; 16 votos SIM para o Dr. Romeu Donizete; e 16 votos SIM para Tiago de Barros Correia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^{as} Srs. Senadores Ruben Figueiró e Cidinho Santos, que atuaram como escrutinadores.

Vou proclamar o resultado.

Aprovada a indicação do Sr. Romeu Donizete Rufino, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por 16 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Do mesmo modo, foi aprovada a indicação do Sr. André Pepitone da Nóbrega, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção.

Aprovada, também, a indicação do Sr. Tiago de Barros Correia, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Gostaria, ao final, de agradecer a presença dos Srs. Romeu Donizete Rufino, André Pepitone da Nóbrega e Tiago de Barros Correia, desejando-lhes, em nome de todos os integrantes desta Comissão, uma profícua e exitosa missão à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Muito bom dia e muito obrigado aos senhores. *(Palmas.)*

Dando continuidade à nossa reunião de hoje, Senador Jayme Campos, eu solicitaria a V. Ex^a que atuasse como Relator *ad hoc* das matérias, do item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2014

– Não terminativo –

Suspende as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre o óleo diesel utilizado no transporte fluvial de passageiros desenvolvido na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Jayme Campos, como *ad hoc*, para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2014, do ilustre Senador Alfredo Nascimento, que suspende as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep da Cofins incidente sobre o óleo diesel utilizado no transporte fluvial de passageiros desenvolvido na Amazônia legal e dá outras providências.

O projeto suspende a exigência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Cofins-Importação, no caso da venda ou de importação, de óleo diesel e suas correntes quando destinados ao transporte fluvial de passageiros, para a pessoa jurídica previamente habilitada.

O projeto estabelece que os termos e condições da suspensão das alíquotas serão fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e estabelecem oposições para as pessoas jurídicas que não destinarem o óleo diesel ao transporte fluvial de passageiros.

Irei à fase de análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes ao transporte da terra, do mar e do ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

Na justificação do projeto registra-se a relevância do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica, a importância de reduzir seus custos, mediante a concessão de benefícios de natureza tributária. A navegação fluvial é, de fato, o mais importante meio de transporte de pessoas e mercadorias, pois é por seu intermédio que se conectam as comunidades e os polos de produção, comercialização e consumo estabelecidos junto à malha hidroviária existente na região.

Em vista da importância do transporte fluvial de passageiros na Amazônia legal, é fundamental que o Poder Público procure identificar formas de torná-lo mais acessível para a produção na região. Em particular, o óleo diesel utilizado nesse tipo de transporte suporta a incidência de tributos que oneram o preço pago por seus próprios usuários.

Em síntese, o projeto pretende reduzir custos de transporte para os vastos contingentes populacionais que recorrem ao modal hidroviário da Amazônia Legal por meio da redução dos encargos tributários incidentes sobre o combustível.

Para atender à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, estimou-se o impacto financeiro da medida proposta sobre as receitas do Governo. Conclui-se que a renúncia estimada alcança R\$28,8 milhões em 2014 e R\$35,2 milhões em 2015. Com base nesses dados, estimou-se que a relação entre a renúncia estimada e o Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 seria insignificante, de 0,00056%. Trata-se, a nosso ver, de um percentual reduzido em vista dos benefícios que a medida pode trazer para a população da região que utiliza a navegação fluvial como meio de transporte.

A medida proposta converge com vários outros incentivos ao setor de transportes no Brasil. Por exemplo, a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, reduziu a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a receita da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário.

Para concluir, ressaltamos que o mecanismo exato de incentivo fiscal a ser adotado deverá ser objeto de discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual cabe a decisão terminativa sobre o projeto, uma vez que se podem considerar as alternativas de suspensão que se converte em isenção, de isenção direta ou de alíquota zero, por exemplo.

Ante o exposto, no voto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2014.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos pela leitura do relatório.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 22, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Infraestrutura – CI, para tratar instruir devidamente o Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2011, de iniciativa do senador Marcelo Crivella. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. Ildo Grudtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Romeu Ruffino, Diretor-Geral da ANEEL; Sidney Simonaggio, Vice-Presidente de Operações da AES Eletropaulo; Eduardo Camillo, Superintendente de Relações Institucionais da LIGHT; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do SindiTeleBrasil; Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Observação: Leitura em 15/7/2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 22, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

Último item da pauta, item nº 6.

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 23, de 2014**
– Não terminativo –

Na forma regimental e, em aditamento aos Requerimentos nºs. 55 de 2013 e 16 de 2014, solicito que seja também incluído o nome do senhor Jorge Soria Quiroga – Prefeito da cidade de Iquique no Chile, como convidado para a Audiência Pública a ser realizada no dia 06 de agosto, para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Chile.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Observação: Lido em 04/06/2014.

Coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à votação do requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 23, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e dos presentes aqui, à sabatina hoje realizada, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 6 de agosto de 2014, quarta-feira, às 7h30, com a audiência pública para tratar da chamada Rota Bioceânica, em atendimento a requerimentos de S. Exª o Senador Ruben Figueiró, com a presença das seguintes autoridades: Deputado Edson Giroto, Secretário de Obras Públicas e Transportes do Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Heitor Miranda dos Santos, Prefeito de Porto Murtinho em Mato Grosso do Sul, e Jorge Soria Quiroga, Prefeito da cidade de Iquique, no Chile, além de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e do Ministério dos Transportes.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

Edição de hoje: 176 páginas
(O.S. 13961/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

